

# RELATÓRIO E CONTAS 2023



# Índice

A Empresa..... 13

Relatório de Gestão.....31

As Contas..... 151

Demonstrações financeiras do exercício de 2023



# Conseguimos um vasto conjunto de resultados que muito nos orgulham e que nos inspiram para o futuro

**NUNO BRÔCO**  
PRESIDENTE DA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros e Trabalhadores,

O ano de 2023 da Tejo Atlântico ficou marcado por dois movimentos paralelos e sincronizados no tempo, por um lado a normal operação da Empresa, procurando cada dia fazer melhor do que no anterior, procurando a sustentabilidade das nossas operações e assegurando todos os compromissos com os quais estamos vinculados e que resultam do somatório do trabalho desenvolvido ao longo dos 365 dias, e por outro lado, um movimento de auscultação, reflexão e pensamento estratégico que enquadrou o ponto de partida, os objetivos definidos para o mandato e a respetiva ambição, bem como, o planeamento de um conjunto de ações que permitam atingir tais objetivos.

O contexto externo de recuperação da pandemia e imediato surgimento, no mesmo ano, de duas guerras na fronteira da europa, a disrupção das cadeias logísticas sobretudo marítimas, mas com impacto global, o custo da energia, a situação política nacional e internacional, mas também a emergência global, cada vez mais evidente para todos, e as tendências comunitárias relativas à nova Diretiva das Águas Residuais Urbanas tornaram ambos os movimentos mais complexos e desafiantes.

Vivemos um momento de elevada complexidade a nível global, que constituiu simultaneamente uma oportunidade e um desafio para apresentarmos uma estratégia e, conseqüentemente, um plano de ação para a sua implementação, com ambição, rigor, mas também, e inevitavelmente, com a flexibilidade necessária ao contexto atual e vindouro. De facto, os desafios atuais de emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais, ameaças à saúde pública global, alimentação e energia, ameaças à paz global, falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética, são variáveis com dinâmicas de evolução imprevisíveis e progressivamente mais aceleradas que nos remetem para um exercício estratégico de elevada complexidade.

É este o contexto a que a sociedade, de uma forma global, se encontra exposta, com uma dinâmica de mudança vertiginosa com reflexos no equilíbrio de cada indivíduo, introduzindo um grau de complexidade acrescido ao nível da estabilidade individual e do nosso comportamento e tolerância enquanto sociedade.

Por tudo isto, o ano de 2023 foi ainda mais exigente do que os anteriores porque tivemos, por um lado um dia a dia mais exigente com o envelhecimento dos nossos ativos, com uma regulação ambiental mais exigente fruto da situação de escassez de água no país, com uma regulação económica atenta e exigente e, por outro lado, a necessidade de proceder a uma introspeção e perspetivação do futuro e da nossa ambição nesse quadro de inúmeras incertezas.

Conseguimos um vasto conjunto de resultados que muito nos orgulham e que nos inspiram para o futuro. Este é o resultado do empenho, sentido de missão e profissionalismo de 400 trabalhadores que diariamente vestem uma camisola de que muito se orgulham estando sempre presentes para superar desafios, mesmo nos momentos mais críticos.

Ao nível da operação salienta-se o esforço no cumprimento das licenças de descarga dos nossos ativos, mesmo naqueles casos em que as aflúências pluviais e industriais não previstas têm importante impacto no desempenho da instalação. A este propósito salienta-se o Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025 (AgIR) que atingiu a velocidade cruzeiro no ano 2023 e que assenta num trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, tendo em vista encontrar as melhores soluções para a resolução dos problemas associados às aflúências indevidas de efluentes industriais às redes de drenagem urbanas, sem o devido tratamento. Este é um plano pioneiro em Portugal que poderá inspirar outras iniciativas semelhantes e que durante 2023 apresentou o primeiro retorno do investimento. Nesta matéria, salienta-se também na atividade operacional, o trabalho desenvolvido no Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos, que permitiu importantes avanços na resolução de algumas situações de incumprimento de longa duração.

A avançada idade de algumas das nossas infraestruturas exigiu-nos durante o ano de 2023 um esforço coordenado da Manutenção, Engenharia e Gestão de Ativos com vista ao aumento da condição dos nossos ativos físicos, estando ainda em desenvolvimento o processo de coordenação de ações para acelerar o processo de investimentos da Empresa, mais complexos do que aqueles que levado a cabo há alguns anos, quer seja pelo facto de serem investimentos de reabilitação, pelo facto de termos um tecido empresarial externo menos robusto, mas também, pelo facto dos processos administrativos prévios aos investimentos terem atualmente uma complexidade acrescida.

A consciência global da Tejo Atlântico da complexidade do atual processo de investimentos levou-nos durante o ano de 2023 a proceder a ajustes nos processos internos e na organização das diferentes áreas envolvidas no sentido de agilizar o processo essencial à sustentabilidade da organização.

Prosseguimos o trabalho de melhoria das condições de segurança dos nossos trabalhadores, que passa por diversas ações, quer do ponto de vista de segurança coletiva, do ponto de vista de segurança individual e, não menos relevante, na cultura de segurança que deve ser o elemento agregador de todo este trabalho, salientando a mensagem de que a Tejo Atlântico tem “400 responsáveis de segurança” nos seus quadros.

Neste ano de 2023 reforçámos a nossa proatividade na busca de parcerias sustentáveis e consequentes com os nossos acionistas e parceiros por excelência através de projetos diversos na área da educação ambiental, inovação, desenvolvimento de produto, descarbonização, economia circular para além, obviamente, da atividade principal da Empresa. Reforçamos também a relação com a academia e instituições de ensino, setor industrial e setor agrícola, mas também com um conjunto de entidades gestoras nacionais e internacionais com que acreditamos poder co-evoluir.

A economia circular, enquanto pilar de desenvolvimento da Tejo Atlântico, teve em 2023 iniciativas que evidenciam o potencial do desenvolvimento deste pilar estratégico de aposta no futuro, destacando-se a valorização de água residual tratada na rega de espaços verdes de diversos municípios, em particular no evento da Jornada Mundial da Juventude, a procura ativa de diversos setores por água reutilizada, mas também, na identificação do produto biolamas como um recurso inevitável na agricultura, até pelas políticas comunitárias relativas a fertilização e autonomia alimentar. Apesar da evidência de que esta dimensão da economia circular é incontornável num futuro sustentável, compete à Tejo Atlântico continuar a ser o acelerador desta temática para que esse futuro não fique adiado.

Em 2023 o Grupo AdP terminou o seu inventário das emissões de gases com efeito estufa relativo a 2019 e 2022, estando neste momento em curso o inventário do ano 2023. Este foi um importante passo para que a Tejo Atlântico prosseguisse, reforçasse e acelerasse as suas ações com vista à redução da sua pegada carbónica, mas também, para que tivesse condições de estabelecer a ambição de ser a entidade gestora de saneamento em alta em Portugal a ter a mais baixa pegada carbónica por metro cúbico de água residual tratada até 2030. A este propósito, no ano de 2023 demos importantes passos na redução da nossa pegada carbónica, destacando a autonomia energética que atingiu o valor recorde de 23,7%.

A maturidade digital da Tejo Atlântico é um imperativo estratégico do qual depende um conjunto de outros objetivos, e durante o ano 2023 não nos foi possível iniciar um processo de transformação da empresa nesse sentido, perspetivando-se uma evolução significativa nesta matéria durante o ano 2024. Não obstante em 2023 demos início à construção da primeira fase da telegestão da Tejo Atlântico, importante condição ex-ante para o nosso objetivo de sermos uma empresa digitalmente mais madura e eficiente.

Durante o ano de 2023 procedemos ainda a importantes alterações na organização da nossa empresa, na certeza de que as pessoas serão a razão do sucesso de qualquer estratégia. Nesse sentido, e no quadro legal e regulatório a que estamos sujeitos, a empresa desenvolveu um conjunto de ações com vista a valorizar o nosso capital humano, mas também, melhorar as condições de trabalho de cada uma das pessoas desta empresa. Aliás, a dimensão da nossa ambição expressa na estratégia “Inspirados pelo Futuro”, que é enorme, é proporcional à confiança que temos na equipa Tejo Atlântico.

A estratégia de desenvolvimento da Tejo Atlântico para o triénio é simultaneamente um compromisso perante os nossos *stakeholders* e um instrumento de fomento do crescimento da empresa que abraça a sustentabilidade como propósito.



# 2023 EM DESTAQUE

## PRINCIPAIS CONQUISTAS DE 2023 – FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

O ano de 2023 foi verdadeiramente o primeiro ano da era pós-covid. Contudo, de forma imprevisível, às consequências da era COVID veio sobrepor-se o efeito da guerra da Ucrânia e os impactos que daí advieram. Este foi o cenário do início de 2023 agravado com o conflito iniciado em outubro no Médio Oriente (Israel-Hamas) que, conjugados, conduziram a um contexto de elevada complexidade, e face à sua multiplicidade, de enorme desafio. A crise da energia, a rutura das cadeias logísticas, em particular no eixo do mar vermelho, o aumento dos preços das matérias-primas e da mão de obra, que gera um crescimento exponencial dos preços das empreitadas e dos serviços, as dificuldades crescentes de reter e contratar recursos humanos competentes, num cenário já de insuficiência de recursos, são situações que marcam o contexto externo no ano de 2023, e que se refletirão nos anos vindouros.

O ano da Tejo Atlântico ficou marcado por um processo inclusivo de co-construção da estratégia 2023/2025, “Inspirados pelo Futuro”, um instrumento de alinhamento de esforços dentro da organização e, simultaneamente, uma resposta aos vários desafios e compromissos assumidos pela Tejo Atlântico pautada pela coerência, ambição e profissionalismo.

Na vertente interna, o ano 2023 foi marcado por um conjunto de alterações a diversos níveis, alinhadas com a nova visão consagrada na estratégia “Inspirados pelo futuro”, destacando-se a aprovação do novo organograma da Empresa, bem como a realocação de funções em diversas unidades orgânicas, a fim de reforçar os meios humanos em determinadas áreas críticas para a segurança das operações, contribuindo para a eficiência de processos contínuos essenciais na gestão sustentável dos ativos infraestruturais e para o aumento da resiliência da empresa perante os desafios presentes e vindouros.

No ano 2023, concluiu-se ainda a revisão quinquenal do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão (EVEF), nomeadamente a atualização dos seus Modelos Técnicos e o correspondente Plano de Investimentos. Para o efeito, foi fundamental a identificação e a priorização dos investimentos a realizar no próximo quinquénio, em conformidade com a missão da Empresa e com a necessária resposta estratégica aos desafios do setor.

Apesar do impacto da situação geopolítica nos gastos e no investimento, em 2023, regista-se uma tendência de estabilidade da situação económico-financeira da sociedade, tendo-se alcançado: (i) o resultado líquido de 7 milhões de euros, correspondente à

remuneração acionista garantida deduzida da correção assumida ao desvio de recuperação de gastos de 2022, e; (ii) um EBITDA ajustado de 32 milhões de euros. A situação superavitária que havia sido alcançada com a recuperação do défice tarifário acumulado proveniente da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., teve evolução favorável, registando no final do exercício um acumulado de 14,7 milhões de euros.

### INVESTIMENTOS

Durante o ano, foram celebrados contratos de empreitadas no valor de cerca de 18,6 milhões de euros, realizaram-se consignações no valor aproximado de 15 milhões de euros e efetuadas receções provisórias de empreitadas aproximadamente de 8,9 milhões de euros.

Quanto ao volume de investimento de maior expressão em 2023, são de realçar as empreitadas de Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poluição (empreitada promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa que inclui a construção da bacia anti-poluição de Monsanto, através de protocolo com a Tejo Atlântico), de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023 e 2023/2024, de Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia e do Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase, que na sua globalidade perfazem um investimento aproximado de 6,9 milhões de euros executados durante o ano de 2023.

### OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA

No ano 2023, a taxa de cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos foi de 98,4%, sendo que os casos de incumprimento resultam das seguintes causas principais: contribuições industriais indevidas (25%); obsolescência das infraestruturas (58%) e dificuldades operacionais que incluem as Afluências Pluviais Indevidas (16,7%) e subdimensionamento (8,3%).

Assinala-se o importante contributo do Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH), iniciado em 2021, que coligiu de forma detalhada todos os elementos relevantes para fundamentar, junto do regulador ambiental, a revisão e a consequente emissão de várias licenças, estabelecendo valores limites de emissão (VLE) sem necessidade de remoção de nutrientes, evitando um esforço adicional de

reestruturação das infraestruturas, situação que, inelutavelmente, acarretaria uma significativa sobrecarga da tarifa do serviço.

O Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste (AglR) para o período 2022-2025, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, teve início em 2022, mas mereceu em 2023 uma aceleração dos trabalhos, atingindo-se a velocidade cruzeiro do projeto. O trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, no âmbito do AglR, encontra-se em pleno desenvolvimento, tendo-se dado continuidade aos diversos trabalhos no terreno, nomeadamente o levantamento das redes, as campanhas de amostragem e de medição de caudal, a monitorização de pontos relevantes quer nas redes de drenagem, quer nas indústrias, hospitais e ETARI. Prosseguiram as reuniões técnicas com os municípios, as visitas técnicas às indústrias, tendo a Tejo Atlântico concluído, ou tendo em curso, estudos técnicos e definição de ações para cerca de 27 indústrias. Para as indústrias prioritárias, que apresentam impacto mais significativo nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente na FA que recebe os seus efluentes, a Tejo Atlântico celebrou Protocolos Quadripartidos (Tejo Atlântico, Indústria, Município e APA). Em 2023, deu-se também início ao ciclo de formações AglR no domínio de efluentes industriais - ProÁguas Indústria, à medida para os técnicos dos sistemas municipais e das indústrias, tendo sido realizadas 2 edições em 2023.

Foi mantido o foco da sociedade na manutenção preventiva e preditiva, conforme planeado, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a diminuir o número e a frequência das ações de manutenção corretiva. Manteve-se o processo de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - *Reliability Centered Maintenance*, na zona Sul do sistema. O projeto manutenção 4.0 é uma medida que irá dotar a Empresa de mais e melhores meios para agir preventivamente e criar melhores condições de resposta.

O subsistema da Costa do Estoril (UEPE Guia) prosseguiu com um modelo de governança transitório para a exploração daquele sistema baseado no conceito UEPE (Unidade de Execução de Projeto Estratégico), designando um coordenador-geral para as áreas da operação e da manutenção, assente no reconhecimento de que o desempenho da instalação é determinante para o apuramento da eficiência da gestão do sistema multimunicipal e para a avaliação da qualidade do serviço que este providencia, por um lado, e, por outro, a necessidade premente de reparar e solucionar as continuadas avarias de que vários equipamentos essenciais para o eficiente funcionamento da instalação têm registado, colocando em causa o adequado funcionamento da instalação. Os indicadores da operação relativos às principais rúbricas de gastos evidenciavam uma melhoria na eficácia e na eficiência da operação do sistema de tratamento. Por último, o conjunto de intervenções em curso, ou previstas para esta instalação no curto prazo, alertam para a necessidade de melhorar a articulação entre os recursos afetos à operação da instalação e à implementação de medidas de manutenção corretiva ou preventiva. A situação do Subsistema da Costa do Estoril requer, pois, uma atuação urgente, incisiva e única, com o objetivo de inverter a atual realidade do respetivo CO (Centro Operacional) e de o transformar num caso de referência para o sistema e para o setor, o que se confirma pelos resultados até aqui obtidos.

### DESAFIO ECONOMIA CIRCULAR

A valorização dos recursos endógenos e naturais são prioridades da Tejo Atlântico em linha com os princípios sustentáveis da economia circular; em prol do ambiente, do desenvolvimento de modelos de negócio sustentáveis e da valorização do território em que atuamos.

No que respeita à **água+**, a Tejo Atlântico conta já com 5 (cinco) Fábricas de Água com licenças de produção: Beirolas, Casalinho, Frielas, Guia e Mafra estando em curso o licenciamento de Alcântara e a preparação do licenciamento de Chelas.



A procura de água reutilizada pelos municípios parceiros da Empresa continuou a marcar 2023 em que continuaram a ser delineados o Plano Estratégico para a Reutilização de Água no Município de Lisboa, assim como os relativos a Mafra e a Loures. Em paralelo, verificou-se também a procura de utilização de água reutilizada pelo setor agrícola e pelo setor do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico. As Circulares da Água consubstanciam um projeto de visão a longo prazo para a criação de parcerias com municípios e outros setores de atividade na utilização de água+ e na promoção da circularidade.

Em 2023 manteve-se o plano de rega da zona norte do Parque das Nações e procedeu-se à rega do recinto onde decorreu a Jornada Mundial da Juventude exclusivamente com água reutilizada produzida na Fábrica de Água de Beirolas. Encontra-se igualmente em curso o processo de aprovação da produção de água+ para a rega dos campos de Golf do West Cliffs a partir da Fábrica de Água do Casalinho.

O Plano de **Energia+** traduz-se no compromisso com a neutralidade energética até 2030, na eficiência e na articulação com os programas de neutralidade energética da Águas de Portugal e na promoção internamente de uma cultura de gestão de energia.

Em 2023 a Tejo Atlântico alcançou uma autossuficiência energética de 23,7%, um aumento de 10% face a 2022, maioritariamente proveniente da produção de energia por Cogeração (98%). Em paralelo, as medidas de eficiência energética implementadas contribuíram também para o bom desempenho energético verificado em 2023, de 0,443 KWh/m3.

No que respeita ao **Plano de Lamas**, em 2023 iniciou-se a elaboração do procedimento pré-contratual da Empreitada de construção da unidade de Hidrólise Térmica da FA de Frielas, bem como a definição dos pressupostos e parâmetros para a atualização do respetivo EVEF.

## SUSTENTABILIDADE

Em 2023 foi dada continuidade à implementação do Plano de Reforço de Segurança adotado no final de 2020. O Plano contempla um conjunto abrangente de medidas de reforço de proteção e segurança dos trabalhadores e das instalações, que passa pelas seguintes componentes: (i) organizacional; (ii) de auditorias/inspeções e vistorias; (iii) de melhoria das condições físicas de segurança das instalações e dos equipamentos; (iv) de melhoria das condições de resposta em caso de emergência; (v) de sinalização e segurança; (vi) de procedimentação de segurança; (vii) de formação e melhoria das competências; e (viii) de melhoria da informação e da comunicação.

Dando cumprimento ao compromisso de melhoria contínua, assumido enquanto pilar da Política de Sustentabilidade Empresarial, a Tejo Atlântico manteve, durante o ano de 2023, a certificação do seu Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de:

- Gestão da Energia (NP ISO 50001);
- Sistema de Gestão de Ativos (ISO 55001);

E como integração no SRE da vertente de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457), com a correspondente certificação do referido Sistema de Gestão.

Alinhados com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da EU para o setor da água e das obrigações relativas a cibersegurança, a Tejo Atlântico deu continuidade, em 2023, ao plano de digitalização da Empresa.

Na área da comunicação, deu-se continuidade ao trabalho que contribui para a notoriedade da empresa, criando um goodwill junto do setor, da sociedade e de outros *stakeholders*, promovendo as melhores iniciativas para os públicos interno e externo. Ao nível do desenvolvimento empresarial foi dada continuidade ao trabalho de afirmação e consolidação dos novos conceitos e o seu enquadramento no âmbito da economia circular, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento.

Em outubro de 2023, realizou-se novamente em formato presencial a 7.ª edição do “Caminho da Inovação”, evento dedicado à inovação do setor da água que pretende trazer para a primeira linha o futuro da água. Este evento é um espaço privilegiado de partilha de conhecimento e apresentação de case-studies inovadores. O tema central desta edição foi “Água na Ação Climática”, que reflete a necessidade de integrar a gestão sustentável da água nas políticas e ações voltadas para a mitigação e adaptação às alterações climáticas e contou com painéis de diversos oradores, tendo-se afirmado como uma iniciativa cuja importância é crescente e amplamente reconhecida pelo setor que, envolve, agora, novas atividades no caminho para a circularidade e a descarbonização. Tal como nos anos anteriores, a Tejo Atlântico continuou a sua aposta na inovação, dando continuidade aos projetos e estudos em curso e iniciando outros estudos e projetos orientados para as linhas de inovação e investigação.

Em 2023 a Empresa desenvolveu um relevante trabalho de parceria com um conjunto de municípios com vista a colocar ao serviço destes últimos as competências da Tejo Atlântico na gestão de serviços de águas residuais, em particular nos serviços de gestão em baixa potenciando o desenvolvimento de novas áreas de atividades. Para tal, foram desenvolvidos estudos técnicos aprofundados com vista à constituição de uma parceria pautada pela eficiência, beneficiando, entre outros fatores, de efeito de escala, de capacidade de investimento para melhoria da qualidade do serviço e resiliência das operações.

- Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001);
- Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001);
- Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001);

## SÍNTESE DE INDICADORES

### QUADRO 1- INDICADORES FINANCEIROS

	UNIDADE	2021	2022	2023
Volume de negócios	MEur	82,7	83,4	<b>90,8</b>
Resultado operacional	MEur	9,4	13,1	<b>13,0</b>
EBITDA Ajustado <sup>1</sup>	MEur	34,4	34,2	<b>32,0</b>
Resultado líquido	MEur	3,8	5,6	<b>7,0</b>
Resultado líquido sem DRG	MEur	11,0	9,3	<b>9,1</b>
OPEX (CMVMC + FSE + Pessoal)	MEur	47,3	48,6	<b>57,9</b>
PRC (OPEX / Volume de negócios)	%	57%	58%	<b>64%</b>
PRC (OPEX / Volume de negócios) sem gastos excecionais	%	55%	52%	<b>48%</b>
Endividamento bruto <sup>2</sup>	MEur	201,0	188,1	<b>173,4</b>
Endividamento líquido <sup>2</sup>	MEur	120,6	113,3	<b>111,0</b>
Dívida bruta de clientes	MEur	10,3	12,2	<b>16,3</b>
Dívida líquida de clientes	MEur	10,3	12,2	<b>16,3</b>
Infraestruturas operacionais brutas (DUI bruto)	MEur	916,1	929,8	<b>947,0</b>
Infraestruturas operacionais líquidas (DUI líquido)	MEur	443,0	428,2	<b>419,1</b>
Investimento do ano <sup>3</sup>	MEur	21,7	13,8	<b>17,7</b>
Ativo total	MEur	596,0	578,9	<b>562,7</b>
Passivo total	MEur	480,2	461,1	<b>443,2</b>
Capital próprio	MEur	115,8	117,8	<b>119,5</b>

<sup>1</sup> Resultado Operacional+Amortizações+Perdas por Imparidade-Subsídios ao Investimento-Desvio Recuperação de Gastos

<sup>2</sup> Em 2023 o cálculo do indicador não considera os juros suportados com o Empréstimo do BEI

<sup>3</sup> Sem abates

### QUADRO 2 - INDICADORES DE ATIVIDADE

	UNIDADE	2021	2022	2023
Efluente faturado	Mm3	181,6	182,1	<b>183,5</b>
Efluente tratado <sup>1</sup>	Mm3	184,2	188,8	<b>197,9</b>
Efluente recolhido	Mm3	186,6	191,1	<b>200,4</b>
Municípios servidos	nº	23	23	<b>23</b>
Municípios abrangidos	nº	23	23	<b>23</b>
População servida	Mhab	2,3	2,3	<b>2,3</b>
Número de colaboradores no final do ano	nº	383	406	<b>398</b>

<sup>1</sup> Efluente tratado, efluente transportado e água reutilizável

### QUADRO 3 - INDICADORES DE INFRAESTRUTURAS

	UNIDADE	2021	2022	2023
Número de ETAR	nº	100	100	<b>100</b>
Número de Estações Elevatórias	nº	279	284	<b>284</b>
Emissários Submarinos	nº	5	5	<b>5</b>
Rede de coletores <sup>1</sup>	Km	1 131	1 140	<b>1 132</b>

<sup>1</sup> Inclui condutas elevatórias. Em 2022 considerou-se como rede de coletores os emissários submarinos, situação que foi corrigida em 2023



**A EMPRESA**

# QUEM SOMOS

## MISSÃO, VISÃO E COMPROMISSOS

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada sociedade ou Tejo Atlântico), é uma sociedade do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão gerir de forma eficiente e sustentável o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a otimização dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente, e da sustentabilidade económica e financeira, contribuindo para o desenvolvimento regional e ordenamento do território em alinhamento com os objetivos sectoriais nacionais, comunitários e de desenvolvimento sustentável.

A Tejo Atlântico pretende ser reconhecida como Empresa inspiradora a nível global pela sua qualidade do serviço de excelência, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.

No âmbito da nossa missão e prossecução da nossa visão, assente em cinco valores chave: Compromisso, Integridade, Transparência, Respeito e Excelência, e comprometidos com a disponibilidade de informação e recursos necessários, trabalhamos diariamente para:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Gerir os ativos físicos, permitindo otimizar a relação entre os riscos, os custos e o desempenho, numa perspetiva integrada do seu ciclo de vida, e assegurando que os mesmos cumprem o seu propósito, gerando valor;
- Executar o investimento necessário na prossecução da nossa missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais;
- Orientar a conceção do sistema para a economia circular, garantindo uma maior eficiência no uso de recursos e promovendo a prevenção da poluição, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis, na aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, na reutilização da água residual tratada e na procura de novas soluções para as lamas do processo;

- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho seguro e saudável para a prevenção de lesões e afeções da saúde, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da eliminação dos perigos e da redução dos riscos;
- Garantir a igualdade de tratamento e oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira e a conciliação e participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida pessoal, familiar e profissional;
- Garantir uma cultura de segurança da informação e cibersegurança, assumindo a informação como um ativo crítico, e garantir a proteção do seu tratamento, de forma adequada, fundamentado nos princípios da sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e rastreabilidade, em cumprimento com o estabelecido na Política de Segurança da Informação da Tejo Atlântico;
- Assegurar a proteção dos dados pessoais e respetivo tratamento de acordo com as finalidades previstas em cumprimento com o estabelecido na Política de Proteção de Dados Pessoais;
- Incentivar uma cultura de investigação, desenvolvimento e inovação dinamizando e estimulando a criatividade e a criação de valor, potenciando novos conhecimentos e competências, nomeadamente através de criação de parcerias externas e demonstração de soluções tecnológicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da empresa, da região e das diferentes partes interessadas;
- Conferir responsabilidade e motivação aos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, envolvendo-os através da consulta e da participação, fomentando o trabalho em equipa, e promovendo a formação contínua;
- Estabelecer uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência dos respetivos desempenho e modelo de gestão.

A atividade da Tejo Atlântico pauta-se pelo respeito integral dos valores consignados pelo Grupo Águas de Portugal, indicados no quadro abaixo.

### FIGURA 1- VALORES ÉTICOS DO GRUPO ADP E PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO

#### O Grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

#### E rege-se pelos seguintes princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável



## DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., foi constituída em 24 de março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

O referido sistema multimunicipal, gerido e explorado pela Tejo Atlântico, integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no sistema multimunicipal de abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que a seguir se identificam:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho, e gerido pela então SANEST, S.A.;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e gerido pela então SIMTEJO, S.A.;
- Componente de saneamento do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e gerido pela então Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, cuja gestão se encontrava delegada na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL).

O Sistema da atual sociedade integra como utilizadores de saneamento de águas residuais 23 municípios, a saber:

**FIGURA 2 - SISTEMA MULTIMUNICIPAL DA GRANDE LISBOA E OESTE**

- Alcobaça;
- Alenquer;
- Amadora;
- Arruda dos Vinhos;
- Azambuja;
- Bombarral;
- Cadaval;
- Caldas da Rainha;
- Cascais;
- Lisboa;
- Loures;
- Lourinhã;
- Mafra;
- Nazaré;
- Óbidos;
- Odivelas;
- Oeiras;
- Peniche;
- Rio Maior;
- Sintra;
- Sobral de Monte Agraço;
- Torres Vedras;
- Vila Franca de Xira.



O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, S.A., por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (AdLVT), entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL, por gestão delegada da AdLVT, assegurado a exploração e a gestão do sistema por conta da Tejo Atlântico até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º do referido diploma e em conjugação com o respetivo Contrato de Concessão.



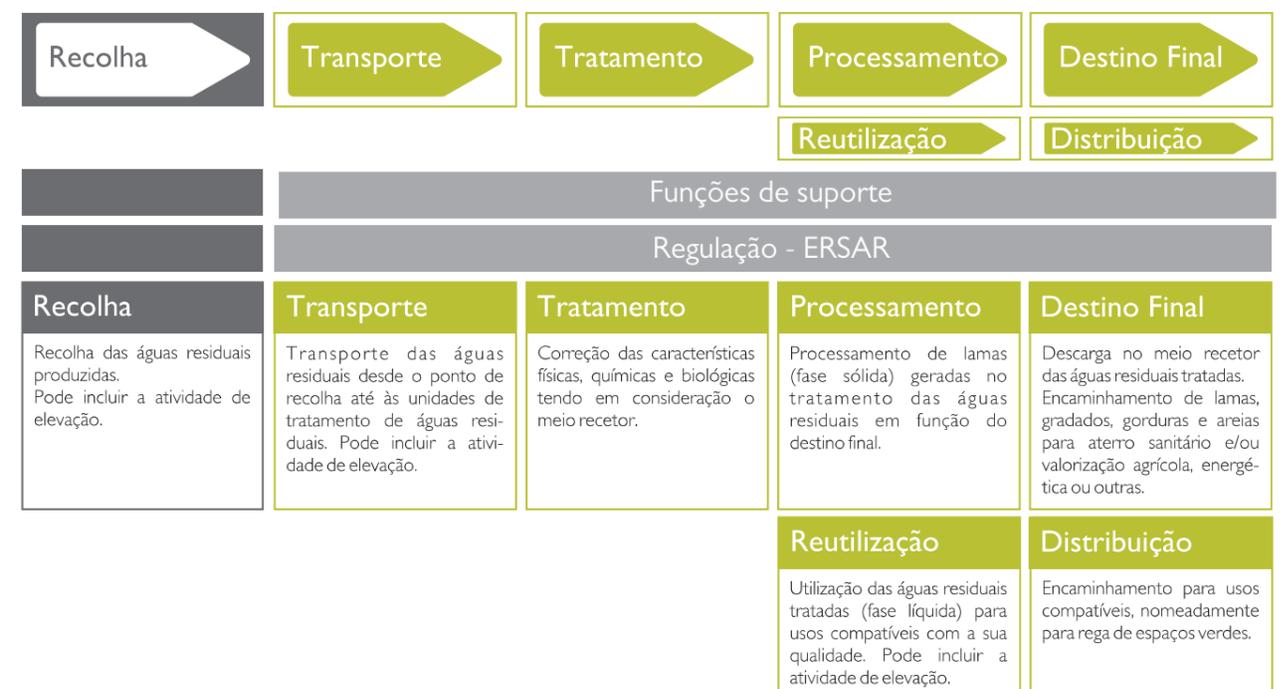
## CADEIA DE VALOR

A Empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribui para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta de seguida, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.

**FIGURA 3 – CADEIA DE VALOR**

OPERAÇÃO - SANEAMENTO



## OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A Tejo Atlântico, está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho de uma empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da Tejo Atlântico (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da Empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A Tejo Atlântico (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:

**FIGURA 4 – STAKEHOLDERS**



Através dos diversos serviços, a Sociedade pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *Stakeholders* acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a Comissão Executiva e os *Stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da Tejo Atlântico neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

## DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Tejo Atlântico cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência, e assegura o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *Stakeholders*.

## ORGANIZAÇÃO

### ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos com um Capital Social de 1 13 527 680 euros, integralmente realizado.

Em 2017, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à Tejo Atlântico pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

Com esta aquisição em 2018, o capital social registou uma redução das ações próprias de 6.458.431 para 2.521.433 ações.

No final do exercício, o Capital Social da Tejo Atlântico estava repartido da seguinte forma:

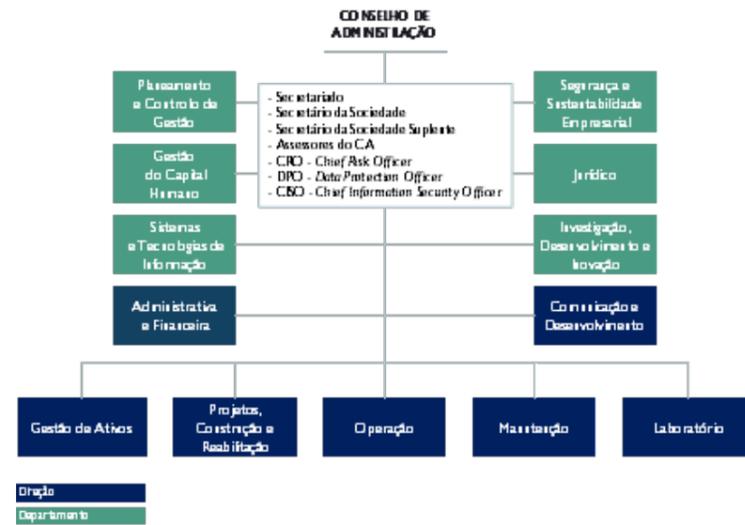
**QUADRO 4 - ACIONISTAS**

ACCIONISTAS	N.º DE AÇÕES SUBSCRITAS POR CATEGORIA		N.º TOTAL DE AÇÕES SUBSCRITAS	TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E REALIZADO	% TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO
	CATEGORIA A	CATEGORIA B			
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da Sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
<b>Total</b>	<b>112 127 680</b>	<b>1 400 000</b>	<b>113 527 680</b>	<b>113 527 680</b>	<b>100%</b>

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

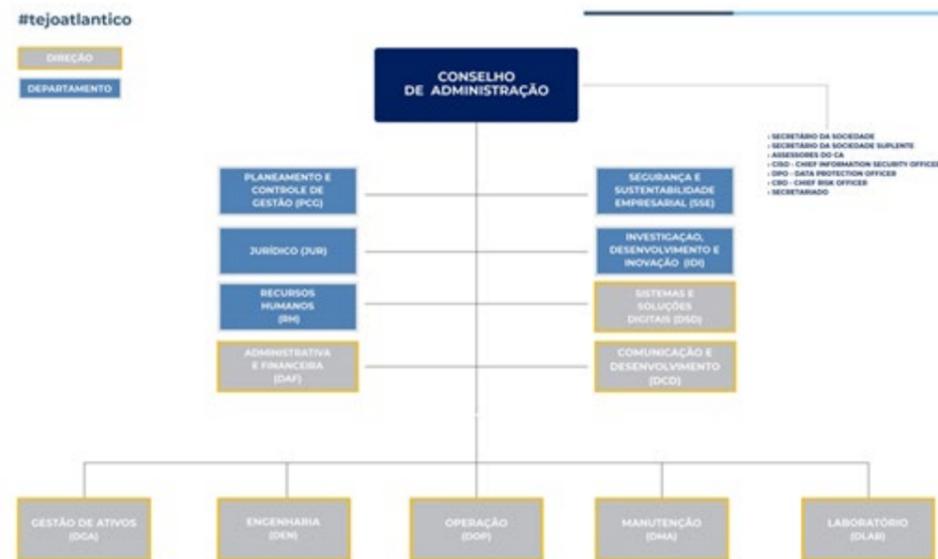
Até ao dia 15 de setembro, o desenvolvimento da atividade efetuou-se com base no organograma implementado no final de 2020, conforme se apresenta de seguida:

FIGURA 5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 1



Os órgãos sociais da Tejo Atlântico para o triénio 2023/2025, eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas realizada a 19 de abril de 2023, aprovaram o novo organograma que entrou em vigor no dia 15 de setembro de 2023, e que visou sobretudo a reorganização funcional das Direções/Departamentos, conforme com os objetivos da Empresa para o triénio 2023/2025, bem como com a estratégia "Inspirados pelo Futuro".

FIGURA 6 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 2



## ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente** | Presidente da Câmara Municipal da Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

**Vice-presidente** | Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

**Secretária** | Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente Executivo** | Eng.º Nuno Rafael da Conceição Brôco

**Vice-Presidente Executivo** | Eng.º Hugo Filipe Xambre Bento Pereira

**Vogal Executivo** | Dr.ª Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel

**Vogal Não Executivo** | Eng.ª Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto

**Vogal Não Executivo** | Dr. Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques

**Vogal Não Executivo** | Dr.ª Ana Margarida Afonso de Matos

**Vogal Não Executivo** | Arqto. Ricardo Alexandre Silva Bastos

### CONSELHO FISCAL

**Presidente** | Dr. Armando José de Sousa Resende

**Vogal Efetivo** | Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

**Vogal Efetivo** | Dra. Laura Maria Jesus Rodrigues

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**SROC** | PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

**ROC Efetivo** | Dr. José Alves Bizarro Duarte

**ROC Suplente** | Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues

### COMISSÃO DE VENCIMENTOS

**Presidente** | Dr.ª Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira

**Vogal Efetivo** | Dr. Rui Mendes Costa

**Vogal Efetivo** | Dr. João Paulo da Cruz António

### CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

No final do exercício de 2023, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

## O NOSSO PROPÓSITO

### FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

"Fazer a diferença na vida das pessoas" é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pela Tejo Atlântico tem o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a *governance* para cumprir o nosso propósito.

## COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela Tejo Atlântico em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A Tejo Atlântico dispõe de uma Linha de Integridade, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

## COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal em linha com os principais desafios que o Grupo enfrenta fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Continuamos na prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

As ambições de sustentabilidade estão também alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

### TRABALHAR COM PROPÓSITO

- Corporizando os princípios enunciados na Política de Igualdade de Género, foi aprovado o Plano da Tejo Atlântico, que visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional
- Proceceu-se à comunicação de progresso implementação dos dez princípios da *United Nations Global Compact*, que integrou o Relatório de Sustentabilidade de 2022.
- Dando cumprimento ao compromisso de melhoria contínua assumido, enquanto pilar da Política de Sustentabilidade, a Tejo Atlântico assegurou a excelência operacional da gestão integrada através de um Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001), Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), Gestão da Energia (NP EN ISO 5001), Gestão de Ativos (NP ISO 55001) e Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457). A Empresa foi sujeita a exercícios de auditoria interna, por entidade externa, e auditoria externa com emissão dos respetivos certificados de conformidade por entidade certificadora;

FIGURA 7 – COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE



- O controlo dos riscos foi efetuado com desenvolvimento de planos específicos e mantendo o compromisso da melhoria contínua - Plano Controlo Riscos químicos; Plano Controlo Riscos Elétricos, Eletromagnéticos e radiações ionizantes; Plano Controlo Riscos associados a atmosferas explosivas (ATEX); Plano Controlo Riscos trabalhos em altura/profundidade e espaços confinados; Plano Controlo Riscos biológicos, incluindo Legionella e Plano Controlo Riscos psicossociais. Deste modo foi desenvolvido o Plano Estratégico de Segurança da Tejo Atlântico 2022-2026.
- Integrado no Programa LigaRH, e após a criação de um Grupo de Trabalho para a temática dos riscos psicossociais, foi implementada a primeira parte do Plano de Ação: Consultas de Psicologia para Todos.
- Foi dado enfoque na melhor formação e capacitação dos trabalhadores, em várias áreas.

### AGIR PELO CLIMA

- Continuado o trabalho de garantir a neutralidade e a autossustentabilidade energética, e na sequência dos compromissos assumidos no ZERO – Programa de Neutralidade Energética, foi desenvolvido na Tejo Atlântico o Plano Estratégico de Energia +, enquanto ferramenta de impulso para a criação de uma cultura de gestão de energia na Tejo Atlântico, transversal a todas as unidades orgânicas e incluindo todos os trabalhadores e colaboradores;
- Avaliação da pegada carbónica enquadrada no Grupo de Trabalho da AdP, tendo em vista a redução das emissões de GEE;
- Foi promovida a mobilidade sustentável, com Certificação de Frota Move+;
- Elaboração o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC).

### ACCELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA

- Aposta no desenvolvimento do conceito de Fábricas de Água;
- Maximização da valorização dos recursos, designadamente de água + (água reciclada), como elemento fundamental para a sustentabilidade ambiental, económica e social dos territórios, designadamente, a rega do parque das Nações em Lisboa e na zona onde decorreu a Jornada Mundial da Juventude (Parque Tejo-Trancão), rega de campos de golfe na região do Oeste e o aproveitamento hidroagrícola da Várzea de Loures;
- Valorização de lamas, com Biolamas +;
- Desenvolvimento da inovação na circularidade através de projetos relacionados com os Bioplásticos e Bionutrientes.

### VALORIZAR OS TERRITÓRIOS

- Execução do Plano de Ação AgIR, que tem como objetivo contribuir para erradicação das aflúncias industriais indevidas às redes de drenagem municipal, aos sistemas de tratamento e às linhas de água num trabalho técnico de proximidade em três vértices: a Tejo Atlântico, os municípios e as indústrias.

### INOVAR PARA IMPACTAR

- A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma, com o projeto *Hidrogasmove*, pioneiro no domínio da descarbonização e valorização da energia produzida nas nossas Fábricas de Água, neste caso em Frielas, com vista a alimentar a frota operacional da Tejo Atlântico com biocombustível, bem como a continuidade do projeto *B-watersmart "Accelerating Water Smartness in Coastal Europe"*, com uma abordagem sistémica de inovação em larga escala para demonstrar tecnologias e soluções de gestão inteligente de dados para múltiplos utilizadores e setores, e criar novos modelos de negócios assentes na economia circular e inteligência hídrica;
- Parceiras em projetos inovadores para impulsionar a reutilização de águas residuais (Projeto Sollagua: Soluções baseadas na natureza para a reutilização de água em zonas rurais e Projeto GestEAU: Gestão Sustentável da Água em áreas rurais do espaço SUDO)
- Realização do evento "Caminho da Inovação" 2023;
- Compromisso com a Agenda de Inovação do Grupo AdP;
- Promoção da transformação digital com o desenvolvimento de um Plano Estratégico de Transformação Digital da Tejo Atlântico.

### EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

- Continuação da atividade do Centro de Educação Ambiental da Tejo Atlântico;
- Investimento em formação de qualidade, em parceria com ONGA, CFAE's e outros *stakeholders*.



## A NOSSA ESTRATÉGIA – INSPIRADOS PELO FUTURO

Os seis primeiros anos de vida da empresa foram dedicados à organização, uniformização de processos e metodologias de trabalho, a assegurar a continuidade de operação dos ativos que servem cerca de 2,3 milhões de habitantes, mas também à inovação e ao desenvolvimento de um conjunto de ações, que no seu conjunto fazem a missão da empresa uma das mais nobres, contribuindo para a proteção do ambiente, suporte de ecossistemas, proteção da saúde pública, desenvolvimento da atividade económica dos territórios que servimos, em particular o turismo, mas também para a inovação do setor.

Em 2023, com nova equipa de gestão da Tejo Atlântico iniciou-se um processo de diagnóstico e identificação de pontos de melhoria da organização, enquadrados com os desafios externos, as ambições internas e o alinhamento com o EVEF e com as orientações estratégicas específicas da *holding*, bem como os objetivos de gestão do mandato. Este processo, concluído em setembro, envolveu a auscultação de todos os colaboradores da empresa, o envolvimento direto dos quadros das primeiras linhas e resultou na definição da estratégia 23/25 - **Inspirados pelo Futuro** - que pautará a atuação das equipas de gestão.

Importa salientar que este processo decorreu num momento em que se consolida a consciência global de que nos encontramos num momento singular na história de várias gerações, pela encruzilhada da incerteza em que o mundo se encontra, resultante da emergência ambiental, instabilidade económica e política, crises globais de saúde pública, de alimentação e energia, de ameaça à paz global, de falta de credibilidade de lideranças e falência de um sistema de valores e ética. A percepção global do momento singular acentua-se quando verificamos que os elementos indutores e catalíticos destes processos estão interligados, com dinâmicas de evolução imprevisíveis, agravado pelo facto de que a mudança se encontra num processo de aceleração continuada.

Neste contexto de incerteza, o setor da água assume particular importância pela responsabilidade que desempenha na estabilidade do ténue equilíbrio de vários desafios globais, como o clima, a

energia, a alimentação, a saúde pública, entre outros. De facto, o setor dos serviços de águas está no epicentro de grande parte destes fenómenos, mas contraditoriamente é reconhecido como um setor resistente à mudança e com reduzida agilidade na adaptação. Vários fatores contribuem para essa percepção, incluindo o facto de ser um setor de capital intensivo, com infraestruturas projetadas para largas dezenas de anos, com uma procura estável e por uma operação em contexto de monopólio fortemente regulado.

Esta realidade intrínseca do setor das águas encontra-se desfasada do ambiente VUCA, em que a aceleração tecnológica fez aumentar o fosso entre as organizações altamente eficientes e as que não acompanham a evolução, e que vão encerrando por não se conseguirem manter competitivas. São vários os exemplos deste contexto VUCA, como o caso da situação pandémica ou dos eventos climáticos extremos com que convivemos e os seus efeitos para o sector dos serviços de águas, que se manifestam em muitas dimensões, algumas delas, até há alguns meses, incalculáveis emergindo a necessidade do setor estar preparado para responder aos desafios crescentes, previsíveis e imprevisíveis.

Acresce à complexidade global a introduzida pelos mecanismos de regulação económica e ambiental, a decorrente do essencial equilíbrio acionista e, não menos relevante, a decorrente dos mecanismos de supervisão das empresas do Setor Empresarial do Estado, num país em que o equilíbrio das finanças pública é um imperativo de sustentabilidade nacional.

### ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

No Grupo Águas de Portugal, o nosso empenho, alicerçado no quadro estratégico de compromisso, foi reforçado em 2022, com o Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP 2022-2025 (<https://www.adp.pt/pt/index.php?id=69&idn=465>) explicitando as nossas ambições pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos.

A definição de uma estratégia de atuação neste contexto exige o alinhamento dos diversos instrumentos mandatários de cariz legal, contratuais de longo prazo, em particular, o contrato de concessão,

o quadro estratégico de compromisso do Grupo AdP, com um horizonte temporal até 2030 e, obviamente, as orientações estratégicas e os objetivos de gestão para o mandato 2023/2025, bem como todos os que estamos comprometidos, designadamente como os ODS e as várias estratégias nacionais e comunitárias nas áreas em que atuamos.

Mantendo na linha de horizonte os objetivos de médio prazo, a estratégia num contexto tão dinâmico necessita de ser focada, objetivada e suportada em objetivos quantificáveis e monitorizada regulamente, mas também com uma duração passível de ser revista

num período de 3 (três) anos e certamente alvo de ajustes em períodos intercalares.

A Visão que guia a ambição da Tejo Atlântico e os objetivos que nos propusemos exigem um quadro de atuação ambicioso, com a implementação de métodos de trabalho disruptivos, designadamente a utilização de tecnologias e recursos até à data indisponíveis, a motivação e mobilização sinérgica das equipas, bem como um plano de ação, faseado, alinhado com a estratégia, enformado de maior agilidade e que permita sucessos de motivação essenciais à continuidade da dinâmica de mudança.

FIGURA 8 – VISÃO INTEGRADA



## O EDIFÍCIO ESTRATÉGICO

A estratégia, Inspirados pelo Futuro, é guiada pela visão que partilhamos para a Tejo Atlântico de sermos **A empresa líder a nível global, fundada numa qualidade de serviço irrepreensível, afirmando a sua competência pela eficiência e eficácia, pela resiliência, inovação, ação climática e criação de valor.**

Sabendo onde queremos chegar, estamos convictos de que as fundações de qualquer estratégia são essenciais para a robustez e sucesso da mesma. Para tal, fundámos este edifício da estratégia em 3 (três) fundações estratégicas (Eficácia, Eficiência e Propósito da ação) unidos por um elemento de ligação e essencial a esta robustez que somos Nós AdTA, remetendo para o valor essencial de todas as organizações que são as pessoas.

Trabalhando em cada uma destas dimensões e garantindo a superação em cada uma delas iremos assegurar um serviço de excelência.

Mas a Empresa ambiciona crescer, melhorar todos os dias e contribuir para um mundo melhor, inspirada pela Visão, pelo que elegemos 5 (cinco) pilares essenciais de crescimento: a Resiliência, a Digitalização, as Parcerias Sustentáveis, a Economia Circular e a Descarbonização das nossas atividades. Estes pilares de crescimento sendo transformacionais, têm um elemento transversal a todos eles, a mudança e a metamorfose de formas de trabalhar, em prol da organização, focados no nosso Propósito, que exigirá o envolvimento de todos para sermos bem-sucedidos.

Queremos, em cada uma das dimensões da nossa estratégia, e através de um conjunto de ações estratégicas, convergir para a visão delineada para cada uma delas:

**Nós AdTA** - Seremos uma empresa atrativa, motivadora, que investe nas competências dos seus profissionais, criando uma cultura de elevada performance, e na qual se trabalha com propósito e reconhecimento mútuo, assumindo o papel de centro de excelência do setor;

FIGURA 9 – VISÃO – PILARES DA ESTRATÉGIA



**NÓS TEJO ATLÂNTICO**

**Eficiência** - Seremos a empresa de referência na gestão dos recursos disponíveis, pautando-nos pelo rigor, capacidade de prestar contas de forma transparente e ágil, dando cumprimento à missão de forma sustentável;

**Eficácia** - Distinguirmo-nos pela capacidade de planeamento e implementação de projetos e ações de forma ágil e eficaz;

**Propósito** - Cada colaborador desempenha as suas funções com o propósito, o alinhamento com os valores e a ética que torna a Tejo Atlântico uma empresa maior;

**Resiliência** - Seremos a empresa que todos os dias cumpre a missão e prepara um futuro progressivamente mais exigente com a ambição de transmitir um legado visionário de qualidade e fiabilidade;

**Digitalização** - Seremos a empresa onde a informação é robusta, acessível e segura, continuamente disponibilizada à organização para gestão da eficiência, aumento da resiliência e promoção de novas atividades;

**Parcerias Sustentáveis** - A Tejo Atlântico seja um espaço de fomento à inovação, crescimento de iniciativas de valor acrescentado e de desenvolvimento do setor e do território, evidenciando o seu impacto positivo em termos sociais, económicos, na saúde pública e no ambiente;

**Economia circular** - A Tejo Atlântico como centro de competências da economia circular do setor da água em Portugal lidera de forma inovadora o processo transformacional de encontrar um recurso em cada resíduo que produzimos ou a que podemos integrar nas nossas atividades;

**Neutralidade Carbónica** - A Tejo Atlântico será a empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade.

## OS PILARES DA ESTRATÉGIA

### NÓS ADTA

Os recursos humanos são a espinha dorsal de qualquer organização. A Tejo Atlântico investe na capacitação dos seus trabalhadores, promovendo um ambiente inclusivo e diversificado. O desenvolvimento de competências técnicas e a sensibilização para questões ambientais são essenciais para alinhar os trabalhadores com os objetivos de sustentabilidade da empresa.

São inúmeros os desafios neste pilar estratégico, bem conhecidos do setor empresarial do estado, agravados pelo facto de nos encontrarmos a competir com outras indústrias nacionais e internacionais por profissionais com competências técnicas na área das diversas engenharias, sistemas de informação, gestão e financeira, jurídica, entre outras.

Acresce, e conforme referido, que a Tejo Atlântico resultou da fusão de duas empresas pioneiras do setor do saneamento em Portugal, uma delas criada em 1995 e outra em 2002. Alguns dos trabalhadores originais dessas empresas, encontram-se nos quadros da atual Tejo Atlântico, pelo que a idade média da nossa empresa é de 48 anos, resultando em incapacidade de um número considerável de trabalhadores para trabalhos mais exigentes fisicamente, com particular impacto e criticidade nas operações.

Assim, resultam como subpilares essenciais da estratégia, nesta dimensão:

- ATRAÇÃO E RETENÇÃO DO CAPITAL HUMANO
- SEGURANÇA E EQUIDADE
- CRESCIMENTO CONTÍNUO DO CAPITAL HUMANO
- CENTRO DE EXCELÊNCIA
- CULTURA DE EMPRESA LÍDER

### EFICÁCIA

Um dos principais desafios das empresas públicas nacionais reside na eficácia das suas iniciativas fruto dos condicionalismos internos e externos, situação que nem sempre é devidamente valorizada fruto da sua atuação em nichos de mercado protegidos, com impacto no seu desempenho operacional, na satisfação do cliente pela qualidade de serviço, mas também no seu desempenho económico.

Adicionalmente, a falta de eficácia propaga-se pela organização, enraizando-se na cultura da empresa, conduzindo a estruturas endofágicas que existem para gerirem as suas ineficiências, resultando pouco valor da sua atividade. Os processos de perda de eficácia são usualmente associados à idade das organizações, a processos de reorganização acelerados ou a sociedades onde a burocracia é dominante.

Na Tejo Atlântico, entendemos a eficácia como um pilar basilar da nossa identidade, havendo um trabalho contínuo e essencial

de melhoria do nosso desempenho que agregámos nos seguintes subpilares:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

### EFICIÊNCIA

Os indutores de eficiência a que a Tejo Atlântico está sujeita, de forma continuada ao longo dos últimos anos, permitem-nos evidenciar através de um conjunto de indicadores objetivos, como a tarifa do serviço, rácios GO/VN, energia produzida com recursos próprios, reagentes consumidos, entre outros, que somos uma das empresas mais eficientes no nosso contexto.

Contudo, tal não nos basta e realizamos esforços contínuos no sentido de otimizar os processos de tratamento, reduzir continuamente o desperdício, introduzir novas tecnologias e inovações nos processos e ativos com vista à minimização continua dos custos do serviço. A eficiência operacional é crucial para oferecer serviços de alta qualidade de forma sustentável e com menor impacto ambiental.

A Tejo Atlântico procura constantemente melhorar a eficiência de suas operações e dos seus ativos, quer pela pressão tarifária a que estamos sujeitos, pela regulação económica e consequente avaliação da qualidade do serviço, mas também porque o profissionalismo e empenho das nossas equipas conduzem naturalmente a essa ambição. Ainda assim, identificamos um conjunto de subpilares que exigirão o nosso empenho no próximo triénio:

- ATIVOS FÍSICOS
- CAPITAL HUMANO
- PROCESSOS
- MELHORIA CONTÍNUA
- BENCHMARKING

### PROPÓSITO E CULTURA EMPRESARIAL

A história da empresa Tejo Atlântico permite facilmente perceber a necessidade de um esforço contínuo no sentido de criar uma cultura de colaboração, de trabalho em equipa e fortalecimento da identidade de uma empresa que resulta da agregação recente de empresas, algumas delas com mais de duas décadas de existência.

Em qualquer organização, o trabalho de co-construção da identidade em prol da sociedade, pautada por uma atuação *compliant* com os valores é contínuo e necessita de atenção perante.

Depois de um trabalho de diagnóstico da cultura da empresa, estruturámos um conjunto de subpilares que permitirão o reforço do propósito e cultura empresarial:

- CULTURA EMPRESARIAL
- TRABALHO EQUIPA
- MELHORIA CONTÍNUA
- VISAO 360°
- IDENTIDADE

## RESILIÊNCIA EMPRESARIAL

A resiliência dos ativos, processos e pessoal é um aspeto crucial da estratégia da Tejo Atlântico, sendo desafiado por diversos fatores internos e externos destacando-se com particular acuidade as alterações climáticas e eventos extremos conexos, as afluências indevidas aos sistemas de saneamento, a gestão e acesso seguro à informação e a gestão do conhecimento dentro da organização. A Empresa prepara-se para enfrentar vários desafios, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços necessitando de acautelar uma infraestrutura robusta, devidamente mantida, planos de contingência sólidos e permanentemente atualizados e uma estrutura de gestão ágil.

A gestão dos ativos físicos assume uma particular relevância nesta dimensão, sendo que no caso da Tejo Atlântico, uma gestão de ativos baseada na otimização do trinómio desempenho/risco/custo ainda está numa fase incipiente, necessitando de particular esforço da organização ao longo dos próximos 3 anos.

Entendemos como subpilares estratégicos:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- ADAPTAÇÃO
- RENOVAÇÃO

- AFLUÊNCIAS INDEVIDAS
- TRANSFORMAÇÃO
- GESTÃO DA INFORMAÇÃO
- GESTÃO DE RISCO
- PROTEÇÃO DO AMBIENTE
- GESTÃO DO CONHECIMENTO

## DIGITALIZAÇÃO DO NEGÓCIO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O diagnóstico efetuado ao longo dos últimos anos demonstra de forma clara que a Tejo Atlântico enferma de um problema de crescimento rápido do número e complexidade das suas infraestruturas físicas sem o acompanhamento de uma evolução compatível por parte das infraestruturas digitais e recursos humanos com competências na área.

A digitalização exponencial de equipamentos, processos e utilizadores carece de uma contínua atualização da infraestrutura digital de uma organização por forma a manter a funcionalidade e rentabilidade dos investimentos realizados. A título de exemplo, a telegestão de infraestruturas na Tejo Atlântico é possível num número limitado de infraestruturas, a gestão de informação continua a ser um desafio e a otimização de processos poderá ser significativamente potenciada com o apoio do processo de digitalização que se pretende implementar, com recurso a IoT e análise de dados, para melhorar a gestão de ativos, monitorização da qualidade da água e resposta mais rápida a incidentes.

Esta estratégia, totalmente em linha com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020 -2023 e com as recomendações da EU para o setor da água vertidos em Digitalisation in the Water Sector -Recommendations for Policy Developments at EU Level e as obrigações relativas a cibersegurança vertidas na diretiva (UE) 2022/2555.

A nossa estratégia de digitalização dos ativos e processos inclui os seguintes subpilares:

- CONHECER E PLANEAR ATIVOS FÍSICOS
- OPERAÇÕES E PROCESSOS
- GESTÃO DE DADOS
- ACESSO À INFORMAÇÃO
- GOVERNANCE E CIBERSEGURANÇA

## PARCERIAS SUSTENTÁVEIS

A Tejo Atlântico pela sua natureza, enquanto sistema multimunicipal, com forte presente no território e pela missão que lhe está acometida no contrato de concessão tem por obrigação assumir-se como agente de desenvolvimento.

O desenvolvimento carece de uma dinâmica de parceria em várias áreas de atividade, quer seja na inovação, na prevenção de incidentes, na educação ambiental ou mesmo no desenvolvimento de novos negócios, como o caso do fornecimento de água para reutilização ou na extensão do negócio da empresa à atividade em baixa.

Assim, considera-se essencial o desenvolvimento do pilar estratégico das parcerias sustentáveis com os seguintes subpilares:

- CULTIVAR PARCERIAS
- INOVAÇÃO
- UTILITIES DE REFERÊNCIA
- NOVOS PRODUTOS E NEGÓCIOS
- PROPRIEDADE INDUSTRIAL

## ECONOMIA CIRCULAR

A economia circular é uma prioridade global, visando a minimização da utilização de recursos essenciais bem com da produção de resíduo. A reutilização de água tratada e a valorização de lamas de ETAR em prol de uma gestão eficiente dos recursos hídricos são elementos-chave dessa estratégia nacional para a qual a Tejo Atlântico é determinante no atingimento dos objetivos delineados.

Acresce que a situação de escassez hídrica vivida em Portugal durante os últimos anos, a crise de fertilizantes sentida na europa e a obrigatoriedade dos vários estados-membros em promover uma transição da fertilização sintética para a fertilização orgânica bem como a crise energética a nível global, vem colocar estas atividades

no topo da agenda com a consequente necessidade de evolução do setor.

A Tejo Atlântico coloca como subpilares desta sua área estratégica:

- ÁGUA+
- BIOSÓLIDOS
- NOVOS PRODUTOS
- ENERGIA
- COMPETÊNCIAS

## NEUTRALIDADE CARBÓNICA

A Tejo Atlântico ambiciona ser a empresa do Setor de Saneamento nacional com a mais baixa pegada de carbono, contribuindo para os desígnios nacionais de sermos um dos primeiros países ao nível global a atingirmos as metas do Acordo de Paris, assinado em 22 de abril de 2012, e que representa uma mudança de paradigma na abordagem e na dinâmica de resposta aos desafios das Alterações Climáticas.

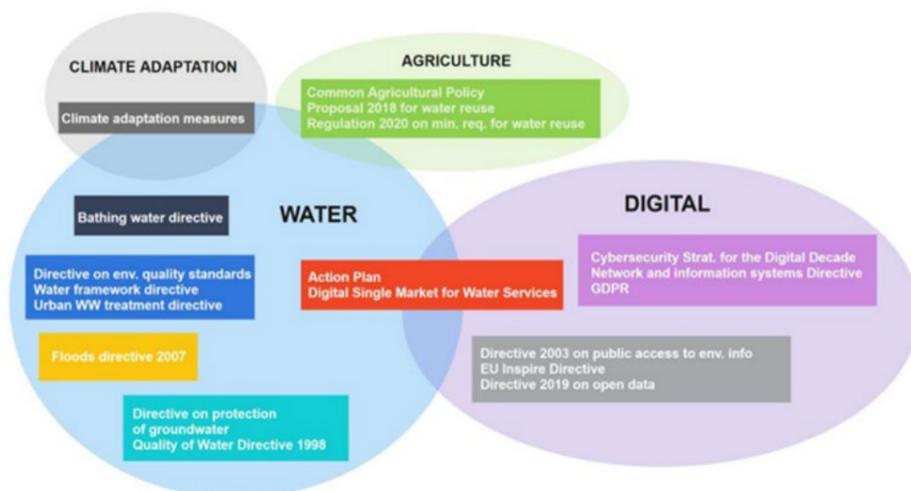
Acresce que os compromissos de sustentabilidade assumidos pelas empresas do Grupo AdP, a estratégia nacional e comunitária será impossível de alcançar sem que se materialize uma estratégia baseada no impacto de cada organização na sua pegada carbónica global.

Para cumprir seu compromisso com a neutralidade carbónica, a Tejo Atlântico investe em fontes de energia limpa, na otimização de processos e na redução das emissões de carbono através dos seguintes subpilares:

- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- PRODUÇÃO DE ENERGIA
- CARBONO COMO ELEMENTO DE SUPORTE À DECISÃO
- SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA
- PROCESSOS E ATITUDES

A estratégia de desenvolvimento da Tejo Atlântico para o triénio é simultaneamente um compromisso e um instrumento de fomento do crescimento da empresa que abraça a sustentabilidade como propósito. Através de recursos humanos capacitados, eficácia operacional, cultura de propósito, resiliência, digitalização, parcerias sustentáveis, economia circular e neutralidade carbónica, a Empresa irá moldar um futuro mais sustentável.

FIGURA 10 – DIGITALISATION IN THE WATER SECTOR -RECOMMENDATIONS FOR POLICY DEVELOPMENTS AT EU LEVEL





# RELATÓRIO DE GESTÃO

# A ENVOLVENTE

## CONTEXTO MACRO ECONÓMICO

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel – Hamas), bem como os ataques recentes no Mar Vermelho pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024.

### GLOBAL

O crescimento global para o ano 2023 estima-se em 2,6% e é esperado um crescimento de 3,1% para 2024 (3,2% para 2025).

As taxas elevadas dos bancos centrais para combater a inflação e a retirada do apoio fiscal num contexto de dívida elevada pesam sobre a atividade económica.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. A inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025, tendo a previsão para 2025 sido revista em baixa.

### ZONA DO EURO

Após uma expansão robusta pós-pandemia em 2021 e 2022, a economia da UE perdeu dinamismo. O PIB real contraiu-se muito ligeiramente no quarto trimestre de 2022 e quase não cresceu nos primeiros três trimestres deste ano. O alto custo de vida teve um impacto mais pesado do que o esperado. Do lado externo, o comércio global proporcionou pouco apoio. Entretanto, a resposta da política monetária à inflação elevada está a fazer-se sentir na economia e o apoio orçamental está a ser parcialmente eliminado. Prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3% em 2024, ainda abaixo do potencial e com uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais do verão. Prevê-se que ganhe ainda mais ritmo, para 1,7%, em 2025. Na área do euro, prevê-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior, de 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023 o crescimento do PIB na zona euro estima-se em 0,6%.

As despesas totais de investimento deverão crescer de forma constante até 2025.

Espera-se que o aumento dos salários, o crescimento contínuo do emprego e o abrandamento adicional da inflação aumentem o poder de compra das famílias em 2024 e 2025, impulsionando o consumo.

A coexistência de um baixo desemprego e de elevadas percentagens de vagas e de escassez de mão-de-obra aponta para um mercado de trabalho ainda apertado.

A inflação medida pelo IHPC continuou a diminuir acentuadamente desde o pico de 10,6% em termos homólogos registado em outubro de 2022 na área do euro. Em outubro deste ano, estima-se que tenha atingido o mínimo de dois anos de 2,9%. A inflação na UE seguiu um caminho semelhante.

Prevê-se que o défice das administrações públicas da UE diminua ainda mais ligeiramente em 2023, para 3,2% do PIB, 0,1 p.p. abaixo do ano anterior.

Em 2024, o foco mudará para a inflação dos serviços, que está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Esperamos que um abrandamento gradual do mercado de trabalho conduza a inflação subjacente para perto da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), até ao final do ano.

O Conselho do BCE decidiu, na reunião de 14 de dezembro de 2023, manter as três taxas de juro diretoras inalteradas. Embora a inflação tenha descido nos últimos meses, é provável que volte a subir temporariamente no curto prazo.

## PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2023 são os seguintes:

### QUADRO 5 – INDICADORES ECONÓMICOS (INE)

	ESTIMATIVA 2023	ANO 2022
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	6,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	1,0%	5,6%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	5,3%	8,1%
Taxa de desemprego	6,5%	6,1%
Euribor 6 meses (fim do ano)	3,861%	2,693%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	3,24%	2,17%

A economia portuguesa deverá crescer 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025–26.

A evolução recente da atividade reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Prevê-se que o saldo orçamental atinja um excedente de 1,1% do PIB em 2023 (0,1% em 2024 e 0,2% em 2025), face ao défice de 0,3% do PIB em 2022.

## O SETOR<sup>1</sup>

### O SETOR A NÍVEL MUNDIAL

A água é, cada vez mais um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água mantém-se no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e sendo objeto do [ODS6](#), que visa o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdbobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano
- apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores; e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Em março de 2023 realizou-se a primeira grande conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à água desde 1977. A Conferência da ONU sobre Água de 2023 concentrou-se no progresso em direção às metas relacionadas à água e ao saneamento, coincidindo com a revisão abrangente de médio prazo da Década Internacional de Ação, “Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028”.

## CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA<sup>2</sup>

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas a 07 de outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos, procurando alternativas e avançar mais rapidamente com a transição energética, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da UE. Em paralelo o plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos que a Europa ambiciona.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia renovável, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º 136/2022).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

2 Fonte: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt)

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

No 15.º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.<sup>3</sup>

## O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL<sup>4</sup>

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

### QUADRO 6 - DADOS RASAR2022

#### PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none"><li>• 9,8 milhões de habitantes servidos</li><li>• 97% de alojamentos servidos</li><li>• 184 litros: consumo médio diário de água por habitante</li><li>• Tarifa média ponderada: 0,558 EUR/m<sup>3</sup></li><li>• Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,62%</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem</li><li>• 86% de alojamentos servidos</li><li>• 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento</li><li>• 86% de alojamentos servidos com tratamento</li><li>• 1,8 milhões de m<sup>3</sup> de águas residuais recolhidas diariamente</li><li>• Tarifa média ponderada: 0,535 EUR/m</li></ul>

Dados RASARP 2023 Volume 1 e RASARP 2023 volume 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturação dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A 14 dezembro de 2023 foi aprovada a resolução que estabelece o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030<sup>5</sup> estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

3 Nota à comunicação social de 22 de dezembro de 2023 da Adene.

4 Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

5 Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro

O Plano visa quatro objetivos estratégicos globais, materializados em 70 medidas distribuídas por diferentes níveis de prioridade:

- eficácia dos serviços;
- eficiência dos serviços;
- sustentabilidade dos serviços;
- valorização económica, ambiental e societal dos serviços.

## O GRUPO ADP EM 2023

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver desde 2022, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a *task force* das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo durante o ano de 2022, com o objetivo de gerir, em situação de contingência, a seca meteorológica e hidrológica verificada em 2022, a terceira mais gravosa desde 1931.

Em 2023 e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país.

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima - COP28 em dezembro de 2023.

No plano internacional, em 2023 o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, instituição com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "*Utilities of the Future*".

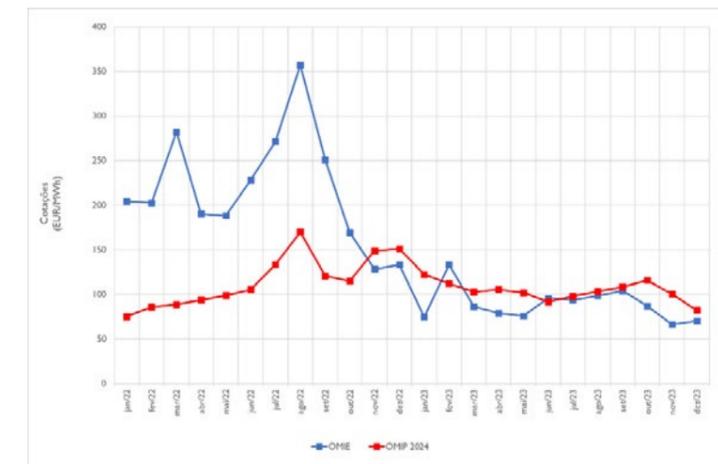
Neste âmbito, decorreu, em setembro de 2023, um programa de trabalhos promovido pelo Grupo Águas de Portugal para um grupo de técnicos do setor das águas de diversos países envolvendo sessões de intercâmbio de conhecimentos e capacitação, permitindo que os participantes discutissem como operacionalizar e integrar estes conceitos na água urbana, refletindo sobre as suas experiências e identificando desafios e oportunidades.

## A ENERGIA NO GRUPO ADP

### O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

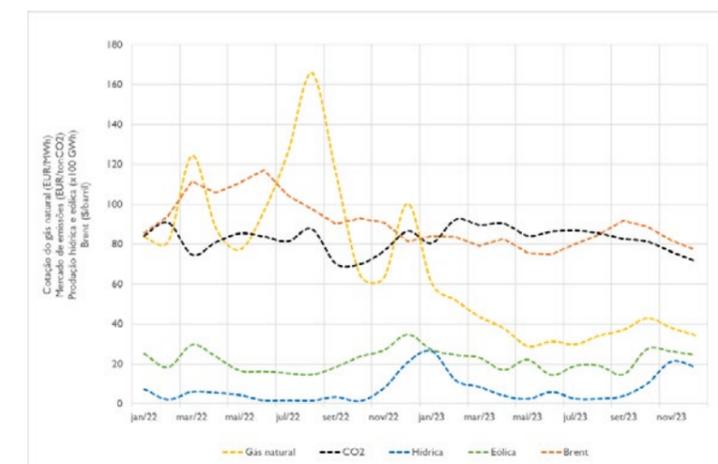
No ano de 2023 verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, principalmente no 2º semestre, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte. De relembrar que o ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, que se manteve em 2023, apesar do impacto nos mercados ter sido significativamente menor.

FIGURA 11 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA ENERGIA NO OMIE



Em 2023 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 88,27 €/MWh (tendo sido de 217,84 €/MWh em 2022, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2023 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2024 foi de 104,73 €/MWh, diminuindo -3,6% face ao ano de 2022.

FIGURA 12 - EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES QUE INFLUENCIAM O PREÇO DA ENERGIA



Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a redução do preço médio do gás natural que depois de atingir máximos históricos em 2022, mostrou uma tendência de descida ao longo do ano de 2023. A cotação mensal média do CO2 aumentou ligeiramente face ao ano anterior (+3,6%). A produção hídrica foi significativamente superior (+85,2%), já a produção eólica

na Europa em 2023 foi próxima da verificada no ano anterior (-1,5%). Quanto ao brent apresenta um preço médio em 2023 de 82,1 \$/barril, valor inferior face a 2022 (98,6 \$/barril).

Nos mercados diários europeus e em 2023, as cotações reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

#### QUADRO 7 - VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA

VARIAÇÃO DO MERCADO DIÁRIO	COTAÇÃO MÉDIA EM 2023 (EUR/MWh)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWh)	2023/2022
Portugal	88,27	217,84	-59,5%
Alemanha	94,92	235,46	-59,7%
França	96,60	275,89	-65,0%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2024, reduziram-se face ao ano anterior, com menor expressão do que as verificadas nos mercados diários, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

#### QUADRO 8 - VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA NO OMIP

VARIAÇÃO DO MERCADO DE FUTUROS PARA FORNECIMENTO EM 2024	COTAÇÃO MÉDIA EM 2023 (EUR/MWh)	COTAÇÃO MÉDIA EM 2022 (EUR/MWh)	2023/2022
Portugal	104,73	108,67	-3,6%
Alemanha	146,87	174,19	-15,7%
França	180,24	195,58	-7,8%

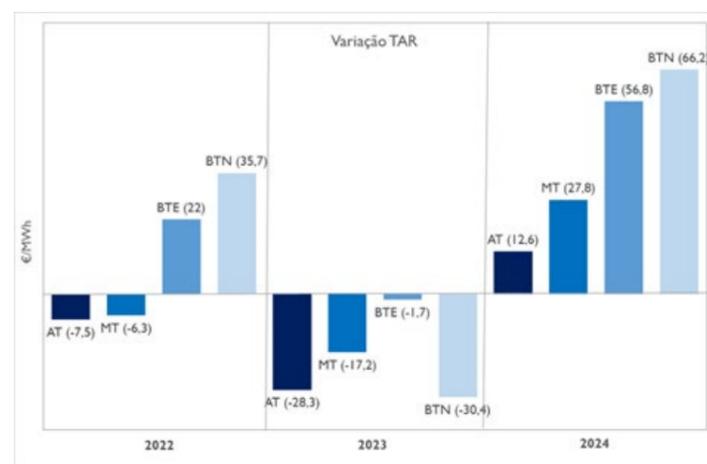
No ano de 2023, o consumo nacional foi de 50.728 GWh, superior em +0,8% face ao registado em 2022.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Como se tem referido inúmeras vezes, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR.

Em 2024 as TAR terão um aumento significativo em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte.

#### FIGURA 13 – REPARTIÇÃO COM OS CUSTOS DE ENERGIA E TAXAS



Em 2023, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2023 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um para o fornecimento no 1º semestre e outro para o 2º semestre, sem preço base e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a grande redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio desceu de 201,43 €/MWh no 1º semestre para 111,23 €/MWh no 2º semestre).

Igualmente a opção pelo regime regulado no fornecimento em BTN revelou-se ser a melhor, uma vez que o regime liberalizado ainda não voltou a ser competitivo neste segmento.

Em 2024 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2024 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 10 milhões de euros face a 2023 calculando-se que em 2023 seja de 101 milhões de euros.

#### O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2023 (+2,4% do que em 2022) cifrando-se em 768,91 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 1,3% do caudal em abastecimento de água e de 6,0% em água residual.

Destes, 739,26 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,4% do que em 2022 e 29,72 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,4% do que em 2022). Este valor de 739,26 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 731,89 GWh e 6,69 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP.

No ano de 2023 merece ainda destaque a produção própria de energia (100% renovável), seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2023 apontam para uma produção de 39,24 GWh/ano (+1,8% face a 2022). O autoconsumo foi de 29,72 GWh (+8,6% do que em 2022) e a energia vendida à RESP totalizou 9,52 GWh (-14,9% do que em 2022).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2023 foi de 729,74 GWh, o que representa uma variação de +2,5% do que em 2022, onde o saldo foi de 712,20 GWh (de notar que parte deste aumento se deve à integração das instalações do município de Setúbal na SIMARSUL). A autossuficiência energética do Grupo AdP manteve-se em 5,1% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2023, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2024) deverá atingir em 2023 cerca de 101 milhões de euros (+208,3% do que em 2022), que corresponde a cerca de +68,3 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado dos preços de energia de mercado elevados.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2023, os 190 veículos 100% elétricos (+59 do que em 2022) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,5 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 214 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 561 tep. Em termos de energia primária, a redução foi de -44,5% (-81,7 tep), e o consumo elétrico foi de 475 MWh.

Em termos de emissões de CO<sub>2</sub>, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -475 toneladas (-83,5%).

No ano de 2023 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (≈ 1.600 veículos) consumiu cerca de 2,83 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,2% face a 2022 – ano em que foram consumidos 2,99 milhões de litros - e uma variação de +1,2% face a 2021, ano ainda perturbado pela pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,80 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 7.766 l/dia em 2023 (em 2022 o consumo médio diário foi de 8.190 l/dia e em 2021 de 7.676 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2023 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,3 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -15,4% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +7,5% face a 2021 (2,5 milhões de euros, sem IVA incluído). A redução verificada na fatura de combustíveis deve-se à redução do preço médio dos combustíveis.

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis diminuiu face ao ano anterior: -19,0% no gasóleo e de -18,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Os consumos de energia da Tejo Atlântico em 2023 foram 1,9% inferiores a 2022, cifrando-se em 87,77 GWh (representando cerca de 11% do consumo do grupo AdP). Destes 67,30 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -4,6% do que em 2022 e 20,46 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,3% do que em 2022, representando 69% da produção a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis do grupo AdP).

A autossuficiência energética da Tejo Atlântico foi de 23,7% do seu consumo total de energia, +10% do que em 2022.



## A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO<sub>2</sub> nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos normativos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível, otimizando os recursos, terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2023 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um *mix* integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de

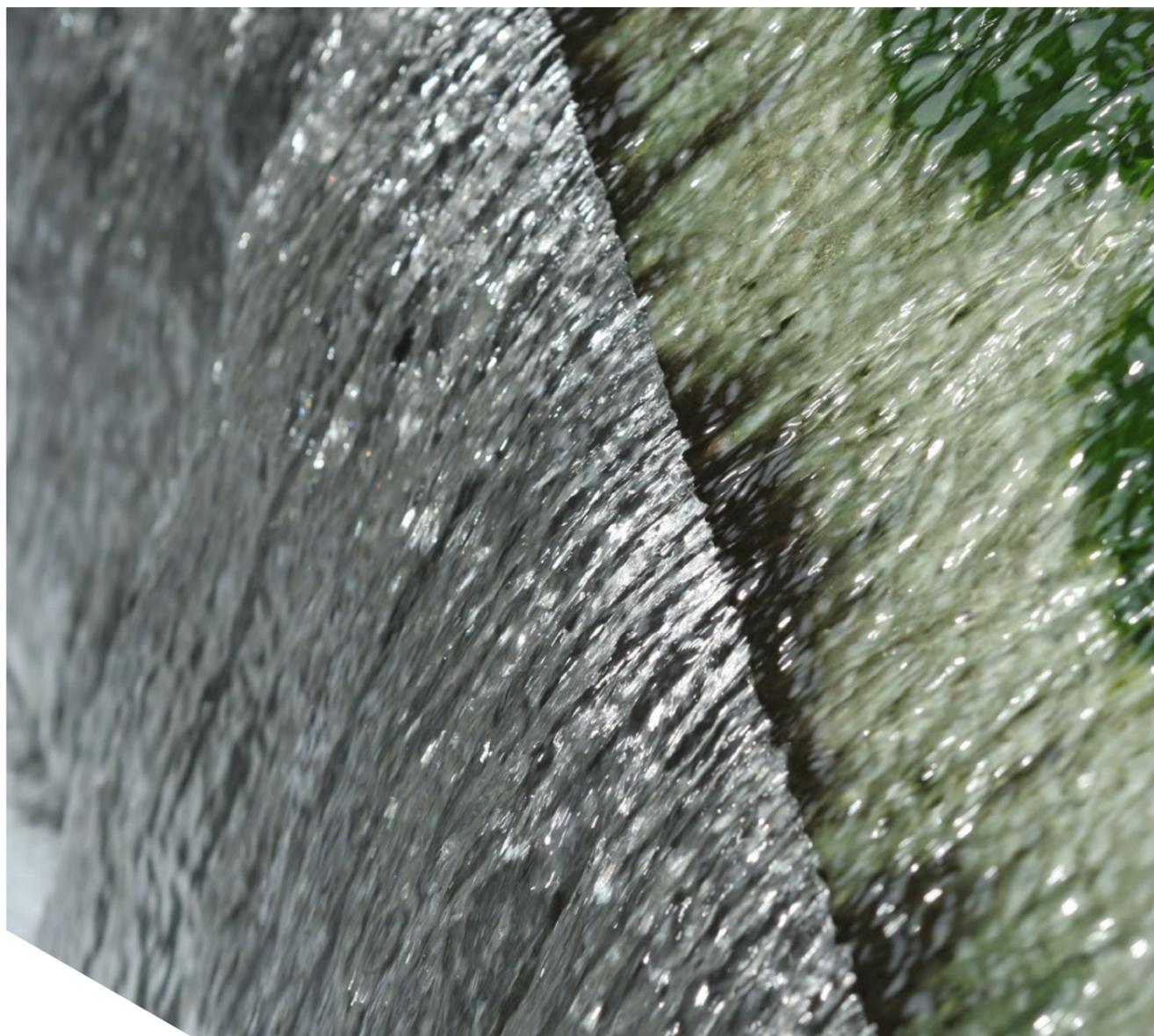
uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano de 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

Em 2023 destaca-se na Tejo Atlântico a implementação do “Plano de Energia +”, que engloba os compromissos do programa de Neutralidade do Grupo AdP. Foram realizadas ações de sensibilização e formação previstas no referido plano, designadamente o módulo I de tratamento biológico. Foram ainda, implementadas diversas medidas de redução dos consumos, destacando-se a Empreitada de Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a FA de Beirolas, onde foram substituídos os difusores e compressores de arejamento e a Empreitada de Fornecimento e Montagem de Ventiladores na Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara, que procedeu à substituição dos ventiladores por ventiladores mais eficientes.

Ainda em 2023, entrou em serviço a central fotovoltaica da FA de Beirolas.

A Tejo Atlântico integra o grupo de trabalho das Águas de Portugal onde se encontra em desenvolvimento o Programa NEUTRO. Em 2023 foi realizado o inventário para a quantificação das emissões de carbono emitidas no Grupo com base no ano 2019, o qual permitiu quantificar as emissões de GEE's direta e indiretamente associadas à AdTA e desta forma elaborar um plano de redução e compensação das mesmas.



## CONTEXTO REGULATÓRIO

### ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

Em 2023, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidades atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

### REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

## TEJO ATLÂNTICO – ATIVIDADE EM “ALTA”

A Tejo Atlântico é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticados são avaliados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Tejo Atlântico, as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidas para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR. Deste mecanismo decorre uma CTA a entregar pela Tejo Atlântico ao sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo, a beneficiar o serviço de saneamento de águas residuais.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2023, as tarifas, os rendimentos tarifários e a CTA aplicadas na faturação pela Tejo Atlântico, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2023, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 3,24%.

O diploma constituinte da Tejo Atlântico, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Tejo Atlântico, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2023 estavam registados nas contas cerca de 2,8 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade da Tejo Atlântico, incluindo a parte da correção assumida pela Tejo Atlântico no DRG de 2022, no valor de 210 mil euros.

## REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A Tejo Atlântico está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2023, o volume I do RASARP<sup>6</sup> com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Tejo Atlântico, disponível em <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/qualidade-do-servico>.

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.ersar.pt/publicacoes/relatorio-anual-do-setor>

## REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A Tejo Atlântico está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a Tejo Atlântico dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/sugestoes>.

Em 2023 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a uma melhoria face ao verificado nos últimos anos.

## AS NOSSAS PESSOAS

Conscientes da importância de estabelecer maior proximidade com todos os trabalhadores nos diversos locais, a equipa de Recursos Humanos (RH) tem vindo a descentralizar o seu posto de trabalho como forma de promover e aumentar o relacionamento com os trabalhadores, possibilitar o melhor esclarecimento de dúvidas e receber feedback e sugestões construtivas.

Esta iniciativa, pretende estabelecer maior conexão com os trabalhadores, através de um processo de proximidade e de escuta ativa, com o objetivo de implementar medidas de melhoria interna.

Integrado no Programa LigaRH, e após a criação de um Grupo de Trabalho para a temática dos riscos psicossociais, foi implementada a primeira parte do Plano de Ação: Consultas de Psicologia para Todos.

Para uma maior sensibilização para a temática e tentando mitigar os problemas existentes ao nível dos vários riscos psicossociais proceder-se-á ao levantamento e avaliação dos mesmos.

No âmbito do Plano de Formação para 2022/23 foram ministradas 14 710 horas de formação, conseguindo assim mitigar os efeitos da pandemia em que estavam proibidas as ações de formação presenciais.

A aposta na formação e qualificação das pessoas resultou de várias ações de formação destacando a formação de “Bem-Estar e Desempenho em Equipas Operacionais”, que teve por objetivo facultar a todos os operacionais das nossas Fábricas de Água um ambiente de trabalho positivo, com maior envolvimento e cooperação e reforço do desempenho e autonomia.

Salienta-se, ainda, a conclusão do 12º ano dos primeiros trabalhadores inscritos no Programa “QUALIFICA”, através da modalidade reconhecimento, validação e certificação de competências.



Foi também aprovado o Descritivo de Funções tendo por base o Manual de Funções em vigor, melhorando, assim, a definição de funções, responsabilidades e autoridade.

A nível interno, iniciou-se o projeto de transição para o SAP SuccessFactors no Grupo AdP, estando já concluída a implementação do módulo de Gestão de Dados Pessoais, que permitirá gerir, registar e solicitar a alteração de informações pessoais e fiscais diretamente no sistema da forma mais simples e segura possível.

#### QUADRO 9 – HEADCOUNT

HEADCOUNT	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 2023/2022
N.º Total Trabalhadores	383	406	398	-8

No PAO 2023 foram aprovadas, em 30/12/2023, a contratação de 33 trabalhadores que apenas se irão efetivar em 2024.

No quadro 10 apresenta-se a distribuição dos trabalhadores pelas unidades orgânicas da empresa:

#### QUADRO 10 - DISTRIBUIÇÃO DE HEADCOUNT POR DIREÇÃO/DEPARTAMENTO/ÁREA

DIREÇÃO/ DEPARTAMENTO/ ÁREA	2021	%	2022	%	2023	%
Dir. de Operação	219	57,18%	231	56,90%	227	57,04%
Dir. de Manutenção	46	12,01%	48	11,82%	47	11,81%
Dir. de Comunicação e Desenvolvimento	6	1,57%	6	1,48%	6	1,51%
Dir. de Engenharia	19	4,96%	19	4,68%	19	4,77%
Dir. de Gestão de Ativos	20	5,22%	22	5,42%	22	5,53%
Dir. Administrativa e Financeira	21	5,48%	20	4,93%	21	5,28%
Dep. Jurídico	4	1,04%	4	0,99%	3	0,75%
Dir. Laboratório	19	4,96%	21	5,17%	21	5,28%
Dep. Recursos Humanos	5	1,31%	7	1,72%	6	1,51%
Dep. Planeamento e Controlo de Gestão	4	1,04%	5	1,23%	5	1,26%
Dep. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	4	1,04%	3	0,74%	3	0,75%
Dir. Sistemas e Soluções Digitais	4	1,04%	6	1,48%	6	1,51%
Dep. Segurança e Sustentabilidade Empresarial	8	2,09%	9	2,22%	9	2,26%
Assessores	1	0,26%	2	0,49%	2	0,50%
Secretariado	3	0,78%	3	0,74%	1	0,25%
<b>Total</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

Desses 398 trabalhadores, há 1 trabalhador que não faz parte dos quadros de pessoal da Empresa, estando cedido à Tejo Atlântico por outra empresa do Grupo AdP.

#### QUADRO 11 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS

EFETIVOS	2021	%	2022	%	2023	%
Quadro	380	99,22%	404	99,51%	397	99,75%
Cedências	3	0,78%	2	0,49%	1	0,25%
<b>Total</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

No ano de 2023, verificaram-se 17 entradas e 25 saídas.

As entradas ocorridas têm o seguinte enquadramento:

- 2 por internalização de trabalhadores que se encontravam a prestar serviço na Empresa, mas com vínculo precário, situação prevista no PAO 2022 aprovado a 1 de dezembro de 2022;
- 10 para suprir parte das saídas ocorridas em anos anteriores, por iniciativa do trabalhador, por situações de reforma ou por falecimento, cuja substituição ainda não havia sido efetivada;
- 5 para suprir saídas ocorridas em 2023, que resultaram da cessação da relação laboral não determinada pela Tejo Atlântico, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras por iniciativa do trabalhador.

No que respeita às saídas/suspensões de vínculos, esteve em causa no total de 25 trabalhadores:

- 5 por Reforma Velhice/Invalidez;
- 1 por Falecimento;
- 1 por Licença sem Vencimento;
- 1 por cessão de posição contratual;
- 1 por requisição para o desempenho de Funções de Administração no Grupo AdP;
- 16 por iniciativa do trabalhador.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 08 de fevereiro, o decreto-lei de execução orçamental (DLEO) para 2023, estão autorizadas as contratações destinadas à substituição de trabalhadores em empresas do setor público empresarial nos seguintes termos: "substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e que desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, devidamente justificadas, desde que a remuneração do trabalhador a contratar: a) Corresponda à base da respetiva carreira e categoria profissional prevista em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou em regulamento interno; ou b) Represente um custo anualizado igual ou inferior ao custo anualizado com o trabalhador substituído".

#### QUADRO 12 - MOVIMENTOS DE PESSOAL

MOVIMENTOS DE PESSOAL	2021			2022			2023		
	CEDÊNCIAS	OUTROS	TOTAL	CEDÊNCIAS	OUTROS	TOTAL	CEDÊNCIAS	OUTROS	TOTAL
Entradas	1	26	27	3	41	44	0	17	17
Saídas	2	12	14	2	19	21	1	24	25
<b>Total</b>	<b>-1</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>-1</b>	<b>-7</b>	<b>-8</b>

No quadro 13, apresenta-se a distribuição por género, não existindo alterações significativas a registar relativamente aos anos anteriores.

#### QUADRO 13 - DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO

EFETIVOS	2021	%	2022	%	2023	%
Mulheres	115	30,03%	123	30,30%	119	29,90%
Homens	268	69,97%	283	69,70%	279	70,10%
<b>Total</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

No quadro 14 apresenta-se a antiguidade média dos trabalhadores.

#### QUADRO 14 – ANTIGUIDADE

ANTIGUIDADE	2021	%	2022	%	2023	%
antiguidade < 2 anos	30	7,83%	59	14,53%	43	10,80%
antiguidade 2 a 5 anos	28	7,31%	30	7,39%	49	12,31%
antiguidade 6 a 10 anos	23	6,01%	18	4,43%	17	4,27%
antiguidade 11 a 20 anos	216	56,40%	166	40,89%	146	36,68%
antiguidade > 20 anos	86	22,45%	133	32,76%	143	35,93%
<b>Total</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

Nota: Corrigidos os valores relativos a 2021 e 2022

A idade média dos trabalhadores no final do ano 2023 é de 47 anos.

#### QUADRO 15 - ESTRUTURA ETÁRIA

ESTRUTURA ETÁRIA	2021	%	2022	%	2023	%
idade <25	2	0,52%	3	0,74%	1	0,25%
idade 25-34	35	9,14%	46	11,33%	46	11,56%
idade 35-44	122	31,85%	115	28,33%	117	29,40%
idade 45-54	133	34,73%	151	37,19%	150	37,69%
idade >55	91	23,76%	91	22,41%	84	21,11%
<b>Total</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

Quanto ao nível profissional, não há a registar alterações significativas em relação ao ano anterior. Realçamos apenas que, no final de 2023, cerca de 45% dos trabalhadores são Profissionais Qualificados e cerca de 27% são Quadros Superiores.

#### QUADRO 16 - NÍVEL PROFISSIONAL

NÍVEL PROFISSIONAL	2021	%	2022	%	2023	%
Dirigentes	30	8%	29	7%	33	8%
Quadros Superiores	88	23%	103	25%	106	27%
Quadros intermédios (inc.contra-mestres e chefes de equipa)	26	7%	23	6%	25	6%
Profissionais altamente qualificados	46	12%	50	12%	36	9%
Profissionais qualificados	173	45%	181	45%	178	45%
Profissionais semiquaificados	17	4%	17	4%	17	4%
Profissionais não qualificados	3	1%	3	1%	3	1%
<b>Total</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

No quadro 17, apresenta-se as habilitações literárias dos trabalhadores, não existindo alterações significativas a registar em 2023 relativamente aos anos anteriores.

#### QUADRO 17 – HABILITAÇÕES

HABILITAÇÕES	2021	%	2022	%	2023	%
Ensino Básico	112	29%	133	33%	140	35%
Ensino Secundário	130	34%	122	30%	115	29%
Ensino Superior	141	37%	151	37%	143	36%
<b>Total</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

A valorização dos recursos humanos tem constituído uma prioridade elevada das políticas da Empresa, assumindo a formação um papel nuclear na melhoria dos níveis de qualificação dos seus ativos, como forma de motivação e valorização do seu desempenho profissional. O Plano de formação de 2023 teve uma taxa de execução de 87% tendo sido realizadas 14 710 horas de formação face às 16 944 aprovadas. A não execução da totalidade do plano ficou a dever-se fundamentalmente à indisponibilidade de alguns formandos para a realização das ações de formação avançada previstas e à não realização de algumas ações de formação em áreas não operacionais nomeadamente em temas em que é necessário avaliar o nível de conhecimento do formando.

Face ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de 39% do número de horas de formação ministradas, tendo também aumentado o número de trabalhadores que frequentaram formação em comparação com o ano anterior. Este acréscimo ficou a dever-se, essencialmente, à continuação da aposta no cumprimento do Plano de Reforço de Segurança, ações que abrangem todos os trabalhadores da Empresa e trabalhadores temporários. Nestas ações de formação houve um acréscimo do número de formandos, quer pela elevada rotatividade na carreira de Técnico Operativo quer pela necessidade de reforço dos comportamentos de segurança por parte de trabalhadores que já haviam frequentado anteriormente estas ações. Salienta-se ainda que, em 2023, assistimos a um aumento do número de horas de formação face aos anos anteriores porque a afetação de um recurso a tempo inteiro permitiu também a concretização de ações de formação noutras áreas de conhecimento, dando cumprimento quase total ao plano de formação 2023.

#### QUADRO 18 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2021	2022	2023
N.º Horas de formação	7 769	10 586	14 710
N.º Ações de formação	102	64	76
N.º Formandos	309	421	453
<b>Total de Trabalhadores</b>	<b>383</b>	<b>406</b>	<b>398</b>

Em 2023, registou-se um decréscimo na taxa de absentismo comparativamente com o ano anterior, sendo que a tendência tem sido decrescente nos últimos anos.

#### QUADRO 19 – ABSENTISMO

ABSENTISMO	2021	2022	2023
Horas Absentismo	52 639	60 688	44 223
Taxa de Absentismo	2,31%	2,09%	1,58%

Verifica-se que 17,6% das horas de ausência no ano 2023 foram devidas a acidentes de trabalho, num total de 31 acidentes de trabalho, com uma média de 31 dias de incapacidade temporária absoluta por cada acidente. Assim, em 2023, sucedeu-se um acréscimo do número total de acidentes de trabalho, embora com menor gravidade (os dias perdidos por motivo de baixa por acidente de trabalho diminuíram em relação a 2022).

#### QUADRO 20 - ACIDENTES DE TRABALHO

ACIDENTES DE TRABALHO	2021			2022			2023		
	N.º SINISTROS	N.º DIAS BAIXA	N.º MÉD. DIAS BAIXA	N.º SINISTROS	N.º DIAS BAIXA	N.º MÉD. DIAS BAIXA	N.º SINISTROS	N.º DIAS BAIXA	N.º MÉD. DIAS BAIXA
Sinistros encerrados	27	1 044	39	20	1 403	70	31	973	31
Sinistros encerrados sem baixa	8	0	0	8	0	0	9	0	0
Sinistros em curso (com recaída)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>1 044</b>	<b>39</b>	<b>28</b>	<b>1 403</b>	<b>70</b>	<b>40</b>	<b>973</b>	<b>31</b>

Nota: N.º médio dias baixa = N.º dias baixa/ N.º sinistros com baixa

Relativamente à frequência dos acidentes de trabalho quer a taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho, como a taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa diminuíram ligeiramente face a 2022.

#### QUADRO 21 - INDICADORES DE SEGURANÇA

INDICADORES DE SEGURANÇA	2021	2022	2023
Tf: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	57,30	39,22	33,11
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	44,21	28,02	25,66

Relativamente à Medicina do Trabalho, evidenciam-se abaixo os exames efetuados em 2023 que compreendem análises clínicas (sangue e urina), ECG, Audiograma e Rastreo Visual.

#### QUADRO 22 - MEDICINA NO TRABALHO

MEDICINA DO TRABALHO	N.º TRAB. 2021	%	N.º TRAB. 2022	%	N.º TRAB. 2023	%
Exames Admissão	16	8,84%	28	11,24%	37	10,45%
Exames Periódicos	107	59,12%	177	71,08%	249	70,34%
Exames Ocasionais	58	32,04%	44	17,67%	68	19,21%
<b>Total de Exames</b>	<b>181</b>		<b>249</b>		<b>354</b>	

Em 2023, deu-se continuidade à campanha de vacinação contra a gripe, tendo sido inoculadas 91 vacinas que representam 22,86% do total de trabalhadores da Empresa.

## QUADRO 23 – VACINAÇÃO

PREVENÇÃO GRIPE SAZONAL	2021	%	2022	%	2023	%
Vacinas inoculadas	122	31,85%	111	27,34%	91	22,86%
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	

Para além da Medicina do Trabalho, as consultas de Medicina Curativa disponibilizadas pela Empresa, que consistem em consultas de clínica geral, tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, a prescrição de receitas e o aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde, tiveram um acréscimo face aos anos anteriores: cerca de 23,62% dos trabalhadores realizaram este tipo de consultas em 2023.

## QUADRO 24 – CONSULTAS

MEDICINA CURATIVA	N.º TRAB. 2021	%	N.º TRAB. 2022	%	N.º TRAB. 2023	%
Consultas	72	18,80%	91	22,41%	94	23,62%
<b>Total de Trabalhadores</b>	<b>383</b>		<b>406</b>		<b>398</b>	



# ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os objetivos da Tejo Atlântico são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas por despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas, designadamente da Tejo Atlântico, no exercício da respetiva atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

## DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

## ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A., deverá:

- Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e à satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

## ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
  - Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
  - Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
  - Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
  - Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;
  - Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
- Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
  - Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;



- Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
- Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

- Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
  - O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
  - A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
  - No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:
  - Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
  - Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espetro alargado de conhecimentos e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
  - Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;
  - Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
  - Quanto à atração, à retenção, ao desenvolvimento e à sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
  - No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através de:
  - Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
  - Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão da informação e monitorização;
  - Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
  - Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;
  - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na Empresa, quando solicitado pela AdP Internacional.

As Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão dos administradores executivos do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2023/2025, foram submetidos à aprovação da UTAM em 27/11/2023, e serão submetidos a aprovação da próxima Assembleia Geral.

# O NEGÓCIO

## INTRODUÇÃO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., é uma empresa multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, que resulta da cisão, em 2017, da empresa multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

O sistema multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de 23 Municípios: Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no sistema multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo sistema em 2023 foi de 2,3 milhões de habitantes.

## SANEAMENTO EM ALTA

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

No esquema apresentam-se os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, a produtos e a subprodutos da sua atividade de exploração em 2023:

**FIGURA 14 - ATIVIDADE EM GRANDES NÚMEROS**



A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,3 milhões de habitantes. Uma nova atividade concessionada foi atribuída aos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais urbanas pela alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente e da ação climática, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

## OUTROS NEGÓCIOS

Nos termos do Contrato de Concessão da Tejo Atlântico, a Sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os Municípios;
- Nos termos previstos na lei, e designadamente nos n.os 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

## ATIVIDADE OPERACIONAL

### RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES

Em termos operacionais, a Tejo Atlântico, é constituída por 13 Centros Operacionais (CO), divididos em duas áreas regionais de acordo com o sistema multimunicipal, a zona Sul (Tejo Atlântico Sul), e a zona Norte (Tejo Atlântico Norte).

**QUADRO 25 - SISTEMA TEJO ATLÂNTICO**

REGIÃO	CENTRO OPERACIONAL		REGIÃO	CENTRO OPERACIONAL	
SUL	ALC	Alcântara	NORTE	AAR	Alenquer, Azambuja e Rio Maior
SUL	ALV	Alverca	NORTE	ANZ	Nazaré e Alcobaça
SUL	BST	Beirolas e São João da Talha	NORTE	BCO	Bombarral, Cadaval e Óbidos
SUL	CDE	Costa do Estoril	NORTE	LPE	Lourinhã e Peniche
SUL	CHE	Chelas	NORTE	TVD	Torres Vedras
SUL	FRI	Frielas	-	-	-
SUL	MFR	Mafra	-	-	-
SUL	VFX	Vila Franca de Xira	-	-	-

No final de 2023, o conjunto de infraestruturas operadas pela Tejo Atlântico incluía 100 Fábricas de Água em funcionamento (68 na Tejo Atlântico Norte e 32 na Tejo Atlântico Sul), 284 estações elevatórias (179 na Tejo Atlântico Norte e 105 na Tejo Atlântico Sul), 901 km de emissários e interceptores (462 km na Tejo Atlântico Norte e 439 km na Tejo Atlântico Sul) e, 238 km de condutas elevatórias (161 km na Tejo Atlântico Norte e 78 km na Tejo Atlântico Sul), não tendo entrada em funcionamento durante o ano novas infraestruturas.

#### QUADRO 26 - DESCRIÇÃO DO SISTEMA TEJO ATLÂNTICO

DIREÇÃO REGIONAL	CENTRO OPERACIONAL	FÁBRICAS DE ÁGUA (QUANT.)	ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS (QUANT.)	EMISSÁRIOS E INTERCEPTORES (Km)	CONDUTAS ELEVATÓRIAS (Km)	CAPACIDADE TOTAL DAS FA (m3)	POPULAÇÃO EQUIVALENTE DE DIMENSIONAMENTO (E.P.)
SUL	ALC	1	11	20	5	66 230 345	756 000
SUL	ALV	1	7	14	6	17 186 755	153 878
SUL	BST	2	8	21	3	30 753 440	343 500
SUL	CDE	1	9	158	20	63 072 000	920 000
SUL	CHE	1	4	3	2	19 162 500	230 000
SUL	FRI	2	6	116	5	31 841 140	708 688
SUL	MFR	14	40	61	21	8 274 185	145 981
SUL	VFX	10	20	46	16	6 922 590	89 743
NORTE	AAR	31	26	78	23	6 799 950	105 586
NORTE	ANZ	6	12	35	16	10 253 580	150 603
NORTE	BCO	10	31	82	30	3 883 965	54 668
NORTE	LPE	10	33	98	25	5 577 857	84 600
NORTE	TVD	11	77	169	67	9 692 685	125 209
<b>Total</b>		<b>100</b>	<b>284</b>	<b>901</b>	<b>239</b>	<b>279 650 992</b>	<b>3 868 456</b>

#### QUADRO 27 - PRINCIPAIS DADOS OPERACIONAIS DO SISTEMA TEJO ATLÂNTICO

DIREÇÃO REGIONAL	CENTRO OPERACIONAL	VOLUME TRATADO MILHÕES m³/ANO	ENERGIA CONSUMIDA GWh/ANO	ENERGIA PRODUZIDA GWh/ANO	LAMAS MILHARES TON/ANO	ÁGUA + MILHÕES m³/ANO
SUL	ALC	51,5	21,0	0,0	50,5	0,6
SUL	ALV	6,1	3,9	0,0	6,9	0,1
SUL	BST	22,1	9,3	3,6	16,4	0,4
SUL	CDE	50,4	14,8	11,2	23,1	0,2
SUL	CHE	18,8	5,7	1,4	11,2	0,8
SUL	FRI	20,9	10,5	4,3	15,7	0,6
SUL	MFR	4,8	4,1	0,0	6,7	0,1
SUL	VFX	3,5	2,4	0,4	4,0	0,0
NORTE	AAR	4,6	3,6	0,0	7,3	0,1
NORTE	ANZ	3,7	2,8	0,0	5,4	0,0
NORTE	BCO	2,6	2,4	0,0	2,8	0,0
NORTE	LPE	2,9	2,0	0,0	3,0	0,0
NORTE	TVD	6,0	5,3	0,0	7,0	0,2
<b>Total</b>		<b>197,9</b>	<b>87,8</b>	<b>20,8</b>	<b>160,0</b>	<b>3,2</b>

O volume tratado de águas residuais foi de 197,9 milhões de metros cúbicos, atingindo os 71% da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 98,4%.

No processo de tratamento das Fábricas de Água (FA) foram geradas 160 mil toneladas de lamas que, devidamente acondicionadas, foram aplicadas como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de água+ produzida (uso interno e externo) foi 3,2 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,61% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte «em alta» e para o tratamento de águas residuais foi de 87,8 GWh.

A energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 20,3 Gwh, correspondendo a uma taxa de cobertura de 49% do consumo de energia elétrica nas FA que têm produção de energia.

A energia produzida a partir dos painéis fotovoltaicos foi de 0,52GWh, 137% acima do ano transato.

Nos quadros 28 e 29 apresenta-se a comparação, nos anos 2023, 2022 e 2021, dos principais dados e indicadores operacionais.

#### QUADRO 28 - COMPARAÇÃO DOS PRINCIPAIS DADOS OPERACIONAIS DO SISTEMA TEJO ATLÂNTICO

	UNIDADE	2023	2022	2021	%23/22	%22/21
Água residual tratada	milhões de m³	197,9	188,8	184,2	5%	3%
Água residual não tratada	milhões de m³	0,8	1,9	2,5	-57%	-22%
Consumo de energia total	GWh	87,8	89,5	89,6	-2%	0%
Consumo de energia FA	GWh	73,0	75,5	76,3	-3%	1%
Consumo de energia EE	GWh	14,7	14,0	13,4	5%	5%
Consumo de reagentes	milhares de Ton	10,0	12,1	13,0	-18%	-7%
Consumo de Água Potável	milhões de m³	0,1	0,3	0,5	-43%	-46%
Consumo de Água +	milhões de m³	2,7	2,5	2,2	5%	13%
Valorização de Lamas	milhares de Ton	160,0	160,3	156,7	0%	2%
Produção de areias e gradados	milhares de Ton	8,5	8,0	6,9	6%	15%
Produção de Água +	milhões de m³	3,2	2,9	2,5	11%	15%
Produção de Energia	GWh	20,8	19,2	18,1	8%	6%
Qualidade das águas residuais	%	98,4	98,8	99,1	-0,4 p.p.	-0,3 p.p.

#### QUADRO 29 - COMPARAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS DO SISTEMA TEJO ATLÂNTICO

	UNIDADE	2023	2022	2021	%23/22	%22/21
Energia total/Volume tratado	kWh/m³	0,443	0,474	0,487	-6%	-3%
Energia FA/Volume tratado	kWh/m³	0,369	0,400	0,414	-8%	-3%
Reagentes/Volume tratado	g/m³	50,318	64,004	70,389	-21%	-9%
Água Potável/Volume tratado	m³/m³	0,001	0,001	0,003	-46%	-47%
Água +/Volume tratado	m³/m³	0,016	0,015	0,012	5%	26%
Lamas/Volume tratado	kg/m³	0,808	0,849	0,851	-5%	0%
Areia e gradados/Volume tratado	kg/m³	0,043	0,042	0,038	1%	12%

Fruto da reorganização das diversas unidades orgânicas, a Empresa iniciou, igualmente, uma reavaliação de toda a sua estrutura operacional, no último trimestre de 2023, com especial enfoque na Operação e Manutenção, procedendo à reavaliação de turnos diários, rotas de operação, sinergias entre centros operacionais, entre outras medidas, cujos resultados serão implementados a partir do início de 2024. De notar que em todo o processo de reorganização foi tida em consideração a entrada gradual em serviço da nova Telegestão a partir do final do primeiro trimestre, acontecimento que se pretende ser estruturante para o futuro da gestão da operacionalidade dos sistemas.

As restrições de recrutamento de trabalhadores, decorrentes do quadro normativo e regulatório das empresas do Setor Empresarial do Estado, a que acresce o aumento de idade das infraestruturas e o aumento de exigência na sua conservação e manutenção é um fator crítico na gestão e operação das infraestruturas da Tejo Atlântico.

Apesar destes constrangimentos, o empenho diário das equipas operacionais tem demonstrando um claro compromisso dos trabalhadores com a Tejo Atlântico e com a importante missão de proteção e preservação do meio ambiente, tendo sido possível garantir o funcionamento das infraestruturas, protegendo os meios recetores e a saúde pública.

A Direção de Operação (DOP) manteve também o foco na melhoria e na sistematização contínua da informação e na otimização do funcionamento das instalações. A implementação da base de dados de operação, no início de 2019, e do NAVIA da Águas do Tejo Atlântico, no início de 2020, permitiram a desmaterialização do papel na operação e tiveram um papel fundamental em tornar coesa toda a área da concessão da Empresa, uniformizando os processos e instrumentos operacionais. A DOP, em conjunto com DSD (Direção

de Soluções Digitais), está a levar a cabo a reestruturação dos seus processos, com base numa cultura digital, com o objetivo de adotar uma gestão cada vez mais digital e orientada para resultados. Este processo teve início em 2022 com a reconversão da base de dados de operação utilizada na Direção (projeto em curso, a finalizar no primeiro trimestre de 2024) e terá sequência com a digitalização de outros processos, tais como, a avaliação de conformidade e o cálculo de indicadores de desempenho.

A gestão orientada para os resultados, com uma evolução significativa na capacidade de análise de dados e a elaboração automática de Relatórios mensais com kpi, permitiu uma otimização operacional e a redução de consumos das FA.

No ano de 2023, o cumprimento das licenças de descarga continuou a ser condicionado pelas fragilidades resultantes do estado de conservação das infraestruturas, as dificuldades de contratação, as descargas de efluentes industriais em algumas Fábricas da Água, e pela emissão de novas licenças de descarga com maiores exigências relativamente à qualidade de descarga de águas tratadas.

Continuou a ser desenvolvido o Plano Estratégico de Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (PECTURH), que consistiu na análise dos incumprimentos das Fábricas de Água e na necessidade da adaptação às novas licenças, que obrigariam a um investimento de mais de 45 milhões de euros, não previstos na Concessão da Tejo Atlântico, para adaptação aos novos valores e parâmetros impostos nas TURH. Este trabalho tem-se revelado fundamental na sistematização das dificuldades no cumprimento dos Títulos, bem como para definição de ações concretas (operacionais, de investimento ou outras) necessárias para o integral cumprimento dos Títulos, objetivo que a Tejo Atlântico estabeleceu para 2025. O Plano permitiu demonstrar junto da entidade licenciadora que alguns dos requisitos exigidos eram manifestamente desadequados, tendo os mesmo sido retirados pela mesma.

O reforço de segurança tem sido um dos focos da Direção de Operação, melhorando o desempenho das equipas e reduzindo os níveis de risco.

## ÁGUA RESIDUAL

Em 2023, o volume tratado de águas residuais foi de 197,9 milhões de m<sup>3</sup>, o que corresponde a uma média diária de 542,3 milhares de m<sup>3</sup>/dia e representa um incremento de 4,8% face ao valor de 2022. O volume de água residual tratada na Tejo Atlântico Norte foi de 19,8 milhões de m<sup>3</sup> e na Tejo Atlântico Sul de 178,1 m<sup>3</sup>, que correspondem respetivamente a 10% e 90% do volume total de água residual tratada.

Na Figura 15 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2023, distribuído pela Tejo Atlântico Norte e Tejo Atlântico Sul.

**FIGURA 15 - EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA POR REGIÃO**

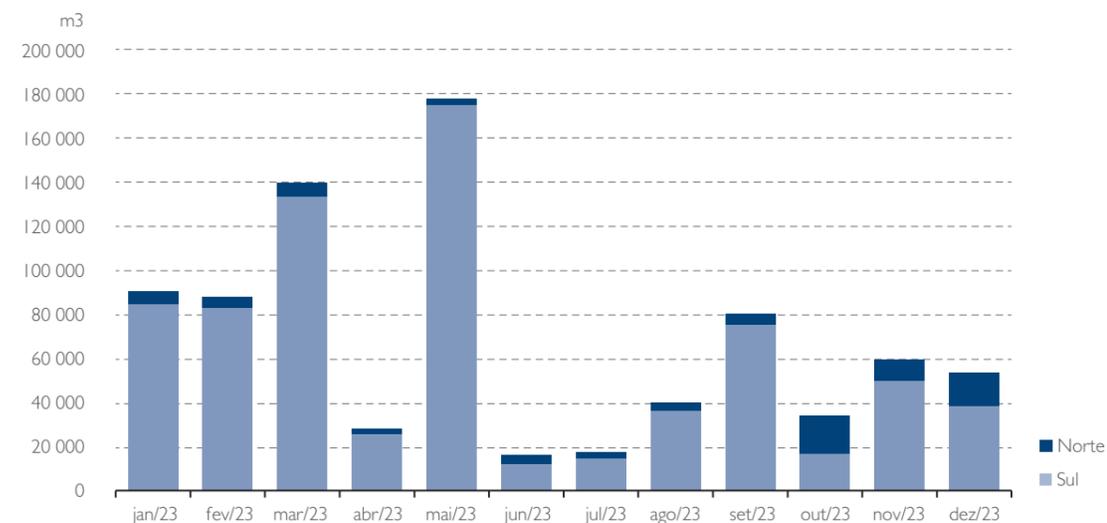


Em 2023, o volume de água residual não tratada foi de 0,8 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a 0,42% do volume de água residual tratada na Tejo Atlântico e representa um decréscimo de 57% face ao valor de 2022. O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos.

O volume de água residual não tratada na Tejo Atlântico Norte foi de 0,75 milhões de m<sup>3</sup> e na Tejo Atlântico Sul de 0,08 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a 0,38% e 0,04 % do volume total de água residual tratada total, e 0,42% e 0,40% por área geográfica respetivamente.

Na Figura 16 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual não tratada durante o ano de 2023, distribuído pela Tejo Atlântico Norte e Tejo Atlântico Sul.

**FIGURA 16 - EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL NÃO TRATADA POR REGIÃO**



## PRINCIPAIS DADOS OPERACIONAIS

### ENERGIA

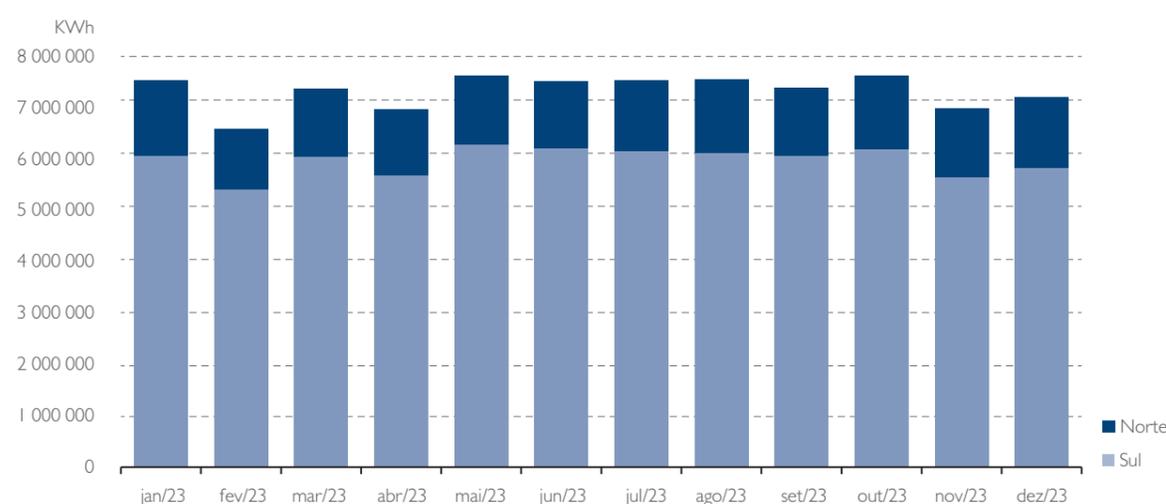
Em 2023, a energia total consumida foi 87,8 GWh que corresponde a uma média diária de cerca de 0,24 GWh, e representa um decréscimo de 1,9% face a 2022.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 73 GWh (83%) e a energia para o transporte e elevação foi de 14,7 GWh (17%).

A energia total consumida na Tejo Atlântico Norte foi de 16,1 GWh e na Tejo Atlântico Sul de 71,6 GWh, que corresponde respetivamente a 18% e 82% da energia total consumida.

Na Figura 17 é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2023, distribuída pelas Tejo Atlântico Norte e Tejo Atlântico Sul.

**FIGURA 17 - EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DA ENERGIA CONSUMIDA POR REGIÃO**



Em 2023 a energia produzida a partir do biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 20,3 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 55,6 MWh/dia e representa um acréscimo de 7% face ao valor do ano anterior.

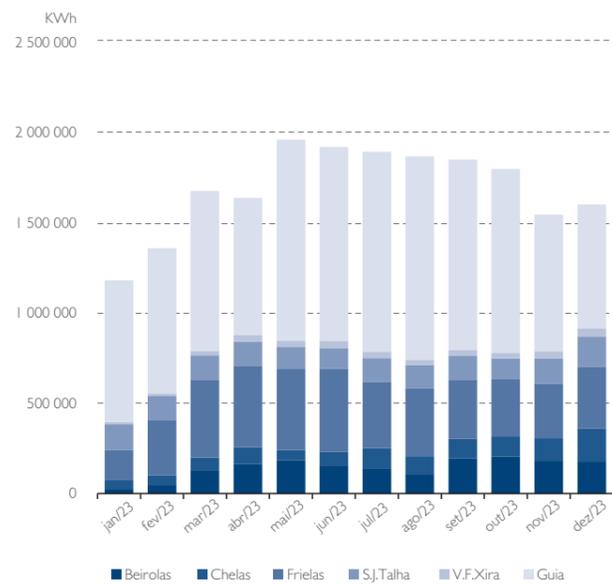
Destaca-se o acréscimo de produção, face a 2022, nas FA de Chelas, Frielas e Vila Franca de Xira e ligeiros decréscimos nas FA de Beirolas, São João da Talha e Guia.

Na Figura 18 é apresentada a evolução mensal da energia produzida através de Biogás durante o ano de 2023, distribuída por Fábrica de Água.

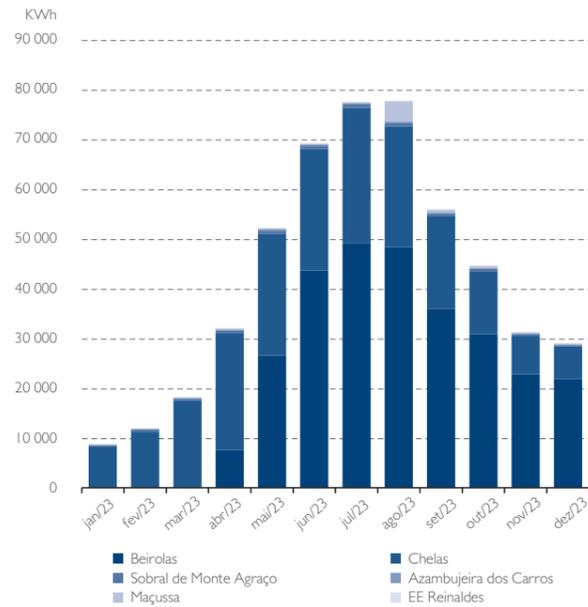
Em 2023 a energia produzida a partir de painéis fotovoltaicos foi de 0,52 GWh, que corresponde a uma produção média diária de 1,43 MWh/dia e representa um acréscimo de 137% face ao valor do ano anterior; destacando-se o início de produção na FA de Beirolas e o acréscimo de 9% na FA de Chelas.

Na Figura 19 é apresentada a evolução mensal da energia produzida por painéis fotovoltaicos durante o ano de 2023, distribuída por Fábrica de Água.

**FIGURA 18 EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DA ENERGIA PRODUZIDA A PARTIR DE BIOGÁS POR FA**



**FIGURA 19 - EVOLUÇÃO MENSAL DO VOLUME DA ENERGIA FOTOVOLTAICA POR FA**



**REAGENTES**

Em 2023, o consumo de reagentes foi de 9 960 Ton, que corresponde a um consumo médio diário de 27 Ton/dia, e representa uma diminuição de 18% face ao valor de 2022, resultado de práticas de gestão operacional mais rigorosas aplicadas de forma generalizada em todos os sistemas, mas especialmente naqueles com maior impacto em termos de consumo.

O consumo de reagentes na Tejo Atlântico Norte foi de 434 Ton e na Tejo Atlântico Sul de 9 526 Ton, que corresponde, respetivamente, a 4% e 96 % do consumo de reagentes.

Na Figura 20 é apresentada a evolução mensal do consumo de reagentes durante o ano de 2023, distribuído pelas Tejo Atlântico Norte e Tejo Atlântico Sul, salientando-se o acréscimo durante a época balnear na ETAR da Guia, decorrente de imposições da licença de descarga em época balnear.

**FIGURA 20 – EVOLUÇÃO MENSAL DO CONSUMO DE REAGENTES POR REGIÃO**



**ÁGUA**

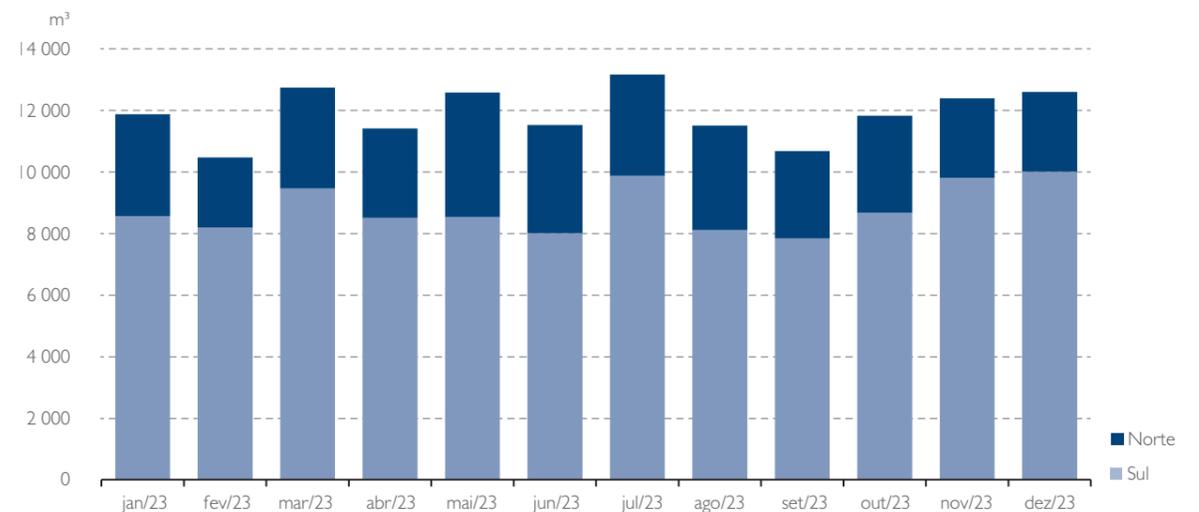
Em 2023, o consumo de água potável foi de 143 milhares de m³, que corresponde a um consumo médio diário de 0,392 milhares de m³/dia, e representa uma redução de 43% face ao valor de 2022.

A Tejo Atlântico está a aumentar a eficiência operacional relativamente á água potável com a estratégia de otimização do uso e substituição por ApR sempre que possível.

O consumo de água potável na Tejo Atlântico Norte foi de 37,3 milhares de m³ e na Tejo Atlântico Sul de 105,8 milhares de m³, que corresponde, respetivamente, a 26% e 74 % do consumo de água potável.

Na Figura 21 é apresentada a evolução mensal do consumo de água potável durante o ano de 2023, distribuído pelas TA Norte e TA Sul.

**FIGURA 21 – EVOLUÇÃO MENSAL DO CONSUMO DE ÁGUA POTÁVEL POR REGIÃO**



## LAMAS

Em 2023, a valorização de lamas foi de 159 990 Ton, que corresponde a uma média diária de 438 Ton/dia, valores em linha de conta com os do ano anterior representando uma redução de 0,18%.

A valorização de lamas na Tejo Atlântico Norte foi de 24 668 Ton e na Tejo Atlântico Sul de 135 249 Ton, que corresponde a 15% e 85 % da valorização de lamas.

Na Figura 22 é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2023, distribuída pelas Tejo Atlântico Norte e Tejo Atlântico Sul.

**FIGURA 22— EVOLUÇÃO MENSAL DA VALORIZAÇÃO DE LAMAS POR REGIÃO**



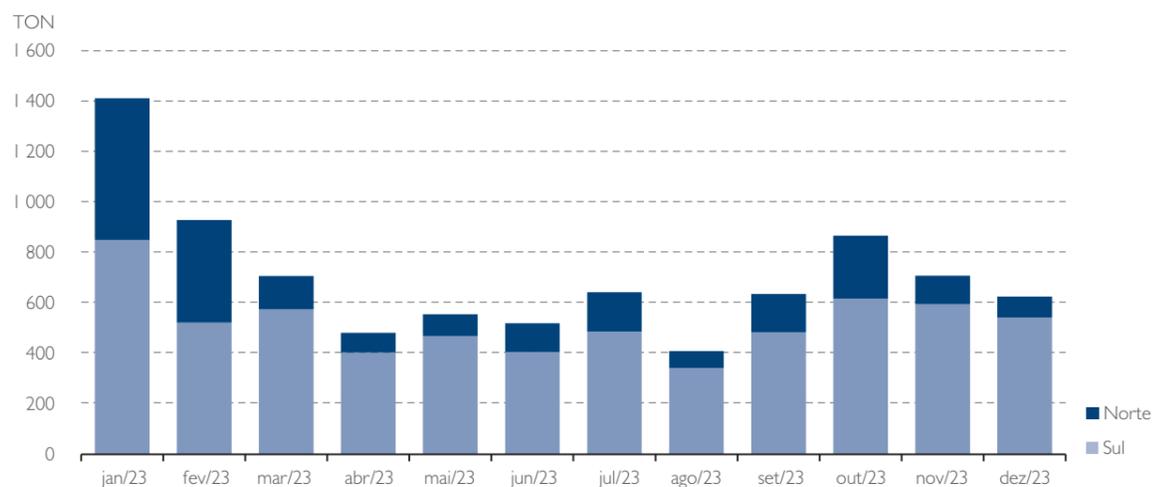
## AREIAS E GRADADOS

Em 2023, a produção de areias e gradados foi de 8 485 Ton, que corresponde a uma produção média diária de 23 Ton/dia, e representa um acréscimo de 6,22% face ao valor de 2022.

A produção de areias e gradados na Tejo Atlântico Norte foi de 2 195 Ton e na Tejo Atlântico Sul de 6 290 Ton, que corresponde a 26% e 74% da produção de areias e gradados.

Na Figura 23 é apresentada a evolução mensal da produção de areias e gradados durante o ano de 2023, distribuída pelas Tejo Atlântico Norte e Tejo Atlântico Sul.

**FIGURA 23— EVOLUÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO DE AREIAS E GRADADOS POR REGIÃO**



## ÁGUA+

Em 2023, a produção de água+ foi de 3,2 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a uma produção média diária de 8,7 milhares de m<sup>3</sup>/dia, e representa um incremento de 11% face ao valor de 2022. A produção de água+ na Tejo Atlântico Norte foi de 290,8 milhares de m<sup>3</sup> e na Tejo Atlântico Sul de 2,9 milhões de m<sup>3</sup>, que corresponde a 9% e 91 % da produção de água+.

O volume de Água + utilizado para consumo interno foi de 2,7 milhões de m<sup>3</sup>, tendo sido produzido para venda 0,5 milhões de m<sup>3</sup>.

Na Figura 24 é apresentada a evolução mensal da produção de água+ durante o ano de 2023, distribuída pelas Tejo Atlântico Norte e Tejo Atlântico Sul.

**FIGURA 24— EVOLUÇÃO MENSAL DA UTILIZAÇÃO DE ÁGUA+ POR REGIÃO**



## CONTROLO ANALÍTICO

Na atividade durante o ano de 2023, destaca-se:

- A manutenção da acreditação de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 17025:2018;
- A extensão da acreditação para o novo método de determinação de Fósforo por microteste na Unidade de Beirolas;
- A integração dos resultados analíticos externos afetos à Direção de Operação Norte na base de dados InLabLIMS e importação do histórico analítico referente a 2021 da Zona Norte da Tejo Atlântico;
- A implementação de modelo de dados e respetiva base de dados de suporte, para repositório normalizado do ativo analítico, totalmente integrado com o software InLabLIMS Tejo Atlântico para otimização do desempenho da base de dados de suporte às três unidades laboratoriais, garantindo a possibilidade de interoperabilidade com outros sistemas de informação;
- Alteração no processo de classificação de amostras na plataforma H2Online, facilitando a utilização pela Direção de Operação (ApT -Apoio Técnico) e tornando mais célere o processo de geração e validação de relatórios de autocontrolo;
- O desenvolvimento, validação e implementação do método de determinação da Carência Química de Oxigénio por micrométodo, com recurso a sistema robotizado;

Assinala-se também a realização das auditorias internas e externas de acreditação com resultados positivos, destacando-se um baixo índice de constatações em todas as áreas.

No que respeita à formação para reforço de competências das equipas, a Direção de Laboratório, coadjuvada pelo Departamento de Recursos Humanos, ministrou formação interna, sobre o tema amostragem e colheita de amostras em águas residuais, bem como formação de controlo expedito e in-situ em águas, águas residuais e lamas, com vista a capacitar os Técnicos de Operação na atividade de colheita de amostras, de modo a promover um incremento na fiabilidade dos resultados.

### FIGURA 25 – FORMAÇÃO EM AMOSTRAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS



No âmbito de novos desenvolvimentos internos destaca-se:

- A colocação em regime de rotina do micrométodo para determinação de Fósforo Total na unidade Beirolas permitindo melhorar o desempenho a três níveis:
  - Resposta a clientes, reduzindo o prazo de disponibilização dos resultados;
  - Melhoria do desempenho ambiental, reduzindo a geração de resíduos perigosos;
  - Melhoria das condições de segurança e saúde dos técnicos de laboratório, pela redução da utilização de reagentes prejudiciais à saúde.

No âmbito de novos desenvolvimentos externos, destacam-se:

- A implementação no terreno da Ação n.º 3, do projeto AgIR - Caracterização das águas residuais afluentes às fábricas de água provenientes de unidades hospitalares no Município de Lisboa. Esta ação, com coordenação técnica e financeira da Tejo Atlântico, tem como objetivos: aprofundar e ampliar os objetivos do anterior estudo de caracterização das águas residuais hospitalares afluentes às redes municipais e ao sistema multimunicipal, realizado em 2013/2014. Este projeto visa contribuir para o estabelecimento, de acordo com a caracterização analítica efetuada, das condições que devem constar do regulamento municipal de descarga de águas residuais no

sistema de drenagem, bem como contribuir com informação técnica para o estabelecimento de sistemas de vigilância epidemiológica com vista a melhorar a resposta a eventuais surtos de doenças na população e promover a otimização dos processos de tratamento nas Fábricas de Água e nas unidades hospitalares. Para efeitos de concretização, foi constituído um agrupamento de entidades parceiras técnico-científicas: Tejo Atlântico, CML, EPAL, IST, INSA e de parceiros consultivos: DGS, ARSLVT. Para além da responsabilidade na coordenação técnica deste projeto, LAB participa na análise de ensaios microbiológicos incluídos no grupo de ensaios a considerar na monitorização. A caracterização inclui a pesquisa de vírus, bactérias, fungos, genes de resistência a antibióticos, compostos farmacêuticos e avaliação da ecotoxicidade a diferentes níveis tróficos. Em 2023 foram realizadas 3 campanhas de amostragem considerando em cada uma delas, 13 unidades hospitalares, afluentes e efluentes das três Fábricas de Água respetivas às três bacias de drenagem da área em estudo (Alcântara, Chelas e Beirolas). A Tejo Atlântico coordenou ainda o lançamento de diversos procedimentos de aquisição de bens e serviços, incluindo a empresa acreditada pelo referencial ISO/IEC 17025:2018, responsável pela recolha e transporte das amostras. Em 2024, está prevista a realização de mais duas campanhas de amostragem.

### FIGURA 26 – AGIR – ASSINATURA PROTOCOLO COOPERAÇÃO; REALIZAÇÃO DE AMOSTRAGEM EM UNIDADE HOSPITALAR



- Continuidade de representação nas comissões técnicas/sectoriais da Relacre:
  - GT3-Amostragem;
  - GT5 – Metrologia Química;
  - CTR04 – Metrologia;
  - GT8- Microbiologia;
  - Comissão Sectorial de Águas.

### ATIVIDADE ANALÍTICA INTERNA

O controlo analítico assegurado pela Direção de Laboratório (LAB) integra 32 Fábricas de Água da Tejo Atlântico Sul e 68 Fábricas de Água de Tejo Atlântico Norte.

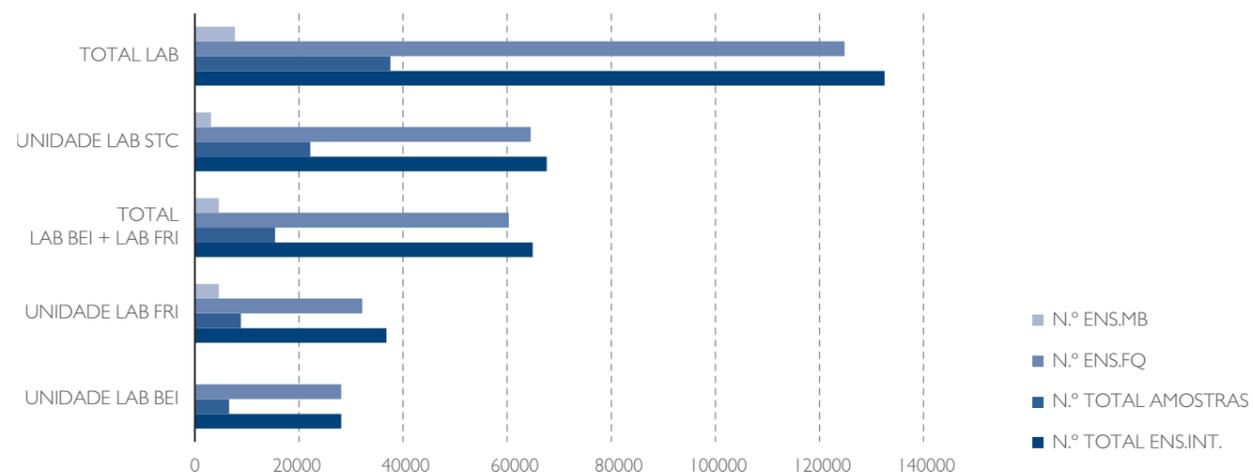
O controlo legal e operacional do sistema de saneamento de Lisboa Sul é efetuado quase na totalidade nos Laboratórios de Beirolas e Frielas, sendo os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito, atendendo quer à exiguidade de recursos humanos, quer à inexistência de meios materiais, designadamente para os programas PRTR (*Pollutant Release Transfer Register*) e PGL (Plano Geral de Lamas).

Relativamente à atividade de receção, gestão de amostras e realização de ensaios regista-se um aumento em 12% no número de amostras e em 10% no número de ensaios, em relação ao ano de 2022, refletindo as novas exigências das licenças de descarga e as necessidades de reporte e de controlo de processo.

Para os ensaios internos, a distribuição e o peso relativo por unidade laboratorial (Beirolas, Frielas e Santa Cruz) e por área técnica, está apresentada na Figura 27.

**FIGURA 27— NÚMERO DE AMOSTRAS E ENSAIOS POR UNIDADE LAB/ÁREA TÉCNICA (FQ OU MB)**

LAB-2023 - Nº ENSAIOS INTERNOS ANUAIS/UNIDADE LAB



Legenda: LAB BEI - MB-microbiologia; FQ-físico-química

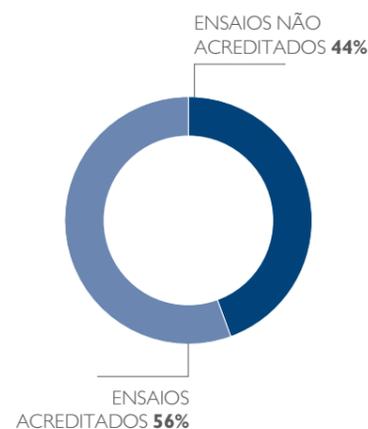
Salienta-se que a realização de ensaios/procedimentos alocados ao controlo de qualidade interno, que não são contabilizados nestes quantitativos, e que representam, em especial para os ensaios no âmbito da acreditação, cerca de 30% a mais, sobre os efetivamente contabilizados.

Na atividade analítica de LAB, destaca-se a relevância da integração da unidade laboratorial de Santa Cruz, representando esta, à semelhança do ano anterior, cerca de 50%, do trabalho analítico, sendo que todo este controlo é executado fora do âmbito da acreditação.

O estado de acreditação dos ensaios realizados em 2023 é indicado nas Figuras 28 e 29, sendo que, dos 56% de ensaios realizados fora do âmbito da acreditação, 8 % foram realizados nas unidades de Beirolas e Frielas e 92% na unidade de Santa Cruz.

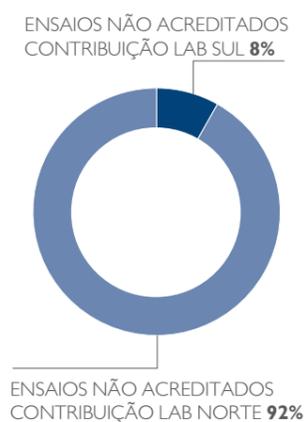
**FIGURA 28— ACREDITAÇÃO DOS ENSAIOS/UNI LAB (% TOTAL DE ENSAIOS INTERNOS)**

ESTADO DE ACREDITAÇÃO DOS ENSAIOS INTERNOS(LAB NORTE E LAB SUL) (%)



**FIGURA 29 - ENSAIOS NÃO ACREDITADOS POR UNI LAB**

ENSAIOS NÃO ACREDITADOS (%)

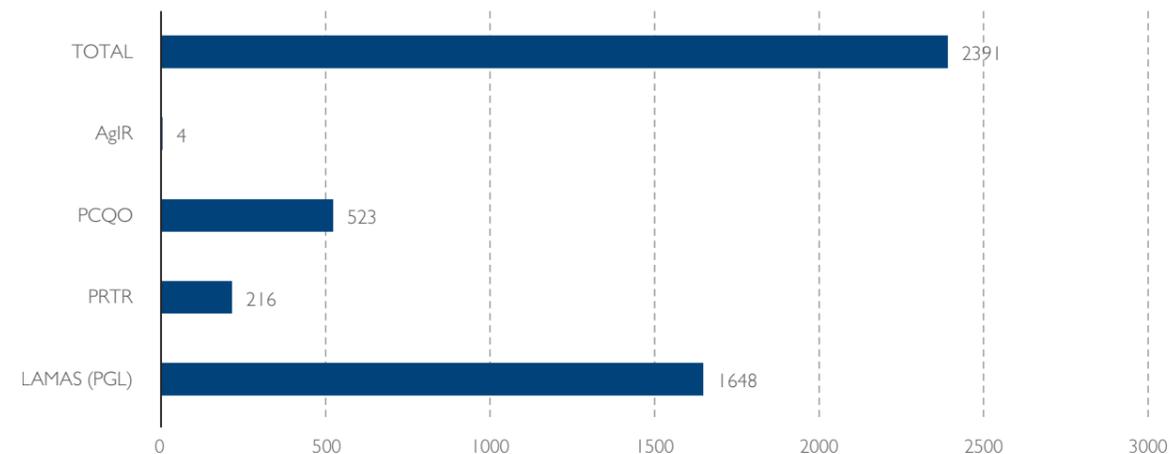


**ATIVIDADE ANALÍTICA COM RECURSO A CONTRATAÇÃO EXTERNA**

No que concerne ao controlo analítico assegurado por LAB, dos 148 975 ensaios, integrando análises internas e externas, 16 467 ensaios (11%) foram efetuados com recurso a contratação externa, sendo que 85% dos ensaios contratados pertenceram a Tejo Atlântico Norte.

No âmbito das duas unidades acreditadas, o recurso a contratação externa para ensaios nas matrizes água e lamas representou 3,5% do total de trabalho analítico gerido a partir destas unidades e 1,6% do total de ensaios (internos e externos) assegurado por LAB.

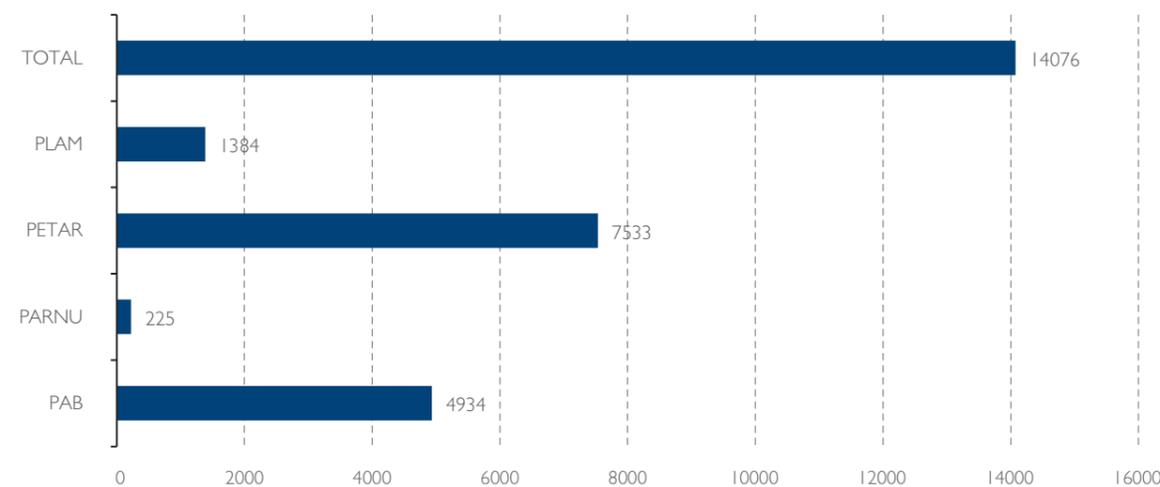
**FIGURA 30 – Nº ENSAIOS CONTRATADOS TEJO ATLÂNTICO SUL**



Legenda: PCQO-plano de controlo da qualidade operacional; PRTR-Pollutant Release Transfer Register; LAMAS (PGL) - plano controlo legal de lamas; AgIR – Plano AgIR

Em 2023, foram contratados externamente 14 076 ensaios referentes à Tejo Atlântico Norte, representando estes cerca de 17% do controlo analítico associado a Tejo Atlântico Norte e 9,4% do total de ensaios (internos e externos) assegurados por LAB. O número de ensaios contratados externamente, por plano de controlo analítico, encontra-se explicitado na Figura 31.

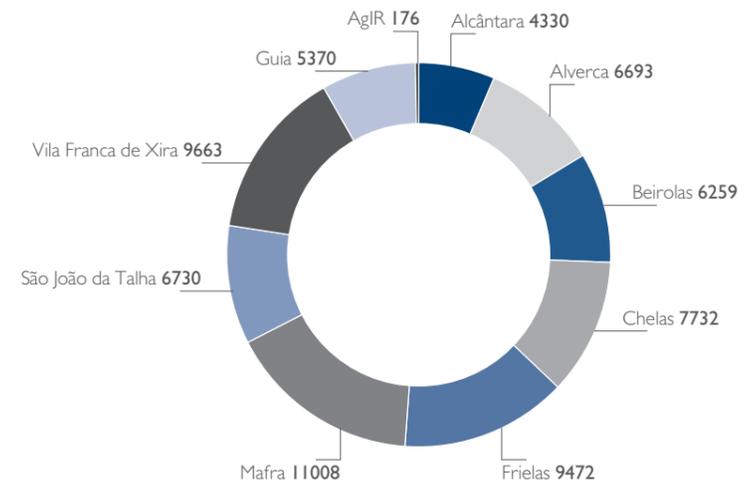
**FIGURA 31 - Nº ENSAIOS CONTRATADOS TEJO ATLÂNTICO NORTE**



Legenda: PLAM-plano controlo legal de lamas; PETAR-plano controlo de efluente tratado; PARNU- plano de controlo de águas residuais não urbanas; PAB- plano controlo de afluentes brutos

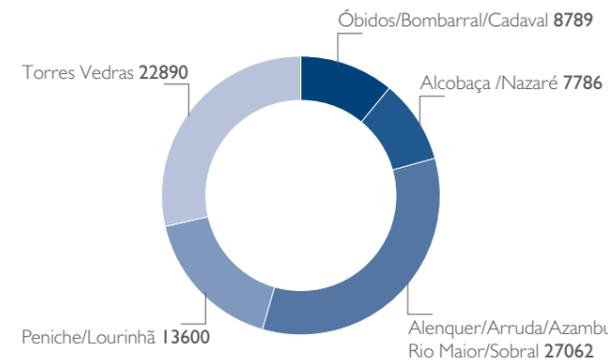
O número total de ensaios (internos e contratados) para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional de Tejo Atlântico Sul estão identificados na Figura 32.

**FIGURA 32- Nº ENSAIOS EM 2023 - TEJO ATLÂNTICO SUL**



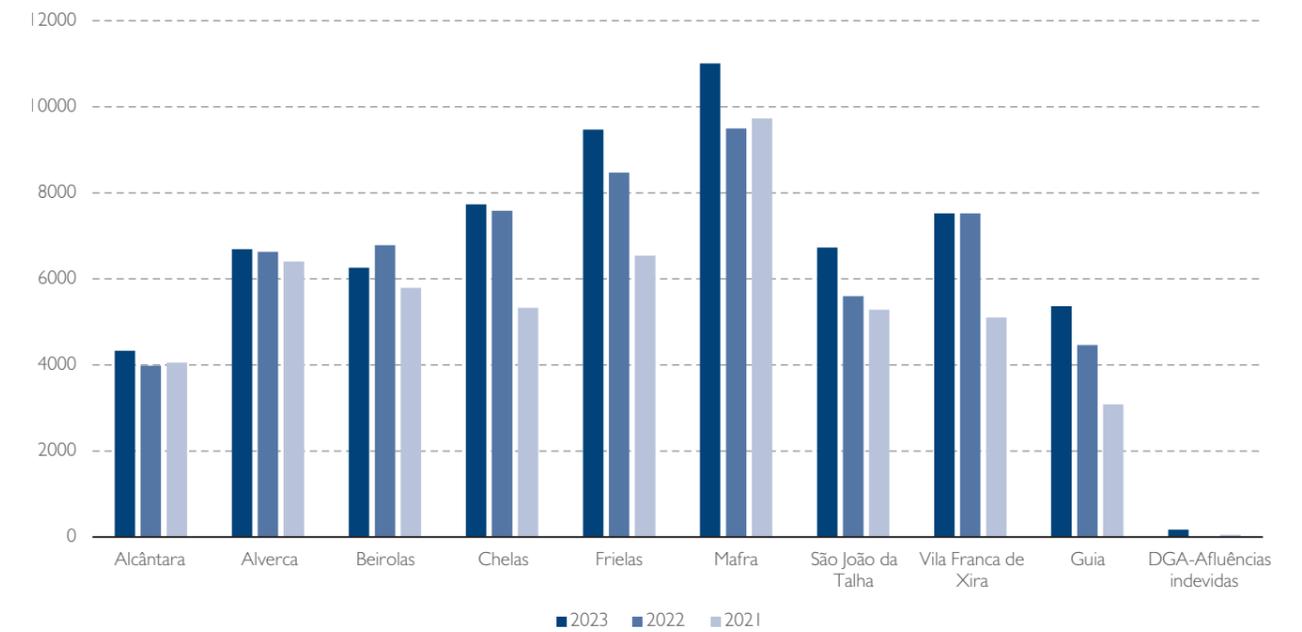
O número total de ensaios internos para as matrizes água residual e lamas, por Centro Operacional de Tejo Atlântico Norte, estão identificados na Figura 33.

**FIGURA 33- Nº ENSAIOS EM 2023 - TEJO ATLÂNTICO NORTE**

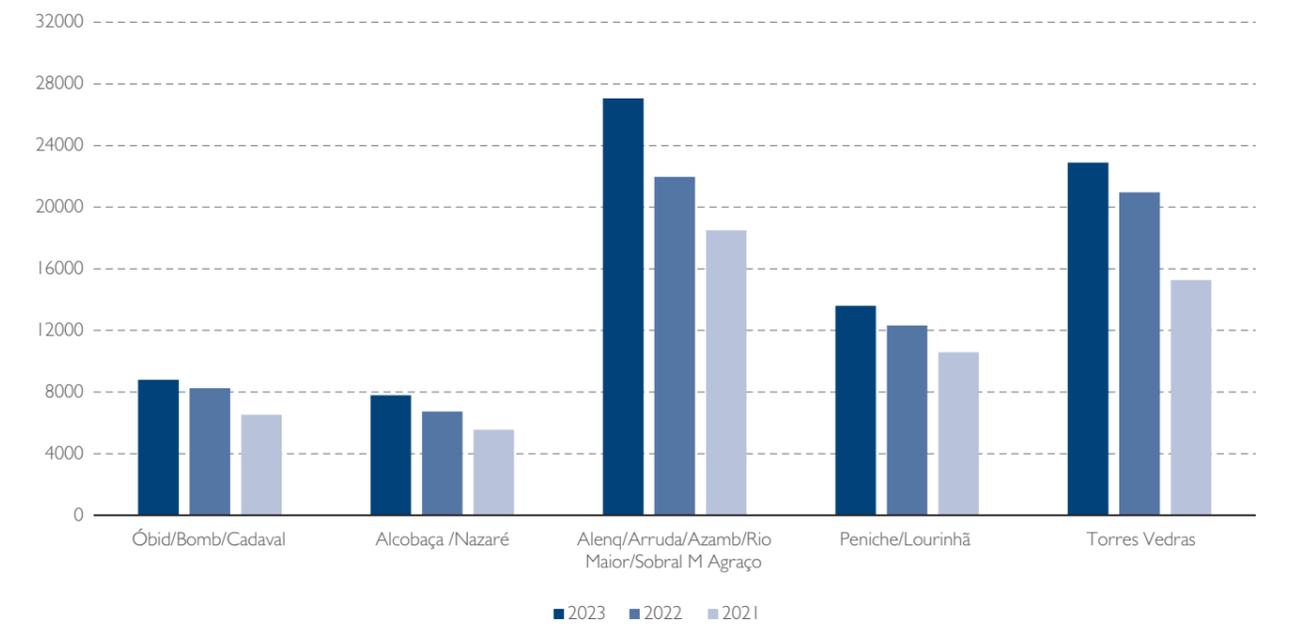


As Figuras 34 e 35 resumem o perfil evolutivo do número de ensaios por centro operacional nas regiões sul e norte da Tejo Atlântico, no período compreendido entre 2021 e 2023.

**FIGURA 34- EVOLUÇÃO ANUAL DO Nº DE ENSAIOS TEJO ATLÂNTICO SUL**



**FIGURA 35- EVOLUÇÃO ANUAL DO Nº DE ENSAIOS TEJO ATLÂNTICO NORTE**



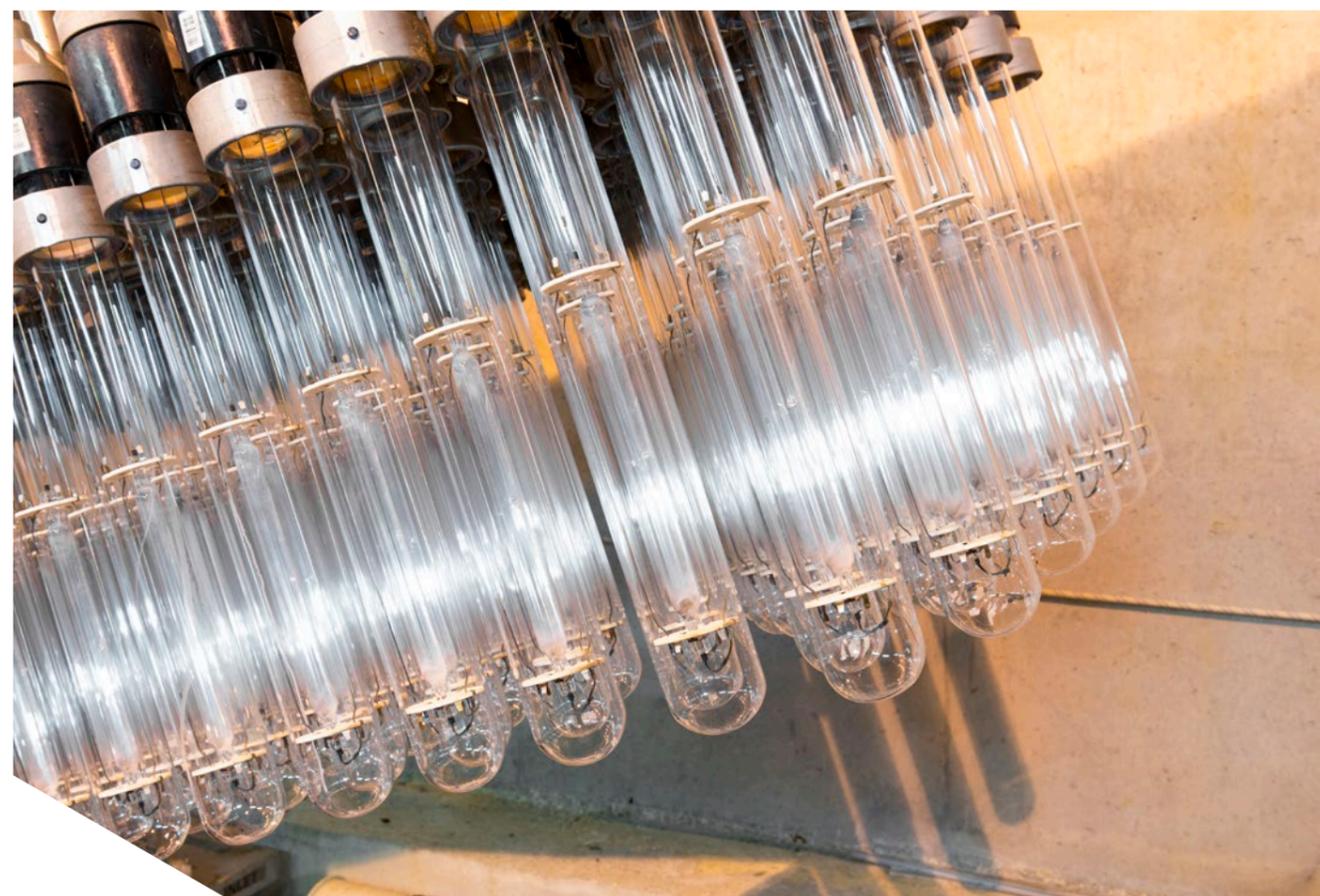
À exceção do CO Beirolas, em que o controlo analítico diminuiu (-7,7%), evidencia-se o incremento de controlo analítico interno para todos os Centros Operacionais da Tejo Atlântico, com maior destaque para a FA Guia (+20%) e São João da Talha (+20%) na zona Sul e para o CO Alenquer/Arruda dos Vinhos/Azambuja/Rio Maior/Sobral (+23%) na zona Norte.

LAB assegurou ainda a componente de subamostragem (separação de amostras) e analítica em estudos e projetos de inovação conduzidos em parceria com o Departamento de IDI, a APA, a AdP SGPS, CIIMAR, e outras entidades parceiras: IST, INSA, EPAL, CML, FCT, LNEC, ARS-LVT e GDS.

Os projetos nos quais LAB participou em 2023 testemunham o empenho e o papel desta Direção nas vertentes da inovação e do desenvolvimento e estão resumidos no quadro da Figura 36:

**FIGURA 36- PROJETOS/ESTUDOS EM QUE A CARACTERIZAÇÃO ANALÍTICA FOI ASSEGURADA POR LAB**

PROJETO/ESTUDO TEJO ATLÂNTICO	FA/ETAR	UNIDADE LABORATORIAL	PARTICIPAÇÃO DE LAB
Recomendação EU pesquisa SARS_COV2 (Colaboração com APA, AdP e IDI)	FA Beirolas, Guia e Alcântara	Beirolas	Separação de amostras e caracterização analítica
Projeto SARA (Colaboração com IST e IDI)	FA Beirolas	Beirolas	Separação de amostras
Agir-Ação 3- Caracterização microbiológica das águas residuais hospitalares (Colaboração com IST, CML, INSA, EPAL, DGS/ ARSLVT)	FA Alcântara FA Beirolas FA Chelas	Frietas e Beirolas	Separação de amostras e caracterização analítica
Piloto B-Water Smart (Colaboração IDI e LNEC)	FA Beirolas	Frietas	Caracterização analítica
Piloto FA de Bucelas - Desinfecção com dióxido de cloro (Colaboração com IDI)	FA Bucelas	Frietas	Caracterização analítica
Projeto de doutoramento "Monitorização e transformação dos PFAS (Per-and polyfluoralkyl Substance) num cenário de variabilidade climática (Colaboração com CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental e IDI)	FA Beirolas	Beirolas	Separação de amostras
Projeto de mestrado em Engenharia Química e Bioquímica, com o tema "Desenvolvimento, validação e implementação do método de determinação da Carência Química de Oxigénio (CQO) por método robotizado (Colaboração de Universidade Nova de Lisboa)	FA Beirolas	Beirolas	Orientação do Estágio



## CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

A área dos estudos e projetos, registou grandes dificuldades em determinar com precisão, segurança e longevidade, os valores das infraestruturas e intervenções em estudo, tendo-se verificado a acentuada e rápida variação dos preços unitários dos materiais e equipamentos.

Continuaram a suceder, no decurso dos procedimentos para contratação de empreitadas, dilações de prazos para apresentação das propostas, decorrentes de solicitações de interessados por dificuldade na obtenção de preços e de condições de fornecimento de materiais e equipamentos.

Na área das obras de construção e reabilitação, continuaram também a verificar-se constrangimentos na produção e transporte de elementos a incorporar nas obras, com particular destaque para o fornecimento e aprovisionamento de materiais e equipamentos provenientes do estrangeiro, onde o acentuado incumprimento dos prazos de fornecimentos internacionais tem gerado grande incerteza no planeamento das atividades.

A situação descrita, que não melhorou relativamente aos dois anos anteriores, produziu uma redução nos rendimentos médios expectáveis de execução dos trabalhos e traduziu-se num atraso significativo na conclusão das empreitadas.

Em termos de inovação continua a fazer-se uma aposta forte na aplicação da metodologia "Building Information Modelling" (BIM) no desenvolvimento de projetos-base e de projetos de execução, no sentido de essa metodologia ser também utilizada na fase de obra e, posteriormente, nas fases de operação, manutenção e gestão dos ativos das infraestruturas, isto é, ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Assim, o projeto de execução da remodelação da FA de Arruda dos Vinhos está em curso com a metodologia BIM incluída no âmbito da respetiva empreitada, estando previsto que os projetos da FA da Ericeira, da FA do Carvalho e da FA da Encarnação, em fase de concurso, sejam também desenvolvidos da mesma forma.

Continuaram a ser desenvolvidos os processos de concurso para remodelação da FA de Torres Vedras, da FA de Santa Cruz e da FA de Miragaia, com inclusão da metodologia BIM prevista para a fase de projeto de execução, estando previsto continuar a alargar esta metodologia a outros projetos.

O Departamento de Estudos e Projetos (PRO) da Direção de Projetos, Construção e Reabilitação (DPC) desenvolveu a sua atividade, em 2023, centrado na concretização do Plano de Investimentos da Empresa, materializado em PAO2023, devidamente alinhado com os objetivos estratégicos da Tejo Atlântico.

Estruturado em duas áreas distintas (DRU – Área de drenagem urbana e IDT – Área de Projetos de instalações de tratamento) trabalhou de forma articulada com as diversas unidades orgânicas interessadas e restantes stakeholders no sentido de:

- desenvolver os estudos e projetos de engenharia que melhor se adequem às necessidades em presença, mobilizando as melhores soluções técnicas e práticas, no quadro dos recursos disponíveis – equipas técnicas internas e externas, montantes de investimento, prazos;
- contribuir para a otimização dos processos de autorização de investimento a nível interno e externo, instruindo-os adequadamente, de forma sistemática e fiável e atempadamente, no quadro do planeamento em vigor;
- ser ágil, num contexto de elevada incerteza, em particular no que se refere às condições de mercado na contratação de obras públicas.

O trabalho desenvolvido perseguiu os vetores anteriormente enunciados relativos a:

- melhoria da qualidade de serviço e da eficiência das operações – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes, em particular, de Fábricas de Água (FA);
- melhoria das condições de proteção e segurança dos trabalhadores – relativos à reabilitação e remodelação de instalações existentes, em particular, FA e EE;
- inovação – relativos à utilização da metodologia "Building Information Modelling" (BIM) no desenvolvimento de projetos;
- aumento da cobertura de sistemas drenagem e incremento do desempenho global – relativos à conceção de novas infraestruturas;
- melhoria estrutural, funcional e operacional – relativos à reabilitação e remodelação de infraestruturas existentes.

Perseguiu-se assim, uma lógica de continuidade face ao ano precedente (o 1º ano em que o PRO apresentou esta estrutura organizacional) consolidando o trabalho das equipas, o posicionamento na Empresa como parceiro fundamental, em particular, no que toca ao desenvolvimento dos estudos e projetos no domínio das instalações de tratamento, e também de consolidação da estratégia quanto à articulação com os stakeholders, em particular no âmbito dos complexos processos de autorização do investimento, em particular no que toca à reabilitação e ampliação das Fábricas de Água. Estas assumem-se, frequentemente, como ativos críticos na medida em

que se aproximam do fim da sua vida útil, apresentam disfunções ou patologias e problemas operacionais de vária ordem, que podem comprometer a sua eficácia e resiliência.

Acresce que o contexto é de exigência crescente, quer no que toca à proteção dos meios hídricos (emissão de TUAs com novas exigências) quer no que respeita aos *drivers* estratégicos da Tejo Atlântico, no domínio da eficiência energética, da descarbonização, da reutilização, da escassez de recursos humanos para O&M das instalações, da sustentabilidade, da adoção de novas ferramentas e abordagens, designadamente ao nível da automação e telegestão num contexto de cada vez maior acessibilidade a tecnologias IA & IoT, por forma a aumentar a eficiência e eficácia dos processos.

No que se refere ao trabalho desenvolvido pela Área de Instalações de Tratamento (IDT) merecem destaque os seguintes processos:

- FA Carvalhal (TA-166B | 1,8M€) – gestão do processo concursal tendente à contratação de empreitada e do processo de autorização de reforço de investimento adicional. Prevê-se adjudicação em 2024;
- FA Arruda dos Vinhos (TA-025 | 4,8M€) – desenvolvimento do projeto de execução em sede do Contrato da empreitada de conceção/construção da reabilitação da instalação;
- FA Ericeira (TA-225 | 6,8M€) – em face da aprovação do Investimento (Concedente/ERSAR), lançamento do concurso da empreitada e gestão do mesmo, incluindo o processo de esclarecimentos e erros e omissões. A entrega das propostas estima-se que ocorra em março 2024;
- FA Encarnação (TA-199 | 2,8M€) – publicitação do concurso da empreitada de remodelação em janeiro de 2023, gestão do processo contratual, adjudicação e preparação de início de contrato da empreitada de conceção/construção e desenvolvimento do respetivo projeto de execução;
- FA Torres Vedras (TA-249 | 4,1M€) – conclusão do projeto de remodelação e aprovação pela ERSAR em julho 2023. Alteração subsequente dos requisitos de descarga da instalação (nova TUA) e articulação interna em conformidade, para efeitos de alteração do projeto. Nova submissão à ERSAR, para aprovação, em dezembro de 2023;
- FA Santa Cruz (TA-024 | 7,0M€) – conclusão do projeto de remodelação para submissão à ERSAR em junho 2023. Alteração subsequente dos requisitos de descarga da instalação (nova TUA) inviabilizou o referido envio. Decorre ainda o processo de adaptação do projeto em conformidade e respetiva articulação interna. Prevê-se que o envio à ERSAR, para aprovação, ocorra em 2024;
- FA Miragaia (TA-046 | 2,6M€) – preparação dos elementos técnicos para envio à aprovação da ERSAR;
- FA Guia (TA-254 | 5,0M€) – desenvolvimento dos estudos tendentes à definição das soluções técnicas para resolução das disfunções identificadas no “Plano de benfeitorias CO Costa do Estoril (2021) em curso.

No que se refere ao trabalho desenvolvido pela Área de Drenagem Urbana (DRU) merecem destaque os seguintes processos:

- no domínio da ApR – ApR Loures (TA-156), PERAL Projeto da conduta elevatória FA ALC – Bacia anti-poliuição Campolide (PGDL);
- no domínio da otimização dos sistemas – Desativação da ETAR da Lagoa e ligação ao sistema da Ericeira (TA-281), Reconfiguração do sistema de drenagem da Ericeira EE7, EE8 e EE9 (TA-282), Reconfiguração do sistema de drenagem da Póvoa da Galega EE1, EE2 e EE3 (TA-283);
- no domínio da reabilitação de infraestruturas – Reabilitação do emissário da Laje (TA-247), Reabilitação do Emissário Submarino ETAR da Nazaré (TA-278B) e câmara de carga (TA-239);
- no domínio da infraestruturação tendo em conta a presença de aflúncias indevidas - Emissário Sassoeiros Zona Alta - ligação ao IG (TA-279), Remodelação da EE Fanhões (TA-301), Controlo de aflúncias indevidas no sistema da Póvoa da Galega (TA-224); Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas - Fase III (TA-224A);
- no domínio da segurança (TA-307) – Emissário Porto Salvo - muro contenção (obra do interceptor geral), Troço aéreo dos emissários dos Folgados e Martim Afonso - Pontes de Monfalim; Projeto de beneficiações urgentes de segurança | EE Zona Norte (“trevos”) – fases III e IV;
- no apoio ao arranque de empreitadas com projeto de execução do Dono de Obra – Sistema elevatório de Vale da Borra (TA-043), Sistema elevatório de Azambujeira (São João Ribeira) (TA-050); Remodelação Emissário de Famões (TA-146), Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara - EE Terreiro do Trigo (TA-177A), Emissário São Martinho (troço terrestre) (TA-213B), Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água da Ota (TA240), Emissário final - Fábrica da Água de Beirolas (TA-229);
- no domínio da gestão de processos de contratação de empreitadas com projeto de execução do Dono de Obra – Zona alta Camarate (TA-100A), Intercetores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções (TA-155), Reabilitação emissário do Jamor – troços (TA-247A), Reabilitação Estrutural (Fase II) e Controlo de Caudais do emissário de Barcarena (TA-086B e TA-089);
- no domínio da assessoria a outras áreas da empresa – Assessorias DGA Energia: Projeto de instalação de painéis fotovoltaicos - Solar III e IV, FA Pontes de Monfalim – monitorização do comportamento do muro de gabiões, Peritagem dos passadiços do reator da FA do Turcifal, Aquisição de serviços de assinalamento marítimo do emissário submarino da Foz do Arelho e Ribeira das Naus.

Destaca-se ainda o trabalho desenvolvido por DRU em estreita articulação com outras unidades orgânicas da Empresa (em particular DMA, UEPE Guia-rede) no sentido da criação de ferramentas para agilização do processo de recolha e sistematização da informação relativa à condição estrutural e operacional das redes de drenagem, a avaliação da mesma e bem assim a priorização das intervenções de reabilitação e a agilização dos respetivos estudos, projetos e obras, no sentido de aumentar a eficácia da organização no que se refere ao tema da reabilitação de emissários e intercetores.

### QUADRO 30 - PRINCIPAIS EMPREITADAS DE 2023

	mEUR
Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	1 965
Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	1 882
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	1 383
Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	937
Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	769
Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	748
Reabilitação urgente do emissário da Lage	460
Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	441
Emissário de Montemor - Troço III	430
Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	413
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	398
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 1	354
Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira	316
Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	311
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	289
Reabilitação da linha de produção ApR – Beirolas	251
Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	214
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	156
Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água na Guia – Fase Líquida – Fase 2 – Tampas T1 a T3	149
Fornecimento e montagem de prensa para desidratação das lamas e reforço do sistema de arejamento da ETAR de Arruda dos Vinhos	149
Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	141
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	133
Substituição dos Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara - PEPE	98
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	90
Medição de caudal III-ETAR-Fase I	82
Empreitada de fornecimento e montagem de iluminação LED nas Fábricas de Água de Alverca, Carregado, Charneca e Atouguia da Baleia	73
Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolas, Bucelas e Fervença e na EE de Fonte da Pipa	71
Substituição de Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	63
Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fabricas de Água de Alcântara e Beirolas	59
Instalação de analisadores de energia em instalações SGE e SGCE	31
Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	26
Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	17
Remodelação do Emissário de Monsanto no Troço do Parque Urbano de Miraflores	15
Reparações em Pavimentos na Área de Concessão	12
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água da Ota	5
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	3
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além	0.4
	<b>12 934</b>

O detalhe sobre as principais empreitadas consta no Anexo ao Relatório – Empreitadas em destaque no ano de 2023.

## MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Em 2023, a atividade de manutenção continuou a enfrentar um desafio considerável no que diz respeito à manutenção de equipamentos e infraestruturas. Uma das principais dificuldades vivenciadas foi a gestão dos prazos de entrega dos materiais necessários para as operações de manutenção.

A logística e o abastecimento de componentes tornaram-se um ponto crítico, afetando diretamente a capacidade da organização em manter os seus ativos em pleno funcionamento. A escassez e os atrasos na entrega de peças e materiais essenciais geraram um impacto significativo na eficiência operacional e ao aumento dos custos de manutenção.

Foram rececionados no ano de 2023, 7 603 pedidos de intervenção, o que representa uma média de cerca de 21 pedidos por dia, traduzindo-se numa redução de 5,2% para o período homólogo.

No mesmo período foram geradas 38 460 ordens de trabalho, um acréscimo de 10,2% face a 2022. O detalhe e execução destas OT é o seguinte:

- Corretivas (21,3%), das quais 77,1% estão executadas;
- Preventiva (77,2%), das quais 77,9% estão executadas;
- Melhoria (0,8%) das quais 80,0% estão executadas.

A aposta da Tejo Atlântico na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e a baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, não evoluiu de acordo com o planeado. A equipa responsável pelo processo de elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - *Reliability Centered Maintenance*, na zona Sul, continuou afeta à UEPE Guia, inviabilizando a elaboração de novos planos.

O ano terminou com uma taxa de execução global (Norte e Sul) de 78,6% da manutenção preventiva prevista.

A capacidade de execução da manutenção, nomeadamente a preventiva, decorre de forma muito significativa (e total, na Zona Norte) da disponibilidade de meios nos contratos de manutenção em vigor.

Relativamente a estes contratos, que se podem considerar os mais relevantes em termos de desempenho da manutenção:

- Contrato de Manutenção Sul: entrada em vigor início de junho de 2022. O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Sul, que manteve o desempenho anteriormente verificado, ou seja, com a qualidade dos meios afetos ao contrato satisfatória/baixa, mas com a equipa sujeita a mudanças regulares, tendo como consequência alguma instabilidade operacional e a falta de meios humanos para completar a equipa. Esta situação tem vindo a agravar-se e é potenciada pela dificuldade em recrutar meios nas especialidades técnicas.
- O contrato de prestação de serviços de manutenção da zona Norte, apresentou um desempenho bastante satisfatório reforçando as melhorias de serviço face ao contrato anterior. O contrato terminou a 15 de março de 2023, tendo sido tramitado novo procedimento que não ainda não resultou em contratação atendendo à impugnação por parte de um dos concorrentes, tendo havido a necessidade de se proceder a um aditamento ao contrato original, por forma a garantir a execução do serviço.

Para além dos recursos externalizados, o desempenho da manutenção depende dos recursos internos, especialmente para as áreas de maior valor acrescentado (e com maior dificuldade de colmatação via recursos externos). Em 2023 iniciou-se o procedimento de contratação de um técnico superior de manutenção, um técnico de automação e um técnico de armazém. Ainda em termos de recursos internos, é apenas de salientar a saída de um Mecânico por reforma.

Como previsto e por ser estratégico em termos de manutenção, a Tejo Atlântico tem vindo a trabalhar na utilização crescente dos armazéns para disponibilizar em tempo adequado os stocks de bens e artigos necessários aos trabalhos a desenvolver. A codificação sistemática dos bens e o correspondente armazenamento têm vindo a ser alargados para dar resposta a um aspeto premente na atividade, que decorre da multiplicidade de contratos de aquisição geridos. O trabalho ocorre de igual forma nos Armazéns Sul e Norte, sendo, no entanto, de referir que qualquer limitação pontual de meios humanos (férias, baixas e outras ausências) implica o “bloqueio” dos *workflows* definidos, atendendo à exiguidade de recursos e com as competências adequadas.

De forma a assegurar a disponibilidade de bens e serviços para execução dos trabalhos de manutenção, foi desenvolvido um programa intensivo de implementação de procedimentos de contratação. Apesar de grande parte das necessidades estar contratada, existe um Plano de Compras para implementar (novos contratos e renovação de contratos existentes) para os quais é necessário munir a direção de meios suficientes para a sua concretização. A contratação e todos os seus trâmites (preparação de especificações e Cadernos de Encargos, participação em Júri – esclarecimentos, análise e avaliação de propostas, análise de pronúncias – repetição de procedimentos desertos ou extintos) implica um consumo de recursos muito significativo da equipa da Manutenção. A gestão de muitas dezenas de contratos

de aquisição de bens e serviços necessários ao “dia-a-dia” da manutenção também implica um consumo significativo de recursos que no passado eram dirigidos para atividades de manutenção de muito maior valor acrescentado.

Em 2023 continuou a ser dada uma importância muito significativa ao papel da Manutenção do processo de Gestão de Ativos, atendendo a que a Manutenção é o principal contribuinte em termos de gestão do ciclo de vida dos ativos.

No decurso do ano 2023 o departamento de manutenção de construção civil elaborou e geriu um conjunto de contratos com vista à beneficiação de instalações e infraestruturas de maneira a repor e sempre que possível melhorar a condição física e funcional das instalações. Estas empreitadas e prestações de serviço procederam igualmente à reposição e melhoria de condições de segurança tanto vertente de *security* como de *safety*.

Alguns aspetos relevantes:

- Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes (TA\_21\_01 I\_CI\_S\_004\_DMA)

A Prestação de Serviços foi finalizada em junho de 2023, tendo como principal objetivo a execução de trabalhos de manutenções correntes de pequena monta nomeadamente manutenção de vãos de serralharia, pinturas, trabalhos de manutenção pontual de redes internas de edifícios como sejam rede de água, pluviais, esgotos, eletricidade. Inclui também trabalhos como a substituição e reparação de escadas, guarda-corpos e vedações de recintos. Refira-se que parte destes trabalhos, em especial os exteriores de metalomecânica ligeira, têm influência direta em melhorias de segurança quer nas vertentes *security* como *safety*.

Lote I – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Norte - durante o ano de 2023 foram executadas 2 Ordens de Trabalho.

Lote II – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Sul - durante o ano de 2023 foram executadas 20 Ordens de Trabalho.

- Prestação de Serviços de Manutenção Corrente de Edifícios de ETAR e EE, por Lotes (TA\_22\_259\_CI\_S\_015\_DMA)

A prestação de serviço teve início em 08 de agosto de 2023 tendo como principal objetivo a execução de trabalhos de manutenções correntes de pequena monta nomeadamente manutenção de vãos de serralharia, pinturas, trabalhos de manutenção pontual de redes internas de edifícios como sejam rede de água, pluviais, esgotos, eletricidade. Inclui também trabalhos como a substituição e reparação de escadas, guarda-corpos e vedações de recintos. Refira-se que parte destes trabalhos, em especial os exteriores de metalomecânica ligeira, têm influência direta em melhorias de segurança quer nas vertentes *security* como *safety*.

Lote I – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Norte - durante o ano de 2023 foram executadas 26 Ordens de Trabalho.

Lote II – Edifícios de ETAR e EE dos Subsistemas Sul - durante o ano de 2023, foram executadas 25 Ordens de Trabalho.

- Prestação de Serviços de Beneficiação dos Pavimentos dos Edifícios Administrativo e de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara (TA\_23\_038\_CP\_S\_001\_DMA)

A prestação de serviços consistiu na execução de trabalhos de conservação e manutenção do pavimento técnico do Edifício Administrativo e do Edifício de Exploração, na Fábrica da Água de Alcântara. Previu remoção e recolocação de todo o pavimento bem como a substituição dos pedestais do dito pavimento. A área envolvida é de 2.145 m<sup>2</sup>. A Prestação de Serviços iniciou em 30/05/2023 e terminou em 27/09/2023.

- Aquisição de Serviços para Inspeção de Infraestruturas na Águas do Tejo Atlântico (TA\_22\_018\_CP\_S\_002\_DGA)

O Departamento de Manutenção de Construção Civil assumiu em 2021 a responsabilidade pela realização das inspeções de Construção Civil.

No âmbito da aquisição de serviços para a inspeção de infraestruturas, foram inspecionados 943 vãos de tampas e passadiços de PRFV e inox, 102 vãos de tampas de outros materiais, nomeadamente FFD e Betão, bem como 232 vãos de Escadas e Guarda-corpos, totalizando 1 277 componentes. As inspeções foram realizadas no subsistema de Alcântara (Fábrica de Água e em 11 Estações Elevatórias), no subsistema de Chelas (Fábrica de Água), no subsistema de Beirolas (Fábrica de Água e nas 8 Estações Elevatórias) e no Subsistema da Costa do Estoril (EE Carcavelos). A Prestação de Serviços iniciou em 30/09/2022 e terminou em 30/12 /2023.

- Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 1 e 2 (TA\_20\_225\_CP\_O\_019\_DMA)

Lote 1 – Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiação de Segurança – 2021/2023 – Lote 1 – A empreitada teve a receção provisória em 27 de junho de 2023. Nesse ano decorram trabalhos de fecho documental e telas finais, tendo sido executadas apenas 2 Ordens de Trabalho. As principais atividades realizadas, deste lote, consistiram em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral.

Lote 2 - Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiação de Segurança – 2021/2023 – Lote 2 - A empreitada teve a receção provisória em 4 de julho de 2023. Nesse ano decorram trabalhos de fecho documental e telas finais, tendo sido executada apenas 1 Ordem de Trabalho. As principais atividades realizadas, deste lote, consistiram em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral.

- Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil na Área de Concessão por Lotes 1 e 2 (TA\_21\_238\_CP\_O\_005\_DMA)

Lote 1 – Reparações Gerais de Construção Civil

As principais atividades deste lote consistem em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral, em todos os ativos da área concessionada. Inclui, também, alguns trabalhos específicos e pré-determinados como por exemplo, a beneficiação de componentes do poço de válvulas da Estação Elevatória de Santa Cruz 2 e a substituição de troço prevendo a perfuração transversal sob faixa de rodagem do IC 19, junto da saída para o Cacém, não interferindo com o trânsito na via rodoviária.

No decurso do ano de 2023 foram executadas 130 Ordens de Trabalho.

A empreitada foi consignada em 9 de junho de 2022 encontrando-se atualmente em fase de conclusão o fecho documental fecho documental nomeadamente, a finalização de elementos como PSS, Compilação Técnica e Telas Finais.

Lote 2 - Beneficiações de Condições de Segurança

Este lote tem por principais objetivos a beneficiação e substituição de tampas, reparações de tubagens sem abertura de vala, beneficiação de estruturas de betão nomeadamente por injeção de polímeros entre outras. Inclui também beneficiação de coberturas e pinturas e ainda trabalhos de metalomecânica como por exemplo a substituição de escadas entre outros trabalhos, desta especialidade. Inclui, também, alguns trabalhos específicos e pré-determinados como por exemplo, beneficiação dos canais da gradagem da ETAR da Zambujeira e beneficiação dos canais de gradagem e do poço da Estação elevatória 1 do subsistema de Frielas.

No decurso do ano de 2023 foram executadas 15 Ordens de Trabalho.

A empreitada foi consignada em 9 de junho de 2022 encontrando-se atualmente em fase de conclusão o fecho documental nomeadamente, a finalização de elementos como PSS, Compilação Técnica e Telas Finais.

- Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024 (TA\_23\_043\_CP\_O\_003\_DMA)

As principais atividades deste contrato consistem em intervenções diversas em redes de drenagem, beneficiações de edifícios, reparação de tubagens de compressão e metalomecânica geral, em todos os ativos da área concessionada. Inclui, também, alguns trabalhos específicos e pré-determinados como por exemplo, Coletor Gravítico de Casal da Cabeceira - SS Zambujeira - Lourinhã - Construção de coletor entre caixas com IPID 5142240 e 5142239, Beneficiação de revestimentos paredes e tetos na Fábrica da Água de Alcântara.

Execução de muro de proteção do Reservatório RAC - EE1 - Vila Franca de Xira e da EE4 - Vila Franca de Xira e Beneficiação da Elevação Inicial e dos Desarenadores da ETAR da Malveira.

No decurso do ano de 2023 foram executadas 290 Ordens de Trabalho.

A empreitada foi consignada em 26 julho de 2023 e prazo de execução de 730 dias.

## GESTÃO DE ATIVOS

No decorrer do ano 2023, a Direção de Gestão de Ativos (DGA) dedicou-se a um conjunto de processos e iniciativas que promoveram a eficiência e sustentabilidade na gestão dos ativos infraestruturais, em várias áreas-chave. Assegurando assim a implementação de estratégias sustentáveis na gestão eficiente dos recursos, e impactando a atividade com uma resposta, aos desafios atuais e futuros, focada na:

- Aceleração da adaptação às alterações climáticas;
- Promoção da eficiência energética, incorporando a mesma em todos os processos da Empresa;
- Produção de Energia com recursos endógenos e renováveis;
- Minimização das afluências indevidas e erradicação de descargas;
- Consolidação do efetivo conhecimento do funcionamento da rede de drenagem, através do sistema de medição de caudais;
- Cumprimento dos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos;
- Otimização dos processos de tratamento;
- Promoção da reutilização de água;
- Aumento da fiabilidade da informação cadastral (técnica e geográfica);
- Disponibilização, ágil e continuada, e na fiabilidade dos dados e informação;
- Planeamento estratégico do investimento a concretizar.

## PLANEAMENTO

Concluiu-se no ano de 2023 a revisão quinquenal do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Concessão, nomeadamente a atualização dos seus Modelos Técnicos e o correspondente Plano de Investimentos, tendo sido para tal fundamental o trabalho de identificação e priorização dos investimentos a realizar no próximo quinquénio, alinhados com a missão da empresa e com a necessária resposta estratégica aos desafios do setor.

Importa ainda salientar, a realização em 2023 de auditoria ao Sistema de Responsabilidade Empresarial, na vertente de Gestão de Ativos, que confirmou a certificação da Tejo Atlântico para com o respetivo referencial normativo ISO 55001:2014. O âmbito da certificação inclui 3 subsistemas – Alcântara, Guia e Santa Cruz, que representam aproximadamente 47% da capacidade total de tratamento de águas residuais, abrangendo as zonas Sul e Norte e um total de 3 FA, 49 EE e 275,65 km de emissários e intercetores.

## CADASTRO/SIG

No que se refere às atividades de Cadastro/SIG, importa destacar o aumento da fiabilidade de informação cadastral e o conhecimento infraestrutural correspondente das infraestruturas lineares sob responsabilidade da Tejo Atlântico.

Importa destacar o desenvolvimento da implementação da “*Utility Network*”, peça estratégica para a transformação digital da Tejo Atlântico, que permitirá dar resposta aos novos desafios tecnológicos ao nível do conhecimento e da análise da rede em qualquer ambiente, seja web, móvel ou desktop, sendo configurável pelo utilizador e possibilitando criar uma representação precisa dos ativos com maior detalhe, controlo e flexibilidade.

Com o objetivo de promover a consolidação de processos, foi dada sequência à elaboração do Manual de Inventariação que visa compilar a informação fundamental e as orientações associadas ao processo de Inventariação de Ativos Operacionais, a par com o estabelecimento das responsabilidades de cada interveniente, tendo em consideração a sua relevância e imprescindibilidade para a gestão do ciclo de vida dos ativos. Ainda neste âmbito, foi dada continuidade à criação dos ativos operacionais no sistema SAP-PM e à recolha e ao registo da informação técnica e financeira associada aos ativos adquiridos por via de aquisições diretas e investimentos/empreitadas previstos no Plano de Investimento, bem como aos devidos registos e atualizações associados aos abates e movimentações. Foram mantidas as atividades regulares de inventariação e atualização sistemática do inventário já existente em 33 infraestruturas, salientando-se, a título de exemplo, a FA de Vila Nova da Rainha, FA Arruda dos Pisões, FA Marmeleira, FA Azambuja e FA Aveiras.

Foi ainda concluída no terreno a prestação de serviços de “Inventariação de Ativos Operacionais 2021/2022” que assegurou no total a inventariação e o complemento da informação técnica e de cadastro dos ativos, a par com a sua etiquetagem em 1 Fábrica de Água (FA Beirolas) e 35 estações elevatórias da zona Sul.

## ARQUIVO DIGITAL TÉCNICO

Tendo em vista a transformação digital da Tejo Atlântico e o ágil acesso à informação, foi disponibilizado o acesso em 2023 a todos os trabalhadores e colaboradores, identificados como utilizadores, a plataforma de arquivo digital *Viewport Operations*. Esta plataforma, cujo desenvolvimento e implementação se iniciou em 2022, incorpora a documentação técnica relativa às infraestruturas da empresa, permitindo de uma forma simples e rápida, a consulta da documentação técnica pré-existente em formato digital.

Foi ainda lançado o procedimento de contratação para a digitalização e carregamento na plataforma de toda a informação técnica existente na Tejo Atlântico, que se encontra atualmente apenas em suporte físico disperso por várias instalações.

## GESTÃO DE ENERGIA

Em alinhamento com as políticas europeias e nacionais, a Tejo Atlântico desenvolveu um plano estratégico que visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, permitindo atingir a neutralidade energética em 2030, em consonância com a orientação corporativa do Grupo AdP.

O *Plano Energia+* integra a estratégia da organização e a ambição de ser a empresa de saneamento em Portugal com a menor pegada de carbono no exercício da sua atividade. Em 2023 foram dados passos importantes na implementação do Plano, destacando-se as seguintes ações associadas aos objetivos estratégicos definidos:

### Objetivo 1: Promover uma cultura de gestão de energia na empresa

Destaca-se, no âmbito do objetivo 1, o arranque em 2023 de um programa de formação no âmbito da gestão de energia que irá decorrer no período 2023/2024. A ação de formação “Energia+” tem como objetivo alertar para as boas práticas de eficiência energética abrangendo todos os usos significativos de energia nas FA, sendo essencialmente dirigida aos técnicos operativos e de manutenção.

De referir ainda a continuidade da campanha “Não seas desligado”, iniciada em 2022, que alerta para a importância da redução dos consumos energéticos por via de pequenos gestos do quotidiano.

### FIGURA 37 - POLUIÇÃO CAMPANHA DIA MUNDIAL ENERGIA



No Dia Mundial da Energia, dia 29 de maio, com o envolvimento da Direção de Comunicação e Desenvolvimento foi oferecida uma *powerbank* a todos os trabalhadores com dicas de poupança energética para adotar no local de trabalho e em casa.

### Objetivo 2: Neutralidade energética até 2030

Destaca-se o arranque, em abril de 2023, da produção da central fotovoltaica de Beirolos, constituída por 520 painéis e uma potência de 283,4 kWp tendo produzido ao longo do ano um total de 286 MWh.

### FIGURA 38 - PORMENOR DA CENTRAL PV DA FA BEIROLAS



Iniciou-se também o estudo relativo à execução de 18 centrais fotovoltaicas com uma potência prevista de 2,7 MW e uma produção anual de 4,5 GWh, com lançamento de concurso e início de construção previsto para o final de 2024.

### Objetivo 3: Aumentar a eficiência energética

Destaca-se no âmbito da eficiência energética, a implementação no 2º semestre do ano de 2023, de duas medidas com impacto significativo na eficiência energética, permitindo uma poupança anual, em 2023, de 0,9 GWh, nomeadamente a substituição dos ventiladores da desodorização da FA de Alcântara por equipamentos mais eficientes e a substituição dos difusores e compressores do arejamento na FA de Beirolos. Em 2023 iniciou-se ainda a substituição dos ventiladores de desodorização da FA da Guia Fase Líquida, prevendo-se a conclusão da intervenção no decorrer do 1º semestre de 2024.

### Objetivo 4: Integrar as 23 instalações que representam 80% dos consumos da empresa no SGE

No âmbito deste plano, a fronteira do Sistema de Gestão de Energia foi alargada a mais duas instalações, as Fábricas da Água de São João da Talha e da Malveira, passando o sistema a abranger cerca de 68% do consumo da Empresa.

### Objetivo 5: Melhorar a qualidade e a fiabilidade dos dados de energia

Em 2023 foi automatizada a exportação e agregação de dados de energia da E-Redes, assegurando uma melhoria na disponibilização atempada, qualidade e na fiabilidade dos dados da energia.

## MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DE AFLUÊNCIAS INDEVIDAS

Na Área de Monitorização e Controlo de Afluências Indevidas foi assegurado o fundamental acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da Tejo Atlântico, consolidando a concretização do objetivo de minimização das entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e a erradicação de descargas. Complementarmente, e de forma a consolidar o conhecimento do efetivo funcionamento do sistema de transporte e recolha de caudais, foi igualmente assegurado o acompanhamento contínuo do sistema de monitorização de caudais da Tejo Atlântico.

Destaca-se na atividade do ano 2023 o desenvolvimento do Plano de Controlo de Afluências Indevidas da Águas do Tejo Atlântico, definido como um documento de planeamento de nível tático e em estreita articulação com o nível operacional da organização. Este Plano reflete o compromisso da Empresa com o controlo de afluências indevidas através do acompanhamento do desempenho dos sistemas, promovendo a sua eficiência e planeando os estudos e intervenções necessárias para assegurar a necessária eficiência operacional.

Foi dada continuidade ao plano de monitorização mensal das afluências indevidas aos subsistemas da Tejo Atlântico, nomeadamente aos trabalhos de monitorização de condutividade nas Fábricas de Água da zona ribeirinha do Tejo, e às campanhas dedicadas de monitorização na rede do subsistema de São João da Talha e Beirolos, para identificação de pontos de intrusão salina.

Destaca-se a conclusão, no ano 2023, dos seguintes estudos, realizados no âmbito da atividade associada ao Controlo de Caudais Indevidos aos Subsistemas da Tejo Atlântico:

- Controlo de caudais indevidos do subsistema de Bucelas;
- Controlo de caudais indevidos do subsistema de Cadafais;
- Afluências Indevidas, em tempo seco, no subsistema de Alcoentre;
- Afluências Indevidas da Bacia de Sacavém, subsistema de Beirolos.

Deu-se ainda continuidade à segunda fase do estudo de Afluências Indevidas no subsistema de Alcoentre, em tempo húmido bem como ao Estudo de Controlo de Caudais de mais cinco subsistemas pertencentes ao município de Torres Vedras, com o estreito acompanhamento dos SMAS de Torres Vedras (Santa Cruz, Maceira, Runa, Maxial e Dois Portos).

Relativamente aos trabalhos de erradicação de descargas, concluíram-se os estudos necessários na bacia do Intercetor Caneças-Ramada-Odivelas, em trabalho conjunto com os SIMAR de Loures e Odivelas.

No que diz respeito ao controlo de caudais dos sistemas de drenagem, garantiu-se a gestão do sistema de monitorização da Tejo Atlântico para efeitos de controlo e faturação incluindo o acompanhamento de intervenções de manutenção, bem como o tratamento de dados e respetivo envio mensal aos municípios. Realizaram-se campanhas temporárias de monitorização de nível e caudal para apoio a estudos internos. No âmbito da prestação de serviços para fornecimento e montagem de equipamentos de medição de caudal, foram substituídos equipamentos em fim de vida, no subsistema de Beirolos e Frielas.

## ESTUDOS ESTRATÉGICOS

No decorrer de 2023, foram realizados diversos estudos e projetos, dando sequencia aos objetivos funcionais e estratégicos da organização, designadamente os relativos à Produção e Disponibilização de água+ (ApR), ao Plano de Gestão de Biolamas Tejo Atlântico, ao desenvolvimento do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas Tejo Atlântico (PAAC) e à Otimização e reengenharia de sistemas e processos de tratamento.

Importa salientar alguns dos processos desenvolvidos no decorrer de 2023, destacando-se, os seguintes:

### Atividade de Produção e Disponibilização de água+ (ApR):

- Arranque do sistema de tratamento de afinação para a ampliação da produção de água+, a partir da FA de Beirolas, e início de fornecimento de ApR para a rega do recinto da JMJ23, com um caudal de dimensionamento de 3 000 m<sup>3</sup>/d de classe A;
- Arranque e definição dos termos de contrato para fornecimento de ApR de classe B ao campo de golfe West Cliff Ocean and Golf Resort a partir da FA do Casalinho;
- Desenvolvimento do projeto de produção e adução de água+ de classe A, a partir da FA de Frielas, para rega do estádio do Infantado;
- Conclusão do Estudo de identificação de potenciais consumidores a partir das FA da Charneca, Miragaia/Zambujeira, Fervença/Nazaré, designadamente para os aproveitamentos hidroagrícolas em Óbidos, Lourinhã e Cela e campos de golf;
- Acompanhamento do Plano de Reutilização para o Município de Cascais (fase I de produção e rede de adução de ApR para o município) e análise de viabilidade de fornecimento para os campos de golf da zona limítrofe da FA da Guia (Campos de Golf da Quinta da Marinha e Oitavos Dune);
- Conclusão dos processos de licenciamento de ApR para as FA do Casalinho, Frielas, Guia, ampliação do sistema de produção de Beirolas e Mafra e submissão do processo da FA de Alcântara.

### Otimização e Reengenharia de Sistemas e Processos de Tratamento

- Desenvolvimento dos “Estudos Técnico-Económicos para a Desativação de Infraestruturas das Área de Concessão da Tejo Atlântico – Sistema de Azambuja, Rio Maior e Maceira”;
- O acompanhamento da Auditoria Técnica Funcional e Estudo de Otimização Processual da FA de Alcântara;
- Conclusão da preparação do procedimento de contratação destinado à aquisição de serviços para a Elaboração de Estudo de Viabilidade Técnico-Económica para a Remodelação da FA da Guia;
- Estudo e lançamento de concurso de empreitada de fornecimento e montagem de sobrepessores para o arejamento das FA da Nazaré e Atouguia da Baleia;
- Implementação das medidas de otimização processual da FA de Arruda dos Vinhos, incluindo o fornecimento e montagem de prensa para desidratação das lamas, instalação de seletor anaeróbio e reforço do sistema de arejamento;
- A conclusão do estudo de otimização de funcionamento da FA Póvoa da Galega (fase I) e preparação do respetivo processo de concurso de empreitada e continuação do desenvolvimento do estudo de otimização de funcionamento da FA de Alenquer;
- Desenvolvimento do estudo e projeto para Beneficiação do Sistema de Arejamento da FA do Turcifal e preparação das respetivas peças de procedimento concursal.

### Plano Estratégico para a Gestão de Biolamas da Águas do Tejo Atlântico

- Encontra-se em fase de desenvolvimento e conclusão das peças do procedimento da Empreitada de construção da unidade de Hidrólise Térmica da FA de Frielas, bem como a definição dos pressupostos e parâmetros para a atualização do respetivo EVEF.

Adicionalmente, e no que concerne ao objetivo estratégico de *melhoria das condições de desodorização/ventilação das FA*, enfatiza-se, durante o ano de 2023:

- A continuidade do estudo de otimização de ventilação e desodorização das FA de Guia – Fase Sólida, Beirolas, Chelas, Frielas, Vila Franca de Xira e São João da Talha;
- Desenvolvimento das peças de concurso para a Empreitada de Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara.

No enquadramento da Estratégia 2023/2025, sob o lema “Inspirados pelo Futuro”, a Direção de Gestão de Ativos continuará a dedicar-se à promoção da eficiência e sustentabilidade, ambiental, económica e Social, na gestão dos ativos infraestruturais, assegurando a implementação de estratégias sustentáveis na gestão eficiente dos recursos, e impactando a atividade com uma resposta, aos desafios atuais e futuros, focada na Resiliência, Eficiência e Eficácia, Inovação, Ação Climática e Criação e Valor.

## SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Durante o ano de 2023 o Departamento de Segurança e Sustentabilidade Empresarial (SSE), no âmbito da sua missão, promoveu e desenvolveu várias atividades por forma a ir ao encontro das necessidades e expetativas dos seus *stakeholders*. Importa, contudo, ter em conta que de forma imprevisível às consequências da era COVID, veio sobrepor-se o efeito da guerra na Ucrânia e os impactos que daí advieram.

O trabalho na garantia da segurança e da saúde dos trabalhadores, famílias e parceiros continuou a ser uma prioridade em 2023. O controlo dos riscos foi efetuado com desenvolvimento de planos específicos e mantendo o compromisso da melhoria contínua: Plano Controlo Riscos Químicos; Plano Controlo Riscos Elétricos, Eletromagnéticos e Radiações Ionizantes; Plano Controlo Riscos associados a atmosferas explosivas (ATEX); Plano Controlo Riscos Trabalhos em Altura/Profundidade e Espaços Confinados; Plano Controlo Riscos Biológicos, incluindo Legionella e Plano Controlo Riscos Psicossociais. Deste modo, foi continuado o Plano Estratégico de Segurança da Tejo Atlântico. Neste âmbito, no decorrer de 2023, deu-se continuidade e reforço nas atividades de controlo operacional nas diversas infraestruturas da Tejo Atlântico, tendo sido promovidos controlos por temáticas (riscos químicos, monitorizações diversas, verificações periódica de equipamentos de trabalho/ equipamentos de proteção coletiva e individual antiqueda), para além dos habituais acompanhamentos de trabalhos (uma grande maioria, de risco especial) e revisões e atualizações de Matrizes de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, para cerca de 60% das instalações.

O ano de 2023 destacou-se também pelo trabalho desenvolvido no âmbito da proteção da continuidade de negócio, com auditorias de segurança contra Incêndio em edifícios, nas duas maiores instalações da empresa, Alcântara e Guia, incluindo SEDE e cujos planos de ação em desenvolvimento constituem verdadeiros desafios técnicos e financeiros, para os próximos anos.

Destaca-se a participação no Comité de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo AdP, designadamente para definição da estratégia global relativa à segurança do trabalho baseada na efetiva adoção da cultura de segurança.

O ano de 2023 merece, igualmente, destaque pela primeira publicação do relato de sustentabilidade da Tejo Atlântico, através do Relatório de Sustentabilidade do ano de 2022. No referido relatório foram apresentados os progressos e desafios de forma transparente, demonstrando o compromisso com a prestação de contas, em busca contínua de eficiência e superação, mas também de auscultação e aprendizagem contínua com as nossas partes interessadas. Foi também efetuado um resumo das principais atividades dos primeiros cinco anos da empresa 2017-2022.

A representação na Water Europe Vision Leadership Team (VLT) para Water-Smart Cities foi também um marco importante de 2023.

A Tejo Atlântico assegurou a excelência operacional da gestão integrada através de um Sistema de Responsabilidade Empresarial integrado nas vertentes de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001), Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (NP ISO 45001), Gestão da Energia (NP EN ISO 5001). De salientar que a Tejo Atlântico recebeu certificação na nova Norma de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457), após conclusão da auditoria de concessão realizada em duas fases, durante os meses de novembro e dezembro de 2023, demonstrando assim não apenas o seu compromisso com a melhoria contínua, mas também a sua adesão às melhores práticas em gestão da inovação.

A Empresa foi sujeita a exercícios de auditoria interna, por entidade externa, e auditoria externa, por entidade certificadora, ao seu sistema de gestão.

Em destaque:

- O arranque da sistematização e desenvolvimento do Programa Integrado de Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Tejo Atlântico, com identificação das diferentes simbioses e unidades orgânicas potenciadoras;

**FIGURA 39 - SENSIBILIZAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA TEJO ATLÂNTICO**



- A confirmação e o compromisso com os Dez Princípios do *UN Global Compact*, relativos a Direitos Humanos, Práticas Laborais, Práticas Ambientais e Anticorrupção através da assinatura da Carta de Compromisso com as Nações Unidas – Global Compact;
- Cálculo da Pegada: estabelecimento de metodologia de cálculo e de ferramenta, em resposta ao grupo criado para o efeito pela *holding*;
- Lançamento dos alicerces do projeto organizacional de Voluntariado, a desenvolver em 2024;
- A preparação do Plano Estratégico de Segurança para o triénio, mantendo o propósito de melhorar continuamente a saúde e a segurança dos trabalhadores, em compromisso com o Quadro Estratégico para a Saúde e Segurança no Trabalho da União Europeia, definido para o período 2021-2027;
- O reforço do Plano de Prevenção Riscos Profissionais, integrante da estratégia da Tejo Atlântico para implementação eficaz de uma cultura organizacional baseada na segurança, não só com direitos, mas com responsabilidades e deveres, e traduzindo o envolvimento, a liderança e o compromisso de todos. Incluiu vários eixos de atuação: organizacional, auditorias/inspeções/vistorias, melhorias das condições físicas segurança das instalações e equipamentos, das condições de resposta à emergência, sinalização, procedimentação, formação e melhoria de competências e informação e comunicação;
- A continuação da revisão do sistema de gestão implementado no âmbito da Segurança do Trabalho, com recurso a perito externo, no sentido de procura de melhoria contínua e desenvolvimento do plano estratégico a médio prazo;
- A dinamização de várias atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais, com destaque para o risco dos trabalhos em espaços confinados e/ou em altura, muitas vezes com possibilidade de exposição a gases, ex. sulfídrico, e dos trabalhos em zonas com atmosferas potencialmente explosivas, de modo a cumprir todos os requisitos legais e normativos aplicáveis, garantindo condições de trabalho seguras a todos trabalhadores e subcontratados;
- A utilização em pleno da Plataforma do Sistema de gestão, aplicação informática de organização das várias vertentes e atividades no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- A manutenção da certificação do Sistema de Responsabilidade Empresarial, com a integração de duas novas infraestruturas (Fábricas de Água da Malveira e São João da Talha), no que respeita à certificação no referencial normativo da gestão de energia, mantendo no âmbito da certificação as instalações mais representativas em termos de consumo (67,6% do consumo total de energia da Tejo Atlântico), incluindo as Fábrica de Água de Alcântara e da Guia;
- A certificação pelo referencial normativo NP 4457 (Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação);
- O esforço, o empenho e o investimento na capacitação dos trabalhadores em formação especializada de segurança, treinos em *Safety Moments* em temas vários, como “utilizar amês” e “utilizar detetor de gases”, e o enfoque nas sensibilizações de índole comportamental com a perspetiva da responsabilidade e do compromisso na salvaguarda permanente da vida humana, nomeadamente de liderança para a segurança direcionado às chefias intermédias;
- A capacitação dos técnicos de segurança, em temáticas como liderança na segurança, planeamento e autorizações de trabalho e análise de incidentes;
- O exercício de levantamento, em número e localização, de centenas de tampas/passadiços em PRFV onde a circulação obriga ao acesso imprescindível de trabalhadores, por motivos operacionais, com sinalização e proteção, enquanto primeiro *input* ao estabelecimento do Plano de Inspeções desenvolvido;
- Continuação do reforço de instalação de EPC e EPI em todos os Centros Operacionais, incluindo dezenas de linhas de vida e centenas de pontos de ancoragem, em paralelo com ações de formação em trabalhos em espaços confinados e/ou em altura; altura e profundidade e acompanhamento de trabalhos de risco elevado;
- A realização de exercícios de treino em simulacros de resgate em espaço confinado e em altura, sismo, incêndio e atmosferas explosivas;
- A continuação das monitorizações ambientais e de segurança, medição de campos eletromagnéticos em equipamentos e radiação ionizante;
- Avaliação da exposição a produtos químicos classificados como cancerígenos e/ou mutagénicos, nas unidades laboratoriais;
- A elaboração dos planos de prevenção e controlo de Legionella nas instalações de Chelas e S. João da Talha, após terem sido implementados os planos de Alcântara, Guia, Frielas, Beirolas, Vila Franca de Xira, Mafra, Alverca, Rio Maior, Torres Vedras, São Martinho do Porto e Casalinho;
- Implementação de diversas medidas com o objetivo de melhorar o relacionamento com os fornecedores, através da definição de requisitos para aquisição de bens e serviços, de ações de sensibilização/acolhimento designadamente sobre o Sistema de Responsabilidade Empresarial e a Segurança no Trabalho, dirigidas a trabalhadores externos;

- A colaboração e a participação ativa dos representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde trabalho, garantindo o seu comprometimento e envolvimento, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, com identificação e avaliação das condições de trabalho em visitas operacionais e reuniões descentralizadas nos vários Centros Operacionais, tendo em vista a redução dos riscos potenciais a que os trabalhadores estão sujeitos no seu dia-a-dia;
- A análise dos sistemas de segurança existentes, incêndio, intrusão e videovigilância para avaliação de risco e definição do plano estratégico de segurança física da Tejo Atlântico;
- Continuidade na adoção de boas práticas no campo da igualdade de género e oportunidade e da conciliação da vida pessoal e profissional, com aprovação, em novembro, do Plano de Igualdade de Género 2023;
- Celebração do Dia Internacional da Mulher com iniciativa interna dedicada e promoção da iniciativa “Toca o Sino para a Igualdade de Género” instalado permanentemente na Fábrica de Água de Alcântara;
- Continuidade na colaboração com a APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial;
- A colaboração com a PWN - *Professional Women's Network* de Lisboa, conforme protocolo estabelecido, possibilitando a várias trabalhadoras da Empresa usufruir dos programas de Mentoring e Liderança.

Foi também desenvolvido um conjunto de outras iniciativas relevantes:

- Finalização da Campanha de Segurança 365, a relembrar que os comportamentos de segurança devem ser adotados 365 dias/ano, com desenvolvimento de sessões “Hora da Segurança”, alertas de segurança por sms, wallpaper abertura de PC e banner assinatura de e-mail, posters, vídeos e filmes;

**FIGURA 40 - CAMPANHA “SEGURANÇA 365”**



- A Comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho no dia 28 de abril, com a sessão da formação “Compromisso para a Segurança”, diretamente do auditório da sede em Alcântara, com o especialista Engenheiro Carlos Ferreira, dirigida às chefias intermédias DOP e DMA, onde foram partilhadas práticas e exemplos que deverão ser utilizados no local de trabalho, com o objetivo de reforçar a consciência individual para a segurança e estabelecer um maior compromisso na prevenção;
- Ainda no âmbito da Campanha de Segurança 365 e comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho foi lançado um Guia Prático que fornece a informação básica dos perigos existentes nos locais de trabalho e define regras simples para minimizar os respetivos riscos, assim como cuidados a ter, no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial, distribuído a todos os trabalhadores da empresa em formato físico e para consulta no Portal Interno;

**FIGURA 41 –GUIA PRÁTICO DE REGRAS SIMPLES PARA UM AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL**



- W Workshop um conjunto de ações formativas (Foco nos Fornecedores, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), Foco na Gestão de Ideias) para todos os trabalhadores como objetivo esclarecer e reforçar o conhecimento de diversas matérias da empresa;
- A Comemoração do Dia do Ambiente no dia 5 de junho, com o incentivo aos trabalhadores da Tejo Atlântico a darem uma nova vida aos seus fardamentos usados. O fardamento entregue para reciclagem deu origem a vários tote bags que podem ser utilizados no seu dia a dia;
- A Comemoração do Dia Mundial do Bem-Estar no dia 13 de junho através da 2.ª edição da ação “Saudável+”;
- O papel e o envolvimento da Tejo Atlântico no Centro de Coordenação Operacional da Câmara Municipal de Lisboa no seguimento da Jornada Mundial da Juventude (JMJ);
- Implementação do Programa Nacional de Desfibrilhação Automática Externa (PNDAE) na Tejo Atlântico;
- A Comemoração da Semana Europeia da Segurança e Saúde no Trabalho de 23 a 27 de outubro dedicada ao tema “Segurança e Saúde na Era Digital”, com várias atividades de comunicação interna, de ações de participação presencial ou online. Durante a semana foram organizadas duas WTalk, uma referente ao tema “ATEX, Emergência e Mapeamento de Tarefas e a segunda sobre Segurança e Saúde no Trabalho, formação On-Job e a realização inovadora, pela primeira vez, de um Laboratório de Sensorial de Segurança na sede com participação de trabalhadores de todas as unidades orgânicas;

**FIGURA 42 – CAMPANHA SEGURANÇA E SAÚDE NA ERA DIGITAL**



- A comemoração do Dia Nacional da Sustentabilidade no dia 25 de setembro, em que a Tejo Atlântico abraçou a campanha “2023 SDG Flag Campaign” como um compromisso firme com os ODS. Esta data foi celebrada pela segunda vez em Portugal. A empresa comemorou com orgulho o compromisso com um futuro mais sustentável ao percorrer todos os seus Centros Operacionais com a Bandeira dos ODS, para que os trabalhadores pudessem assinar este compromisso e registar o momento;

**FIGURA 43 – CAMPANHA “2023 SDG FLAG CAMPAIGN”**



- A comemoração da Semana dos Resíduos com Responsabilidade Social em que recolhemos equipamentos eletrónicos e pilhas em fim de vida para não apenas ajudar o ambiente, como também trazer esperança e energia renovada para pacientes do IPO;

**FIGURA 44 – CAMPANHA GREEN WEEK**



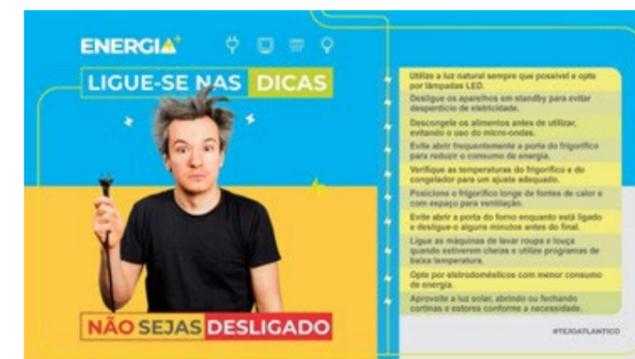
- Elaboração do primeiro Relatório Sustentabilidade relativo ao exercício de 2022, onde apresentamos os nossos progressos e desafios de forma transparente, demonstrando o nosso compromisso com a prestação de contas. Este é o resultado de um processo ambicioso, de busca contínua da eficiência e superação, mas também de auscultação e aprendizagem contínua com nossos stakeholders, ajustando a nossa estratégia, sempre que necessário, para enfrentar os desafios futuros;

**FIGURA 45 – RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2022**



- A comemoração do Dia Mundial da Energia, com o objetivo de sensibilizar toda a Empresa para a temática da gestão de energia e desenvolver uma cultura de boas práticas a nível interno;

**FIGURA 46 – COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA ENERGIA**



- Campanha para proteção sol e calor, com distribuição de protetores solares.

O desafio de continuar a caminhar no propósito comum, aumentando o envolvimento dos trabalhadores e colaboradores com a Empresa, ao integrar a mudança de comportamento no quotidiano de cada um, observando a dualidade vida pessoal-vida profissional, seja na forma como nos relacionamos com os outros, na capacidade de adotarmos comportamentos que melhoram a nossa comunidade ou na potenciação de comportamentos mais sustentáveis vai continuar a marcar 2024: ser responsável individualmente e na comunidade perante as alterações climáticas.

A disseminação e a efetiva implementação de uma cultura de segurança efetiva e global no Grupo AdP manter-se-á como próximo desafio, bem como continuar o trabalho desenvolvido na resposta aos riscos emergentes, designadamente os de natureza psicossocial.

## COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### COMUNICAÇÃO INTERNA

A Tejo Atlântico continua a dar a maior importância à comunicação interna, considerando o seu público um dos destinatários mais importantes na estratégia de informação e divulgação de ações internas e externas, com o objetivo de manter as suas equipas envolvidas, recorrendo a várias plataformas por forma ter o maior alcance.

Ao longo do ano foram realizadas um mix de ações presenciais e online com recurso ao portal interno, e-mails, Facebook, newsletter, SMS, produção de vídeos e organização de sessões “W” temáticos, nomeadamente, os que foram dedicados às questões de Segurança e Saúde no trabalho.

FIGURA 47 – COMUNICAÇÃO INTERNA



A Direção de Comunicação e Desenvolvimento (DCD) desenvolveu também conteúdos e organizou atividades e iniciativas internas pontuais e outras estruturadas ao longo do ano articulando com as várias direções e departamentos com o objetivo de promover a comunicação transversal.

Entre as várias iniciativas, realce para o encontro anual de quadros onde foi apresentado o balanço da no de 2022 e foram projetados os objetivos macro para o exercício de 2023.

O Cabaz solidário é uma iniciativa interna partilhada com a Holding Águas de Portugal, atribuindo a cada trabalhador um cabaz com uma seleção de produtos regiões com origem na zona das empresas do Grupo AdP.

Ainda neste âmbito a Tejo Atlântico deu continuidade aos postais solidários para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior e especial.

### COMUNICAÇÃO EXTERNA

Ao nível externo, o envolvimento com parceiros, comunidade e com os diversos stakeholders continua a ser um dos pilares essenciais da comunicação, potenciando os projetos e compromissos mais importantes ao nível da circularidade, da descarbonização e da gestão de ativos, numa atividade essencial e invisível que contribui para a qualidade das massas de água, saúde pública e de muitas atividades económica associadas ao mar e à qualidade da água.

A celebração do Dia Mundial do Saneamento é uma data diretamente associada à atividade da Empresa e, neste ano, em parceria com a rádio Mega Hits, organizámos um passatempo através das redes sociais premiando os vencedores com uma viagem no Tejo para avistamento dos golfinhos.

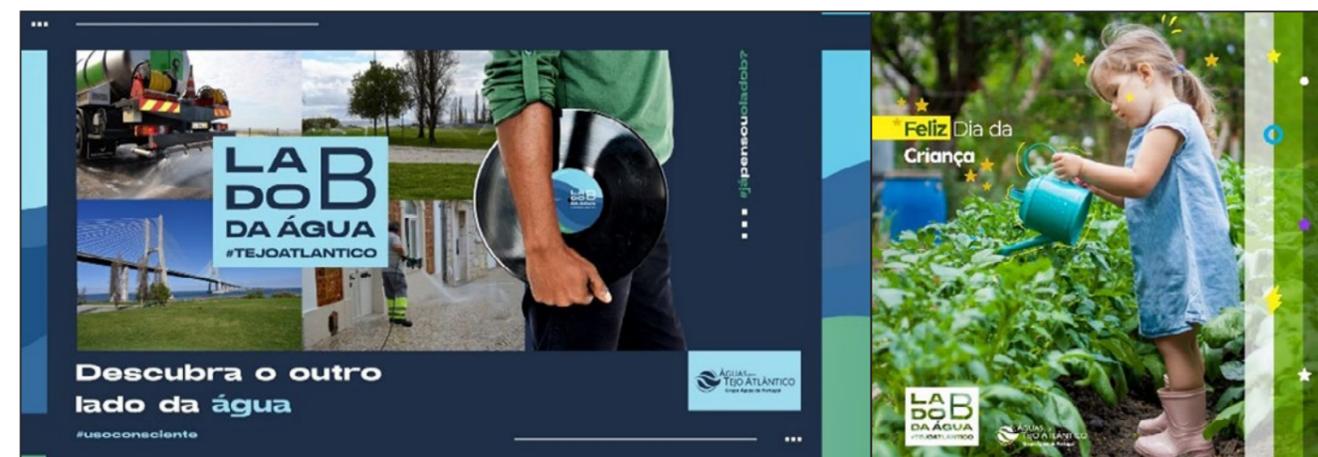
FIGURA 48 – COMUNICAÇÃO EXTERNA 1



O ENEG é um dos maiores eventos nacionais relacionados com o setor da água e, nesse âmbito, a Tejo Atlântico participou com várias apresentações que permitiram partilhar com o auditório o que mais relevante está em curso na Empresa, do ponto de vista operacional, de inovação, entre outras e também alguns dos projetos a curto e médio prazo.

Ao nível das campanhas e nas ações de comemoração do Dia Mundial da Água, a Tejo Atlântico arrancou com a campanha o “Lado B da Água”, uma iniciativa de comunicação que procura mudar a forma como olhamos a água, mudar a nossa perspetiva de que a água é um recurso a ser utilizado e descartado e mostrar que, depois de tratada, pode ser reciclada e valorizada, incentivando práticas de economia circular e de sustentabilidade, em prol da preservação e conservação dos recursos hídricos. A campanha incluiu diversos suportes de comunicação, nomeadamente, nas redes sociais e na imprensa.

FIGURA 49 – COMUNICAÇÃO EXTERNA 2



A revista Tejo Atlântico manteve a publicação de três edições durante 2023, em formato digital e uma pequena quantidade impressa, incluindo entrevistas e artigos, alguns dos quais escritos por trabalhadores das diversas áreas da empresa.

FIGURA 50 — REVISTA TEJO ATLÂNTICO



Ao nível da comunicação social, a Tejo Atlântico continua a produzir conteúdos informativos que distribui pelos órgãos de informação nacionais e regionais, sempre com o objetivo de ser considerada uma fonte de informação credível e transparente. Os artigos publicados ao longo do ano são avaliados por uma empresa especializada em clipping e resultado de 2023 reflete uma nota muito positiva.

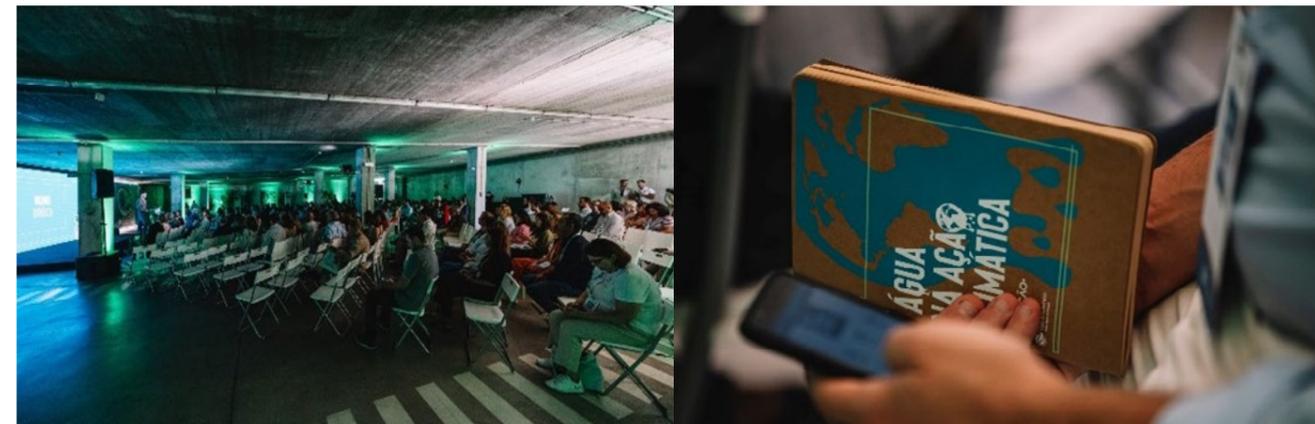
A comunicação digital segue um caminho crescente e sustentado e estratégica no desenvolvimento da estratégia de comunicação da Tejo Atlântico, através das plataformas, Instagram, LinkedIn, Facebook, Youtube, que registaram ao longo do ano a adição de novos seguidores e envolvimento.

FIGURA 51 — COMUNICAÇÃO DIGITAL



O Caminho da Inovação continua a sua trajetória de afirmação nos eventos do setor da água. A edição de 2023, realizado em formato presencial com acesso online, regressou ao formato original, com presença física, tem como objetivo promover a inovação no setor da água, partilhar experiências e projetos e criar uma oportunidade de *networking*. A edição deste ano contou com a presença de mais de 500 participantes e com a apresentação de casos estudo de diversos pontos do globo.

FIGURA 52 — O CAMINHO DA INOVAÇÃO 2023



A Tejo Atlântico continua a organizar iniciativas em parceria com outras entidades e *stakeholders*, envolvendo a sociedade civil, científica e técnica, partilhando o caminho que vem percorrendo ao nível da economia circular, da descarbonização e da sustentabilidade, como é o caso nas empreitadas para a construção e reabilitação de novas infraestruturas que têm como objetivo melhor o serviço e aumentar a resiliências das infraestruturas de transporte e tratamento.

FIGURA 53 — PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES E STAKEHOLDERS



#### EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é hoje uma ferramenta fundamental com capacidade de moldar as mentalidades, inspirar à ação e promover sociedades mais resilientes e sustentáveis, orientadas para uma cidadania mais participada, consciente e informada, nas mais diversas temáticas, como mudanças climáticas, escassez hídrica ou perda de biodiversidade.

FIGURA 54 — EDUCAÇÃO AMBIENTAL 1



Neste contexto, a Tejo Atlântico continua a apostar na educação e sensibilização ambiental junto das populações que serve, sensibilizando para o Valor da Água, explicando, em paralelo, o papel das Fábricas de Água na gestão do ciclo urbano da água, a importância da valorização e do aproveitamento dos produtos aí gerados, contribuindo para uma economia mais circular, a par do forte contributo que tem na melhoria dos recursos hídricos.

Ao educar para estas temáticas, a empresa procura inspirar mudanças positivas e contribuir para uma sociedade ambientalmente mais consciente.

**FIGURA 55 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2**



Nesse âmbito, em 2023, a Tejo Atlântico, integrado no seu Plano de Educação Ambiental (PEA), deu continuidade ao Programa Educativo: REcircuLAR+, em implementação desde 2022, desenvolvendo uma série de projetos pedagógicos e atividades de Educação Ambiental alinhados com a estratégia da Empresa e os desafios do Grupo AdP, assim como com os compromissos nacionais nos domínios da Sustentabilidade, nomeadamente com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) e o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (REAS).

Continuando a apostar nas visitas e nas ações de sensibilização de proximidade junto da comunidade educativa, com um alcance que ultrapassou os 11 000 alunos e professores das escolas dos municípios servidos por este sistema. Destaca-se uma vez mais a aposta nas atividades “fora de portas”, onde as visitas de estudo às suas Fábricas de Água, continuam a ser as mais procuradas, com 180 visitas realizadas a algumas das suas infraestruturas, contando com mais de 4 200 visitantes (aproximadamente o dobro do ano 2022). A diversidade de públicos, do pré-escolar ao ensino secundário, passando pelo ensino especial, superior, não faltando a população sénior. Foram diversas as Fábricas de Água visitadas, contudo Beirolas, a par do Centro de Educação Ambiental (CEA) aí localizado, foram os mais visitados.

**FIGURA 56 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL 3**



A aposta na formação de qualidade, em parceria com ONGA (organizações não governamentais de ambiente), CFAE (centro de formação de associações de escolas) e outros stakeholders, foi outra das suas apostas, dando continuidade às temáticas que têm vindo a ser trabalhadas com os docentes de muitos dos seus estabelecimentos de ensino, o que tem permitido o aumento de conhecimento e partilha. Ao longo do ano foram realizadas 19 ações de formação, envolvendo mais de 550 participantes, maioritariamente direcionadas para professores, acreditadas por entidades certificadas pelo Ministério da Educação e pelo CCDPFC - Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, e com conteúdos alinhados com os programas curriculares e com o REAS, mas também técnicos municipais.

**FIGURA 57 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL 4**



A dinamização de ações de sensibilização (presenciais e online) e de workshops temáticos (direcionados para públicos-alvo diversos, com enfoque nos professores, na população em geral, mas também junto de públicos específicos, como técnicos municipais, agricultores e reclusos de um estabelecimento prisional) foram, em 2023, outra das apostas da Tejo Atlântico.

Integrado no seu PEA e no projeto educativo REcircuLAR+, a Empresa desenvolveu diversas oficinas pedagógicas, em estreita articulação com os municípios, algumas delas também dinamizadas no formato de workshops: o REplasticAR+, as BioBombas+ e as oficinas de Arte e Biodiversidade. Com o propósito de educar e sensibilizar para a preservação do nosso planeta, destacando as questões da prevenção da poluição e da conservação da biodiversidade, essencial à proteção de ecossistemas aquáticos (ribeirinhos, estuarinos e marinhos), as oficinas focaram-se em soluções baseadas na economia circular, valorizando a natureza e os seus recursos, com enfoque especial na água. Numa emocionante fusão de sentidos, estas oficinas permitiram aos participantes aprofundar os conhecimentos sobre a Água, a Biodiversidade local e o delicado equilíbrio dos ecossistemas, através de projetos sensoriais e artísticos sensibiliza para a necessidade de conhecer, monitorizar e atuar, contribuindo assim para a preservação e conservação do Planeta e do bem essencial e cada vez mais escasso que é a água.

**FIGURA 58 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL 5**

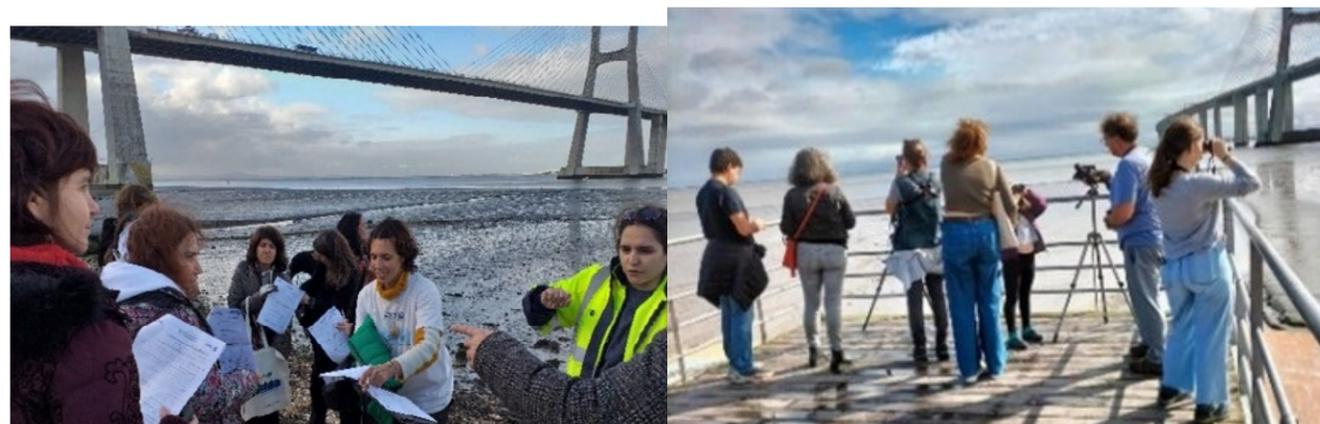


Também a promoção de dias abertos às Fábricas de Água, integrados na sua maioria no programa Ciência Viva no Verão, foram outros exemplos de atividades desenvolvidas em 2023 que envolveram milhares de participantes e outras iniciativas desenvolvidas em parceria com a Escola Azul (DGPM), as Eco-Escolas ou os Clubes de Ciência Viva na Escola, como foram os programas educativos é o “O Mar começa aqui”, implementado em articulação com a ABAAE – Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação, e com os seus Municípios aderentes, a alguns estabelecimentos de ensino da sua área de conceção.

A aposta na produção videográfica de diversas tipologias foi outra das apostas que permitiram, em 2023, a edição de vídeos e de curtas-metragens, na sua maioria desenvolvidas em conjunto com alguns dos seus parceiros.

Por último, e não menos importante, o desenvolvimento de atividades em parceria com os seus municípios, com destaque para a comemoração conjunta de efemérides ambientais assim como a continuidade da implementação de projetos nacionais, como o Coastwatch, do GEOTA, a BioLagoa de Óbidos, da Associação PATO, o Projeto Rios, da ASPEA, ou os Peixes Nativos, do MARE-ISPA, mostraram que as parcerias são fundamentais para o sucesso das ações e do envolvimento com todos os participantes.

**FIGURA 59 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL 6**



Na sua maioria, as ações desenvolvidas implicaram, como vem sendo habitual, a utilização de suportes didático-pedagógicos diversos, desenvolvidos pela Tejo Atlântico, permitindo assim uma maior aprendizagem junto dos seus utilizadores, pelo que a partilha desses recursos e a sua oferta aos parceiros (desde os livros infantis aos jogos lúdico-pedagógicos), continua a ser outra das apostas da empresa.

**PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS DE 2023**

Em 2023 a Tejo Atlântico conquistou uma menção honrosa na 9.ª Edição do Reconhecimento de Práticas Responsabilidade Social e Sustentabilidade, promovido pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, pelo projeto W Wellbeing #TEJOATLANTICO, no eixo RS – Comunicação. Foi vencedora dos “Tubos de Ouro no ENEG 2023” com o projeto “Há ART no Esgoto”, que visa sensibilizar a sociedade para a importância crucial dos serviços de saneamento, combinando a magnificência da arte com a urgência da resolução das questões ambientais, com enfoque para a escassez de água agravada pelas alterações climáticas.

A nível internacional, também a Water Europe atribuiu um prémio à Tejo Atlântico, ao projeto “Rega sustentável com água+ no Parque das Nações”, na categoria “Prémio de Tecnologias e Infraestruturas de Água”.

**FIGURA 60 – PRÉMIOS E RECONHECIMENTO**



**DESENVOLVIMENTO**

Ao nível do Desenvolvimento Empresarial, 2023 serviu para dar continuidade ao trabalho de consolidação das marcas, com origem no processo produtivo das Fábricas de Água, designadamente a água+®, água reciclada para usos não potáveis, e as Biolamas+®, em linha com a Economia Circular.

No âmbito do desenvolvimento da marca, a Tejo Atlântico participou num dos acontecimentos mais relevantes do ano através da promoção da água+ no Parque do Tejo, que acolheu em agosto a Jornada Mundial da Juventude, tendo desenvolvido inclusivamente uma campanha intitulada “Lisboa estende o tapete verde para receber o Papa – um caminho de Juventude e Sustentabilidade regado com água+”.

**FIGURA 61 – ÁGUA +**



Por forma a partilhar projetos relacionadas com os produtos e marcas acima referidos e consolidar os conceitos, sustentados nas “Fábricas de Água” junto dos stakeholders municipais, científicos e institucionais, a empresa participou em várias iniciativas nacionais e internacionais.

No âmbito do Plano de ação AgIR, com vista à irradicação das descargas indevidas de águas industriais residuais dos sistemas de tratamento e valorização da Tejo Atlântico promoveu em 2023 a assinatura de um protocolo com os hospitais de Lisboa e organizou duas ações de formação que envolveram técnicos de diversos Municípios.

**FIGURA 62 – AgIR**



## INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Ao nível do desenvolvimento empresarial deu-se continuidade aos diversos projetos de afirmação de novos conceitos e teste de soluções que se enquadram no âmbito da economia circular e descarbonização, como são as Fábricas de Água e os subprodutos derivados do processo de tratamento, e no âmbito da Otimização e Digitalização de Processos, não só dos processos de tratamento, mas também de processos administrativos.

Durante o ano de 2023 deu-se continuidade aos trabalhos relativos à implementação do Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, de acordo com o referencial normativo NP 4457, em colaboração com SSE e a consultora INOVA+ - Innovation Services, S.A., tendo culminado na obtenção da respetiva certificação no final do ano. Pretende-se com a implementação deste Sistema de Gestão garantir uma melhor sistematização de todo o processo de Inovação da Tejo Atlântico, a geração de ideias, bem como agilizar o processo de aquisição e partilha do conhecimento na Empresa. Para tal foram estabelecidos os processos de gestão de ideias, gestão de projetos de inovação, gestão do conhecimento e interfaces e as regras relativas a confidencialidade e propriedade intelectual/industrial associadas aos processos de inovação.

Na sequência da publicação da Recomendação (UE) 2021/472 da Comissão de 17 de março de 2021, Portugal decidiu proceder à sua implementação e, sequencialmente, definir um programa de monitorização sistemática do vírus SARS-CoV-2 e respetivas variantes nas águas residuais. Neste âmbito a Tejo Atlântico integrou no ano de 2022 o sistema de monitorização com a amostragem do afluyente bruto em 3 FA, tendo o mesmo terminado em maio de 2023.

Continuaram a verificar-se alguns atrasos nos projetos, principalmente, relacionadas com entregas de componente eletrónicos, o que dificultou a respetiva execução dos mesmos e a apresentação dos respetivos resultados. Tendo em consideração as dificuldades referidas em 2023 consolidaram-se as atividades de investigação e desenvolvimento a decorrer do ano anterior e iniciaram-se novas atividades e projetos, inseridas nas respetivas linhas de investigação.

### PROJETOS DE I&D E INOVAÇÃO EM CURSO

#### Otimização e Digitalização de Processos

Relativamente ao desenvolvimento de um sistema piloto de monitorização e alerta da capacidade dos contentores em estações elevatórias, em parceria com a Metric 4, Lda., foram desenvolvidos e implementados os sensores em parte do subsistema de Alcântara. No entanto, e motivado por atrasos de entregas de componentes, faltam ainda instalar sensores para implementação de um sistema piloto para monitorização e alerta da capacidade de enchimento de galerias de transporte de lamas na FA de Alcântara, estando previsto a implementação e continuação dos restantes trabalhos para o ano de 2024.

Para a implementação de um protótipo, desenvolvido pela AQUACORP, S.L., para monitorização e alerta para a caracterização do efluente na FA de S. João da Talha, foi feita a calibração da sonda de espectrofotometria S::CAN. No entanto, devido a um problema no sistema de ar comprimido na sonda os trabalhos foram suspensos.

Para a Plataforma DATA+ deu-se continuidade aos trabalhos de melhoria, identificação e correção de problemas e foram desenvolvidas novas aplicações:

- Relativamente aos relatórios operacionais, desenvolvidos em parceria com a DOP, os mesmos foram atualizados com novos inputs e desenvolveram-se dois relatórios de coordenação, que agregam os dados operacionais dos respetivos Centros Operacionais;
- Em conjunto com a Área de Energia e os Sistema de Informação e Tecnologia, deu-se início ao trabalho de desenvolvimento de uma Base de Dados que agrega os dados provenientes dos analisadores de energia da E-Redes. Foi desenvolvido um executável em Python que lê os dados de potência provenientes dos ficheiros da E-Redes e guarda a informação numa base de dados estruturada desenvolvida em PostgreSQL. Posteriormente, o mesmo executável, calcula a energia consumida com base na informação recolhida e guarda numa tabela dedicada na mesma base de dados.

Relativamente ao projeto iSea, que tem colaboração com a Câmara Municipal de Cascais (CMC) e a empresa Hidromod, Lda, deu-se continuidade aos trabalhos de implementação de modelos de previsão com base nos dados provenientes dos sensores de nível nos açudes e descarregadores.

Deu-se início ao projeto de implementação do protótipo de um sistema de manutenção preventiva na EE2 de Alcântara, em colaboração com a start-up Ecolibrium e a empresa Axians, tendo sido, entretanto, suspenso por necessidade de alteração do sistema de comunicação da EE2 de Alcântara.

Relativamente à plataforma de elaboração das peças dos procedimentos de compras (SMARTSHOP) foram desenvolvidas novas funcionalidades e foi instalado o ambiente na infraestrutura da Tejo Atlântico. Adicionalmente foram realizadas sessões de formação com a equipa do Departamento CLO em que se iniciou a configuração do formulário associado a ajustes diretos.

Procedeu-se também aos trabalhos de manutenção da base de dados de operação da Tejo Atlântico, nomeadamente, resolução de falhas, inserir novos parâmetros e alteração de configurações e ainda outros trabalhos diversos necessários na gestão da Base de dados de operação.

Relativamente ao projeto “SAG T1000 – Sistema Automatizado de Gradagem Transversal 1000”, iniciativa vencedora do Desafio à Inovação 2019, o protótipo foi instalado na EE de Sanguinhal e colocado a funcionar. Neste momento, para concluir o projeto, encontram-se pendentes pequenas alterações de peças do protótipo, necessárias para ajustar o protótipo ao local de instalação para garantir um melhor encaminhamento dos gradados recolhidos.

Relativamente ao projeto MAR2PROTECT, que arrancou no final de dezembro de 2022 e onde se encontra previsto um piloto de demonstração na FA de Frielas, procedeu-se à identificação de potenciais *stakeholders* do projeto e foi feita uma primeira recolha de biomassa do NEREDA da FA Frielas.

#### Economia Circular e Descarbonização

Relativamente ao projeto Hidrogasmove, com vista à demonstração da produção de biometano na FA de Frielas, foram realizados testes e a demonstração da purificação do biogás.

No âmbito do estudo da desinfecção de águas residuais urbanas tratadas com ácido peracético, à escala piloto, na FA de Beirolas, em parceria com o LAB e com a FCT NOVA foi feita uma sessão interna de partilha dos resultados alcançados e lições apreendidas com o término do projeto.

Conclui-se o estudo comparativo das diferentes tecnologias do piloto de reutilização da Fábrica de Água de Alcântara em que foram retiradas as lições apreendidas.

Deu-se início ao estudo da desinfecção de águas residuais urbanas tratadas com dióxido de cloro à escala piloto na FA de Bucelas em parceria com a Área de Estudos Estratégicos e LAB. Foi instalado o gerador de dióxido de cloro e foi desenvolvido um piloto em Bucelas no qual foram realizados ensaios com diferentes dosagens de dióxido de cloro. A análise de resultados e produção do respetivo relatório será realizada em 2024.

Ainda relativamente à reutilização, após o estabelecimento do protocolo de colaboração entre a Tejo Atlântico, o ISA e a NOVA para a elaboração do plano estratégico e definição de ações, durante o ano de 2023 procedeu-se ao acompanhamento deste trabalho e à realização de reuniões diversas, culminado na apresentação final do trabalho.

No âmbito do plano de descarbonização do Grupo AdP e do cumprimento das metas estabelecidas, foi necessário durante o primeiro semestre de 2023, definir o referencial de cada uma das empresas do Grupo. Desta forma, foi estabelecido o ano de 2019 como ano de referência e procedeu-se ao cálculo, testes e validação de diferentes variáveis através da plataforma SAP do Grupo AdP. Foram ainda compilados e enviados os dados que permitirão o cálculo das emissões relativo ao ano de 2022.

Relativamente ao projeto **B-WaterSmart - Accelerating Water Smartness in Coastal Europe**, no primeiro semestre iniciaram-se os testes e ensaios do piloto de ozonização e osmose inversa para tratamento avançado de água residual que se encontra instalado na FA de Beirolas. Com base na campanha de monitorização da qualidade da água para reutilização da FA de Alcântara e do trabalho de modelação desenvolvido com os parceiros do projeto, realizou-se uma reunião para apresentação dos resultados do modelo e do comportamento dos compostos clorados ao longo da rede de água de serviço. A Tejo Atlântico fez-se representar na 2ª reunião de consórcio do Projeto B-WaterSmart em Alicante, Espanha, em setembro de 2023 e procedeu-se ao desenvolvimento e submissão do 2º relatório financeiro e de progresso do projeto.

O projeto **ECOVAL - Estratégia Transnacional para a Inovação no domínio da Água – Interreg Sudoe** terminou em março de 2023. Foi elaborada e submetida a declaração de final do projeto e respetivo relatório de execução.

## Outras atividades

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da Tejo Atlântico, interna e externamente, bem como com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades, com destaque para:

- Organização da 7ª Edição de “O Caminho da Inovação”, num regresso ao formato presencial, no dia 10 de outubro, com o tema de “Água na ação climática”;
- Atribuição dos prémios da sexta edição do “Desafio à Inovação”;
- Participação no Encontro Nacional de Entidades Gestoras 2023, realizado em novembro em Gondomar, com comunicações realizadas pelas diferentes áreas da empresa com os contributos do IDI:
  - “Avaliação técnica e económica do potencial de reutilização de águas residuais em contexto urbano e agrícola: um estudo piloto em Portugal”;
  - “Produção de água para reutilização na indústria alimentar - Demonstração de tratamento avançado à escala piloto”;
  - “iSea: plataforma operacional para previsão e apoio à decisão face a ocorrências indevidas na orla Costeira”;
  - “Mapear a biodiversidade: o contributo da Tejo Atlântico”;
  - “Implementação e calibração de um modelo de decaimento de cloro em sistemas de distribuição de água para reutilização”.
- Participação na conferência “Water Innovation Europe 2023” realizada de 20 a 22 de junho, em Bruxelas, Bélgica, na qual a Tejo Atlântico foi finalista do “Water Europe Innovations Awards 2023” em duas categorias, tendo ganho o prémio da categoria “Water Technology & Infrastructures Award” com o projeto “Rega sustentável com água+ no Parque das Nações”;
- Preparação e submissão da candidatura SIFIDE relativa ao ano de 2023;
- Deslocação de uma equipa técnica da Tejo Atlântico a Aarhus, Dinamarca, com elementos da DOP e da DGA para partilha de experiências e boas práticas, fruto do protocolo assinado com Aarhus Vand A/S;
- Submissão de três resumos para comunicação à IWA World Water Congress & Exhibition 2024 que irá decorrer em agosto de 2024 em Toronto, Canada:
  - Machine Learning To Support The Monitoring And Optimisation Of Pumping Stations Processes;
  - ISEA - Operational Platform For Forecasting And Decision Support For Undue Coastal Occurrences;
  - Sustainable And Transformative Partnerships In The Water Sector;
- Relativamente ao processo de gestão de ideias, durante o ano de 2023 foram submetidas 38 ideias, 11 com origem no processo de gestão das interfaces, 6 através do Desafio à Inovação e as restantes de origem interna seja através da Fábrica de Ideias, seja através de reuniões. Destas 38 ideias submetidas, 26 foram classificadas como ideias com potencial de IDI, e destas 5 encontram-se hibernadas e 10 foram consideradas aceites para implementação, 6 ainda se encontram em fase de avaliação e 5 foram avaliadas no âmbito do Regulamento do Desafio à Inovação;
- Deu-se continuidade ao desenvolvimento de relações de cooperação com universidades e empresas, incluindo o acompanhamento de estágios, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, nomeadamente:
  - Dissertação de mestrado sobre recuperação de estruvite;
  - Dissertação de doutoramento, relativa ao tratamento de lamas mistas através de leitos macrófitos;
  - Dissertação de mestrado relativa a “Life cycle assessment of a wastewater treatment plant’s journey towards resource recovery”;
  - Dissertação de mestrado relativa a “Pilot-scale Studies of Advanced Wastewater Treatment for Direct Potable Water Reuse”.
  - Estágio da Licenciatura em Matemática Aplicada à Tecnologia e à Empresa, do ISEL – Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, sobre “Avaliação da gestão de diferentes infraestruturas utilizando a metodologia Data Envelopment Analysis”
  - Estágio de verão do ISA – Instituto Superior de Agronomia, no âmbito de tratamento de dados operacionais.

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2023 a Tejo Atlântico integrou 10 candidaturas: 4 ao programa Interreg Sudoe, 3 ao programa de inovação proativa do Grupo AdP, 2 ao programa Horizonte Europa e 1 no âmbito da Water4All. Das 10 candidaturas submetidas foram aprovadas até ao final do ano 4, sendo que de 2 ainda se aguardam os resultados.



# RISCO E CONTROLO INTERNO

A Tejo Atlântico e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a Tejo Atlântico se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno (CI) existente nas empresas, **no decurso de 2023 foi dada continuidade à FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo**, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a organização e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



## AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e **define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco**. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

## AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

**Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização**, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos**.

## ATIVIDADES DE CONTROLO

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas**.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

## MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

**É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias**.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2023 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá em 2024, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Será efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno que permitirá, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Tejo Atlântico sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, prevista nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da Tejo Atlântico, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na Empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na Empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

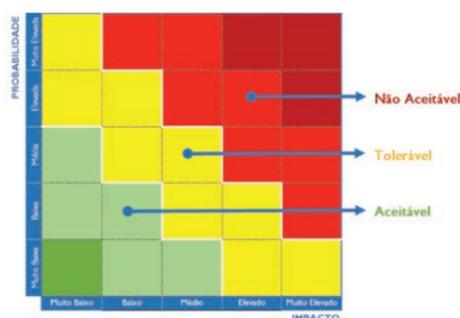
O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as observam abaixo:

**FIGURA 63 – MODELO DE GESTÃO DO RISCO**

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

**FIGURA 64 – AVALIAÇÃO DO RISCO**



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a Empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela Tejo Atlântico, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela Tejo Atlântico e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a Empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, **foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão do referido modelo**, o qual compreendeu a **revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP**, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP;
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial;
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno;
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e Key Risk Indicators a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva;
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela Empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua aderência à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Tejo Atlântico se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

#### QUADRO 31 – RISCOS DA TEJO ATLÂNTICO

RISCO	RISCO	DEFINIÇÃO DO RISCO
R.2.1.1	Contexto externo	Risco de não atingimento dos objetivos e planeamento estratégico definido, devido à não aprovação, aprovação parcial, ou aprovação em tempo útil, dos mesmos por parte da Tutela Setorial, Financeira e/ou Regulador.
R.1.3.2	Atração e retenção de talento	Risco de inexistência ou falhas nas competências e qualificações necessárias à prossecução da estratégia definida devido à incapacidade de atração, contratação, desenvolvimento e retenção de talento.
R.1.3.3	Saúde e segurança (safety)	Risco de consequências para integridade física, vida ou doença profissional devido a acidentes de trabalho de colaboradores, bem como consequências para a integridade física de subcontratados ou visitantes.
R.1.3.4	Gestão do conhecimento	Risco de perda de conhecimento por parte da organização.
R.3.1.1	Águas Residuais (AR)	Risco de incumprimento dos parâmetros exigíveis no tratamento das águas residuais (e.g. incumprimento licenças de descarga).
R.3.2.2	Manutenção e reabilitação das Infraestruturas	Risco associado ao aumento da falta de fiabilidade futura das infraestruturas devido à falta de manutenção ou de reabilitação preventiva das mesmas.
R.3.2.4	Segurança física (security)	Risco associado à ineficiente e/ou inadequada gestão das instalações potenciando a ocorrência de eventos de segurança física.
R.3.3.1	Supply chain	Risco de disrupção da cadeia de distribuição devido à indisponibilidade, atrasos na entrega, ou custo inacessível de matéria prima, equipamentos críticos e/ou prestadores de serviço.
R.3.3.3	Segurança da informação	Risco de perda de confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade de informação devido à ocorrência de eventos não autorizados ou acidentais que explorem vulnerabilidades de segurança nas tecnologias de informação e comunicação, nos processos ou nos recursos humanos.
R.3.4.5	Novos negócios	Risco de insucesso na exploração e dinamização de novos negócios, complementares ao abastecimento, tratamento e reutilização de água, em mercado concorrencial com o setor privado (e.g. AdP Valor, AdP Energias e AdP Internacional).



# DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO

A análise financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Tejo Atlântico, no ano de 2023, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

A Sociedade considera o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) como uma componente das demonstrações financeiras de acordo com o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao rédito e aos gastos da construção.

Os valores desta análise são apresentados em milhões, pelo que eventuais diferenças decorrem de arredondamentos.

#### QUADRO 32 – INDICADORES FINANCEIROS

PRINCIPAIS INDICADORES	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Volume de negócios <sup>1</sup> (VN)	MEur	82,7	83,4	<b>90,8</b>	7,3	8,8%
Volume de Efluente Faturado	Mm3	181,6	182,1	<b>183,5</b>	1,3	0,7%
Tarifa Média Saneamento	Eur	0,4553	0,4580	<b>0,4947</b>	0,0367	8,0%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-9,9	-5,0	<b>-2,8</b>	2,2	-44,6%
Resultado Líquido do Exercício	MEur	3,8	5,6	<b>7,0</b>	1,4	25,2%
Resultado líquido sem desvio	MEur	11,0	9,3	<b>9,1</b>	-0,2	-2,4%
OPEX (GO)	MEur	47,3	48,6	<b>57,9</b>	9,3	19,2%
Resultado operacional (RO)	MEur	9,4	13,1	<b>13,0</b>	-0,1	-0,9%
EBITDA ajustado <sup>2</sup>	MEur	34,4	34,2	<b>32,0</b>	-2,3	-6,6%
Gastos financeiros	MEur	-5,8	-5,7	<b>-4,8</b>	0,9	-15,9%
Resultado financeiro	MEur	-5,8	-5,7	<b>-3,6</b>	2,0	-36,0%
Endividamento <sup>3</sup>	MEur	201,0	188,1	<b>173,4</b>	-14,8	-7,8%
Net Debt - Endividamento Líquido	MEur	120,6	113,3	<b>111,0</b>	-2,2	-2,0%
Net Debt to EBITDA ajustado <sup>2</sup>	n.º	3,5	3,3	<b>3,5</b>	0,2	5,0%
<b>Ativo Total</b>	<b>MEur</b>	<b>596,0</b>	<b>578,9</b>	<b>562,7</b>	<b>-16,3</b>	<b>-2,8%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>MEur</b>	<b>115,8</b>	<b>117,8</b>	<b>119,5</b>	<b>1,7</b>	<b>1,4%</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>MEur</b>	<b>480,2</b>	<b>461,1</b>	<b>443,2</b>	<b>-17,9</b>	<b>-3,9%</b>
PMP	dias	25	30	<b>30</b>	0	-1,3%
PMR	dias	49	56	<b>66</b>	10	17,9%

<sup>1</sup> Vendas e prestação de serviços.

<sup>2</sup> RO + amortizações + provisões + perdas por imparidade e reversões – subsídios ao investimento-desvio de recuperação de gastos.

<sup>3</sup> Em 2023 o cálculo do indicador não considera os juros suportados com o Empréstimo do BEI

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado líquido de 2023 no valor de 7 milhões de euros corresponde à remuneração garantida do capital acionista apurada com base na variação média da taxa de Obrigações do Tesouro (OT) no ano (3,24%), acrescida do prémio de risco (3,00%) e deduzida do ajustamento ao DRG de 2021 refletido no RLE de 2022.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador o DRG gerado pelas operações, apurado para avaliação do cenário de eficiência produtiva que foi previamente estabelecido por este, mediante a definição de métricas de evolução específicas.

### QUADRO 33 – RESULTADO LÍQUIDO

RESULTADO LÍQUIDO	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 23/22	
Rendimentos	MEur	109,9	102,1	114,0	11,9	11,6%
Desvio de Recuperação de Gastos	MEur	-9,9	-4,6	-2,8	1,8	-39,0%
Gastos	MEur	-96,4	-89,7	-101,9	-12,2	13,6%
Imposto (corrente e diferido)	MEur	0,2	-1,9	-2,3	-0,4	20,4%
Remuneração acionista	MEur	3,8	5,9	7,0	1,1	18,0%
Ajustamento ao desvio de recuperação de gastos	MEur	0,0	-0,3	0,0	0,3	-100,0%
Resultado Líquido	MEur	3,8	5,6	7,0	1,4	25,2%

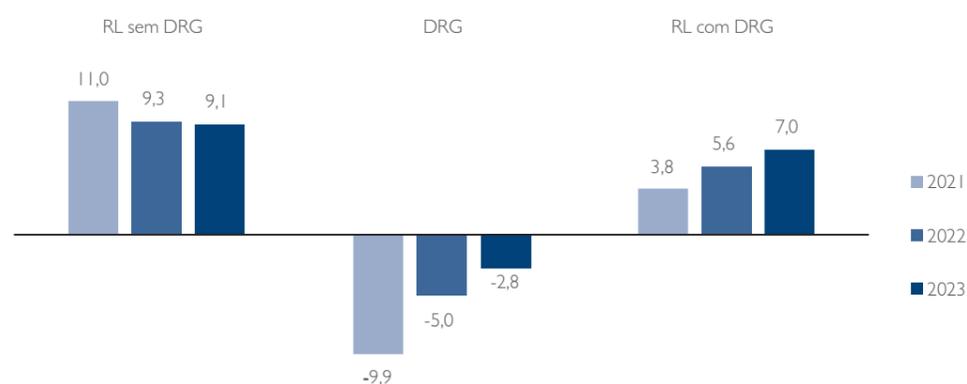
A melhoria da remuneração acionista e, por conseguinte, do resultado líquido decorre do aumento da taxa das OT a 10 anos, cuja taxa média passou de 2,18% em 2022 para 3,24% em 2023.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e das correções no âmbito da eficiência produtiva.

Em 2023, o resultado líquido gerado pelas operações foi de 9,1 milhões de euros, o que permitiu obter um DRG superavitário no valor de 2,8 milhões de euros (2,6 milhões de euros gerados no ano e 0,2 milhões de euros provenientes da correção assumida ao DRG de 2022). A situação, ainda que positiva, regista um decréscimo na evolução devido ao aumento de gastos do ano.

### FIGURA 65 – RESULTADO LÍQUIDO

(milhões de Eur)



Os rendimentos totais em 2023 ascenderam a 111,2 milhões de euros, tendo aumentado 14,5% face ao período homólogo (14,1 milhões de euros).

### QUADRO 34 – RENDIMENTOS

RENDIMENTOS TOTAIS	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 23/22	
Volume de negócios (VN)	MEur	82,7	83,4	90,8	7,3	8,8%
Subsídios ao Investimento	MEur	4,8	4,8	4,8	0,1	1,1%
Rend. Construção Ativos Concessionados	MEur	21,4	13,7	17,2	3,5	25,6%
Provisões e reversões do exercício	MEur	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	MEur	0,3	0,2	0,0	-0,2	-80,5%
Juros e Rendimentos Similares	MEur	0,0	0,0	1,1	1,1	7939,5%
<b>Rendimentos</b>	<b>MEur</b>	<b>109,9</b>	<b>102,1</b>	<b>114,0</b>	<b>11,9</b>	<b>12%</b>
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-9,9	-5,0	-2,8	2,2	-45%
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>MEur</b>	<b>100,0</b>	<b>97,1</b>	<b>111,2</b>	<b>14,1</b>	<b>15%</b>

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos. A Tejo Atlântico tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, de onde resulta a ausência de impactos por variação nos caudais. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas, nem denotaram efeito associado a situações excecionais ocorridas no ano, designadamente a situação geopolítica. O Volume de Negócios representa 82% da formação do total de rendimentos.

A sociedade aplica o disposto no IFRIC 12 no que respeita ao rédito e aos gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais, enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para os Gastos Operacionais, não havendo, por isso, impacto no resultado do exercício.

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. A variação positiva face a 2022 tem subjacente o facto de, em 2023, o investimento em infraestruturas ter sido superior ao período homólogo.

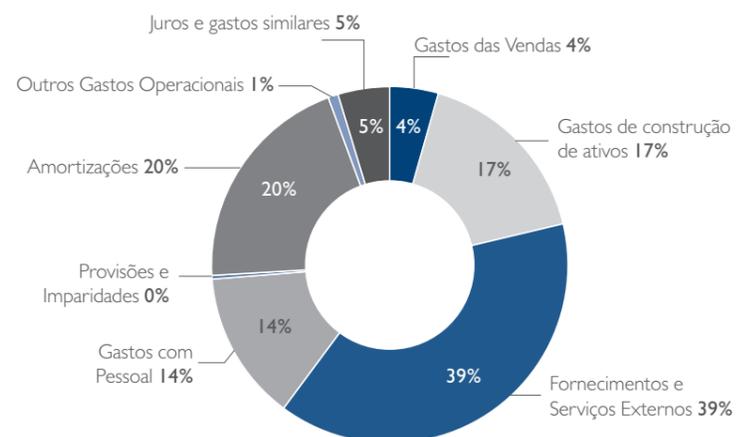
### QUADRO 35 – GASTOS

GASTOS TOTAIS	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 23/22	
Gastos das Vendas	MEur	3,7	4,0	4,5	0,5	12,4%
Gastos Construção Ativos Concessionados	MEur	21,4	13,7	17,2	3,5	25,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	32,2	31,2	39,6	8,4	26,7%
Gastos com Pessoal	MEur	11,4	13,4	13,8	0,5	3,5%
Provisões	MEur	0,0	0,2	0,3	0,1	63,6%
Depreciações e amortizações	MEur	20,7	20,7	20,7	0,0	0,1%
Outros Gastos Operacionais	MEur	1,2	0,8	0,9	0,1	13,2%
Juros e Gastos Similares	MEur	5,8	5,7	4,8	-0,9	-15,9%
<b>Gastos Totais</b>	<b>MEur</b>	<b>96,4</b>	<b>89,7</b>	<b>101,9</b>	<b>12,2</b>	<b>13,6%</b>

## ESTRUTURA DE GASTOS

Na composição da estrutura de gastos da Tejo Atlântico são mais significativos os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que representam 39% dos gastos totais, as amortizações que abrangem 20% e os gastos com pessoal que ascendem a 14% dos gastos totais.

**FIGURA 66 – ESTRUTURA DE GASTOS (%)**



O **Gasto das Vendas** (CMVMC) refere-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 4,5 milhões de euros em 2023, o que representa um aumento de 12,4% face a 2022.

Embora o volume de caudal tratado tenha aumentado face a 2022 em cerca de 5%, o consumo de reagentes, fruto do trabalho continuado de otimização operacional reduziu em quase 17,6% (cerca de 2 100 toneladas). O aumento dos gastos é explicado pelo incremento do preço dos reagentes químicos resultante da evolução abrupta dos custos com energia elétrica, gás natural e combustíveis, originados nas perturbações de mercado pós-covid e nas alterações geopolíticas.

**QUADRO 36 – GASTOS DAS VENDAS**

GASTOS DAS VENDAS	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 23/22
Reagentes	MEur	3,7	4,0	4,5	0,5 12,4%
<b>Total de Gastos das Vendas</b>	<b>MEur</b>	<b>3,7</b>	<b>4,0</b>	<b>4,5</b>	<b>0,5 12,4%</b>

Os **FSE** ascenderam a 39,6 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, no valor de 13,1 milhões de euros, a rubrica com maior peso, com cerca de 33%, seguida das rubricas de conservação e reparação e energia e fluídos que representam cerca de 27% cada. O aumento de 8,47 milhões de euros em relação ao período homólogo resulta maioritariamente do aumento do gasto com a energia (130%).

Embora se tenha verificado um decréscimo na quantidade de energia adquirida, face às medidas de desempenho energético implementadas, o preço do kWh teve uma variação de 215% face ao ano anterior passando de 0,046€/KWh para 0,145€/KWh. A Empresa em 2022 tinha em curso um contrato de fornecimento de energia de dois anos (2020-2022) tendo beneficiado com esse facto bem como de uma redução das tarifas de acesso à rede (TAR).

Os gastos com FSE estão deduzidos dos gastos em fornecimentos e serviços com projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidos como subsídios à exploração.

**QUADRO 37 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 23/22
Energia e fluídos	MEur	8,2	4,6	10,5	5,9 130,0%
Conservação e Reparação	MEur	7,5	9,7	10,7	1,0 10,6%
Trabalhos Especializados	MEur	11,4	11,5	13,1	1,5 13,2%
Outros FSE	MEur	5,1	5,4	5,4	0,0 -0,2%
Subsídios à Exploração	MEur	-0,1	0,0	0,0	0,0 -13,1%
<b>Total de Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>MEur</b>	<b>32,2</b>	<b>31,1</b>	<b>39,6</b>	<b>8,47 27,2%</b>

Os **Gastos com Pessoal** registam um valor de 13,84 milhões de euros, representando um incremento de 3,5% face ao período homólogo (0,47 milhões de euros).

Em 2023 houve um acréscimo de gastos com a atualização salarial quer na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 85-A/2022, de 22 de dezembro com a alteração da Remuneração Mensal Mínima Garantida (RMMG) quer da revisão da tabela salarial das Empresas do Grupo AdP decorrente dos acordos assinados com os sindicatos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Em cumprimento da política remuneratória da AdP foram também atribuídos os subsídios de responsabilidade.

Em gastos com pessoal estão também reconhecidos os gastos com o processo das reclassificações.

Os gastos com pessoal estão capitalizados em 1,15 milhões de euros pelos serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos e corrigidos das horas/homem afetas a projetos de I&D e inovação participados, e reconhecidas como subsídios à exploração.

**QUADRO 38 – GASTOS COM PESSOAL**

GASTOS COM PESSOAL	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIAÇÃO 23/22
Remunerações - Órgãos Sociais	MEur	0,39	0,39	0,42	0,0 7,8%
Remunerações - Pessoal	MEur	11,05	12,72	13,11	0,4 3,1%
Seguros	MEur	0,16	0,09	0,18	0,1 92,1%
Ação Social e Assistência Médica	MEur	0,47	0,64	0,78	0,1 20,8%
Proteção e Segurança	MEur	0,14	0,05	0,12	0,1 158,1%
Fardamento	MEur	0,18	0,17	0,16	0,0 -9,9%
Formação	MEur	0,06	0,16	0,19	0,0 18,5%
Outros Gastos	MEur	0,00	0,07	0,09	0,0 31,9%
Subsídios à Exploração	MEur	-0,15	0,004	-0,06	-0,1 -1 563,1%
Capitalizações	MEur	-0,91	-0,93	-1,15	-0,2 23,5%
<b>Total de Gastos com Pessoal</b>	<b>MEur</b>	<b>11,40</b>	<b>13,37</b>	<b>13,84</b>	<b>0,47 3,5%</b>

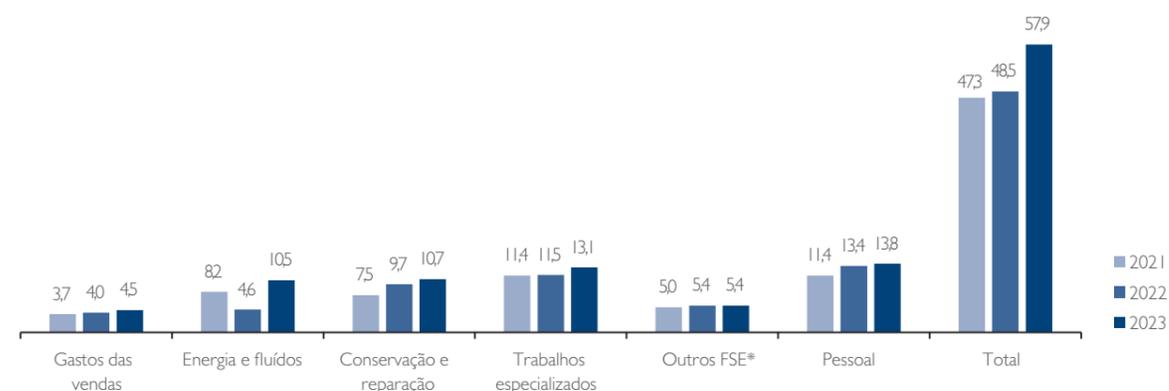
O *cash-cost* por unidade média de efluente tratado em 2023 é de 29,3 cêntimos de euro por m<sup>3</sup>, o que representa um aumento de 14% face ao ano anterior, provocado maioritariamente pelo aumento do preço da energia.

Os gastos com conservação e reparação mantêm o incremento mais expressivo na estrutura de *cash-cost*, devido ao facto de parte significativa das infraestruturas operacionais da Tejo Atlântico já terem atingido o horizonte de vida útil técnica e, consequentemente, apresentarem um grau significativo de deterioração de equipamentos, instalações elétricas e de construção civil, pelo que se torna imprescindível a realização de investimento de reabilitação/substituição, tendo em vista a correção de situações e a melhoria das condições de desempenho, operacionalidade, resiliência e segurança dos órgãos e equipamentos existentes.

Verifica-se também um aumento dos gastos em trabalhos especializados destacando-se o aumento de gastos nas lamas, nos fees de gestão e em outros trabalhos especializados.

**FIGURA 67 – ESTRUTURA DE CUSTOS CASH**

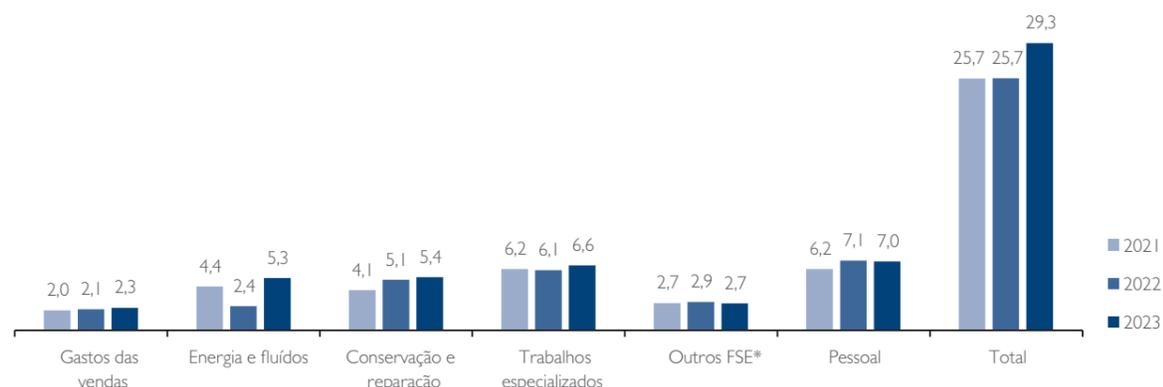
(milhões de Eur)



(\*) Outros FSE deduzidos de subsídios à exploração

## FIGURA 68 – CASH-COST

(Cêntimo €/m<sup>3</sup>)



(\*) Outros FSE deduzidos de subsídios à exploração

## QUADRO 39 – EBITDA

EBITDA	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Resultado Operacional	MEur	9,4	13,1	13,0	-0,1	-1%
Depreciações	MEur	-20,7	-20,7	-20,7	0,0	0%
Provisões	MEur	0,7	-0,2	-0,3	-0,1	64%
Perdas por Imparidade	MEur	0,0	0,0	0,0		
<b>EBITDA</b>	<b>MEur</b>	<b>29,3</b>	<b>34,0</b>	<b>34,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0%</b>
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-9,9	-5,0	-2,8	2,2	-45%
Subsídios ao investimento	MEur	4,8	4,8	4,8	0,1	1%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>MEur</b>	<b>34,4</b>	<b>34,2</b>	<b>32,0</b>	<b>-2,3</b>	<b>-7%</b>

<sup>1</sup> Valores de 2021 e 2022 reexpressos

O EBITDA em 2023 ascendeu a 34 milhões de euros, mantendo-se semelhante ao de 2022. Atendendo a que para a atividade operacional da Empresa não concorrem diretamente o DRG e os subsídios ao investimento estes valores são retirados por forma a apurar-se o indicador ajustado (EBITDA Ajustado).

## QUADRO 40 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Rendimentos Financeiros	MEur	0,0	0,0	1,1	1,1	7939,5%
Gastos Financeiros	MEur	-5,8	-5,7	-4,8	0,9	-15,9%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>MEur</b>	<b>-5,8</b>	<b>-5,7</b>	<b>-3,6</b>	<b>2,0</b>	<b>-36,0%</b>

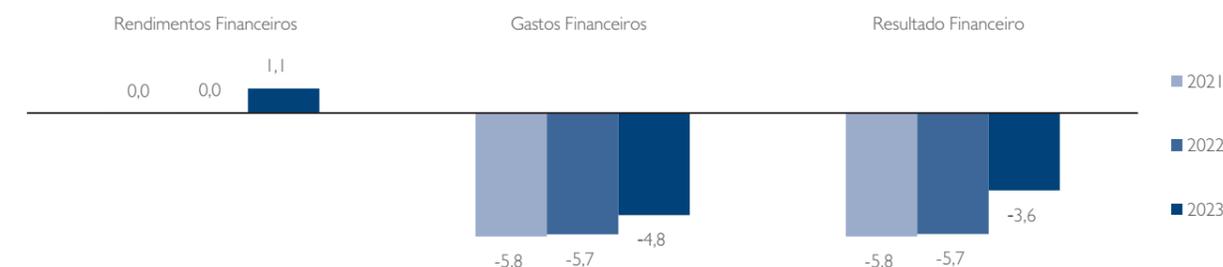
A evolução do Resultado Financeiro tem sido favorável, registando-se um incremento de 2 milhões de euros em relação ao período homólogo. Registaram-se menos 259 mil euros em gastos financeiros com o financiamento contratualizado junto do Banco Europeu do Investimento (BEI) e comissões de grupo associadas de aproximadamente 82 mil euros. Face a 2022 há também um desvio positivo de cerca de 560 mil euros decorrente da atualização da dívida referente a integração de infraestruturas. No exercício de 2023 o valor apurado de atualização da dívida foi substancialmente inferior ao do exercício de 2022, por alteração da metodologia de cálculo e que resultou na prática na anulação do valor de 2022, razão pela qual se apresenta o valor no ano de 2023 em rendimentos, efeito líquido da anulação do valor de 2022 e atualização da dívida respeitante a 2023.

Esta situação justifica o aumento de rendimentos em 2023 em cerca de 387 mil euros.

Também em 2023 se verifica um acréscimo de proveitos de juros de aplicações de tesouraria no IGCP de cerca de 691 mil euros e de juros do apoio de tesouraria prestado à holding no valor de 56 mil euros.

## FIGURA 69 – RESULTADO FINANCEIRO

(milhões de Eur)



## ANÁLISE PATRIMONIAL

### QUADRO 41 – POSIÇÃO FINANCEIRA

POSIÇÃO FINANCEIRA	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Ativo Não Corrente	MEur	499,9	486,1	477,6	-8,4	-2%
Ativo Corrente	MEur	96,0	92,8	85,0	-7,8	-8%
<b>Total do Ativo</b>	<b>MEur</b>	<b>596,0</b>	<b>578,9</b>	<b>562,7</b>	<b>-16,3</b>	<b>-3%</b>
Capital Próprio	MEur	115,8	117,8	119,5	1,7	1%
Passivo Não Corrente	MEur	451,0	428,5	404,5	-24,0	-6%
Passivo Corrente	MEur	29,2	32,6	38,7	6,0	18%
<b>Total do Passivo</b>	<b>MEur</b>	<b>480,2</b>	<b>461,1</b>	<b>443,2</b>	<b>-17,9</b>	<b>-4%</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>MEur</b>	<b>596,0</b>	<b>578,9</b>	<b>562,7</b>	<b>-16,3</b>	<b>-3%</b>

O total do ativo no final do período de 2023 ascendia a 562,7 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 84% do total do ativo.

### QUADRO 42 – POSIÇÃO FINANCEIRA - ATIVO

ATIVO	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Ativos intangíveis	MEur	443,0	428,2	419,1	-9,1	-2%
Ativos fixos tangíveis	MEur	0,4	0,3	0,6	0,3	120%
Ativos sob direito de uso	MEur	0,5	0,2	0,1	-0,1	-51%
Outros ativos financeiros	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	12%
Impostos diferidos ativos	MEur	56,0	57,3	57,8	0,4	1%
Desvio Tarifário Ativo	MEur	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Clientes e outros ativos não correntes	MEur	0,1	0,02	0,0	-0,02	-100%
<b>Total do Ativo não corrente</b>	<b>MEur</b>	<b>499,9</b>	<b>486,1</b>	<b>477,6</b>	<b>-8,4</b>	<b>-2%</b>
Clientes	MEur	10,8	12,2	16,3	4,2	34%
Outros ativos correntes	MEur	4,8	5,8	61,4	55,5	950%
Disponibilidades	MEur	80,4	74,8	7,3	-67,5	-90%
<b>Total do Ativo corrente</b>	<b>MEur</b>	<b>96,0</b>	<b>92,8</b>	<b>85,0</b>	<b>-7,8</b>	<b>-8%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>MEur</b>	<b>596,0</b>	<b>578,9</b>	<b>562,7</b>	<b>-16,3</b>	<b>-3%</b>

O ativo intangível bruto, que representa o direito de utilização de infraestruturas da concessão, ascende a 947 milhões de euros no final de 2023, tendo registado no ano o incremento de 17,2 milhões de euros de investimento da mesma natureza.

Em dezembro de 2023 foi concedido um apoio de tesouraria à Holding de 55 milhões de euros o que explica na sua maioria o desvio negativo em disponibilidades por contrapartida do desvio positivo em outros ativos correntes.

Em disponibilidades registaram-se ainda um acréscimo no volume de recebimentos de clientes (6,5M€) e por outro lado um acréscimo também do volume pagamentos a fornecedores e pessoal (9,2M€ e 1,5M€).

## INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2023 ascendeu a 17,65 milhões de euros, tendo registado um aumento face a 2022 de 3,95 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, em 2023 mantiveram-se as dificuldades relativas à realização de investimentos, muito devido à instabilidade política e económica que afeta o preço de materiais e equipamentos, sendo difícil determinar com rigor e precisão o valor das infraestruturas e das intervenções a efetuar.

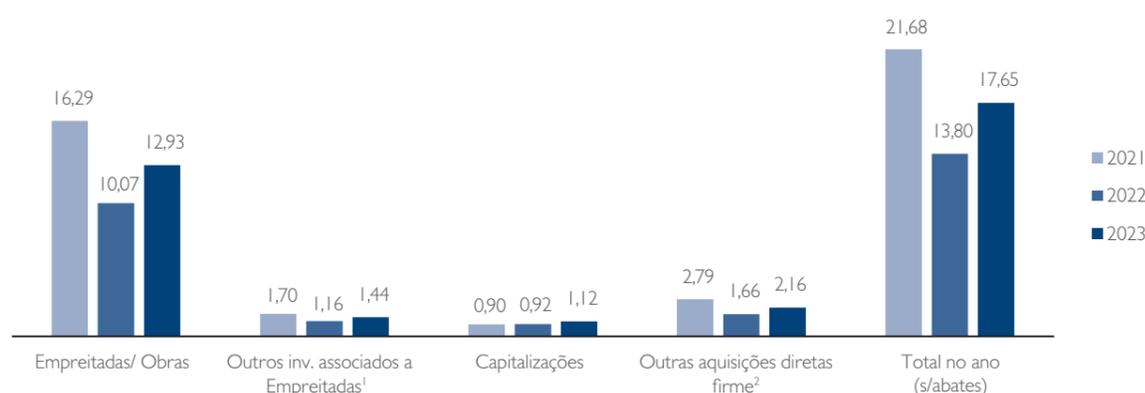
Quanto ao processo de contratação, o prazo de apresentação de propostas continuou a sofrer atrasos, devido a dificuldades na obtenção de preços e condições de fornecimento de materiais e equipamentos.

O incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção leva também a que novos procedimentos lançados para contratação de empreitadas não recebam quaisquer propostas, obrigando a Tejo Atlântico a rever estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a redefinir os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas, resultando em incrementos, em alguns casos significativos, dos valores de investimento previstos.

No domínio das obras de construção e reabilitação, a produção e o transporte dos elementos a incorporar nas obras continuam também a estar condicionados, com especial destaque para o fornecimento de materiais e equipamentos provenientes do estrangeiro, onde o incumprimento internacional dos prazos de entrega tem constituído uma fonte de tensão e incerteza no planeamento das diversas atividades.

### FIGURA 70 – INVESTIMENTO ANUAL

(milhões de EUR)



<sup>1</sup> Terrenos, Fiscalizações, Assessorias, Estudos e Projetos, etc.

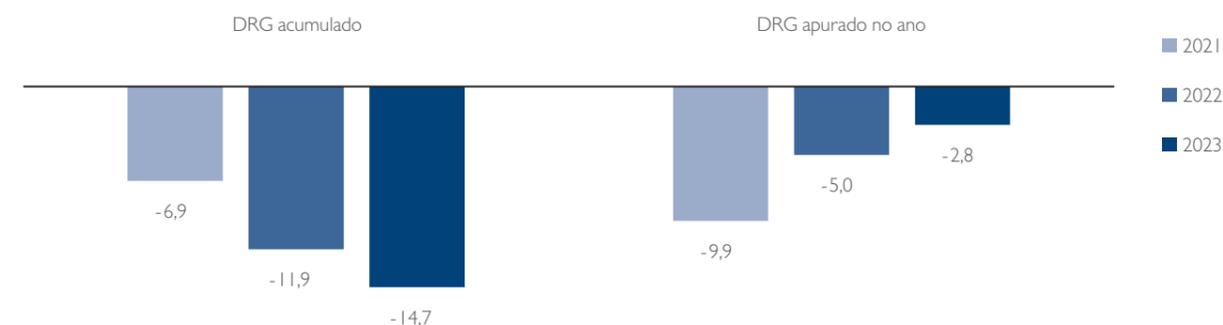
<sup>2</sup> Outros invest. não associados a empreitadas (ex: equipamento administrativo, etc.)

## DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

O DRG registado em balanço evolui de forma bastante favorável desde o início de atividade da Tejo Atlântico, em 2017. O mesmo é reduzido pelo registo de desvios superavitários, aceites pelo Regulador no decurso do cumprimento das métricas definidas para os cenários de eficiência produtiva.

### FIGURA 71 – DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

(milhões de EUR)



## TARIFAS, DÍVIDA DE CLIENTES E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela Tejo Atlântico, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE). Às tarifas ou aos rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser entregue pela Tejo Atlântico à Águas do Vale do Tejo, S.A., com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema gerido e explorado por esta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA, durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2023, para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita, incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

### QUADRO 43 – TARIFAS

TARIFAS	UNIDADE	TARIFA <sup>1</sup> 2021	CTA 2021	TARIFA <sup>1</sup> 2022	CTA 2022	TARIFA <sup>1</sup> 2023	CTA 2023
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m <sup>3</sup>	0,3780	0,0288	0,3916	0,0316	0,4493	0,0341
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m <sup>3</sup>	0,4857	0,0288	0,4819	0,0316	0,4997	0,0341
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m <sup>3</sup>	0,5378	-	0,5410	-	0,5798	-
Transporte de águas residuais	€/m <sup>3</sup>	0,2494	-	0,2508	-	0,2709	-

<sup>1</sup> Tarifa implícita

A Tejo Atlântico pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,5843 €/m<sup>3</sup>.

A faturação a Clientes (municípios e outros) ao longo do ano de 2023 ascendeu a 105,4 milhões de euros e os recebimentos totalizaram cerca de 101,2 milhões de euros.

A dívida dos utilizadores municipais do sistema decompõe-se da seguinte forma:

#### QUADRO 44 – DÍVIDA DE CLIENTES

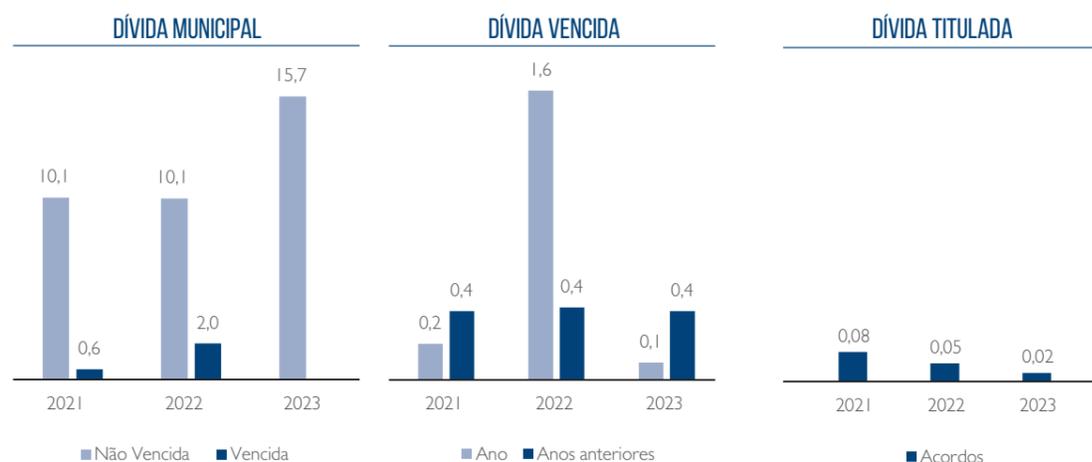
DÍVIDA DE CLIENTES	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Faturação Corrente	MEur	9,5	10,6	14,4	3,8	36%
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	MEur	0,5	0,6	0,8	0,3	45%
TRH (Taxa de Recursos Hídricos)	MEur	0,4	0,6	0,6	0,0	8%
Acordos de Pagamento	MEur	0,1	0,1	0,0	-0,1	-100%
Juros Mora	MEur	0,4	0,4	0,4	0,0	0%
<b>Clientes</b>	<b>MEur</b>	<b>10,9</b>	<b>12,2</b>	<b>16,2</b>	<b>4,0</b>	<b>33%</b>
Saldos credores	MEur	-0,6	0,0	0,0	0,0	
<b>Dívida de Clientes</b>	<b>MEur</b>	<b>10,3</b>	<b>12,2</b>	<b>16,2</b>	<b>4,0</b>	<b>33%</b>

Em termos de evolução da dívida, verificou-se um aumento de 33% (+4 milhões de euros) com efeito na dívida vencida, que ascende a 0,5 milhões de euros provocado por atrasos circunscritos a três municípios.

O pagamento da dívida vencida titulada por acordos está a ser cumprido, nomeadamente o acordo celebrado com o Município de Sobral de Monte Agraço que, no final de 2023, apresenta um saldo de 23,8 mil euros.

#### FIGURA 72 – DÍVIDA DE CLIENTES

(milhões de EUR)



#### CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio aumentou 1,7 milhões de euros face ao período homólogo, devido ao aumento do resultado líquido (+1,4 milhões de euros) e ao incremento da reserva legal (+0,28 milhões de euros).

A aplicação do resultado de 2022 foi deliberada em Assembleia Geral realizada em 15 de março de 2023, que aprovou o aumento da reserva legal em 0,28 milhões de euros e a distribuição de dividendos no valor de 5,3 milhões de euros.

O capital social é constituído por 1 13 527 680 ações (1 12 127 680 da categoria A e 1 400 000 da categoria B), com o valor unitário 1,00 euro, e está totalmente subscrito e realizado.

A Tejo Atlântico detém 2 521 433 ações próprias, correspondentes a uma participação total no capital social de 2,22%. As manifestações de interesse de alguns dos acionistas para adquirirem as ações, suportadas em contratos-promessa firmados cuja concretização estava sujeita à obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira não se verificou, tendo o prazo

decorrido determinado a caducidade da deliberação da assembleia geral de 16 de março de 2018 relativa à alienação do lote de ações. Na assembleia geral de 23 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Tejo Atlântico foi mandatado para dar início ao procedimento de alienação das ações próprias em conformidade com as disposições legais, mediante a contratação de entidade avaliadora independente que determine o valor das mesmas, estando a avaliação realizada e a aguardar decisão da área governativa das finanças.

#### PASSIVO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O passivo total teve uma evolução positiva diminuindo 3,89% (-17,9 milhões de euros) por conta da redução do passivo não corrente que representa 93% do total do passivo.

A variação mais significativa do passivo não corrente resulta da evolução favorável do montante reconhecido em empréstimos de médio e longo prazo, com redução da dívida em 9% que se traduz num montante de -15 milhões de euros, bem como do reconhecimento de 4,8 milhões de euros de subsídios ao investimento, reduzida pelo efeito de menos 2,8 milhões de euros de desvio tarifário passivo, que dá continuidade à situação superavitária que a Sociedade passou a gerar em 2021.

A redução dos impostos diferidos passivos decorre da evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

O passivo corrente teve um aumento de 6 milhões de euros para o homólogo, que corresponde a um aumento de 18%. Contribuiu para o efeito o aumento da dívida a fornecedores em 3,4 milhões de euros e outros passivos correntes de 1,5 milhões de euros.

A apresentação do endividamento de curto prazo passou a incluir, desde final de 2023, os acréscimos de comissões do BEI, que se encontrava relevado em outros passivos correntes, afetando a evolução comparativa destas rubricas com o ano de 2021 e 2022.

#### QUADRO 45 – POSIÇÃO FINANCEIRA - PASSIVO

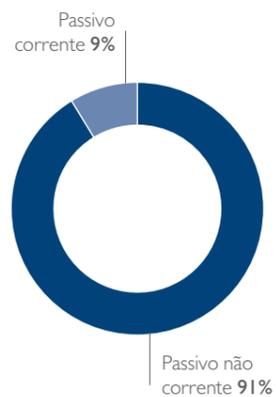
PASSIVO	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Provisões	MEur	0,0	0,2	0,5	0,3	164%
Empréstimos	MEur	187,7	173,3	158,1	-15,2	-9%
Acrescimos de gastos do investimento contratual	MEur	118,8	110,5	104,6	-5,9	-5%
Impostos diferidos passivos	MEur	15,6	14,8	13,9	-0,9	-6%
Subsídios ao investimento	MEur	121,4	116,7	111,9	-4,8	-4%
Desvio Tarifário Passivo	MEur	6,9	11,9	14,7	2,8	23%
Outros passivos não correntes	MEur	0,6	1,1	0,8	-0,4	-33%
<b>Total do Passivo não corrente</b>	<b>MEur</b>	<b>451,0</b>	<b>428,5</b>	<b>404,5</b>	<b>-24,0</b>	<b>-6%</b>
Empréstimos	MEur	13,4	14,9	15,7	0,8	5%
Passivos da Locação	MEur	0,4	0,1	0,0	0,0	-55%
Fornecedores	MEur	7,0	6,0	9,5	3,4	57%
Estado	MEur	3,4	4,0	4,3	0,3	7%
Outros passivos correntes <sup>1</sup>	MEur	5,1	7,7	9,2	1,5	20%
<b>Total do Passivo corrente</b>	<b>MEur</b>	<b>29,2</b>	<b>32,6</b>	<b>38,7</b>	<b>6,0</b>	<b>18%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>MEur</b>	<b>480,2</b>	<b>461,1</b>	<b>443,2</b>	<b>-17,9</b>	<b>-4%</b>

<sup>1</sup> Sem acrescimo de Comissões do BEI desde 2023

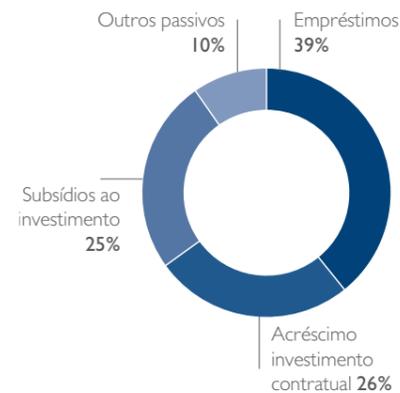
No prazo médio de pagamento (PMP), foi dado cumprimento à disposição legal do programa "Pagar a Tempo e Horas", que estabelece a necessidade de redução do número de dias consoante o prazo alcançado no ano transato. A Tejo Atlântico atingiu em 2022 um PMP de 30 dias ficando sujeita, em 2023, ao cumprimento do prazo compreendido entre 30 e 40 dias, o que se verificou com o atingimento de um PMP de 30 dias.

**FIGURA 73 – PASSIVO**

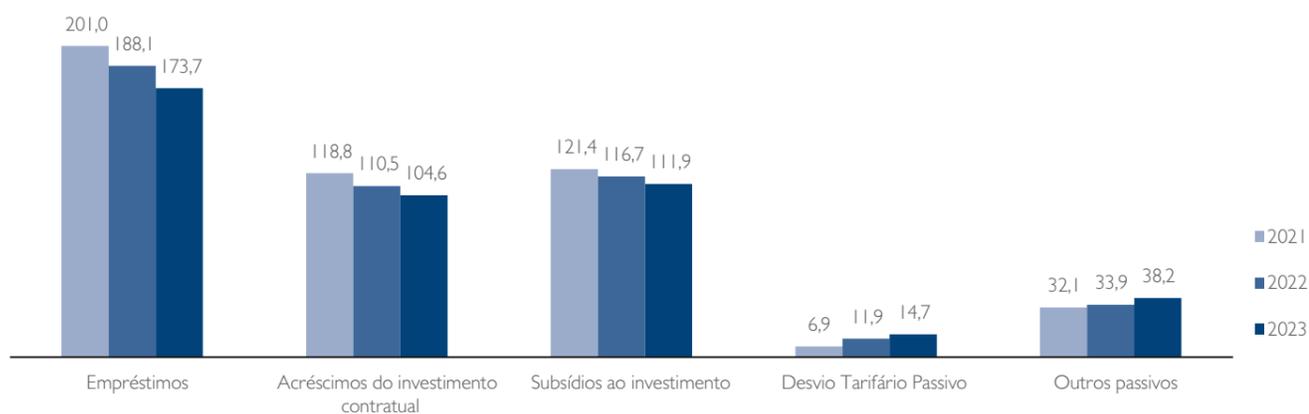
Distribuição do Passivo



Estrutura do Passivo



Composição do Passivo (milhões de Eur)



## ENDIVIDAMENTO

O valor total do endividamento bruto corresponde aos empréstimos junto do BEI, que transitou da cisão da Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT).

Em 2023, para o cálculo do valor do endividamento não foram considerados os juros suportados com o empréstimo do BEI, assim o montante de 173,4 milhões de euros de endividamento é composto por 158,1 milhões de euros de médio e longo prazo, 15,3 milhões de euros de curto prazo. No ano, foram amortizados 14,5 milhões de euros conforme previsto no serviço da dívida.

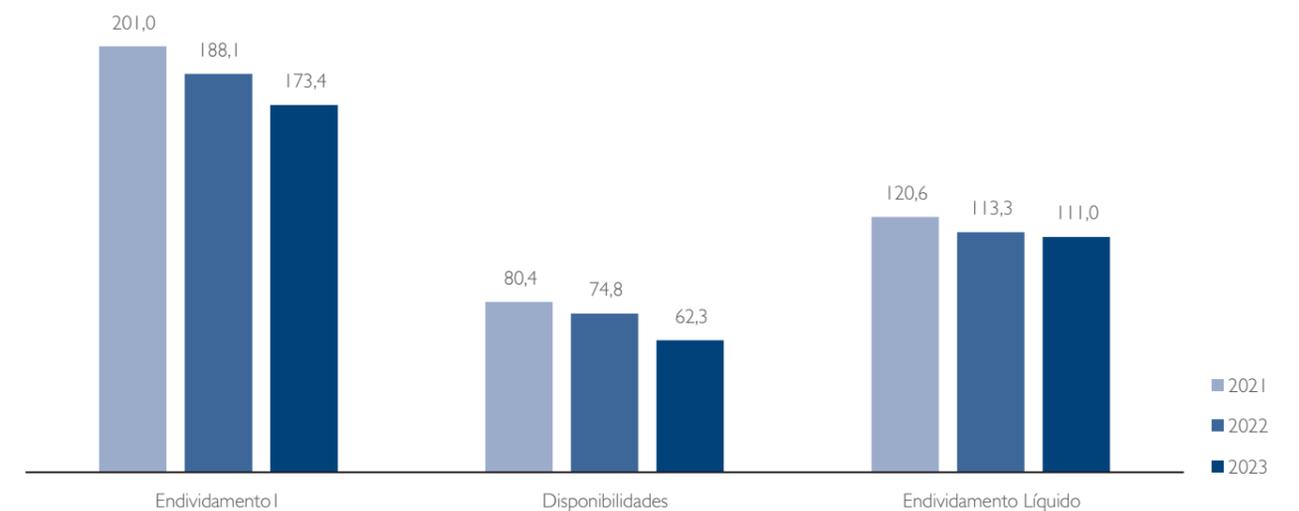
**QUADRO 46 – ENDIVIDAMENTO**

ENDIVIDAMENTO	UNIDADE	2021	2022	2023	VARIÇÃO 23/22	
Endividamento <sup>1</sup>	MEur	201,0	188,1	173,4	-14,8	-8%
Disponibilidades	MEur	80,4	74,8	62,3	-12,5	-17%
Endividamento Líquido	MEur	120,6	113,3	111,0	-2,2	-2%

<sup>1</sup> Em 2023 o cálculo do indicador não considera os juros suportados com o Empréstimo do BEI

**FIGURA 74 – ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**

(milhões de EUR)



## ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO DE EVENTOS EXCEPCIONAIS

Em termos económico-financeiros, o volume de negócios da Tejo Atlântico não sofreu qualquer alteração resultante de eventos excepcionais.

Salienta-se que a Empresa tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, de onde resulta a ausência de impactos por variação nas quantidades. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas, nem denotam associação direta a efeitos da situação geopolítica. A variação da prestação de serviços para o período homólogo e para o Plano de Atividades e Orçamento de 2023 situa-se na ordem dos 8,73% e -0,32%, respetivamente.

A solidez financeira da Empresa permitiu a implementação das medidas necessárias para assegurar a prestação do serviço essencial à comunidade e ao meio em que se insere, garantindo a proteção dos trabalhadores e das suas famílias.

No que respeita ao impacto da crise geopolítica nos gastos de 2023, verifica-se pelos registos apurados um impacto de cerca de 1,5 milhões de euros decorrentes do incremento do preço de reagentes, lamas e da revisão de preço de contratos.



# EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro de 2024, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

A 29 de fevereiro de 2024 a Entidade Reguladora (ERSAR) enviou o projeto de decisão sobre o DRG de 2023, o qual aponta para um montante global de 2 288 mil euros de potenciais gastos não aceites, tendo sido solicitada informação adicional pela ERSAR conforme ofício O-001034/2024.

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- i. Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- ii. Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data."



# CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

## 1) OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

### OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE)

Nos termos do disposto no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3.º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração deve submeter junto da UTAM, uma proposta de objetivos, incluindo indicadores e respetivas metas, para o mandato. Após análise e escrutínio, a referida entidade formula uma proposta, a ser expressamente aprovada pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor de atividade da empresa.

O Conselho de Administração da sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A. eleito em 19 de abril de 2023 para o mandato 2023-2025, deu cumprimento ao disposto no n.º 13 do art.º 3.º do referido normativo, aguardando a respetiva aprovação da proposta apresentada.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento dos objetivos propostos, de acordo a fórmula de cálculo e modo de avaliação do quadro infra, seria em 2023 o seguinte:

INDICADORES DOS OBJETIVOS DE GESTÃO (OOG)	FÓRMULA DE CÁLCULO	PESO	MODO DE AVALIAÇÃO 2023		
			NÃO ATINGIDO (1)	ATINGIDO (2)	SUPERADO (3)
<b>Objetivos Desempenho</b>					
Autonomia Energética (AE)	Energia produzida com recursos próprios/ Energia consumida (%)	25%	AE < 21,5%	21,5% ≤ AE ≤ 22,5%	AE > 22,5%
Produção de ApR (PAPR)	Volume de ApR produzido e utilizado para usos próprios ou externos no ano n/ Volume de ApR produzido e utilizado para usos próprios ou externos em 2022	25%	ApR = V (ApR 2022)	ApR > 5% V (ApR 2022)	ApR > 10% V (ApR 2022)
Implementação do Plano AgIR	N.º de Indústrias Prioritárias Integradas (IPI) no plano AgIR, a beneficiarem de apoio técnico no domínio do pré-tratamento de efluentes industriais	25%	IPI < 3	IPI ≥ 3 < 6	IPI ≥ 6
<b>Objetivos Sectoriais</b>					
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	AQAR	20%	AQAR < 90,0%	90,0% ≤ AQAR ≤ 95,0%	AQAR > 95%
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	10%	N.º Ações executadas face ao previsto < 80,0%	80,0% ≥ N.º Ações executadas face ao previsto < 90,0%	N.º Ações executadas face ao previsto ≥ 90,0%
<b>Resultado Operacional</b>					
Eficiência de Gestão	"PRC = (GV+FSE+GP)/VN Variação face ao PAO proposto"	20%	var > +0,10 p.p.	-0,10 p.p. ≤ var ≤ +0,10 p.p.	var < -0,10 p.p.
Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	10%	Nr dias > Nr dias PAO	Nr dias = Nr dias PAO	Nr dias < Nr dias PAO
<b>Objetivos Estratégicos</b>					
Água para Reutilização (ApR)	Implementação iniciativas ApR	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto em PAO
Plano de Neutralidade Energética (NE)	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 50% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto em PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto em PAO
Plano de Lamas (PL)	Implementação do Plano de Lamas	5%	Lançamento, em cada ano, de concursos empenhadas para 20% de produção de lamas prevista no PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos empenhadas para 40% de produção de lamas prevista no PAO	Lançamento, em cada ano, de concursos empenhadas para 60% de produção de lamas prevista no PAO

Tendo por base o critério corporativo de aplicação dos indicadores dos objetivos de gestão para o ano de 2023, quanto à implementação do Plano de Lamas, Plano de Neutralidade Energética e Água para Reutilização, estes não serão alvo de avaliação.

O apuramento do grau de cumprimento dos objetivos propostos foi efetuado com a distribuição equitativa da ponderação dos indicadores não avaliados pelos restantes indicadores.

INDICADORES DOS OBJETIVOS DE GESTÃO	RESULTADO 2023	ATINGIMENTO	GRAU DE DESEMPENHO	PONDERAÇÃO
<b>Objetivos Desempenho</b>				
Autonomia Energética (AE)	23,7%	Superado	3	29,41%
Produção de ApR (P,ApR)	10,5%	Superado	3	29,41%
Implementação do Plano AgIR	6	Superado	3	29,41%
<b>Objetivos Sectoriais</b>				
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	98,4%	Superado	3	23,53%
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	79,6%	Não Atingido	1	11,76%
<b>Resultado Operacional</b>				
Eficiência de Gestão	-1,56 p.p.	Superado	3	23,53%
Respeito pelos prazos de pagamento	30	Não Atingido	1	11,76%
<b>Objetivos Estratégicos</b>				
Água para Reutilização (ApR)	N/A			N/A
Plano de Neutralidade Energética (NE)	N/A			N/A
Plano de Lamas (PL)	N/A			N/A

### Autonomia Energética

O indicador de autonomia energética que resulta do rácio entre o volume de energia produzida na Tejo Atlântico de 20.812.777 KWh e o consumo total de energia em 2023 de 87.766.132 KWh.

### Produção de ApR

O indicador de produção de ApR resulta do rácio entre o volume de ApR produzida na Tejo Atlântico em 2023 de 3.187.733 m3 sobre o volume de ApR produzido em 2022 de 2.833.947 m3.

### Implementação do Plano AgIR

O indicador tem por base o número de protocolos assinados e em preparação para assinatura relativamente as indústrias consideradas prioritárias.

### Qualidade das Águas Residuais

O indicador calculado com base nos indicadores de 4ª geração da ERSAR.

### Eficiência de Gestão

A eficiência a de gestão é aferida pela comparação do Plano de Redução de Custos (PRC) executado com o aprovado no Plano de Atividades e Orçamento de 2023.

O PRC é apurado pelo peso dos gastos operacionais (gastos das vendas, FSE e gastos com pessoal), sobre o volume de negócios.

O Volume de Negócios compreende a prestação de serviços a utilizadores municipais e a utilizadores diretos. A Tejo Atlântico tem faturação da prestação de serviços por rendimentos tarifários, do qual resulta a ausência de impactos por variação nos caudais. As vendas efetuadas a clientes diretos têm pouca expressão no total do Volume de Negócios, pelo que as ligeiras variações de quantidades não são representativas, nem evidenciam efeito associado a situações excecionais ocorridas no ano, designadamente a situação geopolítica.

Na análise do rácio GO/VN como indicador de avaliação da eficiência operacional da Tejo Atlântico, não pode ser descurado o impacto que têm as novas despesas de natureza obrigatória, legal, ou imprescindível, e que não têm consequências em matéria de eficiência

operacional no seu sentido real, bem como os impactos da crise geopolítica, tendo nesse sentido sido considerados como fatores de excecionalidade e de comparabilidade:

- Impactos da crise geopolítica com impacto nos reagentes e FSE, nomeadamente os impactos no valor da eletricidade;
- O acordo de rendimentos;
- Ações para reforço direto da Segurança Ambiental e de Saúde Pública;
- Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestrutura;
- Efeito de políticas contabilísticas no que respeita aos efeitos das IFRS 16.

Relativamente à justificação de desvios e medidas de correção nos objetivos não atingidos, há a considerar o seguinte:

### Cumprimento do Plano de manutenção preventiva

A equipa responsável pelo processo de elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - *Reliability Centered Maintenance*, na zona Sul, continuou em 2023 afeta à UEPE Guia, inviabilizando a elaboração de novos planos.

Em 2023 foram executados os planos existentes, que não sofreram reformulação conforme previsto.

Com a reformulação da estrutura orgânica da Empresa tenciona-se dotar a Direção de Manutenção de meios humanos que permitam por em prática quer a elaboração/reformulação dos planos de manutenção bem como a sua execução, tendo solicitado no PAO 2024 recursos para o efeito.

### Respeito pelo prazo de pagamentos

Em 2023 o PMP é de 30 dias, verificando-se o cumprimento legal do prazo, mas considerando a escala mais exigente para avaliação do indicador de gestão, que compara com o valor definido no PAO 23, 29 dias, verifica-se o incumprimento em 1 dia.

## PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO)

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o triénio 2023-2025 foi submetido a aprovação da Tutela em dezembro de 2022.

O documento foi alvo de apreciação por parte da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), que emitiu o relatório de análise n.º 361/UTAM//2023, em 26 de setembro de 2023, sobre o qual recaiu, em 23 de outubro de 2023, o Despacho n.º 449/2023-SET de sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, que apenas aprovou o Plano de Investimentos para 2023, tendo considerado não estarem reunidas as condições necessárias para a aprovação do PAO 23 da Tejo Atlântico.

Foi submetida nova proposta do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023 a 11 de dezembro de 2023 à aprovação da Tutela, tendo o mesmo sido aprovado pelo Despacho n.º 623/2023-SET a 30 de dezembro de 2023.

A proposta submetida e aprovada em dezembro de 2023 teve por base a posição financeira da Empresa a junho de 2023 e os gastos e rendimentos efetivamente incorridos de julho a outubro de 2023.

Da análise aos indicadores que evidenciam a execução do PAO 2023, verifica-se que a atividade do ano cumpriu com os montantes orçamentais aprovados.

INDICADORES	2023	2023	2023 EXEC./2023 ORÇ.		OBSERVAÇÕES/ MEDIDAS
	EXEC. (€)	ORÇ. (€)	Δ ABSOL. (€)	%	
Resultado Líquido	7 012 016	6 955 146	56 869	0,8%	
EBITDA ajustado	31 958 698	29 934 564	2 024 134	6,8%	
Resultado Operacional (EBIT)	12 955 281	12 809 592	145 689	1,1%	
Volume de Negócios	90 764 213	90 991 442	-227 228	-0,2%	
Endividamento	173 363 690	173 904 420	-540 730	-0,3%	
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA ajustado	3,5	4,0	-1	-14,0%	

O volume de negócios é formado pela prestação de serviços aos utilizadores municipais, pelas atividades complementares e acessórias e por um valor muito residual relativo à prestação de serviços a clientes privados pela descarga de efluentes proveniente de fossa séptica. Na prestação de serviço de tratamento e recolha de efluentes, a Tejo Atlântico tem rendimentos tarifários estabelecidos com base nos critérios definidos no Contrato de Concessão. Na prestação de serviço de transporte de efluentes efetuada ao Município da Caldas da Rainha, na prestação de serviços de saneamento de efluentes aos privados, bem como nas atividades complementares, há lugar a medição de caudal.

## INVESTIMENTOS

O investimento teve uma execução inferior à do Plano previsto para 2023, na ordem dos 7%.

Segue-se quadro resumo de comparação do valor total do investimento realizado com o previsto em orçamento em 2023:

INVESTIMENTO	PAO2023 (mEur)	REAL2023 (mEur)	DESVIO (mEur)
Empreitadas	11 732,9	12 933,8	1 200,9
Estudos e Projetos	2 350,7	1 063,2	-1 287,5
Terrenos	243,6	0,0	-243,6
Fiscalização	451,7	249,8	-202,0
Assessorias	175,9	125,1	-50,8
<b>Outros investimentos (1)+(2)+(3)+(4)+(5)</b>	<b>4 099,1</b>	<b>3 278,4</b>	<b>-820,7</b>
1, Aquisição - Edifícios	222,4	1,6	-220,8
2, Aquisição de equipamento básico	1 285,6	146,0	-1 139,6
3, Aquisições de equipamento administrativo	144,6	332,8	188,2
4, Capitalização de gastos	1 148,0	1 117,5	30,5
5, Outros	1 298,5	1 680,6	382,1
<b>Total</b>	<b>19 054,0</b>	<b>17 650,3</b>	<b>-1 403,7</b>



PLANO DE INVESTIMENTO	PAO 2023 (mEur)	REAL 2023			DESVIO (PAO VS REAL) (mEur)	OBSERVAÇÕES	
		TOTAL (mEur)	FONTES DE FINANCIAMENTO				
			AUTO-FINANCIAMENTO (mEur)	FUNDOS COMUNITÁRIOS (mEur)			
<b>Valor Total do Investimento (Empreitadas)</b>	<b>11 732,9</b>	<b>12 933,8</b>	<b>12 933,8</b>	<b>0,0</b>	<b>1 200,9</b>		
<b>Investimento previsto no PAO2022, mas excedeu o montante aprovado</b>	<b>1 603,5</b>	<b>3 523,2</b>	<b>3 523,2</b>	<b>0,0</b>	<b>1 919,7</b>		
TA-043	Construção do Sistema Elevatório de Vale da Borra	317,0	440,9	440,9	0,0	123,9	Parte da faturação que estava prevista para 2024 foi antecipada para 2023
TA-183	Medição de caudal III-ETAR-Fase I	51,9	82,2	82,2	0,0	30,3	Parte da faturação que estava prevista para 2024 foi antecipada para 2023
TA-219	Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I	73,7	155,6	155,6	0,0	81,8	Excedeu o valor previsto no PAO para 2023 devido a revisão de preços
TA-227	Conceção/Construção da remodelação do sistema de arejamento e do espessamento de lamas da Fábrica da Água de São João Talha	123,4	214,1	214,1	0,0	90,7	Excedeu o valor previsto no PAO para 2023 devido a revisão de preços
TA-245_2	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	39,3	288,8	288,8	0,0	249,5	Excedeu o valor previsto no PAO para 2023 devido a revisão de preços
TA-247 B	Reabilitação Troços Emissário da Lage	262,9	460,0	460,0	0,0	197,1	Parte da faturação que estava prevista para 2024 foi antecipada para 2023
TA-303	Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	735,3	1 881,7	1 881,7	0,0	1 146,4	Parte da faturação que estava prevista para 2024 foi antecipada para 2023
<b>Investimento com execução não prevista no PAO2023</b>	<b>0,0</b>	<b>2 557,2</b>	<b>2 557,2</b>	<b>0,0</b>	<b>2 557,2</b>		
TA-104 B	Substituição de Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	0,0	63,2	63,2	0,0	63,2	Faturação que estava prevista para 2024 foi antecipada para 2023
TA-117 B	Emissário de Montemor - Troço III	0,0	429,6	429,6	0,0	429,6	Protocolo celebrado com a CM Loures - valor faturado em 2023
TA-125	Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	0,0	26,2	26,2	0,0	26,2	Empreitada concluída, Valor referente a revisão de preços
TA-182	Alcântara - ligação a Amadora / Beneficiação Fase I e Fase II-Bacia de Anti-poliuição	0,0	1 965,0	1 965,0	0,0	1 965,0	Protocolo celebrado com CM Lisboa - valor faturado em 2023
TA-220	Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	0,0	2,6	2,6	0,0	2,6	Empreitada concluída, Valor referente a revisão de preços
TA-243	Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolas, Bucelas e Fervença e na EE de Fonte da Pipa	0,0	70,6	70,6	0,0	70,6	Empreitada concluída, Valor referente a revisão de preços

No acompanhamento das empreitadas com maior valor previsto de execução no PAO 2023 destaca-se:

CODIFICAÇÃO	INVESTIMENTO/PROJETO	PAO2023 (mEur)	REAL2023 (mEur)	DESVIO (mEur)	OBSERVAÇÕES
TA-268	Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023	1 383,1	1 383,1	0,0	Empreitada fisicamente concluída, Haverá lugar ainda à faturação de Revisões de Preços. Empreitada consignada a 31 de dezembro de 2022.
TA-088	Reabilitação do emissário de Porto Salvo e Camaras de Visita do Emissário do Jamor	1 154,5	748,1	-406,4	Fisicamente concluída, já houve uma tentativa de receção provisória, mas verificou-se que havia correções a fazer. O empreiteiro ficou com o prazo até ao final de fevereiro para corrigir e marcar nova vistoria de receção provisória. Encontra-se ainda em aprovação um conjunto de trabalhos a mais.
TA-263 C	Reabilitação do sistema de transporte de gradados e areias da FA da Guia	1 002,3	937,5	-64,8	Empreitada ficamnete em fase de conclusão. Haverá lugar à faturação de trabalhos a mais.
TA-124	Plano de Digitalização - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	969,8	769,2	-200,6	A empreitada foi consignada no final do 1º semestre de 2023. Continuam os trabalhos de análise e aprovação dos equipamentos propostos para a empreitada. Deslocação às infraestruturas da zona norte para levantamento das condições existentes. Elaboração da especificação funcional do sistema de Telegestão.
TA-025	Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	771,7	398,2	-373,5	Empreitada consignada a 10/07/2023. O projeto encontra-se em fase de aprovação. Em fase de montagem de estaleiro e início de trabalhos de escavação.
<b>Total (I)</b>		<b>5 281,5</b>	<b>4 236,1</b>	<b>-1 045,3</b>	

## 2) GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

### FATORES DE RISCO

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### RISCO DE MERCADO

#### RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da Tejo Atlântico advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Tejo Atlântico ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Tejo Atlântico, que evidencia o facto de a Tejo Atlântico apenas ter contratualizado financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2023	TX MÉDIA +1%	TX MÉDIA -1%
Juros suportados - taxa fixa	3 565 856	n.a.	n.a.

#### RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da Tejo Atlântico em energia e combustíveis, representam em média 25% do total de fornecimentos e serviços externos. A aquisição destas matérias-primas é feita centralmente, através da AdP SGPS para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

#### RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Tejo Atlântico pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Tejo Atlântico, através do Grupo, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Tejo Atlântico por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	< 1 ANO	1 A 5 ANOS
Financiamentos	15 654 441	74 080 583
Passivos por locação	34 879	78 146
Fornecedores e outros passivos	22 943 200	290 103

O objetivo da Tejo Atlântico em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da Tejo Atlântico, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Tejo Atlântico é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que, por sua vez, fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e à redução do custo médio de capital.

	31.12.2023
Empréstimos não correntes	158 085 678
Empréstimos correntes	15 654 441
Descoberto bancário	-
Disponibilidades	(7 310 052)
Apoio de Tesouraria à SGPS	(55 013 154)
<b>Dívida líquida</b>	<b>111 416 914</b>
Subsídios ao investimento e outros	111 884 190
Total do capital próprio	119 505 858
<b>Capital e subsídios</b>	<b>231 390 048</b>
<b>Dívida líquida/total do capital</b>	<b>0,48</b>

O modelo de financiamento da Tejo Atlântico assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência no financiamento BEI, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

#### Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Tejo Atlântico. A Sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

#### Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

Apesar da situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, e da situação de Pandemia, estas têm vindo, em regra geral, a cumprir os seus compromissos, sendo o total de dívida vencida maioritariamente respeitante a valores de juros de mora relacionados com situações das antigas Empresas, que deram origem à Tejo Atlântico, e os municípios.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da Tejo Atlântico avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2023.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os utilizadores Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Tejo Atlântico continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

SEGMENTO DE NEGÓCIO	NEGÓCIO "ALTA"			EMPRESAS DO GRUPO	
	TIPOLOGIA DE CLIENTES	MUNICIPIOS	OUTROS	TOTAL	TOTAL
RISCO	BAIXO	MÉDIO		BAIXO	
Exposição bruta	16 247 104	71 015	16 318 119	23 848	16 341 967
Imparidade	-	-	-	-	-
Exposição líquida	16 247 104	71 015	16 318 119	23 848	16 341 967

## Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Tejo Atlântico ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 e 2022, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito.

Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à ordem	4 802 319	7 824 900
Depósitos a prazo	3 205 044	67 013 819
Investimentos Financeiros	33 428	29 936
	<b>8 040 792</b>	<b>80 421 402</b>

RATING	31.12.2023	31.12.2022
A-	7 275 792	57 465
Ba2	-	7 112
Baa2	-	37 353
BB	-	10 003
BBB	9 868	-
BBB-	13 783	-
BBB+	3 143	74 726 787
N/A	33 428	29 936
	<b>7 336 014</b>	<b>74 868 656</b>

Em 31 de dezembro de 2023 inclui depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., no montante de 7 252 585 euros (74 276 787 euros, em 31 de dezembro de 2022).

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da Tejo Atlântico. Em 2023 estão a ser considerados apenas dados referentes ao BEI deduzido do custo amortizado.

ANOS	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	4 763 532	5 104 106	5 705 685	6 440 711	7 898 592	8 178 038	9 766 285
Taxa média de financiamento (%)	2,6%	2,6%	2,8%	3,0%	3,5%	3,5%	4,0%

## RISCO DE EXPLORAÇÃO

### RISCO DE CATÁSTROFE

A Tejo Atlântico está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa têm contratualizado seguros para a transferência destes riscos.

### RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Tejo Atlântico. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência

produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

3) LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO, NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º 1 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 24D/2022, DE 30 DE DEZEMBRO, A QUAL APROVOU A LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2023 (LOE2023), APURADO NOS TERMOS DA FÓRMULA DISPOSTA NO N.º 1 DO ARTIGO 134.º DO DECRETO-LEI N.º 10/2023, DE 08 DE FEVEREIRO (DLEO 2023)

VARIACÃO DO ENDIVIDAMENTO (EXECUÇÃO)	VALORES (€)	
	31.12.2023	31.12.2022
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	173 363 690	188 120 312
Capital Social	113 527 680	113 527 680
Novos investimentos em 2023 (com expressão material)	0	0
Variacão do endividamento	-5%	-4%

4) EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) A FORNECEDORES, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13 DE ABRIL, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17 DE MAIO, BEM COMO A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A SUA DIMINUIÇÃO

PMP	2023	2022	VARIACÃO 23/22	
			VALOR	%
Prazo (dias)	30	30	0	-1,4%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

DÍVIDAS VENCIDAS	VALOR (€) 0-90 DIAS	VALOR DAS DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aq. de Bens e Serviços	3 398 060,87	928,05	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	2 768 245,76	0,00	7 064,72	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6 166 306,63</b>	<b>928,05</b>	<b>7 064,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

5) DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e à atividade da Empresa.

## 6) DILIGÊNCIAS TOMADAS COM VISTA A SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Não foram emitidas reservas na Certificação Legal das Contas de 2022.

## 7) REMUNERAÇÕES/ HONORÁRIOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., deu cumprimento a todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 253-A/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Ofício Circular n.º 3653, de 26 de setembro de 2019;
- Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 10/2023, de 08 de fevereiro.

As reduções remuneratórias são as indicadas no Quadro Resumo no final do capítulo, apresentando-se a restante informação conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023 – Ofício Circular SAI\_DGTF/2024/269, de 06 de fevereiro de 2024.

## MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	VALOR BRUTO AUFERIDO (€)
2023-2025	Presidente	Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca	575,00	-
2023-2025	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00	- <sup>1</sup>
2023-2025	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00	375,00 <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 18 de outubro de 2023.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO DO CA	EGP			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
	IS/NJ	IA/B/CJ	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
Nuno Rafael da Conceição Broco	S	B	5 071,51	2 028,60
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	B	4 564,36	1 825,74
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	S	B	4 057,21	1 622,88
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto	S	a)	1 014,30	-
Fernando Manuel Goncalves dos Santos Marques	S	a)	1 014,30	-
Ana Margarida Afonso de Matos	S	B	1 014,30	-
Ricardo Alexandre da Silva Bastos	S	B	1 014,30	-

a) Os Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos.

Valor pago à Águas de Portugal-SGPS SA de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 18 de outubro de 2023.

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO OU OPÇÃO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS				N.º DE MANDATOS
			FORMA (1)	DATA	SIM/NÃO	ENTIDADE DE ORIGEM	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DE AUTORIZAÇÃO E FORMA	ENTIDADE PAGADORA (O/D)	
2023-2025	Presidente executivo	Nuno Rafael da Conceição Broco	AG	19/04/2023	Não	-	-	-	1
2023-2025	Vice-Presidente	Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	AG	19/04/2023	Não	-	-	-	3
2023-2025	Vogal executivo	Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	AG	19/04/2023	Não	-	-	-	1
2023-2025	Vogal não executivo	Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto	AG	19/04/2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1
2023-2025	Vogal não executivo	Fernando Manuel Goncalves dos Santos Marques	AG	19/04/2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1
2023-2025	Vogal não executivo	Ana Margarida Afonso de Matos	AG	19/04/2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1
2023-2025	Vogal não executivo	Ricardo Alexandre da Silva Bastos	AG	19/04/2023	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1

MEMBRO DO CA	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES			
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME	IDENTIFICAÇÃO DA DATA DE AUTORIZAÇÃO E FORMA
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto	Águas de Portugal - SGPS, SA	Técnica Superior de apoio ao Conselho de Administração da AdP-SGPS.	Setor Empresarial do Estado	19/04/2023   AG
Fernando Manuel Goncalves dos Santos Marques	Águas de Portugal - SGPS, SA	Assessor	Setor Empresarial do Estado	19/04/2023   AG
Ana Margarida Afonso de Matos	Câmara Municipal de Amadora OMIClear, C.C.S.A.	Vereadora em regime de substituição Chief Compliance Officer	Público Privado	19/04/2023   AG
Ricardo Alexandre da Silva Bastos	IMODlag, Lda,	Gerente	Privado	19/04/2023   AG

MEMBRO DO CA	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)				
	FIXA <sup>1</sup> (1)	VARIÁVEL (2)	VALOR BRUTO (3)=(1)+(2)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS <sup>2</sup> (4)	VALOR BRUTO FINAL (5) = (3)-(4)
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	29 333,62	-	29 333,62	1 466,70	27 866,92
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	86 799,88	-	86 799,88	4 340,00	82 459,88
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	23 074,60	-	23 074,60	1 153,70	21 920,90
Nuno Rafael da Conceição Broco	6 725,28	-	6 725,28	3 272,90	6 398,38
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	53 805,85	-	53 805,85	2 599,19	51 206,66
Simone Ferreira Pio	4 423,87	-	4 423,87	-	4 423,87
Sónia Raquel Conchinha Pacifico	4 423,87	-	4 423,87	-	4 423,87
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto	9 940,14	-	9 940,14	-	9 940,14
Fernando Manuel Goncalves dos Santos Marques	9 940,14	-	9 940,14	-	9 940,14
Ana Margarida Afonso de Matos	9 955,69	-	9 955,69	497,80	9 457,89
Ricardo Alexandre da Silva Bastos	9 955,69	-	9 955,69	497,80	9 457,89
			<b>308 910,63</b>	<b>13 828,09</b>	<b>295 082,54</b>

<sup>1</sup> O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

<sup>2</sup> Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

MEMBRO DO CA	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL SEGURO DE SAÚDE	ENCARGO ANUAL SEGURO DE VIDA	OUTROS	
	VALOR / DIA	MONTEANTE PAGO ANO	IDENTIFICAR	ENCARGO ANUAL			IDENTIFICAR	VALOR
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	7,14	521,22	SS	6 828,09	304,12	392,66	-	-
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	7,14	1 763,58	SS	20 341,20	1 537,92	1 135,03	-	-
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	7,14	528,36	SS	5 584,05	126,33	192,57	-	-
Nuno Rafael da Conceição Broco	7,14	1 235,22	SS	16 425,87	1 855,73	850,53	-	-
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	7,14	1 235,22	SS	13 150,77	1 855,73	684,17	-	-
		<b>5 283,60</b>	<b>-</b>	<b>62 329,98</b>	<b>5 679,83</b>	<b>3 254,96</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS								
	VIATURA ATRIBUÍDA	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA	MODALIDADE (1)	ANO INÍCIO	ANO TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL	GASTO ANUAL COM RENDAS	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	S	S	34 724,17	AOV	2021	2024	484,69	1 907,20	N/A
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	S	35 400,19	AOV	2018	2024	792,02	7 995,93	5,00
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	S	S	35 400,19	AOV	2021	2024	823,45	1 667,36	N/A
Nuno Rafael da Conceição Broco	S	S	34 724,17	AOV	2021	2024	484,69	4 344,18	5,00
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	S	S	35 400,19	AOV	2021	2024	823,45	6 233,45	5,00

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)					
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS		GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
				IDENTIFICAR	VALOR	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	126,21	0,00	0,00			126,21
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	317,15	542,00	70,11			929,26
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	115,61	0,00	295,09			410,70
Nuno Rafael da Conceição Broco	307,66	0,00	239,21			546,87
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	237,29	90,00	0,00			327,29
José Manuel da Costa Baptista Alves	252,35	0,00	0,00			252,35
	<b>1356,27</b>	<b>632</b>	<b>604,41</b>		<b>0,00</b>	<b>2 592,68</b>

## ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

### CONSELHO FISCAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	N.º DE MANDATOS
			FORMA 1	DATA		
2023-2025	Presidente	Armando José de Sousa Resende	AG	09/11/2023	1 420,02	2
2023-2025	Vogal	Catarina Alexandra Carvalho Fins	AG	09/11/2023	1 065,02	2
2023-2025	Vogal	Laura Maria Jesus Rodrigues	AG	09/11/2023	1 065,02	1
2023-2025	Vogal Suplente	Vanda Maria Marques Valadares	AG	09/11/2023	Sem remuneração	1

MEMBRO DO CONSELHO FISCAL	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)		
	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)
Armando José de Sousa Resende	20 109,74	1 005,49	19 104,25
Catarina Alexandra Carvalho Fins	14 978,96	749,00	14 229,96
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	12 740,55	637,03	12 103,52
Laura Maria Jesus Rodrigues	0,00	0,00	0,00
Vanda Maria Marques Valadares	0,00	0,00	0,00
		<b>2 391,52</b>	<b>45 437,73</b>

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS - ROC

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC					DESIGNAÇÃO	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
		NOME	N.º DE INSCRIÇÃO NA OROC	N.º REGISTO NA CMVM	FORMA (1)	DATA			
2019-2021	Efetivo SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda.	183	20161485	AG	05/04/2019	02/08/2019	5	5
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	05/04/2019	02/08/2019	4	4
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/2019	02/08/2019	5	5

REVISOR OFICIAL DE CONTAS	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 2023 (€)			VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS - 2023 (€)			
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A.	11 204,97	-	11 204,97	Auditoria Projecto ECOVAL	800,00	-	800,00

## 8) APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO (EPG), NO QUE SE REFERE:

A) À NÃO UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO, NEM DE OUTROS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO POR GESTORES PÚBLICOS, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DE DESPESAS AO SERVIÇO DA EMPRESA;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

B) AO NÃO REEMBOLSO A GESTORES PÚBLICOS DE QUAISQUER DESPESAS QUE CAIAM NO ÂMBITO DO CONCEITO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PESSOAL;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

C) AO VALOR DAS DESPESAS ASSOCIADAS A COMUNICAÇÕES, QUE INCLUEM TELEFONE MÓVEL, TELEFONE DOMICILIÁRIO E INTERNET;

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	80,00	193,53	1 janeiro a 18 de abril de 2023
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	80,00	507,13	1 janeiro a 31 dezembro de 2023
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	80,00	268,61	1 janeiro a 18 de abril de 2023
Nuno Rafael da Conceição Broco	80,00	85,44	19 de abril a 31 dezembro de 2023
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	80,00	79,68	19 de abril a 31 dezembro de 2023
		<b>1 134,39</b>	

D) AO VALOR DE COMBUSTÍVEL E PORTAGENS AFETO MENSALMENTE ÀS VIATURAS DE SERVIÇO,

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEL E PORTAGENS	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)			OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	486,43	847,01	190,77	1 037,78	1 janeiro a 18 de abril de 2023
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	456,44	2 145,79	602,60	2 748,39	1 janeiro a 31 dezembro de 2023
Ana Cármen Monteiro do Carmo Cisa	405,72	754,85	425,10	1 179,95	1 janeiro a 18 de abril de 2023
Nuno Rafael da Conceição Broco	507,15	2 763,35	1 165,51	3 928,86	19 de abril a 31 dezembro de 2023
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel	405,72	1 420,08	583,10	2 003,18	19 de abril a 31 dezembro de 2023
				<b>10 898,16</b>	

## 9) APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO RJSPE E DO ARTIGO 11.º DO EGP, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Tejo Atlântico dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

## 10) ELABORAÇÃO, DE TRÊS EM TRÊS ANOS, E DIVULGAÇÃO INTERNA E NO RESPECTIVO SÍTIO DA INTERNET DO RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS, CONFORME DETERMINA A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO.

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e à divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade. O último relatório foi divulgado na internet em 2021 em: [https://aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas\\_base/s\\_empresa/relatorio\\_remuneracoes\\_por\\_genero.pdf](https://aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/s_empresa/relatorio_remuneracoes_por_genero.pdf)

## 11) ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPECTIVO SÍTIO DA INTERNET DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO

A Tejo Atlântico, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a Tejo Atlântico, realizou, em 2022, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2023, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2023 da Tejo Atlântico, foi remetido ao SIOE e à CITE.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2023 encontra-se publicitado no sítio de Internet da Tejo Atlântico, podendo ser acedido através do seguinte link: <https://portal.aguasdotejoatlantico.adp.pt/index.php/2022/11/23/plano-de-igualdade-de-genero-2023/>.

## 12) ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO NO RESPECTIVO SÍTIO DA INTERNET O RELATÓRIO ANUAL SOBRE A PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSP E ARTIGO 6.º DO REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO) E DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCO E INFRAÇÕES CONEXAS (ARTIGO 6.º DO RGCP)

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da Tejo Atlântico encontra-se disponibilizado na internet em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>.

Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF),

(DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na Tejo Atlântico em 2017, foi revisto no decurso de 2023, e aprovado pelo seu Conselho de Administração em 29/01/2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O grupo AdP, no qual se inclui a Tejo Atlântico reconhece, tal como é referido no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, que os relatórios de execução intercalar e anual do Plano, que integram o modelo de integridade, são “instrumentos úteis para uma boa gestão pública, com potencial para a promoção de uma cultura sã de prevenção de riscos, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência e do rigor, bem como para a promoção da qualidade do serviço público”, e contribuem para “o aperfeiçoamento do trabalho já desenvolvido”. Os relatórios vêm ainda reforçar a transparência na aplicação dos princípios de boa governação em alinhamento com o enquadramento legal e com as convenções multilaterais neste domínio.

Não se encontrando identificados eventos de risco classificados como “Elevado” no âmbito do PPRCIC em 2023, não foi efetuada qualquer avaliação intercalar nem elaborado o relatório intercalar no qual se identificassem os resultados dessa avaliação.

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, implementados mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SiSEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, as empresas do Grupo efetuaram a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores visando a definição dos próximos passos, com vista ao robustecimento da Política e a sua integral implementação.

Registe-se ainda que em 2019, a Empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

### 13) CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

No ano de 2022, foram sujeitos contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

### 14) ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

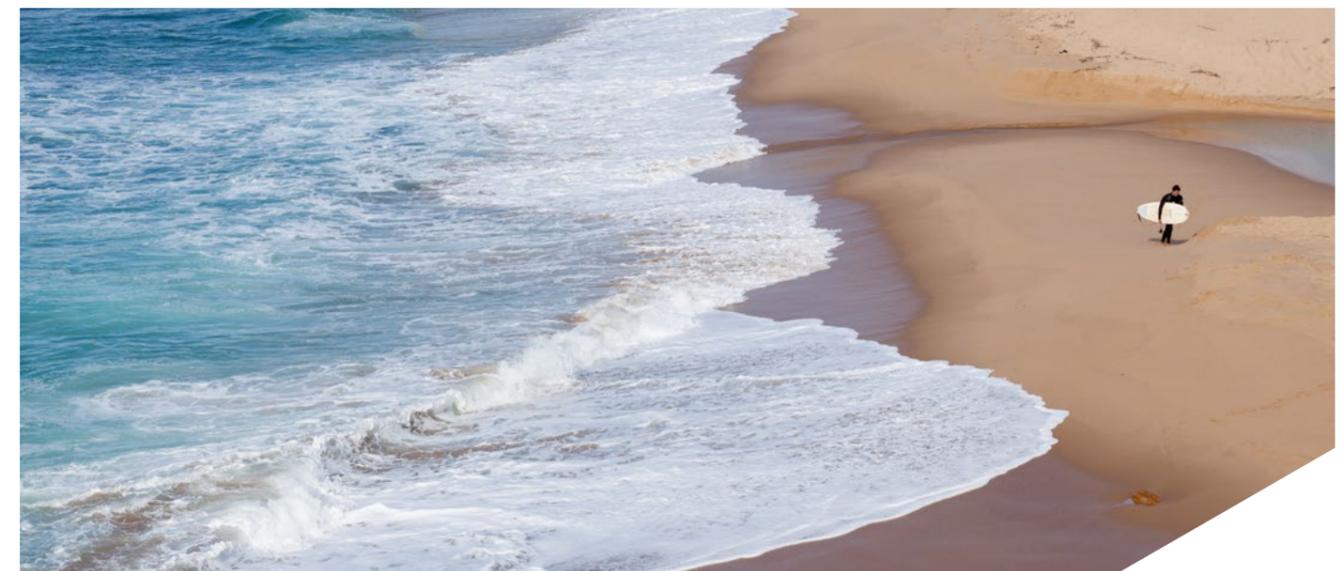
### 15) EFICIÊNCIA OPERACIONAL, PREVISTA NOS N.º 1, 2, E 3 DO ARTIGO 133.º DO DLEO 2023, E EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS PREVISTA NOS N.º 4 E 5 DO ART.º 133.º DO DLEO 2023.

PRC	2023 EXEC.	2023 ORÇ.	2022 EXEC.	2019 EXEC.	2023/2022		2023/2019	
					Δ ABSOL.	VAR. %	Δ ABSOL.	VAR. %
(0) EBITDA ajustado <sup>1</sup>	31 958 698,31	29 934 564,02	34 210 598,58	41 458 093,55	-2 251 900,27	-6,6%	-9 499 395,24	-22,9%
(1) CMVMC	4 480 548,14	4 367 800,54	3 987 412,32	3 132 269,83	493 135,82	12,4%	1 348 278,31	43,0%
(2) FSE	39 589 117,90	41 775 554,43	31 235 982,75	27 502 499,66	8 353 135,15	26,7%	12 086 618,24	43,9%
(3) Gastos com o pessoal <sup>2</sup>	15 046 762,48	15 286 624,82	14 299 427,42	11 842 891,20	747 335,06	5,2%	3 203 871,28	27,1%
(3.i) Relativos aos Órgãos Sociais	413 084,91	433 527,00	411 298,96	336 935,08	1 785,95	0,4%	76 149,83	22,6%
(3.ii) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	52 310,74	203 900,00	0,00	53 847,47	52 310,74	-	-1 536,73	-2,9%
(3.iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais	181 598,27	380 417,00	-385 229,62	-356 229,15	566 827,89	-147,1%	537 827,42	-151,0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos (3i), (3ii) e (3iv)	14 399 768,56	14 268 780,82	14 273 358,08	11 808 337,80	126 410,48	0,9%	2 591 430,76	21,9%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais	15 423 958,86	16 004 180,00	0,00		15 423 958,86			
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	43 692 469,66	45 425 799,79	49 522 822,49	42 477 660,69	-5 830 352,83	-11,8%	1 214 808,97	2,9%
(7) Volume de negócios (VN)	90 764 213,31	90 991 441,55	83 422 949,13	83 215 482,86	7 341 264,18	8,8%	7 548 730,45	9,1%
(7.i) Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(7.ii) Indemnizações compensatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	*
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7)+(8)	90 764 213,31	90 991 441,55	83 422 949,13	83 215 482,86	7 341 264,18	8,8%	7 548 730,45	9,1%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	48,14%	49,92%	59,36%	51,05%	-2,91 p.p.	-	-11,23 p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	51 837,43	39 798,00	63 151,98	123 750,68	-11 314,55	-17,9%	-71 913,25	245,9%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	3 625,83	10 000,00	7 472,76	9 105,81	-3 846,93	-51,5%	-5 479,98	432,3%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	1 032 967,78	1 051 287,00	987 717,00	756 693,69	45 250,78	4,6%	276 274,09	25,8%
(iv) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	32 164,31	22 738,00	20 686,19	105 072,54	11 478,12	55,5%	-72 908,23	-5,3%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	1 120 595,35	1 123 823,00	1 079 027,93	994 622,72	41 567,42	3,9%	125 972,63	30,5%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	408	460	416	378	-8	-1,9%	30	5,9%
N.º Órgãos Sociais (OS) <sup>3</sup>	10	10	10	9	0	0,0%	1	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	7	8	7	6	0	0,0%	1	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	391	442	399	363	-8	-2,0%	28	6,1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	56	55	57	61	-1	-2,0%	-5	6,1%
N.º de viaturas	149	150	147	144	2	1,4%	5	2,1%

(1) Resultado Operacional+Amortizações+Perdas por Imparidade-Subsídios ao Investimento-Desvio de Recuperação de Gastos.

(2) Gastos com pessoal corrigidos do efeito dos TPPE e subsídios à exploração.

(3) O n.º de Órgãos Sociais corresponde aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.



## A) PRC

No exercício de 2023, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é aferido por comparação com Plano de Atividades e Orçamento de 2023 (PAO 2023) aprovado em 30 de dezembro de 2023 pelo Despacho N.º 653/2023-SET.

O rácio, após serem excluídos os impactos de fatores de excecionalidade e de fatores de comparabilidade, aprovados pelo Despacho supramencionado, diminuiu 1,56 p.p. mostrando-se em cumprimento conforme se demonstra no quadro seguinte:

PRC	2023 EXEC.	2023 ORÇ.	2023/PAO 2023	
			Δ ABSOL.	VAR. %
(1) CMVMC	4 480 548,14	4 367 800,54	1 12 747,60	2,6%
(2) FSE	39 589 117,90	41 775 554,43	-2 186 436,53	-5,2%
(3) Gastos com o pessoal <sup>1</sup>	15 046 762,48	15 286 624,82	-239 862,34	-1,6%
(4) Gastos Operacionais	59 116 428,52	61 429 979,79	-2 313 551,27	-3,8%
(5) Fatores de Excecionalidade	-15 423 958,86	-16 004 180,00	580 221,14	-3,6%
Ações para reforço direto da Segurança Ambiental e de Saúde Pública	-2 675 584,35	-2 052 264,00		
Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestrutura	-3 977 277,09	-3 868 607,00		
Crise geopolítica - Reagentes e FSE	-1 527 775,56	-1 313 723,00		
Efeito do preço da Eletricidade	-6 663 055,41	-8 189 320,00		
Acordo de rendimentos	-580 266,45	-580 266,00		
(5) Fatores para efeitos de comparabilidade	-69 066,62	-276 798,00	207 731,38	-75,0%
Efeito IFRS 16	-69 066,62	-276 798,00		
(6) Gastos Operacionais Ajustados	43 623 403,04	45 149 001,79	-1 525 598,75	-0,2%
(7) Volume de negócios	90 764 213,31	90 991 441,55	-227 228,24	-0,2%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	48,06%	49,62%	-1,56 p.p.	

<sup>1</sup>Gastos com pessoal corrigidos do efeito dos TPPE e subsídios à exploração.

No que respeita ao cumprimento dos gastos com pessoal e do conjunto de encargos relativos a deslocações, ajudas de custo e alojamento, frota automóvel e contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023, tendo-se por referência os limites estipulados pelo Despacho n.º 623/2023-SET, de 30 de dezembro de 2023, que aprova o PAO2023, apura-se o seguinte:

GASTOS	2023 EXEC.	PAO 2023	2023/PAO 2023	
			Δ ABSOL.	VAR. %
Gastos com o pessoal <sup>1</sup>	15 046 762,48	15 286 624,82	-239 862,34	-1,6%
(i) Relativos aos Órgãos Sociais	413 084,91	433 527,00	-20 442,09	-4,7%
(ii) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	-
(iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	52 310,74	203 900,00	-151 589,26	-74,3%
Progressões	42 250,11	91 722,00		
Subsídios de Responsabilidade - Política Remuneratória da AdP	10 060,63	47 341,00		
Aplicação do Regime de Comissão de Serviço		64 837,00		
(iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais	181 598,27	380 417,00	-198 818,73	-52,3%
Absentismo	-398 668,18	-199 849,00	-198 819,18	99,5%
Atualização salarial	580 266,45	580 266,00	0,45	0,0%
(2) Gastos com o pessoal sem os impactos (i), (ii) (iii) e (iv)	14 399 768,56	14 268 780,82	130 987,74	0,9%
Conjunto de encargos				
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	51 837,43	39 798,00	12 039,43	30,3%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	3 625,83	10 000,00	-6 374,17	-63,7%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	1 032 967,78	1 051 287,00	-18 319,22	-1,7%
(iv) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	32 164,31	22 738,00	9 426,31	41,5%
(3) Total de encargos (i) + (ii) + (iii) + (iv)	1 120 595,35	1 123 823,00	-3 227,65	-0,3%

<sup>1</sup> Gastos com pessoal corrigidos do efeito dos TPPE e subsídios à exploração

## B) GASTOS COM PESSOAL

A alínea i) do Despacho n.º 623/2023-SET determina o limite de aumento até 0,987 milhões de euros, face a 2022, dos gastos com pessoal, limitando o total dos gastos no ano a 15,287 milhões de euros.

No apuramento efetuado em tais termos, verifica-se que o gasto incorrido em 2023 ascende a 15 milhões de euros, verificando-se com uma variação de menos 240 mil euros face ao valor aprovado, o que demonstra o cumprimento do limite aprovado.

## C) CONJUNTO DE ENCARGOS COM DESLOCAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO E ALOJAMENTO, OS ASSOCIADOS À FROTA AUTOMÓVEL E CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

A alínea iv) do Despacho n.º 623/2023-SET determina o limite de aumento de 44,8 mil euros, face a 2022, dos gastos com o conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias, limitando o total dos gastos no ano a 1 123,8 mil euros.

No apuramento efetuado em tais termos, verifica-se que o gasto incorrido em 2023 ascende a 1,121 milhões de euros, com uma variação de menos 3 mil euros face ao aprovado, o que demonstra o cumprimento do limite aprovado.

## 16) RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL (ARTIGO 131.º DO DLEO 2023 (DESPACHOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022 E 12 DE MAIO DE 2023, DOS SENHORES SECRETÁRIOS DE ESTADO DO TESOURO E DAS FINANÇAS))

A evolução do n.º de Recursos Humanos é descrita no quadro abaixo:

	2023 EXEC.	2023 ORÇ.	2022 EXEC	2023/2022	
				Δ ABSOL.	VAR. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	10	10	0,00	-
N.º Cargos de Direção (CD)	7	8	7	0,00	-
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	391	442	399	-8,00	-2%
<b>Total</b>	<b>408</b>	<b>460</b>	<b>416</b>	<b>-8,00</b>	<b>-2%</b>
N.º Trabalhadores /N.º CD	56	55	57	-1,14	-2%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	33 920	30 637	33 520	400,54	1%

A 31 de dezembro de 2023 a Tejo Atlântico contava com 398 trabalhadores (excluindo OS), menos 8 que em 2022.

As saídas em 2023 representaram uma poupança de cerca de 223 mil euros em 2023, tendo as novas admissões significado um custo de cerca de 191,4 mil euros. Assistiu-se assim a uma redução de custos de cerca de 31,5 mil euros.

Nos termos e para os efeitos previstos nos despachos de 15 de dezembro de 2022 do SET e de 12 de maio de 2023 do SEF a taxa de atualização da massa salarial foi a que segue no quadro abaixo:

DESPACHOS DE 15-12-2022 E 15-05-2023, SET E SEF	
Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - Tejo Atlântico	4,3%
Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - Grupo AdP	5,0%

## 17) PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO RJSPE, ARTIGO 105.º DA LOE 2023 E ARTIGO 91.º DO DLEO 2023)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

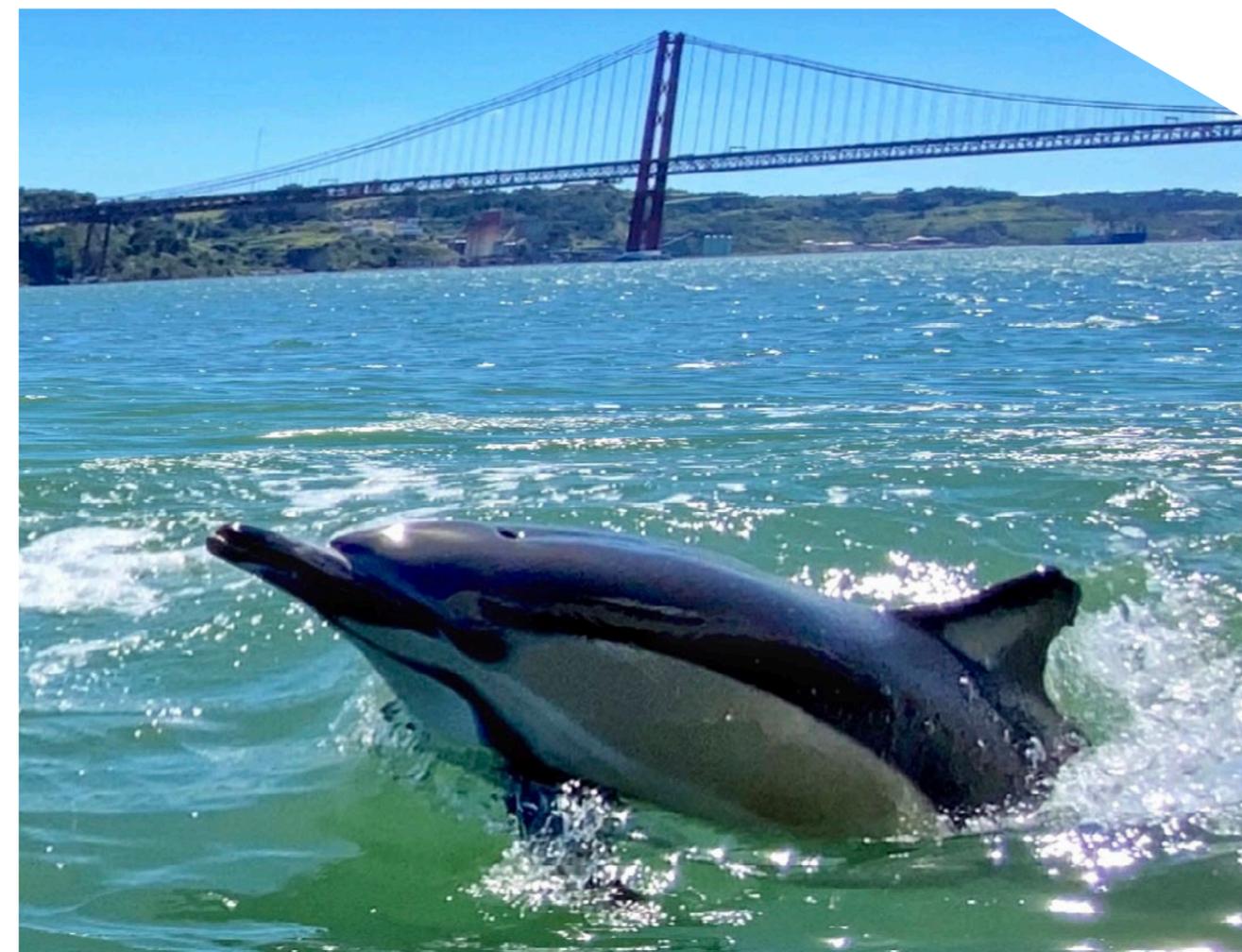
O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC n.º 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciadas sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

	1º TRIMESTRE €	2º TRIMESTRE €	3º TRIMESTRE €	4º TRIMESTRE €
BST	22 596,09	18 315,69	18 262,65	18 209,61
BPI	5 403,37	12 071,30	20 002,14	4 997,19
CGD	1 292 863,08	12 733,47	9 997,23	9 868,44
Novo Banco	10 567,39	7 135,03	12 547,65	4 111,10
Bankinter	30 193,08	58 433,13	83 517,36	4 996,88
BBV	3 248,17	2 339,89	1 436,41	532,93
BCP	9 827,58	9 775,29	9 723,60	9 671,61
<b>Total</b>	<b>1 374 698,76</b>	<b>120 803,80</b>	<b>155 487,04</b>	<b>52 387,76</b>
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00



## 18) DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à Empresa nos últimos três anos.

## 19) ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA, PREVISTA NOS ARTIGOS 66.º-B OU 508.º-G DO CSC, CONTENDO, NO MÍNIMO, A INFORMAÇÃO INDICADA NOS N.ºS 2 DOS MENCIONADOS ARTIGOS

A Empresa apresenta, nos capítulos de Segurança e Sustentabilidade Empresarial e de As Nossas Pessoas deste Relatório de Gestão, informação sobre questões ambientais e questões relativas a trabalhadores.

## 20) INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRAVA DIVULGADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 NO SÍTIO DA INTERNET DO SEE (PORTAL DA DGTF)

Conforme orientações da DGTF, a Tejo Atlântico não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

## QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais:

COL - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 2023	CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/ IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
<b>Objetivos de Gestão</b>			
Objetivos de gestão para o mandato 2023-2025			- Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Autonomia Energética (AE)	S	23,7%	Grau de attingimento: Superado
Produção de ApR (P/ArR)	S	10,5%	Grau de attingimento: Superado
Implementação do Plano AgIR	S	6	Grau de attingimento: Superado
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	S	98,4%	Grau de attingimento: Superado
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (PLMP)	S	79,6%	Grau de attingimento: Não Atingido
Eficiência de Gestão	S	-1,56 p.p.	Grau de attingimento: Superado
Respeito pelos prazos de pagamento	S	30	Grau de attingimento: Não Atingido
Água para Reutilização (ApR)	N/A		
Plano de Neutralidade Energética (NE)	N/A		
Plano de Lamas (PL)	N/A		
<b>Metas a Atingir constantes no PAO2023</b>			
Investimento	S	93,0%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Níveis de endividamento	S	-0,3%	Ponto 1 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	n.a.	-	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-5,0%	Ponto 3 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Evolução do PMP a fornecedores	S	-1,4%	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	-	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	n.a.	-	Não foram emitidas recomendações
Reservas emitidas na última CLC	n.a.	-	Não foram emitidas reservas
<b>Remunerações/honorários</b>			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	S	13 828,09 €	Reduções remuneratórias efetuadas em 2023
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2023 (se aplicável)	S	2 391,52 €	Reduções remuneratórias efetuadas em 2022
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2023 (se aplicável)	n.a.	-	A Empresa não tem Auditor Externo
<b>EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	Os membros do CA não dispõem de cartão de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	Não ocorreram reembolsos de despesas de representação pessoal
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	Ponto 8c do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	-	Ponto 8d do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	-	Ponto 10 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	-	Ponto 12 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	-	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	n.a.	-	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	n.a.	-	Ponto 13 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	-	Ponto 14 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>			
PRC	S	-	Ponto 15a do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Gastos com pessoal	S	-	Ponto 15b do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Conjunto de Encargos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento, os associados à Frota Automóvel e Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	S	-	Ponto 15c do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	98,52%	Percentagem de meios junto do IGCP a 31/12/2023
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	52 388 €	Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	n.a.	0,00 €	Ponto 17 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
Recomendações	n.a.	-	
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	-	Ponto 11 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Apresentação da demonstração não financeira	S	-	Ponto 19 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"

## PERSPETIVAS FUTURAS

Pela necessidade, coerência, pertinência e, de alguma forma, urgência da implementação da nossa estratégia "Inspirados pelo Futuro" ([https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas\\_base/s\\_empresa/\\_estrategiatejoatlantico-2023-2025-09.pdf](https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/s_empresa/_estrategiatejoatlantico-2023-2025-09.pdf)), a nossa convergência, e respetiva rapidez, com a visão que estruturamos de forma alargada na Tejo Atlântico só depende de nós.

Sabemos os inúmeros obstáculos que teremos de ultrapassar em 2024 para atingirmos alguns dos objetivos a que nos propusemos na nossa estratégia, alguns deles verdadeiramente difíceis. Contudo, a organização, capacidade, competência e vontade de trabalho em equipa da Tejo Atlântico serão a chave do sucesso desta caminhada a que nos propusemos conjuntamente.

No ano 2024 reunimos grandes expetativas no trabalho que estamos a desenvolver em busca de uma Tejo Atlântico mais sustentável, destacando:

- Foco no pilar estratégico do propósito e cultura da empresa reforçando os valores que nos unem;
- Transformação digital da empresa em vários processos garantindo que a informação de qualidade está disponível de forma transversal, eliminando silos organizacionais;
- Aceleração do processo de investimentos e sua coordenação com os vários processos de aumento de conhecimento do estado de condição dos ativos físicos e melhoria do mesmo;
- Evolução do processo de Manutenção com vista a uma organização preventiva em detrimento de uma atitude reativa;
- Desenvolvimento de vários processos de contratação de projetos transformadores da Tejo Atlântico, em particular na dimensão da neutralidade energética, reutilização de águas residuais e valorização de lamas.





# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2023, no montante de 7 012 015,51 € (sete milhões, doze mil e quinze euros e cinquenta e um cêntimos), apurado conforme explicitado na nota 33 das demonstrações financeiras (remuneração acionista), tenha a seguinte distribuição:

- **350 600,78 euros** (trezentos e cinquenta mil, seiscentos euros e setenta e oito cêntimos), para constituição da Reserva Legal;
- **6 661 414,73 euros** (seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e catorze euros e setenta e três cêntimos), para distribuição de Dividendos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico encerra a atividade do ano 2023 com um agradecimento a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para o cumprimento da missão da Empresa e dos seus objetivos de bem servir, destacando:

Os trabalhadores, cujos empenho, dedicação e profissionalismo constituem a base do sucesso alcançado, num cenário de exigência com o objetivo de fazer melhor, ser mais eficiente e sustentável;

O Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e o Senhor Secretário de Estado do Ambiente pelo interesse e apoio sempre manifestados;

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., pela importante colaboração prestada;

A Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelas orientações e confiança manifestados;

Aos Municípios e respetivos dirigentes e técnicos que, de forma proactiva, trabalharam em parceria com a Águas do Tejo Atlântico ao longo do ano;

As Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da Águas do Tejo Atlântico, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;

Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pela forma como acompanharam a atividade da Empresa;

Os diversos parceiros e *stakeholders* que contribuíram para o bom desempenho da Águas do Tejo Atlântico em 2023;

Os prestadores de serviços, consultores, fornecedores, projetistas, empreiteiros e as outras organizações que trabalharam com a Águas do Tejo Atlântico e, de uma forma geral, a todos aqueles que contribuíram para a Empresa alcançar os seus objetivos.

Com uma atividade de importância vital para a saúde e o bem-estar das populações, o ambiente e a sustentabilidade da região servida, a Águas do Tejo Atlântico continuará a cumprir a sua missão com responsabilidade e ambição para alcançar os novos desafios sociais.

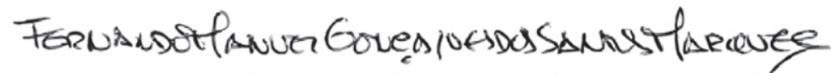
### O Conselho de Administração

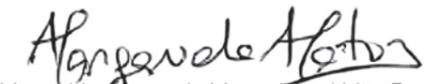
  
Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

  
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

  
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

  
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

  
Fernando Manuel Goncalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

  
Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

  
Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

# ANEXO AO RELATÓRIO EMPREITADAS EM DESTAQUE NO ANO DE 2023

## EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO PARA REMODELAÇÃO DA ETAR DE ARRUDA DOS VINHOS

- Empreiteiro: GR4PT, S.A.
- Valor de Adjudicação: 4.823.280,00 €
- Prazo de Execução: 720 dias
- Data de Consignação: 10 de julho de 2023

A empreitada compreende uma remodelação profunda da ETAR de Arruda dos Vinhos, ficando a instalação dimensionada para uma população de 20 mil habitantes e um caudal de 3.100 m<sup>3</sup>/dia. As intervenções compreendem: (1) Linha Líquida: Pré-Tratamento dos efluentes (tamisação, desarenação e desengorduramento; equalização e homogeneização; flotação por ar dissolvido para o afluente da EE de Cardosas); Tratamento Secundário (tratamento biológico por lamas ativadas; remoção de azoto e fósforo); (2) Linha Sólida: espessamento de lamas; armazenamento de lamas mistas; desidratação mecânica; silo de armazenamento de lamas desidratadas; (3) Produção de Água de Serviço: filtração; desinfecção; (4) Linha de Desodorização: ventilação e extração de gases; tratamento de gases.

O Projeto é realizado utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modelling*), naquele que é o primeiro trabalho da Empresa integralmente desenvolvido desta forma.

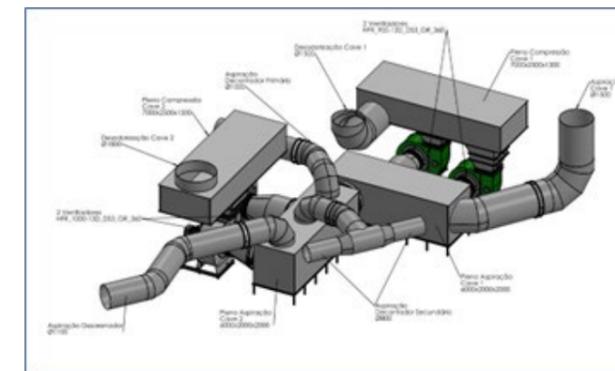


## EMPREITADA DE CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO PARA A BENEFICIAÇÃO DO SISTEMA DE VENTILAÇÃO E DESODORIZAÇÃO DA FÁBRICA DE ÁGUA DA GUIA – FASE LÍQUIDA

- Empreiteiro: Ambiflow – Soluções de Engenharia, Lda.
- Valor de Adjudicação: 487.490,00 €
- Prazo de Execução: 180 dias
- Data de Consignação: 21 de outubro de 2022

A empreitada incidu em dois eixos principais: a intervenção em “plenums” de ventilação e a intervenção a nível da rede de água descalcificada nas torres de lavagem, nomeadamente, no pré-tratamento: substituição dos “plenums” de ventilação por um novo pleno de aspiração e um outro de compressão; na ETFL: instalação de dois novos “plenums” de aspiração e de dois “plenums” de compressão,

incluindo registos e válvulas anti-retorno; nas torres de lavagem: remoção das tubagens de aço carbono e multicamada, substituição do meio de enchimento das seis torres, substituição de aspersores e rampas de aspersão e execução de novos circuitos de água descalcificada.



## EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO EMISSÁRIO DE PORTO SALVO E CÂMARAS DE VISITA DO EMISSÁRIO DO JAMOR

- Empreiteiro: SADE - Compagnie Générale de Travaux d'Hydraulique
- Valor de Adjudicação: 897.132,41 €
- Prazo de Execução: 365 dias
- Data de Consignação: 31 de dezembro de 2022

A empreitada compreendeu as seguintes intervenções de correção de patologias estruturais e operacionais: no Emissário de Porto Salvo: reparação e reconstrução de 34 câmaras de visita e substituição de tubagem de PEAD DN200, DN315, DN400 e DN500, nas extensões de 129m, 165m, 128m e 761m, respetivamente; no Emissário do Jamor: reconstrução de 2 câmaras de visita, no Parque Urbano Felício Loureiro, e reabilitação, pelo método de encamisamento (*Cured in Place Pipe*), de 8 troços de tubagem, numa extensão de 421m.



## EMPREITADA DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE SISTEMA DE AREJAMENTO PARA A FA DE BEIROLAS

- Empreiteiro: NBS - Engenharia & Construção, Lda.
- Valor de Adjudicação: 664 997,60 €
- Prazo de Execução: 210 dias
- Data de Consignação: 9 de março de 2022

A empreitada compreendeu a substituição do sistema de difusão de ar das duas linhas de arejamento da FA de Beirolas, de dois compressores de ar, das válvulas modeladoras de caudal instaladas nas rampas de arejamento, a instalação de instrumentação, e a atualização do modo de funcionamento e do sistema de supervisão associado.



## EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO SISTEMA PNEUMÁTICO DE TRANSPORTE DE GRADADOS E AREIAS DA FA DA GUIA – FASE LÍQUIDA

- Empreiteiro: NBS - Engenharia & Construção, Lda.
- Valor de Adjudicação: 2 290.544,76 €
- Prazo de Execução: 360 dias
- Data de Consignação: 6 de julho de 2022

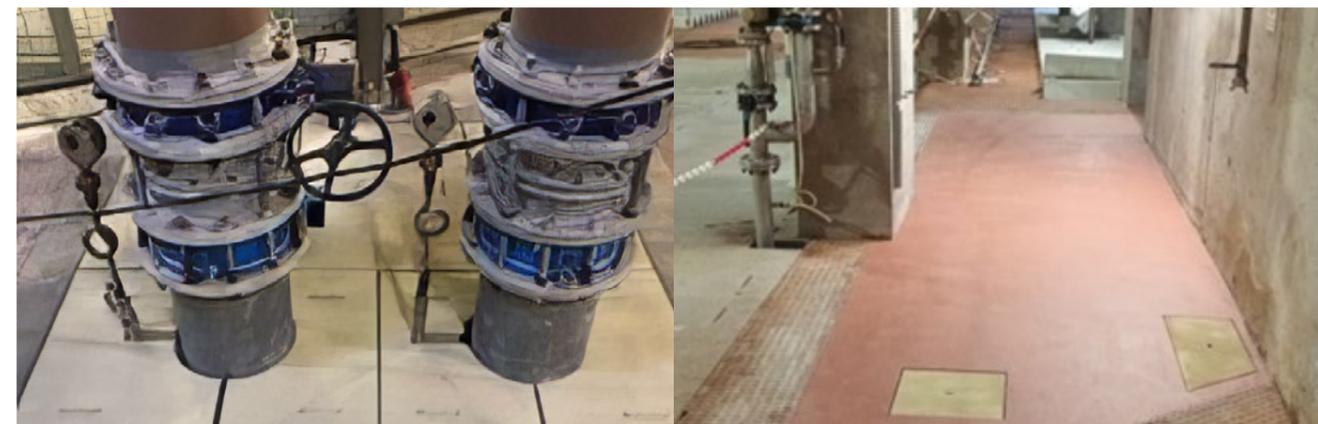
A intervenção correspondeu à substituição integral de equipamentos que constituem o Sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guia, Fase Líquida, consistindo: na substituição dos parafusos transportadores dos gradados, reposicionamento da 3.ª grade e instalação de novo parafuso de “backup”; substituição de 3 canhões de ar existentes e instalação do 4.º canhão de ar; adaptação do recinto dos canhões de ar e implementação de sistema CCTV; substituição das 3 condutas de elevação e instalação da 4.ª conduta; substituição de 4 ciclones e 3 compactadores; reabilitação da sala de recolha de gradados; substituição do compressor e realocização dos reservatórios de ar comprimido, com volume de 15 m<sup>3</sup> e instalação de novo sistema de tubagem de ar comprimido.



## EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE TAMPAS NA FÁBRICA DE ÁGUA DA GUIA – FASE LÍQUIDA – FASE 2 – TAMPAS T1 A T3

- Empreiteiro: Protecnil - Sociedade Técnica de Construções, S.A.
- Valor de Adjudicação: 149 052,15 €
- Prazo de Execução: 150 dias
- Data de Consignação: 9 de dezembro de 2022

A empreitada compreendeu a substituição de tampas existentes na Fábrica de Água da Guia, promovendo a melhoria das condições de segurança da instalação, com soluções adaptadas às tarefas de rotina da operação. Foi contemplado o fornecimento e colocação de tampas metálicas (aço inox) e respetiva reabilitação das bordaduras de assentamento das mesmas, assim como a substituição de tampas existentes por pré-lajes em betão e posterior reforço e acabamento com lâmina de betão de compressão.



## EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DE VALE DA BORRA

- Empreiteiro: Submerci - Construção e Urbanizações, Lda.
- Valor de Adjudicação: 441 000,00 €
- Prazo de Execução: 270 dias
- Data de Consignação: 25 de novembro de 2022

A empreitada compreende a construção do sistema elevatório que permitirá o encaminhamento das águas residuais produzidas na povoação de Casais de Vale da Borra, já provida de rede de drenagem de águas residuais, para tratamento na ETAR da Maceira. O sistema é constituído por uma estação elevatória para o caudal de 5,5 l/s, coletor gravítico e conduta elevatória, abrangendo 630 m de tubagem de PPC DN250 e 1312 m de tubagem de PEAD DN110.



## EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA AZAMBUJEIRA

- Empreiteiro: Submerci - Construção e Urbanizações, Lda.
- Valor de Adjudicação: 595 000,00 €
- Prazo de Execução: 270 dias
- Data de Consignação: 25 de janeiro de 2023

A empreitada compreende a construção do sistema elevatório que permitirá o encaminhamento das águas residuais produzidas na freguesia de Azambujeira para a ETAR existente em São João da Ribeira. O sistema é constituído por uma estação elevatória para o caudal de 6,8 l/s, coletor gravítico e conduta elevatória, abrangendo 490 m de tubagem de PVCC DN200 e 3160 m de tubagem de PEAD DN125.



## ALCÂNTARA - LIGAÇÃO A AMADORA / BENFICA - FASE I E FASE II - BACIA DE ANTI-POLUIÇÃO. INFRAESTRUTURA INTEGRADA NA "EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TÚNEIS DE DRENAGEM DA CIDADE DE LISBOA E INTERVENÇÕES ASSOCIADAS", PROMOVIDA PELO MUNICÍPIO DE LISBOA

- Empreiteiro: Consórcio Mota-Engil / Spie Batignolles
- Valor do Protocolo: 9 100.000,00 €

A empreitada, promovida pelo Município de Lisboa no âmbito do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, inclui, através de protocolo com a Tejo Atlântico, a construção da bacia anti-poluição de Monsanto, a qual permitirá o armazenamento dos caudais poluentes, provenientes do Caneiro de Alcântara, associados às primeiras chuvadas (*first flush*), durante eventos de pluviosidade, para posterior encaminhamento e tratamento adequado na ETAR de Alcântara.



# RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

## Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

### 1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2023.

### 2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

### 3. Parecer

Face ao acima exposto, nada chegou ao nosso conhecimento que inviabilize uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Lisboa, ao primeiro dia do mês de março de 2024

Os Administradores Não Executivos

Adriana Reais Pinto

Fernando Marques

Margarida Matos

Ricardo Bastos

## ANEXO AO RELATÓRIO – LISTA DE ACIONISTAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2023:

	CAPITAL SUBSCRITO			CAPITAL SOCIAL REALIZADO
	TOTAL DE AÇÕES SUBSCRITAS (N.º)	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	% TOTAL DE CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921
Alcobaça	899 856	899 856	0,79%	899 856
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244
Lisboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623
Vila Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638
Ações próprias da Sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433
<b>TOTAL</b>	<b>113 527 680</b>	<b>113 527 680</b>	<b>100%</b>	<b>113 527 680</b>



**AS CONTAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**DO EXERCÍCIO DE 2023**

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos intangíveis	5.3	419 141 698	428 208 261
Ativos fixos tangíveis	6.3	573 803	260 407
Ativos sob direito de uso	7.3	108 774	223 355
Outros ativos financeiros	8.2	33 428	29 936
Impostos diferidos ativos	31.2	57 768 053	57 326 038
Clientes	10.3	-	21 472
<b>Total dos ativos não correntes</b>		<b>477 625 757</b>	<b>486 069 469</b>
<b>Ativos correntes</b>			
Inventários	12.2	3 740 348	3 549 880
Clientes	10.3	16 341 967	12 157 330
Outros ativos correntes	11.2	2 635 954	2 294 563
Outros ativos financeiros	8.3	55 013 154	-
Caixa e seus equivalentes	13.2	7 310 052	74 846 369
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>85 041 475</b>	<b>92 848 141</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>562 667 232</b>	<b>578 917 610</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	14.2	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	14.2	(2 521 433)	(2 521 433)
Reservas Legais	14.4	1 487 596	1 207 547
Resultado líquido do exercício	14.4	7 012 016	5 600 976
<b>Total do capital próprio</b>		<b>119 505 858</b>	<b>117 814 769</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	15.3	539 324	204 492
Acréscimos de gastos de investimento contratual	16.2	104 597 430	110 486 524
Subsídios ao investimento	17.2	111 884 190	116 667 042
Empréstimos	18.2	158 085 678	173 266 902
Passivos da locação	7.4	78 146	48 060
Fornecedores e outros passivos não correntes	19.2	692 917	1 099 018
Impostos diferidos passivos	31.2	13 902 971	14 759 219
Desvio de recuperação de gastos (Superavit tarifário)	9.3	14 727 578	11 944 137
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>404 508 233</b>	<b>428 475 394</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos	18.2	15 654 441	14 856 217
Passivos da locação	7.4	34 879	76 727
Fornecedores e outros passivos correntes	19.2	22 943 200	17 310 194
Imposto sobre o rendimento do exercício	31.2	20 620	384 309
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>38 653 140</b>	<b>32 627 447</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>443 161 374</b>	<b>461 102 841</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>562 667 232</b>	<b>578 917 610</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
Rédito de contratos com clientes	21.2	90 764 213	83 422 949
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	21.2	17 204 384	13 696 300
Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos	9.3 e 21.2	(2 573 211)	(4 560 590)
Défice/(Superavit) tarifário de recuperação de gastos- ano anterior	9.3	(210 230)	(460 419)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	22	(17 204 384)	(13 696 300)
Gasto das vendas	12.2 e 22	(4 480 548)	(3 987 412)
Fornecimentos e serviços externos	23	(39 589 118)	(31 235 983)
Gastos com pessoal	24	(13 839 418)	(13 374 322)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(20 698 179)	(20 676 082)
Provisões e reversões do exercício	26	(334 832)	(204 492)
Perdas por imparidade e reversões do exercício	10.3	183	(183)
Subsídios ao investimento	17.2	4 812 852	4 760 397
Outros gastos e perdas operacionais	27	(938 330)	(829 026)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	41 899	214 392
<b>Resultados operacionais</b>		<b>12 955 281</b>	<b>13 069 230</b>
Gastos financeiros	29	(4 772 239)	(5 677 067)
Rendimentos financeiros	30	1 148 531	14 286
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(3 623 708)</b>	<b>(5 662 781)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>9 331 573</b>	<b>7 406 449</b>
Imposto do exercício	31.2	(3 617 821)	(3 968 045)
Imposto diferido	31.2	587 282	854 277
Imposto Diferido sem desvio tarifário	31.2	710 981	1 308 294
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>7 012 016</b>	<b>5 600 976</b>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	14.3	<b>0,06</b>	<b>0,05</b>
<b>Resultado integral por ação (básico e diluído)</b>	14.3	<b>0,06</b>	<b>0,03</b>

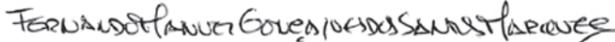
### O Conselho de Administração

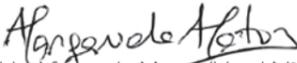
  
Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

  
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

  
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

  
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

  
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

  
Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

  
Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

### A Contabilista Certificada

  
Maria Leonor de Oliveira Pinto

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido do exercício	7 012 016	5 600 976
Rendimento integral	7 012 016	5 600 976

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVA LEGAL	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2021	113 527 680	(2 521 433)	1 020 039	3 750 162	115 776 448
Aplicação do resultado líquido do exercício 2021			187 508	(187 508)	-
Dividendos atribuídos				(3 562 654)	(3 562 654)
Resultado líquido do exercício 2022				5 600 976	5 600 976
Saldo a 31 de dezembro de 2022	113 527 680	(2 521 433)	1 207 547	5 600 976	117 814 769
Aplicação do resultado líquido do exercício 2022			280 049	(280 049)	-
Dividendos atribuídos				(5 320 927)	(5 320 927)
Resultado líquido do exercício 2023				7 012 016	7 012 016
Saldo a 31 de dezembro de 2023	113 527 680	(2 521 433)	1 487 596	7 012 016	119 505 858

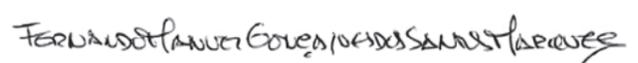
### O Conselho de Administração

  
Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

  
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

  
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

  
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

  
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

  
Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

  
Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

### A Contabilista Certificada

  
Maria Leonor de Oliveira Pinto

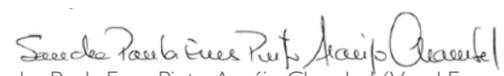
## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

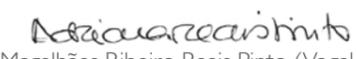
	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		101 262 249	94 743 341
Pagamentos a fornecedores		(52 027 755)	(42 794 117)
Pagamentos ao pessoal		(14 746 869)	(13 214 521)
Pagamento/Recebimento do IRC		(4 334 897)	(3 594 060)
Outros Pagamentos/Recebimentos		(4 603 495)	(5 209 513)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		25 549 234	29 931 131
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos de ativos intangíveis	5.3	2 328	-
Recebimentos de subsídios de investimento	17.2	87 051	14 847
Recebimentos de juros e rendimentos similares		571 401	2 217
Apoio de Tesouraria à AdP-SGPS	8.3	(55 000 000)	-
Pagamentos de dividendos	14.4	(4 782 722)	(3 202 296)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		(572 796)	(107 471)
Pagamentos de ativos intangíveis		(14 083 628)	(13 786 356)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(73 778 365)	(17 079 060)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de capital de passivos de locação	7	(73 554)	(373 862)
Pagamentos de empréstimos obtidos	18	(14 490 718)	(12 978 343)
Pagamentos de juros e gastos similares		(4 726 555)	(5 076 139)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(19 290 827)	(18 428 344)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(67 519 958)	(5 576 273)
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13.2	74 829 742	80 406 015
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13.2	7 309 785	74 829 742
		(67 519 958)	(5 576 273)

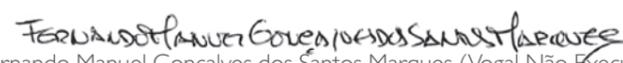
### O Conselho de Administração

  
Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

  
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

  
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

  
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

  
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

  
Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

  
Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

### A Contabilista Certificada

  
Maria Leonor de Oliveira Pinto

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. INFORMAÇÃO GERAL

#### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante também designada Sociedade, Empresa ou AdTA), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, responsável pela gestão e pela exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo, e por um prazo de 30 anos, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, na Avenida de Ceuta, em Lisboa.

São acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A.:

ACIONISTAS	ACÇÕES A SUBSCRITAS	ACÇÕES B SUBSCRITAS	ACÇÕES SUBSCRITAS	CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO	% CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912		57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921		2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856		899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003		384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542		55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735		346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998		107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253		123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244		614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708		8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165		302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724		273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237		131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433		2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004		386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768		183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438		57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623		711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638		2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433		2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

A Sociedade tem como objeto a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,4 milhões de habitantes, abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

## 1.2. ATIVIDADE ECONÓMICA

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

### Oportunidades de expansão da atividade

A AdTA tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando abranger-se cerca de 2,6 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da Sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A Sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A Sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.os 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas Sociedades extintas;
- Na sequência da alteração operada ao Decreto-Lei n.º 92/2013 por intermédio do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a atividade de produção e disponibilização de água para reutilização a partir do tratamento de efluentes passou a ser considerada como uma atividade principal, ou seja, integrada no objeto da concessão, integrando, assim, o núcleo das atividades integradas nas missões de serviço público que impendem sobre a Sociedade.

### 1.2.1 ATIVIDADE REGULADA

O modelo dos contratos de concessão criado para os sistemas multimunicipais possui as seguintes características:

- I. As infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela Sociedade concessionária;
- II. O financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios europeus a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos;
- III. Os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco.

A Águas do Tejo Atlântico, S.A., desenvolve a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os respetivos estatutos, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da Sociedade reside no escrutínio que a entidade reguladora efetua sobre a proposta de tarifa ou rendimentos tarifários a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores,

bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pelo artigo 428.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021, o poder de aprovação das tarifas ou rendimentos tarifários nos sistemas multimunicipais relativos aos serviços de águas, como é o caso do sistema cometido à exploração e à gestão da AdTA, é da titularidade do concedente, sem prejuízo da prévia emissão de parecer pela ERSAR sobre a proposta tarifária da concessionária que deve ser formulada nos termos das recomendações tarifárias a aprovar pela entidade reguladora.

Ainda assim, o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou a AdTA, estabeleceu os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores no primeiro período tarifário, que constitui um período de convergência tarifária (2017 a 2026).

Por via do Contrato de Concessão, a ERSAR passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do DRG (desvio de recuperação de gastos) que a AdTA pode registar nas suas contas anuais. Este facto confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A AdTA está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e à ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano, no que respeita à qualidade da água para consumo humano.

ATIVIDADE	PRAZO	PERÍODO	REMUNERAÇÃO AÇIONISTA (TAXA)	INCIDÊNCIA
Saneamento (concessão)	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	Capital Social+ Res. Legal
			OT 10 anos	Remuneração em dívida

## 1.3. O EXERCÍCIO DE 2023 DA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO

O ano de 2023 é verdadeiramente o primeiro ano da era pós-covid. Contudo, de forma imprevisível, às consequências da era COVID veio sobrepor-se o efeito da guerra na Ucrânia e os impactos que daí advieram. Este foi o cenário do início de 2023, com um contexto ainda mais complexo, mais multifacetado e muito desafiante. A crise da energia, o aumento dos preços das matérias-primas e da mão de obra, que gera um crescimento exponencial dos preços das empreitadas e dos serviços, as dificuldades crescentes de reter e contratar recursos humanos competentes, num cenário já de insuficiência de recursos, são situações que marcam o ano de 2023, e que se refletirão nos anos vindouros.

Destaca-se novamente o empenho das equipas operacionais que mantêm em funcionamento os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, 365 dias por ano e 24 horas por dia, que executam a suas tarefas com empenho e profissionalismo, não obstante as condições adversas, evitando a interrupção do serviço.

No ano de 2023 focámos as prioridades em diferentes tipologias de ação, que resultam em esforços distintos e igualmente distintos resultados:

### Organização interna

Ao nível da organização interna, destaca-se a aprovação do novo organograma da Empresa, bem como proposta de reorganização de diversas funções em diversas unidades orgânicas, a fim de reforçar os meios humanos em determinadas áreas críticas para a segurança das operações e para a execução de processos contínuos essenciais para o desenvolvimento de uma gestão sustentável dos ativos infraestruturais.

Fruto da reorganização das diversas unidades orgânicas, a empresa iniciou igualmente uma reavaliação de toda a sua estrutura operacional, com especial enfoque na Operação e Manutenção (direções nas quais estão concentrados 63% dos trabalhadores da Empresa), procedendo a avaliação de turnos diários, rotas de operação, sinergias entre centros operacionais, entre outras medidas. Este trabalho está a ser desenvolvido com base num trabalho de consultoria desenvolvido pela consultora de referência internacional Korn Ferry ([www.kornferry.com](http://www.kornferry.com)) tendo desenvolvido para o Grupo AdP um modelo de estimativa de necessidades de recursos com base em benchmarking nacional e internacional.

A eficiência e eficácia de processos, ativos físicos e humanos são prioridades estratégicas da Empresa, estando em curso um conjunto de modificações organizacionais que permitam criar mais sinergias e utilizar melhor os recursos disponíveis.

## Segurança

O trabalho de melhoria das condições de trabalho, de saúde e de segurança continuou a ser uma prioridade em 2023, fruto de atraso nas intervenções identificadas como necessárias em 2020, nomeadamente a execução das medidas constantes do Plano de Reforço de Segurança da Empresa para eliminar os riscos de colapso nas infraestruturas e, conseqüentemente, continuar a evolução prevista para níveis de segurança compatíveis com a atividade operacional da Empresa. Considerando o passivo de manutenção, a fim de salvaguardar a funcionalidade dos ativos e otimizar os respetivos custos do ciclo de vida, manteve-se, no ano de 2023, a prestação de serviços externos de manutenção concretizadas em 2022.

Na atividade operacional, importa assinalar o importante esforço das equipas no desenvolvimento do Plano Estratégico para Cumprimento dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (PECTURH), trabalho iniciado em 2021, para o qual foi necessária a contratação de reforço de monitorização do desempenho ambiental das nossas ETAR, bem como a modelação de impacto das mesmas nas massas de água, tendo como resultado a emissão de licenças por parte da autoridade ambiental, reconhecendo a adequação da maior parte dos valores limites de emissão (VLE) atuais, sem necessidade de esforço adicional de reestruturação das suas infraestruturas o que permitiu a empresa não avançar para investimentos avultados de aumento de capacidade de tratamento.

Não obstante, recorde-se que a proposta de revisão da DARU, apresentada pela Comissão Europeia em outubro de 2022, ao impor restrições aos níveis de tratamento das águas residuais urbanas, implicará a revisão em alta dos investimentos, bem como dos gastos operacionais associados e indispensáveis para o cumprimento desse e ambicioso novo instrumento regulatório quando aprovado pelo Conselho Europeu.

## Eficiência

No âmbito operacional, destaca-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, nos diversos Centros Operacionais, com resultados:

- Na redução em 6,4 % do consumo específico de energia, destacando-se o CO de Beirolas e S. João da Talha e CO de Chelas, com reduções na ordem dos 17% e 14% respetivamente;
- Na redução em 21,4% do consumo específico de reagentes em kg/m<sup>3</sup> face a 2022;
- Na redução em cerca de 43% do consumo de água potável face a 2022, tendo em conta um grande consumo registado nesse ano no CO da Costa do Estoril;
- No aumento da produção de energia em 8%, destacando-se o CO de Chelas, com um aumento na ordem das 4x, explicado pela empreitada de beneficiação da instalação de Chelas em que foram substituídos os cogeneradores (por já estarem obsoletos), tendo os novos cogeneradores entrado em produção em outubro de 2022, desta forma no ano de 2022 apenas existiu produção de energia da cogeração de outubro a dezembro. Destaca-se ainda o CO de Frielas com um aumento de 23,7% devido a melhorias na produção de energia. Ainda no âmbito da produção de energia em 2023 entrou em produção na FA de Beirolas uma central fotovoltaica a partir do mês de abril;
- No aumento de utilização de ApR em cerca de 11%, face a 2021.

Ainda no âmbito operacional, salienta-se em 2023 a continuidade de iniciativas estruturantes de otimização operacional e de reabilitação de ativos, na Fábrica da Água da Guia. Destacam-se os bons resultados obtidos na evolução dos indicadores operacionais, que confirmam a necessidade das intervenções iniciadas em 2022. Salienta-se ainda o arranque do processo de elaboração do Plano de Ação da Guia do Futuro, que se iniciou no segundo semestre de 2022, cujo objetivo é delinear as soluções de futuro para esta instalação, para que seja uma referência na perspetiva integrada da circularidade no saneamento.

## Resiliência

O arranque do Plano de Ação para a Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste para o período 2022-2025, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021, de 31 de dezembro, que teve início em 2022, marcou também 2023.

O trabalho sistemático de grande proximidade com os municípios e as indústrias, no âmbito do Plano de Ação AgIR, encontra-se em pleno desenvolvimento. O programa é financiado pelo Fundo Ambiental, para contratação de equipas externas, equipamentos e serviços técnicos de apoio à implementação do Plano.

Em 2023, foram rececionados os equipamentos de apoio e contratualizados os serviços técnicos, com os quais se iniciaram os diversos trabalhos no terreno, nomeadamente o levantamento das redes, as campanhas de amostragem e de medição de caudal, a monitorização de pontos relevantes quer nas redes de drenagem, quer nas indústrias, hospitais e ETARI.

Deu-se continuidade a todo o trabalho iniciado em 2022 de recolha, compilação da informação de base, produção de documentação técnica, geral e de organização, a atualização da informação cadastral no SIG AgIR, com particular incidência nos 6 municípios englobados na Fase 1 do AgIR. Encontram-se, em fase de integração, 6 novos municípios e as respetivas indústrias da Fase 2.

Proseguiram as reuniões técnicas com os municípios, as visitas técnicas às indústrias, procurando recolher a informação necessária que permita prestar apoio à definição de novas soluções no processo produtivo industrial e/ou de Pré-Tratamento de Águas Residuais Industriais e dos respetivos efluentes gerados onde estão, também, incluídas recomendações de boas práticas operacionais, propostas de medidas de eficiência 360° com vista a melhorar o desempenho hídrico, energético e material das indústrias.

Foi desenvolvido um trabalho de acompanhamento sistemático com indústrias, que apresentam impacto muito significativo nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente na FA que recebe os seus efluentes e com os quais se celebrou, ou encontra-se em vias de celebrar um Protocolo Quadripartido.

Iniciou-se o ciclo de Formações AgIR no domínio dos efluentes industriais – ProÁguas Indústria, à medida para os técnicos dos sistemas municipais e das indústrias, tendo sido concretizadas 2 Edições, em 2023.

Em 2023 iniciou-se igualmente a elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tendo presente o enorme impacto que os eventos extremos, em particular de pluviosidade, apresentam para uma empresa como a Tejo Atlântico responsável pela drenagem e tratamento de águas residuais em zona urbana com elevado risco de inundação, com impacto na segurança de bens e pessoas.

## Novas atividades

A valorização de recursos continua a ser uma prioridade da Empresa, pelo que, em 2023, foram dados passos importantes na preparação das novas atividades de gestão de biolamas e de reutilização de águas residuais, sem que os mesmos tenham resultado em aumento significativo de VN ou em redução de gastos dado estarem em fase de preparação.

O Plano de Biolamas integra soluções otimizadas de tratamento de lamas, tendo em vista, por um lado, a redução da produção de resíduos e, por outro lado, a maximização da sua valorização. Este projeto é uma componente da estratégia de transformação das instalações de tratamento do Tejo Atlântico em verdadeiras fábricas de recuperação e valorização de recursos, assentes num modelo de circularidade e de descarbonização do ciclo urbano da água. Em 2022, foi pedida autorização ao concedente para a execução dos investimentos em instalações de valorização de lamas, tendo-se em 2023 dado início à preparação dos processos de contratação das empreitadas.

Em 2023, verifica-se a contínua procura pela água para reutilização (ApR) quer pelos municípios parceiros da Empresa, quer pelos setores agrícola (associação de regantes) e do turismo (campos de golfe), na área de concessão da Águas do Tejo Atlântico.

Recorda-se a rega dos jardins do Parque das Nações da Zona Norte, em parceria com Câmara Municipal de Lisboa, projeto iniciado em 2022.

No que respeita a intervenções realizadas e aos estudos e projetos iniciados em 2023, destacam-se:

- Execução da Ampliação da produção de ApR, a partir da FA de Beirolas, para a rega do recinto das JM23, com um caudal de dimensionamento de 3.000 m<sup>3</sup>/d de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA do Casalinho, para a rega do campo de golfe West Cliffs, com um caudal de dimensionamento de 136.500 m<sup>3</sup>/ano de classe B.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Chelas, Alcântara e Beirolas, para a rega de espaços verdes em Lisboa, com um caudal de dimensionamento de 4.000.000 m<sup>3</sup>/ano de classe A.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir das FA de Alcântara, Chelas, Frielas e Guia, para abastecimento a camiões municipais, com caudais de dimensionamento de 119.040 m<sup>3</sup>/ano, 36.500 m<sup>3</sup>/ano, 36.500 m<sup>3</sup>/ano, 28.250 m<sup>3</sup>/ano, respetivamente.
- Em desenvolvimento - Produção de ApR, a partir da FA de Frielas, para aproveitamento hidroagrícola, com um caudal de dimensionamento de 4.500.000 m<sup>3</sup>/ano de classe B. Projeto em parceria com a DGADR.
- Em desenvolvimento - Abastecimento de ApR, a partir da FA Frielas ao estádio do Infantado, com um caudal de dimensionamento de 100 m<sup>3</sup>/h.

Todos estes projetos constituem um aumento da atividade da Empresa, em estrito cumprimento do regime jurídico consagrado no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, assumindo particular preponderância para o desenvolvimento da atividade.

A gestão de energia tem sido também uma prioridade da Empresa. Em 2022 tiveram início as empreitadas de instalação de painéis fotovoltaicos nos subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas. O sistema de gestão de energia (SGE), que está certificado, é um instrumento essencial na monitorização e decisão sobre as intervenções a realizar quer no domínio da produção de energia verde, quer no domínio da eficiência energética, projeto igualmente prioritário em 2023.

O programa de otimização da produção de energia a partir do biogás produzido nas FA teve desenvolvimentos em 2023, sendo que as FA de Chelas e a FA de São João da Talha tiveram intervenções centradas na maximização da produção de biogás.

Considerando a certificação do sistema de Gestão de Ativos, no âmbito da Norma ISO 55001 para as instalações nos Subsistemas de Alcântara, Guia e Santa Cruz, obtida em 2022, a Empresa está fortemente comprometida com a implementação de uma ação transversal robusta e em contínua evolução para a gestão sustentável dos seus ativos infraestruturais. Esta foi e continuará a ser uma prioridade da Empresa, continuando o iniciado em 2021 e 2022, durante os quais foram desenvolvidas e utilizadas ferramentas de planeamento e de análise da criticidade e do risco infraestrutural. Estes avanços concretizados foram já integrados nos processos de tomada de decisão para priorização de investimentos a realizar nos próximos anos. No entanto, será difícil avançar sistematicamente com o processo de inspeções se se mantiver a exiguidade de recursos, o que terá de ser ultrapassado para que este processo central na gestão de ativos seja efetivamente concretizado.

### Digitalização das operações

A Empresa continua empenhada na elaboração e implementação do Plano de Transição Digital da Águas do Tejo Atlântico, iniciado em 2022, mas que tem progredido muito mais lentamente do que previsto nessa data decorrente de dificuldades diversas ao nível dos recursos humanos disponíveis, mas também dificuldade de contratação de prestações de serviço que supram as necessidades básicas nesta área.

O nível de maturidade digital da Empresa é manifestamente insuficiente para uma entidade da dimensão e complexidade da AdTA, que não tira partido das potencialidades do Digital e limita fortemente a capacidade da Empresa no aumento da eficiência dos processos e na qualidade da informação para a tomada de decisão operacional, tática e estratégica. Assim, neste domínio, a Empresa pretende fazer no futuro uma aposta forte nos recursos internos da área de IT, que passará essencialmente por constituir uma equipa que lidere o programa de transição digital, processo que se exige rápido, eficaz e sustentável. Salienta-se que algumas das ineficiências hoje diagnosticadas na AdTA resultam de um atraso significativo nesta área, com prejuízo para a fluidez de informação no seio da organização, repetição de tarefas em resultado de lacunas de informação, mas também a realização de muitas tarefas manuais que podem ser agilizadas com recurso ao digital. Esta realidade agrava-se com o facto de cada vez mais os equipamentos incorporados através de diversas empreitadas apresentam maior potencial de digitalização, os clientes são mais exigentes, os processos mais complexos e consumidores de informação e, infelizmente, o desenvolvimento digital da AdTA não acompanhou, ao longo dos últimos anos, a infraestrutura física e a realidade do setor da água.

Salienta-se ainda que a empresa não consegue ainda responder ao exigido na legislação em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei 65/2021 de 30 de julho que procede à regulamentação dos requisitos de segurança das redes e sistemas de informação e, por outro lado, aos requisitos de notificação de incidentes que afetem a segurança das redes e dos sistemas de informação, prevendo as circunstâncias, o prazo, o formato e os procedimentos aplicáveis, que devem ser cumpridos pela Administração Pública, operadores de infraestruturas críticas, operadores de serviços essenciais e prestadores de serviços digitais.

O processo de reorganização em curso bem como as autorizações concedidas aquando da aprovação do PAO23, em 4 de janeiro de 2024 permitiu o lançamento de um procedimento de contratação de um técnico superior C para a equipa da Direção de Soluções Digitais que irá liderar o processo durante o ano 2024.

### Inovação

A inovação continuou a ser uma alavanca transversal na evolução de paradigma no ano de 2023, com a continuação do projeto Hidrogasmove, um projeto pioneiro no domínio da descarbonização e valorização da energia produzida nas nossas Fábricas de Água. Foi dada continuidade aos projetos B-Watersmart, ECOVAL, e foram dados passos para novos projetos de demonstração a realizar nos "laboratórios vivos" que são as nossas instalações.

Por fim, é importante salientar que cada vez mais, os efeitos das alterações climáticas têm impacto na atividade da Tejo Atlântico. Se por um lado, a seca vivida nos últimos anos veio reforçar a importância do recurso Água para Reutilização não só para usos municipais mas também para as atividades económicas (turismo e agricultura, entre outras), fazendo crescer exponencialmente os pedidos de diversas entidades para que a Tejo Atlântico possa fornecer ApR, por outro lado, as chuvadas intensas que provocaram inundações na zona da Grande Lisboa, no mês de dezembro de 2022, vieram demonstrar a necessidade de investir no aumento de resiliência dos sistemas.

Simultaneamente foi um ano marcado pela eleição dos órgãos de gestão da Empresa, decorrendo um conjunto de atividades estratégicas e táticas em simultâneo com a atividade operacional acometida pelo contrato de gestão.

## 1.4 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2024. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas e apresentadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdTA foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações e do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

### 2.2 DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ("DUI")

#### 2.2.1 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma, a AdTA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetadas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o Contrato de Concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do Contrato de Concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da Sociedade é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), como concessionárias, classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

## 2.2.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Atendendo à especificidade do contrato de concessão da AdTA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento da gestão que o modelo que se aplica às condições contratuais da concessão atribuída à Sociedade é o do intangível. Deste modo, a AdTA, como concessionária, classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

## 2.2.3 AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas.

As amortizações na AdTA são calculadas pelo método das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a tratar até ao final da concessão previstos no EVEF anexo ao Contrato de Concessão.

ATIVIDADE	PRAZO	INVESTIMENTO TOTAL DO CONTRATO CONCESSÃO	TAXA MÉDIA DE AMORTIZAÇÃO 31.12.2023	TAXA MÉDIA DE AMORTIZAÇÃO 31.12.2022
Saneamento	30 anos	1 103 332 840 Euros	4,27%	4,07%

## 2.2.4 ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao Contrato de Concessão.

No caso da AdTA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática, estes acréscimos correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos de investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas no ativo intangível aquando da concretização do investimento subjacente.

## 2.2.5 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE/SUPERAVIT TARIFÁRIO)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos (DRG): (i) a diferença existente, à data da extinção das Sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) a diferença verificada, anualmente, entre os resultados líquidos da Sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a Sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas, até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, ficando os respetivos valores sujeitos a aprovação pela entidade reguladora do setor.

Os DRG gerados na vigência da concessão, e os existentes à data da cisão, pelo n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 16/2021, devem ser integralmente recuperados ou reintegrados nas tarifas ou rendimentos tarifários até ao termo do prazo da concessão.

Os DRG podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no Contrato de Concessão. O valor inicial do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., resulta do valor registado na Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., na vertente de saneamento de águas residuais anteriormente desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que aquela Sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016, caso esta não tivesse sido extinta. A AdTA regista ainda nas suas contas os DRG que se verificarem anualmente até ao termo do prazo da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida da demonstração da posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

## 2.2.6 RÉDITO DA CONSTRUÇÃO

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá por esta ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

## 2.3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico são continuamente avaliados, representando, à data de cada relato, a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

O impacto das alterações de estimativas são reconhecidas de forma prospetiva, enquanto que o impacto das alterações nas políticas contabilísticas são reconhecidos de forma retrospectiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 – vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 – vida útil de locações
- Nota 9.2. – estimativa do Desvio de Recuperação de Gastos
- Nota 10.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31 – estimativa de impostos e impostos diferidos

## 2.4 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

# 3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

## 3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação e apresentação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentada nos comparativos, exceto quando referido em contrário.

## 3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2023

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – International Tax Reform – Pillar two model rules	Isenção temporária nos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o Pilar 2 do imposto sobre o rendimento.	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

### 3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2024 e que a Águas do Tejo Atlântico, S.A., não adotou antecipadamente são as seguintes:

#### Já endossadas pela EU

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

#### Ainda não endossadas pela EU

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdTA após 1 de janeiro de 2024.

### 3.4 NORMAS EM REVISÃO

#### IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

## 4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

### 4.1 FATORES DE RISCO

As atividades da AdTA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, risco de liquidez e de capital, e risco de crédito. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 4.2 RISCO DE MERCADO

#### 4.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdTA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente) quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdTA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdTA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração acionista prevista no Contrato de Concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTA, que evidencia o facto de a AdTA apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2023	TAXA MÉDIA +1%	TAXA MÉDIA -1%
Juros suportados – taxa fixa (nota 29)	3 565 856	n.a.	n.a.

#### 4.2.2 RISCO DO PREÇO DA ENERGIA E COMBUSTÍVEIS

Os gastos anuais da AdTA em energia e combustíveis representam aproximadamente 26% (13% em 2022) do total de fornecimentos e serviços externos, ou seja, cerca de 10 milhões de euros (4 milhões de euros em 2022) para um total de 39,6 milhões de euros (31,2 milhões de euros em 2022). A AdP- SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destes produtos para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

O aumento do peso dos gastos com energia em 2023 face a 2022, é justificada pelo facto de a Empresa em 2022 ter beneficiado de um contrato de fornecimento de energia a dois anos (2020-2022) e da redução das tarifas de acesso à rede (TAR), o que resultou numa significativa diminuição do preço unitário da eletricidade nesse ano. Esta situação não se verificou em 2023, na medida em que os contratos de fornecimento de energia elétrica que abrangem as empresas do Grupo AdP cessaram a 31 de dezembro de 2022, e o contrato que vigorou em 2023 já foi abrangido pelo mecanismo ibérico de ajuste do preço da energia elétrica e pelos preços do mercado atual de energia muito mais elevados devido à conjuntura internacional.

#### 4.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdTA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP ("contratos grupados"). A AdTA, através do Grupo, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdTA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (com os juros a que estão a ser remunerados estes passivos) (ver notas 7.4, 18 e 19).

	< 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Financiamentos	15 654 441	74 080 583	84 005 096
Passivos por locação	34 879	78 146	-
Fornecedores e outros passivos	22 943 200	290 103	402 814

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdTA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que, por sua vez, fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos não correntes	18	158 085 678	173 266 902
Empréstimos correntes	18	15 654 441	14 853 410
Descoberto bancário	18	-	2 807
Disponibilidades	13	(7 310 052)	(74 846 369)
Outros ativos financeiros	8.3	(55 013 154)	-
<b>Dívida líquida</b>		<b>111 416 914</b>	<b>113 276 750</b>
Subsídios ao investimento e outros	17	111 884 190	116 667 042
Total do capital próprio	14	119 505 858	117 814 769
<b>Capital e subsídios</b>		<b>231 390 048</b>	<b>234 481 811</b>
<b>Dívida líquida/total do capital</b>		<b>0,48</b>	<b>0,48</b>

O modelo de financiamento da AdTA assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais: i) o financiamento bancário, com exclusiva incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio; e ii) subsídios ao investimento não reembolsáveis.

#### 4.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A Sociedade está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

##### Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2023 (nota 10.3).

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

##### Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à ordem	4 802 319	7 824 900
Depósitos a prazo	2 500 267	67 013 819
Investimentos Financeiros	33 428	29 936
	<b>7 336 014</b>	<b>74 868 656</b>

RATING	31.12.2023	31.12.2022
A-	7 275 792	57 465
Ba2	-	7 112
Baa2	-	37 353
BB	-	10 003
BBB	9 868	-
BBB-	13 783	-
BBB+	3 143	74 726 787
N/A	33 428	29 936
	<b>7 336 014</b>	<b>74 868 656</b>

Nota: Cotação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2024.

O motivo pelo qual o valor depósitos em 2023 é substancialmente inferior ao de 2022 deve-se à disponibilização de 55 milhões de euros à AdP-SGPS, ao abrigo do contrato de apoio de tesouraria (nota 8.3).

## 4.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

### 4.5.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A AdTA está exposta a riscos de catástrofes e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos, a Sociedade tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 4.5.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdTA. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, na medida em que estabelece as recomendações que definem um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

## 5. ATIVOS INTANGÍVEIS

### 5.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Direitos de utilização de infraestruturas (“DUI”)

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.1.

#### Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas.

Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento, enquanto ativos intangíveis, são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

#### Imparidade

Os ativos são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida (que não se aplica à AdTA), o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade é reconhecida nos resultados do exercício.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

## 5.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

#### Vida útil

A determinação da vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de concessão. No fim da concessão, o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual a AdTA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no Contrato de Concessão e/ou EVEF (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente à ERSAR, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

#### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data de emissão das demonstrações financeiras a Sociedade não tinha situações que implicassem o reconhecimento de imparidades.

### 5.3 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2023	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	257 585	268 158
Propriedade industrial e outros direitos	21 687	22 619
Outros ativos intangíveis	2 444 275	2 549 243
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	392 755 922	402 568 033
Ativos em Curso	23 662 229	22 800 207
	<b>419 141 698</b>	<b>428 208 261</b>

A AdTA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

Não existem restrições aos ativos intangíveis da Sociedade.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

VALOR BRUTO	31.12.2022	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2023
Despesas de desenvolvimento	2 343 814	-	-	2 343 814
Propr. industrial e outros direitos	43 065	-	-	43 065
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	5 198 405
DUI	899 412 543	387 933	15 948 245	915 748 721
Ativos Intangíveis em Curso	22 800 207	16 816 452	(15 954 430)	23 662 229
	<b>929 798 034</b>	<b>17 204 384</b>	<b>(6 185)</b>	<b>946 996 233</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2022	AUMENTOS (NOTA 25)	TRANSFERÊNCIAS (NOTA 16.2)	31.12.2023
Despesas de desenvolvimento	(2 075 655)	(10 574)	-	(2 086 229)
Propr. industrial e outros direitos	(20 446)	(931)	-	(21 377)
AI-Outros Imob Inc	(2 649 162)	(104 968)	-	(2 754 130)
DUI	(496 844 510)	(16 775 277)	(9 373 012)	(522 992 799)
	<b>(501 589 773)</b>	<b>(16 891 751)</b>	<b>(9 373 012)</b>	<b>(527 854 535)</b>
Valor líquido	<b>428 208 261</b>	<b>312 634</b>	<b>(9 379 197)</b>	<b>419 141 698</b>

VALOR BRUTO	31.12.2021	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	2 343 814	-	-	2 343 814
Propr. industrial e outros direitos	43 065	-	-	43 065
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	5 198 405
DUI	877 571 915	574 271	21 266 357	899 412 543
Ativos Intangíveis em Curso	30 948 422	13 122 029	(21 270 243)	22 800 207
	<b>916 105 621</b>	<b>13 696 300</b>	<b>(3 887)</b>	<b>929 798 034</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2021	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	(2 065 337)	(10 319)	-	(2 075 655)
Propr. industrial e outros direitos	(18 700)	(1 746)	-	(20 446)
AI-Outros Imob Inc	(2 544 790)	(104 371)	-	(2 649 162)
DUI	(468 468 327)	(16 175 884)	(12 200 299)	(496 844 510)
	<b>(473 097 155)</b>	<b>(16 292 319)</b>	<b>(12 200 299)</b>	<b>(501 589 773)</b>
Valor líquido	<b>443 008 466</b>	<b>(2 596 019)</b>	<b>(12 204 186)</b>	<b>428 208 261</b>

Para os Investimentos realizados em 2023, no montante global de 17 204 384 euros, contribuíram principalmente as seguintes empreitadas (nota: foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias, terrenos e fiscalizações associadas às empreitadas):

PRINCIPAIS EMPREITADAS	2023
Alcântara - ligação a Amadora / Benfica- Fase I e Fase II-Bacia de Antipoluição	1 964 998
Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	1 881 676
Empreitada de Reabilitação do Sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guia – Fase Líquida	937 492
Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – 1ª Fase	769 237
Reparações Gerais de Construção Civil da Área de Concessão - Lotes 1 e 2	755 490
Empreitada TA-080-088# Reabilitação do Emissário de Porto Salvo e Câmaras de Visita do Emissário do Jamor	748 051
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2022/2023 Lote 2	627 640
Reabilitação de câmaras de visita do emissário do Jamor	531 179
Reabilitação urgente do emissário da Lage	459 987
Empreitada de Construção dos Sistemas Elevatórios de Vale da Borra - Lote I	440 918
Emissário de Montemor - Troço III	436 439
Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolos - PEPE	412 505
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	398 231
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 1	353 718
Empreitada de Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira - Lote 2	316 495
Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	311 190
Reparações Gerais de Construção Civil e Beneficiações de Segurança – 2021/2023 - Lote 2	288 755
Reabilitação da linha de produção ApR – Beirolos	251 448
Reabilitação do emissário de Porto Salvo	216 872
Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de S. João da Talha	214 093
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas - Fase I	155 585
Empreitada de Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água na Guia – Fase Líquida – Fase 2 – Tampas T1 a T3	149 052
Reparação de Vedações de Recintos de ETAR e EE	141 499
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolos	132 528
Empreitada de Fornecimento e Montagem de Ventiladores na Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara	97 997
Medição de caudal III-ETAR-Fase I	82 198
Instalação de sobrepessores de arejamento nas FA da Nazaré e da Atouguia da Baleia	73 078
Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolos, Bucelas e Fervença e na EE de Fonte da Pipa	70 574
Aquisição de bens de controlo automático do sistema de desidratação mecânica de lamas de uma das centrifugas da Fábrica de Água de Alcântara	68 573
Empreitada de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Tejo Atlântico - Lote I - Substituição de sistema de gradagem automático em canal ou poço	63 950
Reabilitação e Automatização da Desodorização nas Fábricas de Água de Alcântara e Guia	63 200
Fornecimento e instalação de Centrais Fotovoltaicas nas Fábricas de Água de Alcântara e Beirolos	61 433
Instalação de analisadores de energia em instalações SGE e SGCIE	31 046
Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	26 205
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	17 500
Reabilitação do Intercetor da Asseiceira do Subsistema da Póvoa da Galega	16 960
Empreitada de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Tejo Atlântico - Lote I - Substituição de sistema de gradagem automático em canal ou poço	15 802
Reparações de Pavimentos na Área de Concessão	12 233
Empreitada de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Tejo Atlântico - Lote I - Substituição de sistema de gradagem automático em canal ou poço	9 797
Empreitada Solar III	8 449
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água da Ota	4 708
Conceção/Construção de Beneficiação da Fábrica da Água de São João da Talha - Fase I	2 571
	<b>13 623 376</b>

Do valor de aumento de investimento em 2023, 1 147 335 euros (929 207 euros em 2022) respeitam a capitalização de gastos com o pessoal das direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil (nota 24).

Salienta-se durante o ano de 2023 a passagem a firme das seguintes empreitadas:

<b>PRINCIPAIS EMPREITADAS</b>	<b>2023</b>
8-239 - Sobrepressores Arejamento ETAR Frielas	225 787
TA 125_3-ALCA ETAR BENEF DESINFUV LINH B	1 005 045
TA 117 A_3-FRLS CG MONTEMOR	672 426
TA 220_3-SAJT ETAR CONC/CONST BENEF SJTA	52 606
TA 219_3-CHLS CONC/CONSTR FA CHELAS FI	251 630
TA 217 D_3- BELS FRLS SAJT APROVT BIOGAS	1 254 780
TA 227_3-SJT REMOD AREJ ESPESS LAMAS SJT	2 701 135
PS - Man Corrente Edifícios ETAR e EE Norte	157 425
TA 099_3-ALCA CHLS DESCARREGADOR FASE I	896 586
TA-245 L1 Empreitada Reparações Gerais e Beneficiação Segurança – Lote I	1 248 814
TA 245 L2-Emp Reparações Gerais e Beneficiação Segurança – Lote II	1 037 225
TA_242-Emp Reparação de Vedações e Recintos ETAR-EE	146 651
TA-268 L2 Empreitada Reparações LOTE II	935 734
TA_268 L1 -Rep Gerais Construção Civil Área Concessão Lotes I e II	1 686 214
TA243-Subst_Cob_Fibroc_FA_Ferv_Buc_Beir	294 310
TA 247 B Reabilitação Emissários e Intercetores	465 683
PS Beneficiação Pavimento Edifício Administrativo e de Exploração da FA Alcântara	158 368
TA-303-306_Reparações Gerais Construção Civil 2023	1 192 734
Emissário de Montemor - Troço III	436 439
Outras	1 134 837
	<b>15 954 430</b>

Na coluna de transferências para além da passagem de investimento em curso para firme de ativos intangíveis, ocorreu ainda a transferência para ativos fixos tangíveis do valor de 6 185 euros (nota 6.3).

A título informativo, em 2023 ocorreu a receção provisória assinada das seguintes empreitadas:

<b>EMPREITADAS</b>	<b>2023</b>
Sobrepressores Arejamento ETAR Frielas	139 806
Beneficiação do Sistema de Desinfecção por UV da Fábrica de Água de Alcântara	899 238
Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	580 201
Conceção-Construção da Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fábrica de Água de S. João da Talha	2 435 070
Substituição de Coberturas de Fibrocimento nas Fábricas de Água de Beirolas, Bucelas e Fervença e na EE de Fonte da Pipa	259 012
Reabilitação urgente do emissário da Lage	459 987
Execução do Emissário de Montemor (Frielas) - Troços II e IV	436 439
	<b>5 209 753</b>

Do valor de ativos intangíveis em curso de 23 662 229 euros, destacam-se os seguintes projetos em curso:

<b>PROJETOS EM CURSO</b>	<b>31.12.2023</b>
Reabilitação Emissário Barcarena IC19-Interceptor	187 479
Empreitada TA-080-088# Reabilitação do Emissário de Porto Salvo e Câmaras de Visita do Emissário do Jamor	864 769
Sto Estevão das Galés	281 734
Caneiro Margem Esquerda	204 603
SJT adaptação SU	168 004
Secagem Térmica	238 100
Frielas Lagoas	102 208
Emissário Montemor	90 674
Projetos Lisboa-Eng. e Topografia	64 413
Projetos Lisboa-Caneiro Alcântara	58 210
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos	531 661
Remodelação da ETAR de Silveira	73 425
Empreitada de Construção dos Sistemas Elevatórios de Vale da Borra - Lote I	91 277
Execução dos Sistemas Elevatórios de Torre Penalva e Casal de Além	59 150
Reabilitação de caixa de visita do Intercetor	105 325
Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase II	54 408
Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	75 514
Controlo de caudais pluviais no Intercetor Caneças/Ramada/Odivelas	124 151
Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restantes intervenções	91 171
Coletores da margem esquerda do Caneiro de Alcântara -restantes intervenções	181 789
Alcântara - ligação a Amadora / Benfca-Fase I-Bacia de Antipoluição (Integrada na TA-182)	64 643
Alcântara - ligação a Amadora / Benfca- Fase I e Fase II-Bacia de Antipoluição	2 060 545
Interoceptores e sistemas elevatórios fase III do subsistema da Foz do Lizandro-restantes intervenções	80 277
Conceção/Construção da ETAR da Encarnação	50 052
Emissário Quinta das Pretas - Fase II e III	493 160
ETAR Frielas - Afição	91 651
Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico – Iª Fase	1 004 430
Medição de caudal III-ETAR-Fase I	89 570
Constituição de Servidões e Expropriações	105 618
Revisão e elaboração de projetos de saneamento da Área da Grande Lisboa - Costa do Estoril - Lote 2 - Emissário	55 019
Jamor, Emissário Marianas, emissário Porto Salvo e Descarga de Emergência da Falésia	
Revisão e elaboração de projetos de saneamento da Área da Grande Lisboa - Lote 1 - Bacias do Tejo e Trancão	61 338
Revisão e elaboração de projetos de saneamento da Área da Grande Lisboa - Lote 2 - Bacias das Ribeiras do Oeste	57 750
Plano Reutilização Lisboa	191 123
Erradicação de Descargas da Águas do Tejo Atlântico - Zona Sul	469 452
Controlo de Caudais da Águas do Tejo Atlântico	650 247
Reabilitação do Emissário de Descarga da Fábrica de Água de Beirolas	231 637
Conceção-Construção da linha de investigação e desenvolvimento de reutilização da Fábrica de Água de Alcântara	252 795
Conceção/Construção da Remodelação da ETAR da Ericeira	165 109
Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Torres Vedras	145 436
Fornecimento e Montagem de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico	1 974 596
Projeto de Integração Paisagística da Fábrica de Água de Chelas	157 618
Fornecimento e instalação de centrais fotovoltaicas nas FA de Alcântara e de Beirolas	612 746
Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a Fábrica de Água de Beirolas - PEPE	830 782
Aquisição de Bens de controlo automático do sistema de desidratação mecânico de lamas de uma das centrifugas da Fábrica da Água de Alcântara	156 454
Projeto de Beneficiação da Fábrica da Água da Guia - fase I	120 688
Contrato de Aquisição de Serviços de Projeto de Reabilitação de Emissários de Descarga - Fase I	66 411
Empreitada de Reabilitação do Sistema Pneumático de Transporte de Gradados e Areias da FA da Guia – Fase Líquida	2 502 616
Aquisição e Parametrização de Plataforma Especializada para Gestão de Arquivo Digital Técnico	75 861
Controlo de caudais Pluviais no Município de Torres Vedras – Fase II	188 716
Plano Estratégico de Reutilização	70 881

PROJETOS EM CURSO (CONTINUAÇÃO)	31.12.2023
Empreitada Prestação de Serviços de Reparação e Substituição de Equipamentos nas Fábricas de Água e Estações Elevatórias	76 737
Fornecimento e montagem de prensa para desidratação das lamas e reforço do sistema de arejamento da ETAR de Arruda dos Vinhos	149 912
Instalação de analisadores de energia em instalações SGE e SGCIE	95 798
Empreitada de Construção dos Sistemas Elevatórios de Vale da Borra - Lote 1	469 658
Empreitada de Execução de Estação Elevatória e Conduta Elevatória de Azambujeira - Lote 2	370 306
Beneficiação do Sistema de Ventilação e Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	356 942
Empreitada de Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água na Guia – Fase Líquida – Fase 2 – Tampas T1 a T3	164 959
Reabilitação da linha de produção ApR – Beirolas	257 079
Substituição dos Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água de Alcântara - PEPE	103 998
Reparações Gerais de Construção Civil 2023/2024	693 539
Instalação de sobreprensos de arejamento nas FA da Nazaré e da Atouguia da Baleia	73 998
Substituição de Ventiladores da Desodorização da Fábrica de Água da Guia - Fase Líquida	63 200
Melhorias das Condições de Segurança em Infraestruturas Existentes 2022 - Trevos e Tampas - Santa Cruz e Dois Portos	82 866
Reabilitação de Tampas na Fábrica de Água da Guia (fase líquida) – Fase 2 (tampas T4 a T15)	84 754
Remodelação Fase Sólida ETAR Porto Dinheiro e Sobreirinhos	121 003
Outros Projetos	3 772 194
	<b>23 662 229</b>

No respeitante às amortizações, na coluna referente a transferências de amortizações acumuladas, o valor de 9 373 012 euros (12 200 299 euros em 2022), respeita à transferência de acréscimo de gastos de investimento contratual, tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso para firme (Nota 16.2), para amortizações acumuladas.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 6.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor incluído na demonstração da posição financeira.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Sociedade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

#### Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdTA. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Equipamento administrativo	4 - 10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

#### Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

#### Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

### 6.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

#### Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

#### Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdTA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

## 6.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos fixos tangíveis	573 803	260 407
	573 803	260 407

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

VALOR BRUTO	31.12.2022	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2023
Ativos fixos tangíveis	812 275	445 909	(2 524)	(1 580)	6 185	1 260 265
	812 275	445 909	(2 524)	(1 580)	6 185	1 260 265

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	31.12.2022	AUMENTOS (NOTA 25)	ALIENAÇÕES	ABATES	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2023
Ativos fixos tangíveis	(551 867)	(135 555)	631	329	-	(686 462)
	(551 867)	(135 555)	631	329	-	(686 462)
Valor líquido	260 407	310 355	(1 893)	(1 251)	6 185	573 803

VALOR BRUTO	31.12.2021	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Ativos fixos tangíveis	773 377	35 012	3 887	812 275
	773 377	35 012	3 887	812 275

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	31.12.2021	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	31.12.2022
Ativos fixos tangíveis	(411 779)	(140 088)	-	(551 867)
	(411 779)	(140 088)	-	(551 867)
Valor líquido	361 597	(105 076)	3 887	260 407

O aumento em 2023 em ativos fixos tangíveis de 445 909 euros (35 012 euros em 2022) respeita na sua maioria à aquisição de equipamento administrativo.

## 7. LOCAÇÕES

### 7.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a AdTA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira.

Na data de início da locação, a AdTA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdTA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação do ativo sob o direito de uso.

A AdTA apenas tem locações enquanto locatário.

### A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, a Sociedade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

### Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Sociedade contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdTA (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e, como tal, contabiliza tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

### Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“commencement date”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

### Contabilização nos locatários

#### Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a AdTA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

#### Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

### Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i. Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii. Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

### Mensuração subsequente da locação

#### Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Equipamento de transporte	1 - 4

#### Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a Sociedade mensura o passivo da locação por:

- i. Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii. Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii. Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
  - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
  - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

### Expedientes práticos utilizados pela AdTA enquanto locatária

A Sociedade utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i. Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii. Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii. Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5 000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Sociedade é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o

reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

## 7.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

### Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

## 7.3 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e o respetivo movimento ocorrido nos respetivos exercícios económicos foi o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos sob o direito de uso	108 774	223 355
	108 774	223 355

VALOR BRUTO	31.12.2022	AUMENTOS	ABATES	31.12.2023
Equipamento de transporte	547 194	72 376	(440 819)	178 751
Intangíveis Licenças	337 801	-	(337 801)	-
	884 995	72 376	(778 620)	178 751

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2022	AUMENTOS (NOTA 25)	ABATES	31.12.2023
Equipamento de transporte	(426 877)	(83 920)	440 819	(69 977)
Intangíveis Licenças	(234 764)	(103 037)	337 801	-
	(661 641)	(186 957)	778 620	(69 977)
Valor líquido	223 355	(114 581)	-	108 774

VALOR BRUTO	31.12.2021	AUMENTOS	ABATES	AJUSTAM.	31.12.2022
Equipamento de transporte	1 325 660	73 648	(852 114)	-	547 194
Intangíveis Licenças	337 801	-	-	-	337 801
	1 663 461	73 648	(852 114)	-	884 995

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31.12.2021	AUMENTOS	ABATES	AJUSTAM.	31.12.2022
Equipamento de transporte	(1 025 866)	(252 652)	852 114	(473)	(426 877)
Intangíveis Licenças	(122 164)	(112 600)	-	-	(234 764)
	(1 148 029)	(365 252)	852 114	(473)	(661 641)
Valor líquido	515 432	(291 604)	-	(473)	223 355

Os abates de equipamento de transporte e de licenças resultam do termino de contratos de AOV (aluguer operacional de viaturas) e do contrato de utilização de licenças Microsoft, respetivamente.

A Sociedade reconhece contabilisticamente, desde 2019, os contratos de AOV no âmbito da norma IFRS 16 – Locações. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e de um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Este modelo implica o reconhecimento de gasto com: i) amortização do ativo sob direito de uso; e ii) juros da locação.

A impossibilidade de renovação da sua frota automóvel, por constrangimentos vários, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis, a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, por períodos de 12 meses. Ora no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5 000 USD, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE's, sendo o prolongamento do contrato tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente.

Esta situação traduz assim, os abates ocorridos em 2023, assim como o incremento do valor apresentado em FSE de 222 mil euros (valor que inclui os impactes financeiros de recálculos de rendas), por redução de amortização e juros, no montante de 183 mil euros (notas 7.5, 23 e 25).

## 7.4 PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação apresenta-se do seguinte modo:

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Passivos por locação</b>		
Equipamento de transporte	78 146	48 060
<b>Não correntes</b>	<b>78 146</b>	<b>48 060</b>
<b>Passivos por locação</b>		
Equipamento de transporte	34 879	76 727
Intangíveis Licenças	-	-
<b>Correntes</b>	<b>34 879</b>	<b>76 727</b>
<b>Total de passivos por locação</b>	<b>113 025</b>	<b>124 787</b>

<b>FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS</b>	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	34 879	76 727
De 1 a 5 anos	78 146	48 060
Mais de 5 anos	-	-
	<b>113 025</b>	<b>124 787</b>

<b>JUROS</b>	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	13 670	3 440
De 1 a 5 anos	15 332	3 115
Mais de 5 anos	-	-
	<b>29 003</b>	<b>6 555</b>

<b>VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS</b>	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	21 209	73 287
De 1 a 5 anos	62 814	44 945
Mais de 5 anos	-	-
	<b>84 023</b>	<b>118 232</b>

## 7.5 PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

Os pagamentos de locação foram os seguintes:

<b>TOTAL DE PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO</b>	31.12.2023	31.12.2022
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	73 554	373 862
Contabilizadas como despesa em resultados	539 930	293 569
	<b>613 484</b>	<b>667 431</b>

A variação dos valores de 2023 face aos de 2022 decorre, tal como referido na nota 7.3, da impossibilidade de renovação da frota automóvel, em que a Empresa tem vindo a proceder, sempre que possível e aceite pelas locadoras, à extensão dos contratos de AOV, por períodos de 12 meses. Deste modo, no âmbito da norma IFRS16, o reconhecimento das rendas que compreendem estes contratos, é efetuada como gastos em FSE's.

## 8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

### 8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.1.

### 8.2 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO CORRENTES - DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros não correntes a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de compensação do trabalho	33 428	29 936
	<b>33 428</b>	<b>29 936</b>

### 8.3 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS CORRENTES - DETALHE

	31.12.2023	31.12.2022
Apoio de Tesouraria à AdP-SGPS	55 013 154	-
	<b>55 013 154</b>	<b>-</b>

Em 27 de junho de 2023, a Águas do Tejo Atlântico prestou à AdP SGPS um apoio de tesouraria, tendo sido assinado o contrato inicial, pelo prazo de doze meses, com o limite de 50 milhões de euros, e aditado a 29 de dezembro de 2023 aumentando-se o limite do apoio para 60 milhões de euros, como vista a suprimir necessidades temporárias de tesouraria da AdP. Este apoio foi concedido com uma taxa de remuneração indexada por referência à taxa a 12 meses das aplicações de curto prazo do IGCP (CEDIC), para um capital de 50 milhões de euros, com revisões a 31/03, 30/06, 30/09 e 31/12, de cada ano e, caso o IGCP deixe de oferecer este tipo de aplicações, para o cálculo dos juros remuneratórios, será utilizado o menor dos spreads das linhas do Grupo, atualmente de 0,7%.

À data de 31 de dezembro de 2023 o valor do apoio de tesouraria prestado era de 55 milhões de euros (nota 13.2).

## 9. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE/SUPERAVIT TARIFÁRIO)

### 9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação de gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5.

### 9.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) é calculado nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, do Decreto-Lei n.º n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, e do Contrato de Concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da Sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela ERSAR ('Critérios de Eficiência Produtiva').

	31.12.2023	31.12.2022
Remuneração acionista	7 167 586	5 941 196
Remuneração acionista + 1%	8 317 178	7 088 157
Remuneração acionista - 1%	6 017 993	4 794 234

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

Nos termos do respetivo Contrato de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro.

À data de apresentação das contas a ERSAR havia já enviado o seu projeto de decisão sobre o DRG de 2023, em 29 fevereiro de 2024, ofício O-001034/2024, o qual aponta para um montante global de 2 288 473 euros de potenciais gastos não aceites, tendo sido solicitada informação adicional pela ERSAR.

A Empresa encontra-se numa fase de preparação do contraditório e de informação adicional e justificativa de gastos, pelo que não registou qualquer ajustamento ao DRG de 2023, por:

- Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

Relativamente ao DRG de 2022, a AdTA recebeu a 27 de julho de 2023 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final sobre o DRG, ofício O-004574/2023, em que foi considerado por esta entidade o montante de 515 987 euros, como gastos não aceites. Contudo, apenas o valor de 210 230 euros (nota 9.3), foi reconhecido nas contas como correção ao DRG de 2022, tendo o remanescente, 305 757 euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, tendo em janeiro de 2024 a ERSAR apresentado a sua contestação. Em 31 de dezembro de 2023 não foi considerado mais nenhum ajustamento ao DRG, para além do anteriormente referido, por ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG decorrente de sentença judicial não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, no que respeita ao DRG de 2021, sobre o qual a AdTA recebeu a 9 de agosto de 2022 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão Final, ofício O-003955/2022, em que foi considerado por esta entidade o montante de 1 638 606 euros, como

gastos não aceites, apenas o valor de 460 419 euros, foi reconhecido nas contas de 2022 como correção ao DRG de 2021, tendo o remanescente, 1 178 187 euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Em 7 de dezembro de 2023 a decisão de tribunal julgou improcedente a ação da Águas do Tejo Atlântico (1 178 mil euros de custos não aceites, representando 872 mil euros líquido de impostos diferidos), tendo esta decisão sido reclamada judicialmente em janeiro de 2024.

Além do valor não impugnado pela AdTA (460 419 euros), não foi considerado nenhum ajustamento ao DRG de 2021, por ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG decorrente de sentença judicial não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Ainda a este respeito, é entendimento da Administração que a decisão proferida no dia 7 de dezembro de 2023 não terá impacto adverso relativamente às restantes impugnações judiciais em curso.

### 9.3 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo regulatório - desvio de recuperação de gastos (bruto)	14 727 578	11 944 137
	14 727 578	11 944 137

O valor apurado de DRG, líquido e bruto, nos exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido (sem DRG)	9 084 475	9 313 690
Remuneração acionista	7 167 586	5 941 196
<b>DRG - líquido</b>	<b>1 916 889</b>	<b>3 372 494</b>
Ajustamento da taxa de imposto	(12 713)	(2 512)
	1 904 176	3 369 982
Imposto (taxa 26%/26,11%)	669 035	1 190 608
<b>DRG - bruto</b>	<b>2 573 211</b>	<b>4 560 590</b>

Os movimentos no desvio tarifário foram os seguintes:

<b>DRG BRUTO</b>	<b>31.12.2023</b>
DRG 31.12.2022	(11 944 137)
Acerto DRG de 2022 (nota 9.2)	(210 230)
DRG de 2023	(2 573 211)
<b>DRG Bruto 31.12.2023</b>	<b>(14 727 578)</b>

## 10. CLIENTES

### 10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
  - c. Ativos financeiros detidos para negociação;
  - d. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
- a. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdTA, apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- I. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- II. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da Empresa).

#### Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

#### Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdTA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

#### Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdTA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Sociedade valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de resultados ou ao custo. A AdTA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidos ou revertidas perdas por imparidade.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdTA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Sociedade no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

#### Crédito abatido ao ativo (write-off)

A AdTA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdTA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

#### Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a Sociedade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente, a Sociedade não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

### Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a Sociedade alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

### Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido na demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

## 10.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

### Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo

valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

Face à tipologia de clientes da AdTA, para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecida na concessão ser considerada como um gasto aceite no Desvio de Recuperação de Gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio.

## 10.3 DETALHE E MOVIMENTO

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe de Clientes era o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Clientes - não corrente</b>		
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO a)	-	21 472
<b>Total não corrente</b>	-	<b>21 472</b>
<b>Clientes - corrente</b>		
S. M. Água Saneamento Sintra	2 198 746	1 018 483
Camara Municipal Rio Maior	68 025	64 077
Município Bombarral	41 918	77 638
SIMAS de Oeiras e Amadora	2 378 304	1 108 569
Município de Óbidos	50 902	47 568
SMAS Vila Franca de Xira	421 933	400 741
Município de Loures	1 577 866	2 928 567
SMAS de Torres Vedras	558 205	521 549
Município de Sobral de Monte Agraço	135 177	107 815
Município da Lourinhã	91 083	84 502
Município do Cadaval	42 616	43 399
Município de Azambuja	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	131 836	123 378
S.M. das Caldas da Rainha	61 258	64 921
Águas da Azambuja, SA	54 982	102 685
AdC - Águas de Cascais, SA	1 519 553	1 400 170
Águas de Alenquer, SA	249 098	231 938
Município de Lisboa	5 772 517	2 855 939
Município de Arruda dos Vinhos	94 485	174 790
Município de Odivelas	469 420	435 927
S. M. da Nazaré	126 953	117 514
SMAS de Peniche	56 290	51 986
SMAS de Mafra	(465)	4 886
	<b>16 184 539</b>	<b>12 050 877</b>
<b>Clientes municipais - total</b>	<b>16 184 539</b>	<b>12 072 349</b>
Outros	71 015	77 560
Clientes Cobrança Duvidosa	-	366
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO a)	23 848	28 622
SalDOS de natureza contrária - Passivos	465	88
Imparidade	-	(183)
<b>Total corrente</b>	<b>16 279 867</b>	<b>12 157 330</b>
Devedores p/ acréscimos de rendimentos	62 100	-
<b>Total corrente e não corrente</b>	<b>16 341 967</b>	<b>12 178 802</b>

O valor classificado em “Cobranças Temporárias” (a) resulta de acordos de pagamento efetuados e geridos pela Águas do Vale do Tejo, e que, por englobarem, em simultâneo, dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e saneamento, permanecem sob gestão da AdVT, e que, à data de 31 de dezembro de 2023, respeitava ao Município de Sobral de Monte Agraço.

O valor registado em “Devedores p/ acréscimos de rendimentos” respeita ao valor a faturar ao Município de Lisboa relativamente ao fornecimento de ApR (água para reutilização).

Face ao ano anterior verifica-se um aumento do valor da dívida em 4 163 165 euros, situação justificada essencialmente pelo facto de no ano anterior alguns dos municípios terem antecipado pagamentos face à data contratualizada.

O Prazo Médio de Recebimentos (PMR) atingindo em 2023 foi de 66 dias (56 dias em 2022). A deterioração em 2023 do PMR resultou de algum atraso ao longo do ano nos recebimentos por parte do Município de Loures, mas que à data de 31 de dezembro de 2023 não apresentava dívida vencida.

#### Clientes municipais por data de vencimento

Dos valores vencidos destaca-se o respeitante ao Município de Lisboa, que decorre de situação de desacordo sobre os valores faturados de juros de mora pela ex-SIMTEJO, e o de Município de Azambuja, cujo valor em dívida remonta a faturação por parte da ex-Águas do Oeste.

No que respeita ao município de Sobral de Monte Agraço que apresenta dívida vencida no valor de 96 092 euros, a mesma foi totalmente liquidada no início de fevereiro de 2024.

CLIENTES MUNICIPAIS	VENCIDO ATÉ N-2	VENCIDO ATÉ N-1	VENCIDO ATÉ N	TOTAL VENCIDO	NÃO VENCIDO	TOTAL 2023
S. M. Água Saneamento Sintra	-	-	-	-	2 198 746	2 198 746
Camara Municipal Rio Maior	-	-	-	-	68 025	68 025
Município Bombarral	-	-	-	-	41 918	41 918
SIMAS de Oeiras e Amadora	-	-	-	-	2 378 304	2 378 304
Município de Óbidos	-	-	-	-	50 902	50 902
SMAS Vila Franca de Xira	-	-	-	-	421 933	421 933
Município de Loures	-	-	-	-	1 577 866	1 577 866
SMAS de Torres Vedras	-	-	-	-	558 205	558 205
Município de Sobral de Monte Agraço	-	-	96 092	96 092	39 085	135 177
Município da Lourinhã	-	-	-	-	91 083	91 083
Município do Cadaval	-	-	-	-	42 616	42 616
Município de Azambuja	83 836	-	-	83 836	-	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	-	-	-	-	131 836	131 836
S.M. das Caldas da Rainha	-	-	-	-	61 258	61 258
Águas da Azambuja, SA	-	-	-	-	54 982	54 982
AdC - Águas de Cascais, SA	-	-	-	-	1 519 553	1 519 553
Águas de Alenquer, SA	-	-	-	-	249 098	249 098
Município de Lisboa	296 763	-	-	296 763	5 475 754	5 772 517
Município de Arruda dos Vinhos	-	-	-	-	94 485	94 485
Município de Odivelas	-	-	-	-	469 420	469 420
S. M. da Nazaré	-	-	-	-	126 953	126 953
SMAS de Peniche	-	-	-	-	56 290	56 290
SMAS de Mafra	-	-	-	-	(465)	(465)
	380 599	-	96 092	476 691	15 707 848	16 184 539

#### Clientes municipais por natureza dos saldos (Corrente)

CLIENTES MUNICIPAIS	SERVIÇO	TRH	CTA	JUROS DE MORA	31.12.2023	31.12.2022
S. M. Água Saneamento Sintra	1 975 205	78 731	144 810	-	2 198 746	1 018 483
Camara Municipal Rio Maior	65 785	2 240	-	-	68 025	64 077
Município Bombarral	40 646	1 272	-	-	41 918	77 638
SIMAS de Oeiras e Amadora	2 151 227	81 685	145 393	-	2 378 304	1 108 569
Município de Óbidos	48 790	2 112	-	-	50 902	47 568
SMAS Vila Franca de Xira	382 166	15 890	23 877	-	421 933	400 741
Município de Loures	1 429 924	58 603	89 339	-	1 577 866	2 928 567
SMAS de Torres Vedras	539 196	19 010	-	-	558 205	521 549
Município de Sobral de Monte Agraço	131 888	3 289	-	-	135 177	107 815
Município da Lourinhã	88 238	2 844	-	-	91 083	84 502
Município do Cadaval	41 018	1 598	-	-	42 616	43 399
Município de Azambuja	-	-	-	83 836	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	127 392	4 444	-	-	131 836	123 378
S.M. das Caldas da Rainha	61 258	-	-	-	61 258	64 921
Águas da Azambuja, SA	53 449	1 533	-	-	54 982	102 685
AdC - Águas de Cascais, SA	1 359 878	59 527	100 148	-	1 519 553	1 400 170
Águas de Alenquer, SA	241 935	7 163	-	-	249 098	231 938
Município de Lisboa	4 933 917	233 576	308 261	296 763	5 772 517	2 855 939
Município de Arruda dos Vinhos	91 741	2 148	596	-	94 485	174 790
Município de Odivelas	424 318	18 591	26 511	-	469 420	435 927
S. M. da Nazaré	123 378	3 575	-	-	126 953	117 514
SMAS de Peniche	54 022	2 268	-	-	56 290	51 986
SMAS de Mafra	-	(465)	-	-	(465)	4 886
	14 365 371	599 635	838 933	380 599	16 184 539	12 050 877

A 31 de dezembro de 2023, a AdTA não tinha celebrado qualquer acordo transacional ou interposto qualquer processo de injunção.

#### Risco de crédito

Sobre o risco de crédito ver nota 4.4.

A 31 de dezembro de 2023 a situação era a seguinte:

SEGMENTO DE NEGÓCIO	NEGÓCIO "ALTA"			EMPRESAS DO GRUPO	TOTAL	
	TIPOLOGIA DE CLIENTES	MUNICÍPIOS	OUTROS			TOTAL
		RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO			RISCO ALTO
Exposição bruta	16 247 104	71 015	-	16 318 119	23 848	16 341 967
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida	16 247 104	71 015	-	16 318 119	23 848	16 341 967

SEGMENTO DE NEGÓCIO	NEGÓCIO "ALTA"							
	OUTROS				EMPRESAS DO GRUPO			
TIPOLOGIA DE CLIENTES	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO BRUTA	IMPARIDADE	% PERDA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Não vendida	62 794	-	-	62 794	23 848	-	-	23 848
Vencida até 180 dias	7 856	-	-	7 856	-	-	-	-
Vencida há mais de 180 dias	366	-	-	366	-	-	-	-
	<b>71 015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71 015</b>	<b>23 848</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23 848</b>

### Perdas por imparidade de clientes

No exercício de 2023 não foi reconhecida perda por imparidade relativamente a clientes.

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	(183)	-
Aumento	-	(183)
Reversões	183	-
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(183)</b>

## 11. OUTROS ATIVOS CORRENTES

### 11.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar a divulgação na nota 10.1 – Clientes

### 11.2 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a fornecedores	5 875	25 552
Outros devedores	938 428	935 186
Acréscimos de rendimentos	81 006	141 483
Gastos a reconhecer	334 393	487 845
Estado e Outros entes Públicos	1 520 112	948 356
	<b>2 879 814</b>	<b>2 538 422</b>
Imparidade	(243 859)	(243 859)
<b>Total</b>	<b>2 635 954</b>	<b>2 294 563</b>

Em "Outros devedores" é de salientar o montante de 402 510 euros, já registado nas contas de 2018, referente a prestação de caução ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no âmbito da Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, (Proc. 700/12.2BELSB) (nota 15.3). O valor em causa respeita a faturação que a Ambilogos considera devida no âmbito de realização de empreitada adjudicada pela ex-Empresa SIMTEJO. Este valor foi reconhecido em ativos intangíveis em curso por contrapartida de fornecedores de imobilizado-faturas em receção e conferência em 2018.

O valor de "Acréscimo de rendimentos", quer de 2023 quer de 2022, diz respeito a valor a receber de subsídios à exploração, os quais são deduzidos às rubricas de "Fornecimentos e Serviços Externos" e de "Gastos com o Pessoal" (notas 23 e 24, respetivamente).

Em "Gastos a reconhecer" os valores são referentes, na sua maioria, a prémios de seguro.

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31.12.2023	31.12.2022
IVA a receber	879 348	449 538
IVA reembolsos pedidos	639 243	498 333
Outros	1 522	485
<b>Estado e outros entes públicos ativos</b>	<b>1 520 112</b>	<b>948 356</b>

O valor de IVA a receber respeita ao período de novembro a dezembro de 2023, tendo sido efetuado o respetivo pedido de reembolso em janeiro de 2024, o qual foi recebido em inícios de fevereiro.

Em IVA reembolsos pedidos, o valor de 639 243 euros respeita ao período de agosto a outubro de 2023, e cujo recebimento já teve lugar em janeiro de 2024.

A Sociedade tem apresentado com regularidade pedidos de reembolso de IVA, por normalmente apurar IVA a receber, uma vez que a taxa do IVA a que tem direito à dedução (aquisições de bens e serviços) é superior à taxa do IVA a que liquida (por via de prestação de serviços e vendas). Em 2023 foram apresentados pedidos de reembolso no montante global de 3 104 132 euros, e foi recebido o montante de 2 963 223 euros.

### Imparidade para outros ativos

O valor da imparidade diz respeito à totalidade da dívida da Trevoeste, referente ao período da extinta Empresa Águas do Oeste por prestação de serviços de assessoria técnica e faturação de juros de mora.

## 12. INVENTÁRIOS

### 12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Sociedade, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

### 12.2 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias	3 256 211	3 007 424
Matérias-primas e subsidiárias	484 137	542 456
	<b>3 740 348</b>	<b>3 549 880</b>

As peças de manutenção por consumir estão classificadas na rubrica "Inventários - Mercadorias".

O movimento ocorrido nos exercícios de 2023 e 2022 e o apuramento do gasto com matérias consumidas foi o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Existência iniciais	3 549 880	2 269 811
Compras	4 671 015	5 267 482
CMVMC - Matérias subsidiárias (nota 22)	(4 480 548)	(3 987 412)
<b>Existências finais</b>	<b>3 740 348</b>	<b>3 549 880</b>

## 13. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

### 13.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

### 13.2 DETALHE

O detalhe de caixa e seus equivalentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 era o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	7 466	7 649
Depósitos à ordem	4 802 319	7 824 900
Depósitos a prazo	2 500 267	67 013 819
	<b>7 310 052</b>	<b>74 846 369</b>

Em depósitos a prazo, para os exercícios de 2023 e 2022, figuram os valores dos depósitos constituídos no IGCP (CEDIC), assim como os valores de juros a receber, correspondente ao horizonte temporal do respetivo exercício económico, de 267 euros em 2023 e de 13 819 euros em 2022, sendo que estes, face à sua natureza, não são considerados um elemento de "caixa e seus equivalentes no fim do exercício" na Demonstração de Fluxos de Caixa.

A 31 de dezembro de 2023 a AdTA tinha constituído um depósito a prazo, CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de curto prazo, no valor de 2,5 milhões de euros, à taxa de 2,95%, com início a 5 de dezembro de 2023 e maturidade a 23 de janeiro de 2024.

O motivo pelo qual o valor depósitos a prazo em 2023 é substancialmente inferior ao de 2022 deve-se à disponibilização de 55 milhões de euros à AdP-SGPS, ao abrigo do contrato de apoio de tesouraria (nota 8.3).

## 14. CAPITAL PRÓPRIO

### 14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

#### Capital

As ações ordinárias, de categoria A e B (nota 1.1), são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

## Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados/colocados à disposição, deduzidos da respetiva retenção na fonte, quando aplicável (nota 33).

### 14.2 CAPITAL SOCIAL

	% 31.12.2023	CAPITAL SUBSCRITO 31.12.2023	CAPITAL REALIZADO 31.12.2023	CAPITAL SUBSCRITO 31.12.2022	CAPITAL REALIZADO 31.12.2022
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,68%	57 538 912	57 538 912	57 538 912	57 538 912
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,00%	2 921	2 921	2 921	2 921
Alcobaça	0,79%	899 856	899 856	899 856	899 856
Alenquer	0,34%	384 003	384 003	384 003	384 003
Amadora	5,69%	6 458 431	6 458 431	6 458 431	6 458 431
Arruda dos Vinhos	0,05%	55 542	55 542	55 542	55 542
Azambuja	0,31%	346 735	346 735	346 735	346 735
Bombarral	0,10%	107 998	107 998	107 998	107 998
Cadaval	0,11%	123 253	123 253	123 253	123 253
Caldas da Rainha	0,54%	614 244	614 244	614 244	614 244
Lisboa	18,38%	20 866 618	20 866 618	20 866 618	20 866 618
Loures	7,30%	8 284 708	8 284 708	8 284 708	8 284 708
Lourinhã	0,27%	302 165	302 165	302 165	302 165
Nazaré	0,24%	273 724	273 724	273 724	273 724
Óbidos	0,12%	131 237	131 237	131 237	131 237
Odivelas	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
Oeiras	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Peniche	0,34%	386 004	386 004	386 004	386 004
Rio Maior	0,16%	183 768	183 768	183 768	183 768
Sintra	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Sobral de Monte Agraço	0,05%	57 438	57 438	57 438	57 438
Torres Vedras	0,63%	711 623	711 623	711 623	711 623
Vila Franca de Xira	2,54%	2 881 638	2 881 638	2 881 638	2 881 638
Ações próprias da Sociedade	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
	100%	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680

O capital no montante de 113 527 680 euros é constituído por 113 527 680 ações de 1,00 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Em março de 2020 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., declarou formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e após a necessária autorização da Tutela, sendo que, na mesma declaração, expressa, tendo por base o seu enquadramento legal, que a AdTA se encontra excepcionada de apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do n.º 1 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia Geral de 23 de junho de 2020, a acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., considerando a caducidade das deliberações tomadas na assembleia geral de 16 de março de 2018 relativas à alienação do lote de 2 521 433 ações próprias da Sociedade, deliberou dar início ao procedimento para a alienação das mesmas nos termos e em conformidade como disposto no artigo 320.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nos artigos 1.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro, mandatando o Conselho de Administração da AdTA para proceder à contratação de uma entidade avaliadora independente para determinação do valor das ações.

A AdTA em finais de 2020 contratou para o efeito a Ernst & Young, S.A., tendo sido o estudo concluído e apresentado em início de fevereiro de 2021, e subsequente submissão à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) do pedido de aprovação da venda das ações, de acordo com a avaliação proposta no Estudo, para posterior formalização da consulta aos acionistas sobre intenção de compra.

A 11 de fevereiro de 2021 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, reforçou o transmitido no passado, declarando formalmente junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2 521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas.

À presente data, a AdTA encontra-se a aguardar a decisão da área governativa das Finanças.

### 14.3 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido	7 012 016	5 600 976
Número médio de ações	113 527 680	113 527 680
<b>Resultado por ação básico e diluído</b>	<b>0,06</b>	<b>0,05</b>

O número médio de ações inclui o número de ações próprias da Sociedade (2 521 433).

### 14.4 MOVIMENTOS NO ANO

	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVA LEGAL	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2021</b>	113 527 680	(2 521 433)	1 020 039	3 750 162	115 776 448
Aplicação do resultado líquido do exercício 2021			187 508	(187 508)	-
Dividendos atribuídos				(3 562 654)	(3 562 654)
Resultado líquido do exercício 2022				5 600 976	5 600 976
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	113 527 680	(2 521 433)	1 207 547	5 600 976	117 814 769
Aplicação do resultado líquido do exercício 2022			280 049	(280 049)	-
Dividendos atribuídos				(5 320 927)	(5 320 927)
Resultado líquido do exercício 2023				7 012 016	7 012 016
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	113 527 680	(2 521 433)	1 487 596	7 012 016	119 505 858

	31.12.2022	CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS	DIVIDENDOS	RESULTADO LÍQUIDO	31.12.2023
Resultado líquido do exercício	5 600 976	(280 049)	(5 320 927)	7 012 016	7 012 016
	5 600 976	(280 049)	(5 320 927)	7 012 016	7 012 016

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Reservas Legais, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

A aplicação de resultados de 2022 foi aprovada conforme ata n.º 14 da Assembleia Geral de 15 de março de 2023.

No decorrer do ano de 2023, do valor de dividendos, referente ao exercício de 2022, de 5 320 927 euros, foi pago o montante de 4 782 722 euros, respeitando o diferencial a retenções na fonte de IRC (nota 33).

## 15. PROVISÕES

### 15.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdTA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, com base na melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Sociedade. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

#### Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Sociedade que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdTA procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

### 15.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A AdTA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdTA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 15.3 DETALHE E MOVIMENTO

A 31 de dezembro de 2023, a AdTA tinha constituídas as seguintes provisões:

	31.12.2023	31.12.2022
Provisões para processos judiciais (nota 26)	539 324	204 492
	539 324	204 492

O valor de 539 324 euros, respeita a processos de contencioso a decorrer em tribunal, nomeadamente aos processos:

- i. Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy - Comércio e Instalações Técnicas, Lda, no valor de 25 207 euros;
- ii. Processo referente ao acidente de trabalho mortal ocorrido na Guia, no valor de 108 495 euros (valor que veio a ser pago em janeiro de 2024);
- iii. Processo referente a reclamação de revisão extraordinária de preços pela DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A, no valor de 405 622 euros.

O movimento ocorrido no exercício de 2023 foi o seguinte:

	31.12.2022	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	31.12.2023
Provisões para processos judiciais (nota 26)	204 492	405 622	(70 790)	539 324
	204 492	405 622	(70 790)	539 324

A diminuição de 70 790 euros respeita ao processo referente ao acidente de trabalho mortal ocorrido na Guia, cujo valor inicial da provisão havia sido de 179 284 euros.

#### Processos judiciais em curso

A Sociedade faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências, e nessa sequência constituiu provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada, houve lugar à constituição de provisões anteriormente referidas, não tendo sido identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2023 os processos judiciais em curso eram os seguintes:

##### Processo 1440/11.5BELSB

Ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) SIMTEJO, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Seguradora AIG – Europe, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 2), para pagamento de indemnização de 1 007 500 euros e juros de mora. Proferida sentença para pagamento ao autor de 88 165,00 euros. Em fase de recurso.

##### Processo 700/12.2BELSB

Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, para pagamento de 402 509,60 euros, valor igualmente reclamado em sede de inquérito administrativo da empreitada. Remetido para TAF Sintra. Apesar de este processo estar aqui referido, o mesmo não constitui um passivo contingente, na medida em que está o valor de 402 509,60 euros reconhecido nas contas, em fornecedores de imobilizado (nota 11.2).

##### Processo 371/15.4BELSB

Ação intentada por Somague Engenharia, SA, Evolution, Engenharia, S.A., e Somague-Edifer ACE, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 1), para pagamento 665 679,21 euros, com pedido reconvenicional de 1 966 696,97 euros. Aguarda designação data julgamento.

##### Processo 982/17.3BELRA

Ação intentada pela Euro Insurances Limited no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1) contra a Câmara Municipal de Rio Maior, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA, que, por sua vez, deduziu incidente de intervenção acessória da Corretora MDS, para pagamento de 17 609,00 euros. Concluída a fase de articulados.

##### Processo 2088/2.9BEPRT

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy - Comércio e Instalações Técnicas, Lda., no valor de 14 957,23 euros. TCAS determinou reapreciação 1.ª Instância. Em fase de fixação da indemnização a suportar pela AdTA.

##### Processo 243/19.3BELSB

Impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela Empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, no âmbito da execução do contrato de "Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos" celebrado com a Empresa EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de 15 195,00 euros. O valor do processo é de 35 336,00 euros e está em fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º 1099/19.1BEPRT. Foi emitido despacho a conceder um prazo às Partes para chegarem a acordo, conforme solicitado pelas Partes.

##### Processo 538/13.0BELRA

Impugnação judicial dos atos de liquidação oficiosa, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, efetuados na sequência da PROAVE e que se reportam ao período compreendido entre 2005 e 2010, tendo sido invocada a caducidade do direito à liquidação relativamente às contribuições pagas anteriormente a janeiro de 2009 (referente à Águas do Oeste, S.A.), o valor do processo é de 92 049,02 euros. Foi emitido parecer do Ministério Público (23/04/2019), a considerar que tendo em conta a data de notificação das liquidações invocada pela impugnante e não contrariada pela Segurança Social (13/1/2013) terá caducado o direito à liquidação relativa a prémios pagos anteriormente a janeiro de 2009, devendo a ação ser procedente em matéria de caducidade. Em 23/02/2021, foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a impugnação, determinando a anulação do ato tributário impugnado na parte relativa às obrigações contributivas referentes aos períodos de 2005, 2006 e 2007 e absolvendo o Instituto da Segurança Social, IP, quanto ao demais. Foi ainda decidido que são ambas as partes responsáveis pelo pagamento das custas na proporção do decaimento, atendendo aos valores das remunerações dos anos a que respeitam as contribuições, que se fixou em 70% para o Instituto da Segurança Social, IP e 30% para a Impugnante. Foi interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, com vista à anulação do ato tributário impugnado na parte relativa às obrigações contributivas referente ao período de 2008, com fundamento de caducidade do direito à liquidação, bem como foi requerida a reforma quanto a custas judiciais da sentença em conformidade com a proporção do decaimento. As obrigações contributivas referentes ao período de 2008 perfazem o montante de 20 727,31 euros. Continua-se a aguardar decisão.

##### Processo 2237/19.0T8VFX

Ação referente a acidente de trabalho, autor Nuno Alberto Gomes Ferreira, Juízo do Trabalho de Vila Franca de Xira - Juiz 2, no valor de 5 499,97 euros. Findo em 2023 tendo sido absolvida a AdTA.

##### Processo 1941/21.7BELSB

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por WAVE. Consulting Unipessoal, Lda.. Proferida sentença absolvição AdTA e recurso para TCAS pela autora.

##### Processo 3404/20.9.T8CSC

Intentada por Marinela Sequeira de Castro no Juízo de Trabalho de Sintra - Juiz 3 referente a acidente de trabalho mortal. No valor 179 284,29 euros. Proferida sentença que condenou a Águas do Tejo Atlântico a pagar indemnização e pensão mensal vitalícia à viúva do trabalhador.

#### Processo 2362/22.0T8CSC

Ação emergente de contrato de trabalho em que ex-trabalhador temporário solicita o reconhecimento da sua relação laboral com a Manpower (ETT) como contrato de trabalho sem termo e ilícito o seu despedimento, pedindo que a AdTA seja, subsidiariamente, condenada nesses efeitos (pedido de indemnização de antiguidade entre outros); subsidiariamente, pede indemnização por antecipação do prazo de caducidade. Ação a decorrer no Juiz 2 de Trabalho de Cascais - Comarca de Lisboa Oeste, no valor de 33 503 euros. Findos os articulados e proferido Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que, dando razão à AdTA, revogou a decisão de Intervenção Principal Provocada da empresa, aguarda-se a baixa do processo e decisão sobre alteração do pedido e da causa de pedir.

#### Processo 1073/13.1BELSB

Ação intentada por Carlos Neta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (Unidade Orgânica 3) para restituição de terreno e indemnização de 28 102,00 euros. Em 2022 foi proferida sentença que absolveu a Águas do Tejo Atlântico, contudo, foi colocado recurso sobre o qual se aguarda decisão.

#### Processo 264/19.6BELSB

Ação intentada por Luís dos Santos Pereira, contra a EPAL, que deduziu incidente de intervenção acessória da Águas do Tejo Atlântico (Unidade Orgânica 3, para pagamento de indemnização de 5 017,90 euros e juros de mora. Concluída a fase de articulados.

#### Processo 118/23.1BECBR

Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por CTGA - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, Lda., no TFA Coimbra, no valor de 14 097,08 euros. A Águas do Tejo Atlântico foi absolvida, estando o processo em fase de recurso.

#### Processo 841/23.1BELSB

Reclamação de revisão extraordinária de preços pela DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A., apresentada no TAC Lisboa, pelo valor de 405 621,89 euros. Aguarda audiência prévia.

#### Processo 296/23.0T8CSC

Ação emergente de contrato de trabalho, no valor de 4 042,92 euros, em que o ex-trabalhador temporário solicita o reconhecimento da sua relação laboral com a AdTA na sequência de um contrato de Utilização de Trabalho celebrado com a Grandalvo (também Ré a título subsidiário) ao abrigo do qual exerceu funções para a AdTA até 28.02.2022 e como ilícita a cessação do contrato/despedimento com o pagamento de todas as retribuições vencidas e vincendas até decisão final; subsidiariamente, peticiona também uma indemnização de antiguidade. Proferida decisão de suspensão da instância após finda a fase dos articulados.

#### Processo 2338/23.0T8BRR

Ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento intentada pela ex-trabalhadora Maria Manuela Caeiro Almeida, Juiz 1 do Trabalho do Barreiro, no valor de 2 000,00 euros. Nesta fase apenas se conhece a pretensão da trabalhadora em impugnar o seu despedimento, desconhecendo-se que pedidos concretos apresentará. Fase dos articulados - apresentada pela Empresa a motivação do despedimento aguarda-se pela apresentação da contestação da trabalhadora, com eventual pedido reconvenicional.

#### Processo de Inquérito n.º 7939/23.3T9LSB

Denúncia apresentada na DIAP de Lisboa - 6ª Secção, pela Águas do Tejo Atlântico, contra a ex-trabalhadora Maria Manuela Caeiro Almeida por factos que poderão consubstanciar a prática de um crime de falsificação de documentos (no âmbito de uma empreitada na qual era Gestora de Contrato). Fase de inquérito. Apresentada a denúncia em dezembro de 2023, aguardam-se os ulteriores termos do processo.

Dos processos acima elencados, por serem de desfecho incerto, afiguram-se como passivos contingentes, e não relevam para o reconhecimento de provisões, com exceção do Processo 700/12.2BELSB-Ação intentada pela Ambilogos, conforme nota 11.2, e dos processos 2088/2.9BEPRT-Ação de impugnação de contencioso pré-contratual intentada por 4 Energy, 3404/20.9.T8CSC

referente a acidente de trabalho mortal e 841/23.1BELSB - TAC Lisboa - Reclamação de revisão extraordinária de preços pela DST - Domingos da Silva Teixeira, S.A., conforme nota 15.3.

Face ao exercício de 2022, foi extinto o seguinte processo:

#### Processo 865/20.0BELSB

Impugnação do ato de adjudicação proferido no âmbito do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a "celebração de contrato de seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as Empresas do Grupo Águas de Portugal", quanto ao Lote 1 - Seguros de Saúde, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, pelo valor de 3 329 296,26 euros. Por sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de 10/11/2020 foi julgada totalmente improcedente a ação intentada pelas Empresas AON Portugal, S.A. e OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tendo estas interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, tendo este Tribunal, por acórdão proferido em 09/11/2023, negado provimento ao recurso e mantido a decisão recorrida, dando, assim, ganho total de causa às empresas do Grupo AdP. O referido acórdão não foi objeto de recurso de revista para o Supremo Tribunal Administrativo, pelo que transitou em julgado a 28/11/2023.

### Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

BENEFICIÁRIOS		31.12.2023	31.12.2022
Administração do Porto de Lisboa	Utilização de parcelas da APL	24 821	24 821
APA Agência Portuguesa do Ambiente	Caução no âmbito da Licença de Produção de Água para Reutilização	-	750
EDP	Relações comerciais com a ERSE	3 959	3 959
Infraestruturas de Portugal	Boa execução de trabalhos	65 025	65 025
Tribunais	Diversos (expropriações, indemnizações, etc.)	4 479 614	4 479 614
		<b>4 573 419</b>	<b>4 574 169</b>

## 16. ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

### 16.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

### 16.2 DETALHE E MOVIMENTO

Conforme expresso na nota 2.2.4, a AdTA, com base no disposto no Contrato de Concessão, bem como de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, reconhece a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados ou em investimentos de expansão e modernização aprovados ou impostos pelo Concedente.

	31.12.2023	31.12.2022
Acréscimos de gastos de investimento contratual	104 597 430	110 486 524
	<b>104 597 430</b>	<b>110 486 524</b>

Movimento do período:

	31.12.2023
Saldo inicial	110 486 524
Dotação do exercício (nota 25)	3 483 917
Transferência para direito de utilização de infraestruturas (nota 5.3)	(9 373 012)
Saldo final	<b>104 597 430</b>

Tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de ativo intangível em curso, para firme, foi transferido da rubrica “Acréscimos de gastos de investimento contratual” o montante de 9 373 012 euros (12 200 299 euros em 2022), o qual representa as amortizações acumuladas do investimento efetivamente executado no ano de 2023 (nota 5.3).

## 17. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

### 17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdTA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização/depreciação dos ativos subjacentes.

### 17.2 DETALHE E MOVIMENTO

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe dos subsídios ao investimento era o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de Coesão	110 916 950	115 680 082
FEDER	18 066	18 937
POSEUR	847 105	887 053
Fundo Ambiental - Viaturas Elétricas	24 694	-
Fundo Ambiental - Outras	41 133	43 045
Outros subsídios	36 242	37 926
	111 884 190	116 667 042

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2023 e 2022 foram conforme os constantes nos seguintes quadros:

	31.12.2022	RESULTADOS	AUMENTOS	31.12.2023
Fundo de Coesão	115 680 082	(4 763 132)	-	110 916 950
FEDER	18 937	(871)	-	18 066
POSEUR	887 053	(39 948)	-	847 105
Fundo Ambiental - Viaturas Elétricas	-	(5 306)	30 000	24 694
Fundo Ambiental - Outras	43 045	(1 911)	-	41 133
Outros subsídios	37 926	(1 684)	-	36 242
	116 667 042	(4 812 852)	30 000	111 884 190

	31.12.2021	RESULTADOS	REGULARIZAÇÕES	31.12.2022
Fundo de Coesão	120 346 927	(4 735 156)	68 311	115 680 082
FEDER	19 807	(871)	-	18 937
POSEUR	938 409	(21 197)	(30 159)	887 053
Fundo Ambiental	44 732	(1 687)	-	43 045
Outros subsídios	39 412	(1 486)	-	37 926
	121 389 287	(4 760 397)	38 152	116 667 042

No exercício de 2023, o valor recebido foi de 87 051 euros, 30 000 euros do Fundo Ambiental, referente a subsídio de 3 viaturas elétricas, e o remanescente, de 57 051 euros, respeitante ao POSEUR. Na coluna aumentos, o valor respeita ao recebimento do Fundo Ambiental para subsídio na aquisição, em regime de AOV, de 3 viaturas elétricas.

A Sociedade reconhece o direito ao subsídio, tendo por base o valor das candidaturas, de acordo com o valor de investimento realizado.

## 18. EMPRÉSTIMOS

### 18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdTA apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

#### Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de encargos financeiros com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa aos encargos financeiros com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Sociedade liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

#### Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

### 18.2 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos bancários BEI	158 085 678	173 266 902
<b>Não correntes</b>	<b>158 085 678</b>	<b>173 266 902</b>
Empréstimos bancários BEI	15 321 575	14 490 718
Descoberto bancário	-	2 807
Juros a liquidar	332 867	362 693
<b>Correntes</b>	<b>15 654 441</b>	<b>14 856 217</b>
<b>Total de empréstimos</b>	<b>173 740 119</b>	<b>188 123 119</b>

Os contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e as Empresas do Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda as seguintes obrigações que garantem as atuais condições contratuais dos financiamentos:

- Alterações na estrutura acionista das Empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de Empresas;
- Alterações no património das Empresas;
- Alteração/ cessação da atividade das Empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;
- Operações serem realizadas com aval/ garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das Empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constituiu-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

#### Movimento nos empréstimos obtidos

	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL
Saldo inicial	173 266 902	14 856 217	188 123 119
Reembolso de capital	-	(14 490 718)	(14 490 718)
Amortização de descoberto bancário	-	(2 807)	(2 807)
Reclassificação de não corrente para corrente	(15 321 575)	15 321 575	-
Varição no custo amortizado	140 351	-	140 351
Varição na especialização de juros	-	(29 826)	(29 826)
Saldo Final	158 085 678	15 654 441	173 740 119

#### Empréstimos por maturidade

	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	15 654 441	14 856 217
De 1 a 2 anos	16 202 655	15 278 012
De 2 a 3 anos	16 937 132	16 202 655
De 3 a 4 anos	19 821 903	16 937 132
De 4 a 5 anos	21 118 893	19 821 903
Superior a 5 anos	84 005 096	105 027 201
	173 740 119	188 123 119

O valor em dívida dos empréstimos BEI, sem ter em consideração o valor dos juros e o do custo amortizado, era o seguinte a 31 de dezembro de 2023:

DATA INICIAL EMPRÉSTIMO	DATA FINAL DO EMPRÉSTIMO	CONTRATO / LINHA	TRANCHE	Nº	VALOR NEGOCIADO	VALOR EM DÍVIDA	TAXA	TIPO DE TAXA	DATA DE REVISÃO DA TAXA
19/06/2006	15/09/2030	BEI II	A	7	11 000 000	6 724 146	0,584%	fixa	15/09/2025
13/12/2006	16/12/2030	BEI III	A	50	21 333 333	11 474 005	4,002%	fixa	16/12/2025
21/11/2007	16/12/2030	BEI III	A	52	13 333 333	7 171 253	0,841%	fixa	16/12/2025
08/07/2008	16/12/2030	BEI III	A	9	15 000 000	8 067 660	0,035%	fixa	16/12/2021
08/08/2008	16/12/2030	BEI III	A	54	5 333 333	2 868 501	0,035%	fixa	16/12/2021
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	A	16	3 500 000	2 139 501	2,529%	fixa	15/09/2025
15/12/2008	15/09/2030	BEI II	B	17	7 500 000	4 584 645	2,529%	fixa	15/09/2025
16/12/2008	16/12/2030	BEI III	A	56	5 333 333	2 868 501	0,035%	fixa	16/12/2021
16/07/2009	16/09/2032	BEI III	B	18	10 000 000	6 540 800	1,984%	fixa	16/09/2027
08/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	24	6 400 000	3 912 230	1,822%	fixa	16/09/2025
11/12/2009	15/09/2030	BEI II	B	22	32 000 000	19 561 152	1,822%	fixa	16/09/2025
16/12/2009	16/06/2034	BEI III	C	27	35 000 000	25 674 635	0,108%	fixa	16/06/2029
10/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	32	45 000 000	33 010 245	3,567%	fixa	16/06/2025
16/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	58	10 666 667	7 824 651	3,745%	fixa	16/06/2025
16/12/2010	16/06/2034	BEI III	C	33	15 000 000	11 003 415	0,000%	fixa	16/06/2029
17/12/2012	16/06/2034	BEI III	C	60	5 333 333	3 912 325	2,881%	fixa	16/06/2025
17/12/2012	16/06/2034	BEI III	C	45	23 000 000	16 871 903	2,881%	fixa	16/06/2025
					264 733 333	174 209 570			

#### Empréstimos por tipo de taxa e maturidade

A AdTA apenas tem empréstimos à taxa fixa.

TAXA DE JURO FIXA	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 anos	15 654 441	14 856 217
De 1 a 2 anos	16 202 655	15 278 012
De 2 a 3 anos	16 937 132	16 202 655
Superior a 3 anos	124 945 892	141 786 236
	173 740 119	188 123 119

#### Justo valor

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos BEI. Em consequência dos montantes e maturidades envolvidas nestes empréstimos (25 anos) e ao facto da escassez de comparativos sustentados de mercado que permitam avaliar a que taxas de financiamento alternativas ao BEI o Grupo AdP se poderia financiar, os referidos empréstimos encontram-se valorizados ao custo amortizado, no pressuposto de que o mesmo não difere significativamente do seu valor nominal.

## 19. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

### 19.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AdTA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como passivos não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### 19.2 DETALHE

Fornecedores e outros passivos não correntes

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe de fornecedores e outros passivos não correntes, era o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Integração de infraestruturas municipais	692 917	1 099 018
Município de Torres Vedras	692 917	1 099 018
	692 917	1 099 018

A diminuição do valor em dívida em 2023, face ao registado em 2022, decorre da atualização do valor da dívida, decorrente das estimativas da inflação e da alteração de método de cálculo em 2023 face ao utilizado em 2022.

	NOTA	31.12.2023	31.12.2022
Divida nominal		459 135	505 048
Atualização económica - IHPC (FSE's)		191 535	174 664
Atualização financeira (juros)	29 e 30	110 516	497 577
Total divida corrente e não corrente		761 185	1 177 289

## Fornecedores e outros passivos correntes

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe de fornecedores e outros passivos correntes, era o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores correntes	9 466 259	6 034 903
Outros passivos correntes	9 221 253	7 694 607
Estado e outros entes públicos	4 255 687	3 580 684
	22 943 200	17 310 194

### i. Fornecedores correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de investimentos	2 779 841	1 292 143
Fornecedores de investimentos-Cauções/Retenções	1 145 946	897 769
Fornecedores de investimentos - Litígios	1 210 512	1 210 512
Fornecedores de investimentos - faturas em receção e conferência	450 000	-
Integração de infraestruturas municipais	68 268	78 271
Município de Torres Vedras	68 268	78 271
Fornecedores gerais	3 568 240	2 536 356
Fornecedores empresas do Grupo	10 157	6 083
Fornecedores gerais faturas em receção e conferência	233 296	13 769
	9 466 259	6 034 903

A rubrica "Fornecedores de Investimento-Cauções/Retenções" respeita a cauções e retenções por garantia de obra e a rubrica "Fornecedores de investimentos – Litígios" respeita a valores por pagar de situações em litígio, ou que os fornecedores estão em processo de insolvência. No quadro seguinte apresenta-se a composição do saldo de "Fornecedores de investimentos – Litígios":

O valor de 450 000 euros registado em "Fornecedores de investimentos - faturas em receção e conferência" foi já regularizado em 2024.

	31.12.2023	31.12.2022
Somague / Edifer	474 343	474 343
Ambilogos, Lda	412 510	412 510
Sacyr Somague, S.A.	73 612	73 612
Edifer Construcoes Pires Coelho	73 612	73 612
Malonga Construções SA	67 721	67 721
Ecotecnica	63 096	63 096
Leirislina - Soc. Construções, S.A.	24 223	24 223
Constragraço - Construções Civis Lda	6 086	6 086
Assis & Gabriel, Lda.	4 993	4 993
Pinto & Bentes S.A.	3 091	3 091
Qvc Consulting	2 322	2 322
Oikos Construções, S.A.	2 057	2 057
Poliobra - Const Civis Lda	2 057	2 057
Tecmais-Eng e Ambiente, S.A.	788	788
	1 210 512	1 210 512

O Prazo Médio de Pagamentos de 2023 foi de 30 dias, igual ao de 2022.

### ii. Outros passivos correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Acréscimos com férias e subsídio de férias	1 826 288	1 601 212
Outros Acréscimos de gastos c/ Pessoal	67 566	896 627
Outros acréscimos e diferimentos	2 925 259	2 255 409
Rendimentos a reconhecer - Fundo Ambiental	1 244 845	840 706
Componente tarifária acrescida	2 389 724	2 004 674
Cauções a fornecedores e outras	76 028	83 331
Remunerações a pagar ao Pessoal	652 947	-
Outros credores	38 596	12 648
	9 221 253	7 694 607

A rubrica "Acréscimos com férias e subsídio de férias" representa a obrigação da Sociedade para com os trabalhadores referente a remunerações com subsídio de férias e férias (Incluindo encargos) do ano de 2023, os quais serão pagos a partir de 1 de janeiro de 2024.

A Sociedade registou ainda nesta rubrica a estimativa de gastos inerente ao impacto do aumento médio salarial de 5% no Grupo AdP em 2024, na componente de férias e subsídio de férias a liquidar em 2024 por trabalho prestado em 2023, no valor de 86 793 euros, na medida em que as férias e subsídio de férias são pagos ao valor da remuneração mensal do momento em que são pagos e não ao valor da remuneração mensal do momento em que o trabalho foi prestado.

Em "Outros acréscimos de gastos c/ pessoal", encontram-se reconhecidos os valores respeitantes às estimativas de gastos com pessoal inerentes a:

- Progressões salariais decorrentes do Processo de Avaliação de Desempenho de 2022, no valor de 42 250 euros. Este valor corresponde ao gasto de 9 meses de retribuição salarial, acrescidos dos Subsídios de Férias e Natal;
- Acréscimo de gastos referente aos Administradores não Executivos, e cujo valor será para pagar à AdP-SGPS, no montante de 24 314 euros.

Em 2022, estavam reconhecidos nesta rubrica os gastos estimados com as reclassificações da 2ª fase, ao abrigo da cláusula 21ª do ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), no valor de 892 248 euros.

A rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui a aplicação da periodização económica dos gastos suportados com, (i) eletricidade no montante de 885 333 euros (2022: 790 146 euros), (ii) tratamento de lamas no montante de 80 972 euros (2022: 103 341 euros), (iii) trabalhos especializados no montante de 540 426 euros (2022: 163 738 euros), (iv) gastos de conservação e reparação de 858 895 euros (2022: 750 332 euros), (v) seguros de 307 152 euros (2022: 92 753 euros), e de (vi) gastos diversos no montante de 252 481 euros (2022: 322 812 euros).

Quanto à rubrica "Rendimentos a reconhecer" com o valor de 1 244 845 euros, este respeita na totalidade ao valor ainda por reconhecer como rendimento do total recebido do Fundo Ambiental no âmbito da candidatura AgIR-Plano de Ação para Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste, Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021. Esta candidatura financia as despesas elegíveis em 100%, recebendo a Sociedade por ano determinada verba para fazer face às despesas a incorrer nesse ano, a título de adiantamento. O valor recebido em 2022 foi de 1 milhão de euros, e em 2023 de 1,2 milhões de euros.

A rubrica "Componente tarifária acrescida" corresponde ao valor cobrado aos clientes da Tejo Atlântico (ex-SIMTEJO e ex-SANEST), e que é entregue à Águas do Vale do Tejo trimestralmente, apenas na parte efetivamente recebida dos clientes, não constituído por isso um rendimento da Sociedade. O valor correspondente ao último trimestre de 2023, foi faturado em janeiro de 2024 e pago no decorrer de fevereiro de 2024.

Em “Remunerações a pagar ao Pessoal” o valor respeita ao valor processado em dezembro de 2023, mas apenas pago em janeiro de 2024, referente às reclassificações da 2ª fase, ao abrigo da cláusula 21ª do ACT (Acordo Coletivo de Trabalho).

iii. Estado e outros entes públicos

	31.12.2023	31.12.2022
Retenções - IRS	333 966	146 869
Retenções - Segurança social	606 174	273 155
Retenções - Outros	9 874	4 291
Outras tributações - TRH	3 305 673	3 156 369
<b>Estado e outros entes públicos passivos</b>	<b>4 255 687</b>	<b>3 580 684</b>
	<b>(2 735 575)</b>	<b>(2 632 328)</b>

Os valores de retenções de IRS, Segurança Social e de outros impostos registados a dezembro de 2023, foram liquidados em janeiro de 2024.

O valor registado em “Outras tributações-TRH” será pago em março de 2024, aquando da emissão da faturação por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVOS E PASSIVOS NÃO CLASSIFICADOS COMO INSTRUMENTOS FINANCEIROS	TOTAL DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31.12.2023
Ativos intangíveis	-	-	-	419 141 698	419 141 698
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	573 803	573 803
Ativos sob direito de uso	-	-	-	108 774	108 774
Outros ativos financeiros não correntes	33 428	-	33 428	-	33 428
Impostos diferidos ativos	-	-	-	57 768 053	57 768 053
Inventários	-	-	-	3 740 348	3 740 348
Clientes	16 341 967	-	16 341 967	-	16 341 967
Outros ativos correntes	1 115 843	-	1 115 843	1 520 112	2 635 954
Outros ativos financeiros correntes	55 013 154	-	55 013 154	-	55 013 154
Caixa e seus equivalentes	7 310 052	-	7 310 052	-	7 310 052
<b>Total do ativo</b>	<b>79 814 444</b>	<b>-</b>	<b>79 814 444</b>	<b>482 852 788</b>	<b>562 667 232</b>
Provisões	-	-	-	539 324	539 324
Acréscimos gastos investimento contratual	-	-	-	104 597 430	104 597 430
Subsídios ao investimento	-	-	-	111 884 190	111 884 190
Empréstimos não correntes	-	158 085 678	158 085 678	-	158 085 678
Passivos por locação não correntes	-	-	-	78 146	78 146
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	692 917	692 917	-	692 917
Impostos diferidos passivos	-	-	-	13 902 971	13 902 971
Desvio de recuperação de gastos (Superavit tarifário)	-	-	-	14 727 578	14 727 578
Empréstimos correntes	-	15 654 441	15 654 441	-	15 654 441
Passivos por locação correntes	-	-	-	34 879	34 879
Fornecedores e outros passivos correntes	-	18 687 513	18 687 513	4 255 687	22 943 200
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	20 620	20 620
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>193 120 549</b>	<b>193 120 549</b>	<b>250 040 824</b>	<b>443 161 374</b>

## 21. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

### 21.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Sociedade. O rédito compreende assim, o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. A AdTA apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela ERSAR.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdTA, existe apenas uma obrigação de desempenho (“performance obligation”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

#### Prestação de serviços

Atividade regulada – Serviços em “alta” - Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) rendimentos tarifários; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

#### Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

#### Desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário)

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.5.

### 21.2 DETALHE

	31.12.2023	31.12.2022
Vendas	93 749	29 488
Prestações de Serviços	90 670 465	83 393 461
	<b>90 764 213</b>	<b>83 422 949</b>
	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	17 204 384	13 696 300
	<b>17 204 384</b>	<b>13 696 300</b>
	31.12.2023	31.12.2022
Desvio de Recuperação de gastos (superavit tarifário)	(2 573 211)	(4 560 590)
	<b>(2 573 211)</b>	<b>(4 560 590)</b>

Tal como referido na nota 2.2.6 a AdTA não tem margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói). Deste modo, o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante e correspondem ao investimento realizado no ano (nota 5).

## Vendas e prestação de serviços por cliente e natureza

	31.12.2023	31.12.2022
Alcobaça	1 442 179	1 324 982
Amadora	6 346 694	5 864 157
Arruda dos Vinhos	519 084	477 330
Bombarral	460 144	422 751
Cadaval	464 356	426 621
Lisboa	27 823 140	25 783 740
Loures	8 063 568	7 472 519
Lourinhã	998 923	917 747
Nazaré	698 365	641 613
Óbidos	552 339	507 454
Odivelas	4 785 598	4 434 819
Oeiras	5 780 684	5 270 334
Peniche	611 566	561 868
Rio Maior	744 736	684 216
Sintra	11 131 226	10 112 817
Sobral de Monte Agraço	214 416	196 992
Torres Vedras	3 052 052	2 804 031
Vila Franca de Xira	4 310 194	3 994 262
Caldas da Rainha (transporte)	660 978	575 012
<b>Total de vendas a partes relacionadas</b>	<b>78 660 242</b>	<b>72 473 266</b>
Alenquer	1 369 444	1 258 159
Azambuja	605 079	555 908
Mafra	2 032 283	1 883 319
Cascais	7 663 409	6 958 012
Outros clientes não municipais	340 008	264 797
IKEA - água residual tratada	31 648	29 488
Acréscimo ApR (água residual tratada fornecida a Lisboa)	62 100	-
<b>Total de vendas a outros clientes</b>	<b>12 103 972</b>	<b>10 949 683</b>
	<b>90 764 213</b>	<b>83 422 949</b>

A faturação da AdTA decorreu nos moldes previstos da cláusula 16.<sup>a</sup> do Contrato de Concessão, com base nos rendimentos tarifários previstos no seu Anexo III.

A Águas do Tejo Atlântico submeteu à apreciação do Concedente a atualização para o exercício de 2023 da tarifa e dos rendimentos tarifários estabelecidos no Contrato de Concessão, a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos termos do disposto do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo sido obtido parecer favorável por parte da ERSAR através da comunicação O-004423/2022, de 12 de setembro de 2022, e sequente aprovação de S. Exa. a Secretária de Estado do Ambiente, ao abrigo do Despacho n.º48/SEAE/2022, de 4 de outubro de 2022.

A variação dos valores de faturação aos clientes municipais, na atividade de tratamento, resulta apenas da atualização dos rendimentos tarifários, que face a 2022 aumentou em 8,62%.

A Empresa procedeu ainda ao reconhecimento em vendas e prestação de serviços do valor a faturar ao Município de Lisboa de 62 100 euros, referente ao fornecimento de água residual tratada (ApR), cujo contrato subjacente à data de 31 de dezembro de 2023 se encontrava em fase de assinatura.

## 22. GASTO DAS VENDAS

	31.12.2023	31.12.2022
Matérias subsidiárias (nota 12.2)	4 480 548	3 987 412
	<b>4 480 548</b>	<b>3 987 412</b>
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC12)	17 204 384	13 696 300
	<b>17 204 384</b>	<b>13 696 300</b>

## 23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

### 23.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, sendo apresentados a deduzir aos gastos relacionados.

Trabalhos para a própria Empresa, são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável, razão pela qual esta rubrica não é apresentada na demonstração dos resultados.

## 23.2 DETALHE

	31.12.2023	31.12.2022
Assistência técnica	74 922	1 268
Análises/ Monitorização	346 801	346 174
Tratamento de resíduos	951 085	838 846
Tratamento de efluentes	203 034	401 571
Tratamento de lamas	7 770 538	6 969 764
Fee's gestão serviços	2 178 341	2 002 151
Assessoria Jurídica	187 311	110 809
Assistência Informática	233 356	159 521
Trabalhos Especializados-Outros	1 017 934	625 709
Publicidade e propaganda	251 212	314 503
Vigilância	339 755	414 210
Segurança	397 581	328 673
Honorários	174 913	351 518
Conservação e reparação	10 681 414	9 658 011
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	213 750	283 790
Rendas e alugueres	1 084 090	780 788
Eletricidade	9 756 717	3 527 237,84
Combustíveis	359 866	444 715
Fornecimento de água	372 933	584 731
Comunicação	112 091	129 881
Seguros	541 562	490 148
Limpeza higiene e conforto	408 786	364 005
Desinfecção às instalações	17 403	14 589
Trabalho temporário	919 203	1 083 630
Jardinagem	350 002	388 554
Outros fornecimentos e serviços	682 941	665 377
	<b>39 627 540</b>	<b>31 280 172</b>
FSE's capitalizados	-	-
<b>Total de FSE's brutos</b>	<b>39 627 540</b>	<b>31 280 172</b>
Subsídios à exploração - respeitantes a FSE's	(38 422)	(44 189)
<b>Total de FSE's líquidos de subsídios à exploração</b>	<b>39 589 118</b>	<b>31 235 983</b>

Em outros fornecimentos e serviços estão incluídos gastos com honorários, auditorias e assessorias, material de laboratório, etc..

Conforme referido na nota 23.1, os subsídios à exploração são deduzidos aos gastos de acordo com a sua natureza. No exercício de 2023, os subsídios à exploração que respeitam a gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos, foram de 774 500 euros (203 484 euros em 2022), em que 736 078 euros foram deduzidos diretamente nas contas onde foi contabilizado o respetivo gasto, no caso relacionados com o projeto AgIR em que o financiamento é de 100% (nota 17.2), e 38 422 euros por respeitarem a diversas rubricas de gastos e candidaturas foram contabilizados em rubrica específica para o efeito.

Estes subsídios resultam de candidaturas a financiamento, essencialmente, no âmbito da modernização de processos e de estudos de investigação e desenvolvimento, que do mesmo modo têm também permitido a obtenção de benefícios fiscais no âmbito do SIFIDE, e mais recentemente da candidatura ao Fundo Ambiental referente ao Plano de Ação para Gestão das Águas Residuais Industriais na Região da Grande Lisboa e Oeste (Resolução do Conselho de Ministros n.º 204/2021).

Estes subsídios, reembolsam as despesas efetuadas pela Sociedade, segundo as comparticipações contratualizadas, no âmbito de gastos ilegíveis suportados com "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Gastos com pessoal".

A Sociedade reconhece o subsídio à medida que realiza a despesa na proporção do financiamento previsto nas candidaturas.

Aproximadamente 71% do total de Fornecimentos e Serviços Externos que totalizam 40 milhões de euros, respeitam a:

- Conservação e reparação – 10,68 milhões de euros;
- Gastos com eletricidade – 9,76 milhões de euros;
- Tratamento de lamas - 7,77 milhões de euros.

Tratam-se, portanto, de gastos necessários a garantir a operacionalidade da Empresa com eficiência, qualidade e segurança.

Comparativamente com o ano anterior, os gastos com fornecimentos e serviços externos (brutos) foram superiores em 8,34 milhões de euros, contribuindo para a variação negativa o aumento dos gastos com a eletricidade, derivado do aumento do preço.

De seguida identificam-se algumas das rubricas de fornecimentos e serviços externos com variações mais significativas, face a 2022:

- Assistência Técnica - Gastos superiores aos de 2022, em 73 654 euros, pela contratação de serviços à AdP-Valor relativos a reengenharia e ao plano de alterações climáticas;
- Tratamento de resíduos, tratamento de efluentes e fornecimento de água – Menores gastos de 298 095 euros. Ao consumo de água estão indexados os gastos com o tratamento de resíduos e de efluentes. A variação positiva verifica-se essencialmente na Fábrica da Água (FA) da Guia, pelo facto de no início de 2022 ainda se ter recorrido a um maior consumo de água potável, face ao habitual, para realização de algumas tarefas operacionais normalmente efetuadas com recurso a água reutilizada (ApR), situação decorrente de reparação de uma avaria que limitou a produção de água para reutilização, elevando os gastos destas rubricas.
- Tratamento de Lamas - Gastos superiores aos do ano anterior em 800 774 euros. A variação deve-se por um lado a gastos com limpeza de lagoas, cujo gasto face a 2022 foi superior em 447 321 euros, e por outro a preços mais elevados em 2023 com o serviço de recolha, transporte e destino final de lamas, 336 689 euros. A quantidade de lamas tratada foi idêntica nos dois anos;
- Fee's de Gestão - Gastos superiores em 176 190 euros. Os fee's são apurados pela aplicação de 2,4% ao volume de negócios, decorrendo a variação negativa de um maior volume de negócios em 2023, face a 2022;
- Assessoria Jurídica - Gastos superiores aos do ano anterior, em 76 502 euros. O aumento de gastos nesta rubrica decorre de maiores gastos com serviços de patrocínio judiciário de âmbito penal com Morais Leitão, G. Teles, Soc. Advogados, na sequência do acidente mortal ocorrido na Fábrica de Água da Guia, em novembro de 2020, no valor de 57 829 euros, e por gastos com serviços de apoio jurídico à formação e execução de contratos públicos, no valor de 40 169 euros, dado o facto de a Empresa estar numa fase de preparação e de execução de um plano de investimentos bastante ambicioso, foi necessário o reforço destes serviços.
- Assistência Informática – Variação negativa de 73 835 euros, de que se destaca a aquisição de serviços para implementação de plataforma Gestão de Orçamento e Compras (GOC), com serviços de assistência técnica, e manutenção e instalação de licenças de mobilidade para a plataforma NAVIA;
- Trabalhos Especializados - outros – Gastos superiores aos do ano anterior de 392 226 euros, de que se destaca a aquisição de serviços de manutenção do sistema de medição de caudais da Zona Sul;
- Publicidade e Propaganda – Variação positiva de 63 291 euros;
- Segurança – Variação positiva de 74 455 euros, decorrente de menores gastos face ao ano anterior com serviços e equipamentos relacionados com segurança no trabalho;
- Vigilância – Maiores gastos de 68 908 euros, devido a atualizações para reposição do equilíbrio financeiro decorrente do aumento da remuneração mínima mensal devida aos vigilantes, de 6,41% em 2023;
- Honorários -Variação positiva de 176 605 euros, justificada pela admissão para os Quadros da AdTA de prestadores de serviço decorrente da aprovação do PAO 2022;
- Conservação e reparação variação negativa de 1 023 402 euros, destacando-se:
  - Conservação e reparação de edifícios e outras construções - Variação negativa de 56 051 euros. Dá-se destaque à aquisição de serviços para a inspeção e manutenção do Emissário Submarino da FA da Guia e à aquisição de serviços de limpeza de infraestruturas de drenagem e tratamento na Zona Norte;
  - Conservação e reparação de equipamento básico - Variação negativa de 907 687 euros, por novas prestações de serviços e intervenções durante 2023, a que acresceu revisão de preços de contratos.
  - Conservação e reparação outras - Variação negativa de 63 350 euros, explicada na sua maioria por serviços em 2023 de fornecimento e substituição de carvão ativado;

- Eletricidade - A variação negativa de 6 229 479 euros, decorre do facto de no ano anterior a Empresa ter em curso um contrato de fornecimento de energia de dois anos, que teve início em 2020 e terminou no final de 2022, tendo beneficiado igualmente da redução das tarifas de acesso à rede (TAR), o que resultou numa significativa diminuição do preço unitário da eletricidade nesse ano, situação não verificada em 2023.
- Combustíveis - Gastos inferiores aos do ano anterior, em 84 849 euros. A variação positiva decorre, em parte, do facto de no ano de 2022 a Empresa ter incorrido com maiores gastos com gasóleo específico para reposição de stock nos grupos geradores. Relativamente aos gastos com gasóleo para utilização em viaturas verificou-se menores gastos em 2023 face a 2022, contrariamente ao verificado nos gastos com gasolina;
- Rendas e aluguers gastos superiores aos de 2022 em 303 302 euros, destacando-se:
  - Aluguer de viaturas - Variação negativa de 221 655 euros explicada por:
    - a) extensão de contratos de aluguer operacional de veículos (AOV) que anteriormente estavam classificados ao abrigo da IFRS 16, ou seja, contabilizados como um ativo sob direito de uso. Os gastos que, anteriormente, existiam nas rubricas de amortizações do exercício e gastos financeiros passaram a fornecimentos e serviços externos, registando-se, na prática, uma realocação de gastos nas rubricas da Demonstração de Resultados;
    - b) aluguer em regime de “short renting” de viaturas, por impossibilidade de contratar em regime de AOV decorrente da pendência da aprovação dos PAO. As referidas viaturas são imprescindíveis à atividade da Empresa que decorre no extenso território da concessão correspondente aos 23 municípios da Grande Lisboa e Oeste.
  - Outras Rendas e Aluguers - Variação negativa de 118 046 euros decorrente essencialmente de maiores gastos com o aluguer de módulos pré-fabricados destinado quer a balneários quer a apoio administrativo e aluguers de andaimes e plataformas destinados à execução de vários trabalhos decorrentes das atividades de operação e de manutenção;
- Trabalho Temporário - A variação positiva de 164 427 euros. Os gastos com o recurso ao trabalho temporário decorrem por um lado, da impossibilidade de efetuar as contratações requeridas para os Quadros da Empresa, e por outro, de necessidades adicionais temporárias de trabalhadores devido a suprimir situações de baixas prolongadas, situações de aptidão condicionada, ou de acréscimo temporário de trabalho.

## 24. GASTOS COM PESSOAL

### 24.1 DETALHE

	31.12.2023	31.12.2022
Remunerações	11 063 430	10 810 498
Encargos sociais sobre remunerações	2 467 914	2 297 901
Outros gastos com pessoal	1 515 418	1 191 028
	<b>15 046 762</b>	<b>14 299 427</b>
Gastos com pessoal capitalizados	(1 147 335)	(929 207)
	<b>13 899 427</b>	<b>13 370 220</b>
Subsídios à exploração - respeitantes a gastos com o pessoal	(60 010)	4 102
<b>Total de gastos com o pessoal líquidos de subsídios à exploração</b>	<b>13 839 418</b>	<b>13 374 322</b>

Relativamente à rubrica de Gastos com o Pessoal, existiu, em 2023, um acréscimo de gastos que resultou, numa primeira fase, da alteração da Remuneração Mensal Mínima Garantida (RMMG), na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 85-A/2022, de 22 de dezembro. Os trabalhadores incluídos no nível salarial correspondente ao vencimento de 732,00€ passaram a auferir 760,00€ a partir de 1 de janeiro de 2023, e, por conseguinte, a eliminação do escalão M6 da tabela salarial.

Contudo, mais tarde, e decorrente dos acordos assinados com os sindicatos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) das empresas do Grupo Águas de Portugal e do Acordo de Empresa da EPAL, procedeu-se com efeito a 1 de janeiro de 2023 à revisão da Tabela Salarial das empresas do Grupo AdP e seguinte valorização dos salários:

#### a) Atualização salarial

Aumento geral dos trabalhadores das empresas do Grupo AdP, aderentes ao ACT:

- 70,11€ para os trabalhadores entre M7 (inclusive) e J2 (inclusive);
- 52,11€ para os trabalhadores entre J3 (inclusive) e F5 (inclusive);
- 2,0% os trabalhadores entre F6 (inclusive) e A5 (inclusive).

#### b) Atualização de bases da carreira

Atualizada a base remuneratória das seguintes carreiras profissionais, com efeitos retroativos a janeiro de 2023:

- A base da carreira para técnicos operativos passou a ser de 830,00€, 9,2% acima da Remuneração Mínima Mensal Garantida;
- A base da carreira para técnicos passou a ser de 944,00€, 9,6% acima dos assistentes técnicos na Administração Pública (AP);
- A base da carreira para técnicos superiores passou a ser de 1 320,00€, de forma alinhada com a AP.

Para além do anteriormente referido, da assinatura dos referidos acordos, os trabalhadores com antiguidade superior a 10 anos até K7 (inclusive) subiram um escalão da Tabela Salarial.

#### Cláusula 21.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho

Outro tema de salientar relativamente aos gastos com o pessoal, é o da aplicação da Cláusula 21.ª dos Acordos Coletivos de Trabalho, cuja 2.ª fase de reclassificações foi aprovada e possível concretizar no exercício de 2023, com efeitos a janeiro de 2022.

A Empresa havia já, no exercício de 2022, procedido às reclassificações da 1.ª fase, que abrangeu parte dos trabalhadores (em todas as carreiras, na passagem da categoria A para a categoria B, e, na carreira de técnico operativo, correspondendo aos trabalhadores da #linhadafrente que asseguram a continuidade do serviço público, a passagem para as categorias de B e C, tendo especializado/provisionado o montante correspondente à 2.ª fase de reclassificações (nota 19.2).

#### Outras alterações

A Empresa procedeu ainda à atualização em 5,0% do valor provisionado/especializado em 2023 respeitante ao subsídio de férias e ordenado em período de férias a pagar em 2024, referente ao trabalho prestado em 2023 (nota 19.2).

Tal situação decorre do aumento salarial médio esperado para 2024, referente ao Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.

O montante de gastos com pessoal capitalizado corresponde aos gastos com as Direções diretamente afetas aos projetos de investimento, ou seja, das áreas de engenharia, gestão de ativos e manutenção, na componente de construção civil (nota 5), no valor total de 1 147 335 euros, em linha com o efetuado em exercícios anteriores.

Da adoção da política contabilística 23.1, são deduzidos aos gastos com o pessoal os subsídios à exploração reconhecidos no exercício, que em 2023 representou 119 793 euros, dos quais 59 783 euros respeitam ao AgIR (nota 19.2), 55 737 euros a projetos de Investigação e Desenvolvimento e 4 273 euros a estágios do IIEFP.

#### Número de colaboradores

NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES DURANTE O PERÍODO	31.12.2023	31.12.2022
Órgãos sociais (CA)	7	7
Trabalhadores efetivos e outros	401	386
	<b>408</b>	<b>393</b>

NÚMERO DE COLABORADORES A 31 DE DEZEMBRO	31.12.2023	31.12.2022
Órgãos sociais (CA)	7	7
Trabalhadores efetivos e outros	398	406
	<b>405</b>	<b>413</b>

A AdTA encerrou o ano com 398 colaboradores, tendo o número médio durante o exercício de 2023 sido de 401. No decurso de 2023 entraram 17 colaboradores e saíram 25.

As 17 entradas ocorridas em 2023 respeitam a:

- 10 para suprir parte das saídas ocorridas em anos anteriores, por iniciativa do trabalhador, por situações de reforma ou por falecimento, cuja substituição ainda não havia sido efetivada;
- para suprir saídas ocorridas em 2023, que resultaram de cessação da relação laboral não determinada pela Águas do Tejo Atlântico, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras por iniciativa do trabalhador;
- 2 por internalização de trabalhadores que se encontravam a prestar serviço na Empresa, mas com vínculo precário, situação prevista no PAO de 2022. O PAO de 2022 foi aprovado a 1 de dezembro de 2022, tendo sido autorizada a contratação de 23 trabalhadores, dos 46 solicitados, conforme Despacho n.º 423/2022-SET, pelo que apenas foi possível, no ano de 2022, proceder à contratação de 21 trabalhadores.

Em 2024, a Águas do Tejo Atlântico irá proceder às contratações para as quais obteve autorização com a aprovação do PAO 2023, no total de 33 trabalhadores, quer às contratações por substituição de saídas ocorridas cuja cessação da relação laboral não tenha sido determinada pela entidade empregadora, tais como reformas, rescisões unilaterais por iniciativa do trabalhador ou outras.

À data de 31 de dezembro de 2023, o número de trabalhadores temporários era de 23 trabalhadores, dos quais a Empresa tem, como referido, autorização para a contratação de trabalho por tempo indeterminado, regularizando a situação destes trabalhadores.

Espera-se ainda que a Empresa venha a ser autorizada a contratar, em 2024, os trabalhadores solicitados PAO de 2024. A Águas do Tejo Atlântico reforçou no seu Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2024 a necessidade de admitir 32 trabalhadores, por questões quer de segurança quer de novas atividades.

De referir que o número de trabalhadores atualmente existente continua a revelar-se insuficiente para satisfazer o conjunto de infraestruturas servidas pelo sistema da Águas do Tejo Atlântico, pelo que existe a necessidade premente e urgente de admissão de trabalhadores, cuja privação coloca em risco o cumprimento de obrigações legais, a salvaguarda da segurança das pessoas e a necessidade de adoção de novas metodologias inovadoras e com impacto na gestão, como foi sustentando no PAO 2023 submetido pela Empresa.

Os recrutamentos para os quais se solicitou autorização são imprescindíveis para a Águas do Tejo Atlântico, não sendo possível de satisfazer por recurso a outros colaboradores existentes na Empresa, seja por mobilidade ou por outros meios, por se tratar de uma efetiva carência de Quadro de Pessoal.

A prática tem demonstrado que a subcontratação nas áreas técnicas, especificamente nas áreas da operação e da manutenção, revela uma fraca qualidade do serviço prestado e na gestão dos ativos a cargo da Empresa, sobretudo pelo facto de não haver estabilidade das equipas.

Não é de mais relembrar que a Águas do Tejo Atlântico:

- Opera em áreas muito sensíveis (zonas balneares);
- Tem de cumprir exigentes níveis de qualidade de serviço;
- Apresenta carências graves de pessoal, com destaque para a falta de operadores (em muitos centros operacionais o número de trabalhadores não responde ao número definido para o cumprimento dos serviços mínimos);
- Apresenta carências de trabalhadores na manutenção e outras áreas de suporte;
- Estas carências têm implícitos riscos graves (na segurança dos trabalhadores e das infraestruturas) e com eventuais consequências na operação das infraestruturas (riscos de impacto ambiental, com consequências negativas ao nível da saúde pública, do turismo e da economia);
- Começa a apresentar um quadro de pessoal envelhecido e com limitações físicas (aptidão condicionada - em 2023, o número era de 53 na Direção de Operação e de 9 na Direção de Manutenção, num total de 72 trabalhadores, a que acresce ainda 1 trabalhador da Direção de Operação dado como inapto).

Pelo exposto, a Empresa encontra-se neste momento a concluir um estudo com vista à otimização de turnos, rotas, gestão de tarefas transversais, atividades não core que possam ser executadas por recursos em outsourcing sem prejuízo na eficiência e qualidade do serviço. Este trabalho está a ser suportado pelo consultor Korn Ferry que permite uma aferição da eficiência da Tejo Atlântico face a uma amostra de empresas nacionais e internacionais.

## 25. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2023	31.12.2022
Amortizações de outros ativos intangíveis (nota 5.3)	116 474	116 436
Amortizações de ativos intangíveis – DUI (nota 5.3)	16 775 277	16 175 884
Depreciação de ativos fixos tangíveis (nota 6.3)	135 555	140 088
Depreciações de ativos sob direito de uso - equip. transporte (nota 7.3)	83 920	252 652
Depreciações de ativos sob direito de uso - licenças (nota 7.3)	103 037	112 600
Acréscimos de gastos de investimento contratual (nota 16.2)	3 483 917	3 878 423
	<b>20 698 179</b>	<b>20 676 082</b>

## 26. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2023	31.12.2022
Provisões para processos judiciais (nota 15.3)	405 622	204 492
	405 622	204 492
Reversões de provisões para processos judiciais (nota 15.3)	70 790	-
	70 790	-
	<b>(334 832)</b>	<b>(204 492)</b>

## 27. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e taxas	737 408	665 387
Donativos	62 000	48 143
Quotizações	22 470	22 290
Indeminizações	1 168	2 894
Garantias operacionais	54 365	65 308
Teletrabalho -Lei n.º 83/2021, de 7 de dezembro	12 515	13 887
Outros gastos operacionais	48 404	11 117
	<b>938 330</b>	<b>829 026</b>

O valor de 12 515 euros (13 887 euros em 2022) decorre da Lei n.º 83/2021, de 7 de dezembro sobre novas exigências legais para o regime de teletrabalho.

### Impostos e taxas

	31.12.2023	31.12.2022
Taxas ERSAR	648 776	595 637
Taxas portuárias DOCAPECA	26 109	25 363
Imposto de selo	7 049	7 568
Segurança Social de Trabalhadores Independentes	28 935	13 702
Outros	26 539	23 117
	<b>737 408</b>	<b>665 387</b>

No que respeita à nota de impostos e taxas é de referir que os gastos incorridos decorrem da atividade normal da Sociedade.

## 28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos suplementares	36 861	87 260
Ganhos em ativos fixos tangíveis	590	2 500
Restituição de Impostos	3 723	122 779
Dif. De Pagamento	615	1 554
Outros rendimentos e ganhos operacionais	110	300
	<b>41 899</b>	<b>214 392</b>

A rubrica "Rendimentos suplementares" inclui a venda de energia no montante de 19 554 euros (44 183 euros em 2022).

O valor de restituição de impostos de 2022, deve-se à anulação de acréscimos de taxas a pagar à DOCAPECA do período de 2013 a 2017 uma vez que apenas vieram a ser cobrados os valores de taxas posteriores a 2017.

## 29. GASTOS FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Juros suportados BEI	3 565 856	3 824 700
Juros suportados Locações	8 709	8 061
Juros de mora	1	5 239
Outros juros	-	559 661
Comissões Grupo	1 197 673	1 279 406
	<b>4 772 239</b>	<b>5 677 067</b>

À semelhança do ano anterior, os juros suportados decorrem na sua maioria do empréstimo BEI e as comissões do Grupo referem-se aos gastos necessários incorrer para a obtenção deste empréstimo, concretamente o diferimento de comissões de montagem e comissões de aval, conforme descrito na nota 18.

Os juros suportados com o BEI estão de acordo com o capital em dívida e o plano de pagamentos previsto, de amortização de capital e de juros.

O valor registado em 2022 de outros juros diz respeito à atualização da dívida referente a integração de infraestruturas (nota 19.2 e nota 30).

## 30. RENDIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Juros obtidos - IGCP	705 044	14 286
Juros obtidos - Empresas do grupo	56 426	-
Outros juros	387 061	-
	<b>1 148 531</b>	<b>14 286</b>

O aumento de rendimentos financeiros, face a 2022, é explicado por:

- Maiores juros de aplicações no IGCP, por maior volume de aplicações;
- Juros decorrentes do apoio de tesouraria à AdP-SGPS (nota 8.3);
- O valor em outros juros é decorrente da atualização da dívida referente a integração de infraestruturas. No exercício de 2023 o valor apurado de atualização da dívida foi substancialmente inferior ao do exercício de 2022, por alteração da metodologia de cálculo, que resultou na prática na anulação de parte do valor de 2022, razão pela qual se apresenta o valor em rendimentos, ou seja, apresenta-se o efeito líquido da anulação do valor de 2022 e a atualização da dívida respeitante a 2023 (nota 19.2).

## 31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### 31.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Imposto sobre o rendimento

A AdTA encontra-se sujeita à tributação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetiva matéria coletável e taxas de imposto aplicáveis.

A Sociedade é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdTA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdTA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores na demonstração da posição financeira. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração Empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma data e com a mesma autoridade fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data das demonstrações financeiras e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

## 31.2 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto corrente	(3 913 905)	(4 208 290)
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	296 085	240 245
<b>Total do imposto do exercício</b>	<b>(3 617 821)</b>	<b>(3 968 045)</b>
Imposto diferido	587 282	854 277
Imposto diferido s/ Desvio tarifário	710 981	1 308 294
<b>Total do imposto diferido</b>	<b>1 298 263</b>	<b>2 162 571</b>
<b>Total global</b>	<b>(2 319 558)</b>	<b>(1 805 474)</b>

O excesso de estimativa para imposto registado em 2023, resulta de novo apuramento do IRC de 2022 aquando da submissão do Modelo 22, devido a benefício fiscal do SIFIDE e a Taxa de Derrama mais baixa, face à estimada.

O excesso de estimativa para imposto registado em 2022, resulta de 129 384 euros respeitantes ao novo apuramento do IRC de 2021 aquando da submissão do Modelo 22, e em 1 10 861 euros pela substituição de declarações dos anos de 2017 a 2020 devido ao benefício fiscal do SIFIDE.

### Imposto sobre o rendimento do exercício

Foi apurado no exercício económico de 2023 a estimativa de imposto a pagar de 20 620 euros, conforme quadro infra:

	31.12.2023
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>9 331 573</b>
Ajustamentos fiscais	5 492 058
<b>Matéria Coletável</b>	<b>14 823 631</b>
Taxa imposto normal	21,00% (3 112 963)
Derrama municipal	1,33% (197 187)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 1 500 000 a 7 500 000	3,00% (180 000)
Derrama estadual -sobre lucro tributável de 7 500 000 a 35 000 000	5,00% (366 182)
Tributação autónoma	(57 574)
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>(3 913 905)</b>
Retenções na fonte	191 894
Pagamentos por conta	3 172 419
Pag. adicional por conta	528 972
<b>Imposto a (pagar)/receber</b>	<b>(20 620)</b>

	31.12.2023	31.12.2022
Estimativa de imposto a pagar	20 620	384 309
	(20 620)	(384 309)

A Sociedade fechou o exercício de 2023 com estimativa de imposto a pagar, não havendo dívidas em mora para com as entidades fiscais.

### Reconciliação da taxa efetiva do imposto sobre o rendimento

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2022 e 2021 é a que se apresenta no quadro infra:

	31.12.2023	31.12.2022	
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>9 331 573</b>	<b>7 406 449</b>	
Diferenças temporárias	5 492 058	8 510 419	
<b>Matéria Coletável (Lucro Tributável)</b>	<b>14 823 631</b>	<b>15 916 868</b>	
Taxa imposto normal	21,00%	3 112 963	3 342 542
Derrama municipal	1,33%	197 187	211 942
Derrama estadual	3,68%	546 182	600 843
	26,01%	3 856 331	4 155 328
Tributação autónoma		57 574	52 962
Benefícios fiscais		-	-
<b>Imposto do exercício (1)</b>	<b>3 913 905</b>	<b>4 208 290</b>	
Impostos diferidos (2)	(1 298 263)	(2 162 571)	
<b>Total de Impostos (3) = (1)+(2)</b>	<b>2 615 642</b>	<b>2 045 718</b>	
<b>Taxa efetiva de Imposto sobre o rendimento do exercício = (3)/RAI</b>	<b>28%</b>	<b>28%</b>	

As diferenças temporárias de 2023, respeitam em 2 783 441 euros ao desvio de recuperação de gastos do exercício (5 021 009 euros em 2022), e o remanescente, respeita na maioria à diferença resultante do critério adotado contabilisticamente de depreciação e de reconhecimento de subsídios ao investimento face aos critérios fiscais.

### Impostos diferidos

	TAXA % 2023/2022	31.12.2022	REGULARIZAÇÕES	EFEITO TAXA	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	31.12.2023
Investimento contratual		196 609 205	-	-	3 483 917	(3 595 444)	196 497 679
Diferença amortizações		10 827 981	-	-	-	(478 533)	10 349 448
Provisões não aceites		204 492	-	-	405 622	-	610 113
		207 641 678	-	-	3 889 539	(4 073 977)	207 457 240
<b>Imposto diferido ativo</b>	<b>26%/26,11%</b>	<b>54 207 849</b>	<b>-</b>	<b>(221 012)</b>	<b>1 011 280</b>	<b>(1 059 234)</b>	<b>53 938 882</b>
Desvio de recuperação de gastos		11 944 137	210 230	-	2 573 211	-	14 727 578
<b>Imposto diferido ativo - DRG</b>	<b>26%/26,11%</b>	<b>3 118 189</b>	<b>54 660</b>	<b>(12 713)</b>	<b>669 035</b>	<b>-</b>	<b>3 829 170</b>
<b>Total imposto diferido ativo</b>	<b>26%/26,11%</b>	<b>57 326 038</b>	<b>54 660</b>	<b>(233 726)</b>	<b>1 680 315</b>	<b>(1 059 234)</b>	<b>57 768 053</b>

	TAXA % 2023/2022	31.12.2022	REGULARIZAÇÕES	EFEITO TAXA	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	31.12.2023
Investimento contratual		52 118 152	-	-	-	(3 061 817)	49 056 335
Diferença subsídios		4 416 632	-	-	-	-	4 416 632
		56 534 784	-	-	-	(3 061 817)	53 472 967
<b>Imposto diferido passivo</b>	<b>26%/26,11%</b>	<b>14 759 219</b>	<b>-</b>	<b>(60 175)</b>	<b>-</b>	<b>(796 073)</b>	<b>13 902 971</b>

### EFEITO EM RESULTADOS

	31.12.2023	31.12.2022
Efeito de regularizações	54 660	120 199
Efeito variação de taxa	(173 550)	(56 083)
Efeitos do período	1 417 153	2 098 455
	1 298 263	2 162 571

Conforme indicado na nota 31.1 a Sociedade regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

## 32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

### 32.1 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade realiza transações com entidades relacionadas, pelo que, nas operações efetuadas entre a Sociedade e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticas aos que normalmente seriam contratadas, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

2023	EMPRESA-MÃE	MUNICÍPIOS	OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO	COMISSÃO EXECUTIVA
<b>Ativo</b>				
Apoio de Tesouraria (nota 8.3)	55 013 154	-	-	-
Clientes	-	14 430 761	-	-
Outros saldos a receber	24 314	-	44 039	-
Águas de Santo André	-	-	0	-
Simarsul	-	-	23 118	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	20 921	-
Águas do Norte	-	-	0	-
<b>Passivo</b>				
Municípios	-	2 749 552	-	-
Outros saldos a pagar	-	2 749 552	2 400 594	-
AdP - Energias	-	-	714	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	2 389 724	-
EPAL	-	-	10 157	-
<b>Rendimentos</b>				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 21)	-	78 722 342	-	-
Outros rendimentos	149	-	43 756	-
Simarsul	-	-	24 238	-
Águas de Santo André	-	-	6 059	-
Simdouro	-	-	1 040	-
Águas do Douro e Paiva	-	-	743	-
Águas do Algarve	-	-	594	-
Águas do Centro Litoral	-	-	149	-
EPAL	-	-	3 671	-
Águas Pub. Alentejo	-	-	594	-
Águas de Aveiro	-	-	1 040	-
Águas do Norte	-	-	2 822	-
AdP - Valor	-	-	1 893	-
AdP - Internacional	-	-	915	-
Rendimentos financeiros (nota 30)	56 426	-	-	-
AdP SGPS	56 426	-	-	-
<b>Gastos</b>				
Gastos – Remunerações	-	-	-	266 355
Fees de gestão (nota 23.2)	2 178 341	-	-	-
Outros gastos	646 636	308 577	339 079	50 992
AdP - Valor	-	-	85 264	-
Simarsul	-	-	594	-
AdP - Energias	-	-	1 102	-
Simdouro	-	-	2 376	-
AdDP	-	-	30 446	-
EPAL	-	-	217 664	-
Gastos financeiros (nota 29)	1 197 973	-	-	-

2022	EMPRESA-MÃE	MUNICÍPIOS	OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO	COMISSÃO EXECUTIVA
<b>Ativo</b>				
Clientes	-	10 318 489	-	-
Outros saldos a receber	0	-	5 857	-
Águas de Santo André	-	-	1 626	-
Simarsul	-	-	3 195	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	441	-
Águas do Norte	-	-	594	-
<b>Passivo</b>				
Municípios	-	1 221 789	-	-
Outros saldos a pagar	3 455	1 221 789	2 007 303	-
AdP - Energias	-	-	54	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	2 004 674	-
EPAL	-	-	2 575	-
<b>Rendimentos</b>				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 21)	-	72 473 266	-	-
Outros rendimentos	446	-	42 296	-
Simarsul	-	-	11 381	-
Águas de Santo André	-	-	15 863	-
AdP - Energias	-	-	125	-
Simdouro	-	-	446	-
Águas do Douro e Paiva	-	-	446	-
Águas do Algarve	-	-	1 337	-
Águas do Centro Litoral	-	-	297	-
EPAL	-	-	12 402	-
<b>Gastos</b>				
Gastos – Remunerações	-	-	-	235 457
Fees de gestão (nota 23.2)	2 002 151	-	-	-
Outros gastos	573 614	301 577	266 097	48 479
AdP - Valor	-	-	2 509	-
Simarsul	-	-	297	-
AdP - Energias	-	-	828	-
Simdouro	-	-	1 337	-
Águas do Douro e Paiva	-	-	149	-
EPAL	-	-	260 978	-
Gastos financeiros	1 182 618	-	-	-

### 33. REMUNERAÇÃO ACIONISTA

No exercício de 2023 a AdTA procedeu à distribuição dos dividendos, conforme aprovado na Assembleia Geral que aprovou as contas e a aplicação de resultados de 2022.

ACIONISTAS	SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	DIVIDENDOS DO EXERCÍCIO DE 2023	DISTRIBUIÇÃO DIVIDENDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023	SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	2 696 790	3 376 186	2 758 046	3 376 186
Comunidade Intermunicipal do Oeste	137	171	140	171
Alcobaça	42 175	52 800	43 133	52 800
Alenquer	17 998	22 532	18 407	22 532
Amadora	302 700	378 959	309 576	378 959
Arruda dos Vinhos	2 603	3 259	2 662	3 259
Azambuja	16 251	20 345	16 620	20 345
Bombarral	5 062	6 337	5 177	6 337
Cadaval	5 777	7 232	5 908	7 232
Caldas da Rainha	28 789	36 042	29 443	36 042
Lisboa	977 997	1 224 382	1 000 212	1 224 382
Loures	388 296	486 118	397 116	486 118
Lourinhã	14 162	17 730	14 484	17 730
Nazaré	12 829	16 061	13 121	16 061
Óbidos	6 151	7 701	6 291	7 701
Odivelas	118 177	147 949	120 861	147 949
Oeiras	184 523	231 010	188 714	231 010
Peniche	18 092	22 649	18 503	22 649
Rio Maior	8 613	10 783	8 809	10 783
Sintra	184 523	231 010	188 714	231 010
Sobral de Monte Agraço	2 692	3 370	2 753	3 370
Torres Vedras	33 353	41 756	34 111	41 756
Vila Franca de Xira	135 059	169 085	138 127	169 085
Própria empresa	118 177	147 949	-	147 949
<b>Total</b>	<b>5 320 927</b>	<b>6 661 415</b>	<b>5 320 927</b>	<b>6 661 415</b>

O montante da "Situação em 31 de dezembro de 2022" e da "Distribuição de dividendos durante o exercício de 2023" corresponde ao montante bruto dos dividendos atribuídos, conforme apresentado na "Demonstração das variações do capital próprio" de 2023. O montante pago destes dividendos, depois de efetuadas as retenções na fonte em 2023, foi de 4 782 722 euros, conforme apresentado na "Demonstração dos fluxos de caixa" (nota 14.4).

O montante dos "Dividendos do exercício de 2023" e da "Situação em 31 de dezembro de 2023" corresponde ao montante dos resultados líquidos obtidos pela Empresa em 2023, deduzidos da aplicação de 5% para a reserva legal (este montante não considera as retenções na fonte a pagar em 2024).

Ocorreu um aumento na taxa das OT a 10 anos, como se verifica no quadro seguinte:

ANO	INDEXANTE	PRÉMIO DE RISCO	TAXA FINAL
2022	2,18%	3,00%	5,18%
2023	3,24%	3,00%	6,24%

Este aumento afetou de forma positiva o resultado líquido da Sociedade em 2023 face a 2022.

A remuneração acionista de 2023 por acionista é a seguinte:

ACIONISTAS	CAPITAL SOCIAL	2023
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	57 538 912	3 590 428
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	182
Alcobaça	899 856	56 151
Alenquer	384 003	23 962
Amadora	6 458 431	403 006
Arruda dos Vinhos	55 542	3 466
Azambuja	346 735	21 636
Bombarral	107 998	6 739
Cadaval	123 253	7 691
Caldas da Rainha	614 244	38 329
Lisboa	20 866 618	1 302 077
Loures	8 284 708	516 966
Lourinhã	302 165	18 855
Nazaré	273 724	17 080
Óbidos	131 237	8 189
Odivelas	2 521 433	157 337
Oeiras	3 936 998	245 669
Peniche	386 004	24 087
Rio Maior	183 768	11 467
Sintra	3 936 998	245 669
Sobral de Monte Agraço	57 438	3 584
Torres Vedras	711 623	44 405
Vila Franca de Xira	2 881 638	179 814
Própria empresa	2 521 433	157 337
<b>Total</b>	<b>113 527 680</b>	<b>7 084 127</b>
Reserva Legal	1 487 596	89 331
Ajustamento ao DRG de 2021 refletido no RLE 2022	(28 124)	(5 872)
<b>Remuneração Acionista</b>		<b>7 167 586</b>

RESULTADO LÍQUIDO DE 2023	VALOR BASE	DIAS	RA	
CS realizado a 1 janeiro 23	113 527 680	OT + 3	365	7 084 127
Reserva Legal a 1 janeiro 23	1 207 547	OT + 3	365	75 351
Ajustamento ao DRG de 2021 refletido no RLE 2022	(340 220)	OT	288	(5 872)
Dividendos em dívida 2022	-			-
Pagamento de dividendos de 2022	(5 320 927)			-
Reforço da reserva legal	280 049	OT + 3	292	13 980
<b>Remuneração de 2023</b>				<b>7 167 586</b>
Ajustamento da ERSAR ao Resultado Líquido de 2022				(155 570)
<b>Resultado Líquido - Remuneração de 2023 com ajustamento ERSAR</b>				<b>7 012 016</b>

O Resultado Líquido de 2023 de 7 012 016 euros, corresponde à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT do período acrescida do prémio de risco (3,24%+3%), no valor de 7 084 127 euros, subtraída do correspondente à remuneração do ajustamento ao DRG de 2021 refletido no Resultado Líquido de 2022, de 5 872 euros, e à correção do DRG líquido de 2022 no valor de 155 570 euros (nota 9).

### 34. INVESTIMENTO CONTRATUAL

Os investimentos incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 1,1 mil milhões de euros, dos quais cerca de 947 milhões de euros já se encontram realizados.

INVESTIMENTO REVERSÍVEL	EUROS
Investimento do contrato de concessão	1 103 332 840
<b>Investimento total</b>	<b>1 103 332 840</b>
Investimento já realizado (nota 5.3)	923 334 004
Investimento em curso (nota 5.3)	23 662 229
<b>Investimento contratual (regulado) a realizar</b>	<b>156 336 607</b>

### 35. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdTA à data de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	R.O.C.	OUTROS SERVIÇOS	TOTAL
PWC, SROC	11 205	800	12 005
	<b>11 205</b>	<b>800</b>	<b>12 005</b>

### 36. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

#### Alínea d) do nº5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais

Conforme referido na nota 14 a Sociedade é detentora de ações próprias.

#### Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

#### Artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Sociedade ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

### 37. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2023 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Sociedade que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a AdTA. A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de carácter ambiental.

### 38. OUTROS ASSUNTOS

#### Crise geopolítica

Decorrente da crise geopolítica vivida na Europa derivada da invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro de 2022, que entre vários efeitos acarretou também a subida de preços de alguns materiais e serviços, a Sociedade veio a incorrer com gastos superiores aos que seriam expectáveis na ordem dos 1 528 mil euros. Este acréscimo de gastos verificou-se essencialmente na aquisição de reagentes destinados ao tratamento águas residuais e nos serviços e materiais relacionados com a conservação e reparação.

O ano de 2023, à semelhança de 2022, foi um ano de grande turbulência no mercado de reagentes, resultante do abrupto aumento dos custos com a energia elétrica, gás natural e combustíveis, que tiveram origem nas perturbações de mercado pós-covid, bem como nas alterações resultantes do início da guerra na Ucrânia. Para a rubrica de Gastos das Vendas o impacte apurado, derivado da crise geológica foi de 883 mil euros.

No que concerne às rubricas de conservação e reparação o impacte apurado foi de 645 mil euros, em que o incremento generalizado dos preços de mercado neste setor, levou quer à revisão de valores contratados, quer à celebração de novos contratos com valores superiores aos praticados no passado.

### 39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro de 2024, para aprovação, o valor do DRG inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

A 29 de fevereiro de 2024 a Entidade Reguladora (ERSAR) enviou o projeto de decisão sobre o DRG de 2023, o qual aponta para um montante global de 2 288 mil euros de potenciais gastos não aceites, tendo sido solicitada informação adicional pela ERSAR conforme ofício O-001034/2024.

Face ao exposto, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data.

Lisboa, 1 de março de 2024

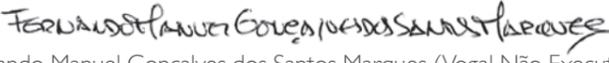
#### O Conselho de Administração

  
Nuno Rafael da Conceição Broco (Presidente Executivo)

  
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vice-Presidente Executivo)

  
Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel (Vogal Executivo)

  
Adriana Magalhães Ribeiro Reais Pinto (Vogal Não Executivo)

  
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques (Vogal Não Executivo)

  
Ana Margarida Afonso de Matos (Vogal Não Executivo)

  
Ricardo Alexandre da Silva Bastos (Vogal Não Executivo)

#### A Contabilista Certificada

  
Maria Leonor de Oliveira Pinto



**Certificação Legal das Contas**

**Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 562.667.232 euros e um total de capital próprio de 119.505.858 euros, incluindo um resultado líquido de 7.012.016 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

6 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957  
Registado na CMVM com n.º 20200003

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023  
DA ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.



**RELATÓRIO**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas, da sociedade Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (AdTA), relativo ao ano de 2023.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdTA e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença da Comissão Executiva com os membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal, emitiram em 07 de dezembro de 2023 e 11 de dezembro de 2023, respetivamente, os seus pareceres sobre a segunda versão do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 (PAO 2023), aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de novembro de 2023, o qual foi aprovado pela Tutela segundo o Despacho n.º 623/2023-SET de 30 de dezembro de 2023, embora, com algumas limitações.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, tanto quanto lhe foi possível, deu cumprimento à alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, relativo à emissão dos seus Pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (RTEO), faltando nesta data a emissão do quarto trimestre de 2023.
6. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente quanto à monitorização do cumprimento das seguintes orientações legais, das quais destacamos e damos nota sobre a sua avaliação:

- 17  
la  
fms
- **Cumprimento do plano de manutenção preventiva:** A equipa responsável pelo processo de elaboração de planos de manutenção preventiva com base na metodologia RCM - Reliability Centered Maintenance, na zona Sul, continuou em 2023 afeta à UEPE Guia, razão pela qual, inviabilizou o cumprimento, quanto à elaboração de novos planos. Em 2023 foram executados os planos existentes, que não sofreram reformulação conforme previsto. Com a reformulação da estrutura orgânica da AdTA, a Direção de Manutenção estima dotar de meios humanos necessários que permitam colocar em prática quer a elaboração/reformulação dos planos de manutenção bem como a sua execução, tendo solicitado no PAO 2024 recursos para o efeito.
  - **Prazo Médio de Pagamentos (PMP):** Em 2023 o PMP foi de 30 dias, verificando-se o cumprimento legal do prazo, mas considerando a escala mais exigente para avaliação do indicador de gestão, que compara com o valor definido no PAO 23, 29 dias, verifica-se o incumprimento em 1 dia. Refira-se que face ao período homólogo os PMP executados permaneceram estáveis, isto é, nos 30 dias.
  - **Limites de crescimento do endividamento:** A determinação do indicador da variação do endividamento em 2023, resultou em -5%, encontrando-se este indicador dentro das orientações legais.
  - **Rácio PRC:** No exercício de 2023, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, após terem sido ajustados pelos impactos decorrentes de fatores "excecionais" (aprovados pelo Despacho n.º 623/2023-SET de 30 de dezembro de 2023) e dos fatores de "comparabilidade" (efeito de políticas contabilísticas resultantes da aplicação da IFRS 16), diminuiu 1.56 p.p., face ao proposto no PAO 2023 (2.ª versão), pelo que existe cumprimento quanto a esta obrigação. Existe igualmente cumprimento, quando se compara o PRC executado em 2023, com o PRC executado de 2022, pois ocorreu uma redução no indicador de 11.21 p.p.
- Os fatores de "exceção" incluídos no PRC "ajustado", foram os seguintes:
- Impactos da crise geopolítica com impacto nos reagentes e FSE, nomeadamente, os impactos no valor da eletricidade;
  - O acordo de rendimentos;
  - Ações para reforço direto da Segurança Ambiental e de Saúde Pública; e
  - Ações para reforço direto da Segurança de Pessoas, Equipamentos e Infraestrutura.

- 17  
la  
fms
- **Gastos com Pessoal:** O Despacho n.º 623/2023-SET, de 30 de dezembro de 2023, autorizou para o ano de 2023, um aumento de 987 mil euros nesta rubrica, comparativamente, com o montante executado no ano de 2022, além de que, limitou o seu montante total em, aproximadamente, 15,287 milhões de euros. A AdTA em 2023, apresenta no seu relatório de gestão, gastos com pessoal (corrigidos dos efeitos da capitalização dos Trabalhos para a Própria Entidade - TPPE - e do montante de Subsídios à exploração - SE) no montante de 15,046 milhões de euros, sendo que, o montante executado em 2022 (com a mesma correção dos efeitos acima referidos), foi de 14,299 milhões de euros, registando uma variação de, aproximadamente, 747 mil euros. Perante as autorizações impostas pelo Despacho, acima referido, constata-se que a orientação legal se encontra cumprida.
  - **Conjunto de Encargos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento, os associados à Frota Automóvel e Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria:** A alínea iv) do Despacho n.º 623/2023-SET, determina o limite de aumento para o conjunto destes gastos operacionais, em 44,8 mil euros, face a 2022, limitando o seu total em, aproximadamente, 1,124 milhões de euros. Constata-se pela informação divulgada no relatório de gestão da AdTA, que o gasto total incorrido em 2023, para este conjunto de rubricas, ascende a 1,121 milhões de euros (2022: ascende a 1,079 milhões de euros), de que resulta um aumento de, aproximadamente, 42 de mil euros. Perante as autorizações impostas pelo Despacho, acima referido, constata-se que a orientação legal se encontra cumprida.
7. O grau de avaliação em 2023 do cumprimento dos objetivos da gestão ascendeu a 2,53 (2022: 2,1), segundo informações obtidas pelo conselho de administração da AdTA, junto da AdP SGPS, além de que, aos objetivos de gestão de 2023 se aplica a escala de avaliação global dos objetivos de gestão de 2020-2022.
  8. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), em 06 de março de 2024, nos termos da legislação em vigor, sem "Reservas" e sem "Ênfases".
  9. O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento de um "Memorandum" emitido pelo ROC, denominado "Aspectos para Partilha com o Conselho Fiscal", o qual apresenta algumas matérias transversais ao Grupo AdP, tais como, riscos relevantes, estimativas significativas, metodologia de auditoria, materialidade e independência.

10. Relativamente aos **Desvios de Recuperação de Gastos (DRG)**, dos anos de 2021 a 2023, o Conselho Fiscal informa que (a não ser que seja explicitado, os montantes abaixo referenciados não incluem o efeito de impostos diferidos):

**DRG 2021:** Decorrente do desempenho financeiro anual, a AdTA em 2021, apresentou um superavit tarifário, no montante de 9,83 milhões de euros (2020: superavit de 10,63 milhões de euros), sendo que, a ERSAR, em 28 de fevereiro de 2022, emitiu o projeto de decisão sobre o DRG de 2021, no qual não aceitou gastos incorridos, no montante de 5,37 milhões de euros.

Após contraditórios efetuados pela AdTA, em 9 de agosto de 2022, a ERSAR emitiu o projeto de decisão final, alterando a sua posição inicial, isto é, passou a não aceitar gastos suportados no montante de 1.64 milhões de euros. Em resultado desta decisão, o Conselho de Administração da AdTA, no ano de 2022, efetuou um ajustamento às suas demonstrações financeiras, corrigindo o desvio de recuperação de gastos (de anos anteriores) no montante de 460,4 mil euros, sendo que, para a restante parte, isto é, 1,178 milhões de euros, a AdTA interpôs recurso contra a ERSAR no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

No corrente exercício, mais propriamente, em 7 de dezembro de 2023, ocorreu uma decisão do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, o qual julgou improcedente a ação da Águas do Tejo Atlântico, tendo esta decisão sido reclamada judicialmente em janeiro de 2024. Em resultado destes factos, o Conselho de Administração, divulga nas notas anexas às demonstrações financeiras de 2023, que é provável que o desfecho final do processo venha a ter um impacto imaterial nas demonstrações financeiras da AdTA, razão pela qual, não efetuaram o reconhecimento do montante peticionado (1,178 milhões de euros).

Apesar da posição do Conselho de Administração, o ROC emitiu um julgamento sobre esta matéria, a qual, não a considerando materialmente relevante, e por isso não a tendo tratado na sua Certificação Legal das Contas de 2023, entendeu que deveria incluir o montante de 1,178 milhões de euros, líquidos de impostos diferidos (que perfaz um montante de 872 mil euros) na Declaração de Responsabilidade que a AdTA subscreveu junto do ROC (*mais propriamente, o montante encontra-se divulgado no mapa designado "Sumário de ajustamentos não efetuados", isto é, ajustamentos identificados na sequência do exame efetuado pelo ROC às demonstrações financeiras de 2023 da AdTA, e que não foram registados, por não serem significativos, quer em termos individuais como agregados, no contexto das demonstrações financeiras da AdTA*).

M  
Ca  
fuz

**DRG 2022:** Decorrente do desempenho financeiro anual, a AdTA em 2022, apresentou um superavit tarifário, no montante de 4,56 milhões de euros (2021: superavit de 9,83 milhões de euros), sendo que, a ERSAR, emitiu em 27 de julho de 2023 o Projeto de Decisão Final sobre este DRG, no qual não aceitou como gastos, o montante de 515,9 mil euros. O Conselho de administração da AdTA, em 2023, entendeu ajustar o montante 210,2 mil euros, o qual foi reconhecido como correção ao DRG de 2022, tendo o remanescente, 305,7 mil euros, sido peticionado junto do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Em janeiro de 2024 a ERSAR apresentou recurso para a sua contestação. Em 31 de dezembro de 2023 não foi considerado mais nenhum ajustamento a este DRG, para além do anteriormente referido, por ser entendimento da Administração, que o eventual ajustamento final ao DRG, decorrente de sentença judicial, não deverá ter um impacto, materialmente relevante, nas demonstrações financeiras.

**DRG 2023:** Decorrente do desempenho financeiro anual, a AdTA em 2023, apresentou um superavit tarifário, no montante de 2,573 milhões de euros (2022: superavit tarifário de 4,561 milhões de euros), sendo que, em 29 de fevereiro de 2024, em resultado da pronúncia da ERSAR, este regulador não aprovou gastos, no montante de 2,288 milhões de euros. A Administração e os seus consultores jurídicos, divulgam nas notas anexas às demonstrações financeiras de 2023, que estimam, em fase de contraditório, reverter a decisão da ERSAR, razão pela qual, não efetuaram o reconhecimento relativo aos gastos não aceites. Após a indagação efetuada junto da Administração, os órgãos de fiscalização, obtiveram uma descrição dos fundamentos que irão suportar o contraditório da AdTA:

- **CMVMC: 716,4 mil euros** — A não aceitação do gasto decorre do aumento de preço de reagentes e do processo de contratação de determinados reagentes, na medida em que se verificou em 2023 a diminuição do consumo específico de reagentes face ao período de referência de análise da métrica. O "excesso" de gasto incorrido, trata-se de uma situação da qual a AdTA não tinha alternativa para fazer de forma diferente ou incorrer num gasto diferente.
- **924,1 mil euros** - Sobre este valor não existe uma rúbrica ou natureza de gasto em concreto que não esteja a ser aceite pela ERSAR. O valor do ajuste decorre, essencialmente, do facto de a ERSAR considerar que não estão reunidas condições para análise das variações, pelo facto de a AdTA não ter apresentado os gastos de 2021, por rúbrica de FSE's e outros gastos operacionais, atualizados a preços correntes de 202. Face ao exposto, a AdTA irá justificar as variações de 2023 face a 2021, a preços correntes de 2023, tendo a expectativa de que a maioria do gasto, agora ajustado, venha a ser aceite.

M  
Ca  
fuz

- 7  
la  
fina
- 647.9 mil euros - Este ajuste decorreu do facto de a ERSAR, para efeito de apuramento do atingimento da métrica de gastos com pessoal para 2023, ter adicionado ao valor dos gastos com pessoal o valor das capitalizações de gastos com pessoal. Alterando a metodologia face ao passado e tornando, em certa medida, o valor não comparável com o valor da métrica definida para 2023 (que decorre dos gastos com pessoal de 2021 líquidos de capitalizações, ou seja, valor da demonstração dos resultados). A ERSAR, entretanto, apercebendo-se da incoerência da situação, pondera considerar, para efeitos de atingimento da métrica, os gastos com pessoal apresentados pela AdTA (isto é, o valor da demonstração dos resultados). Perante esta situação, a Administração da AdTA, estima que este ajustamento irá ser aceite, em fase de contraditório, por parte da ERSAR.

Relativamente ao "CM/VC" e apesar da posição da Administração, o ROC emitiu um julgamento sobre esta matéria, a qual, não a considerando materialmente relevante, e por isso não a tendo tratado na sua Certificação Legal das Contas de 2023, entendeu que deveria incluir o montante de 716,4 milhões de euros, líquidos de impostos diferidos (que perfaz um montante de 530,1 mil euros) na Declaração de Responsabilidade, que a AdTA subscreveu junto do ROC (*mais propriamente, o montante encontra-se divulgado no mapa designado "Sumário de ajustamentos não efetuados", isto é, ajustamentos identificados na sequência do exame efetuado pelo ROC às demonstrações financeiras de 2023 da AdTA, e que não foram registados, por não serem significativos, quer em termos individuais como agregados, no contexto das demonstrações financeiras da AdTA*).

11. Para além do referido na nota anterior, o ROC emitiu um julgamento sobre uma renda vitalícia, que terá de ser paga nos próximos 30 anos à viúva de um colaborador, em resultado de um acidente mortal, a qual ascende a 433,4 mil euros, sendo que, não considerando o montante materialmente relevante, e por isso não a ter tratado na sua Certificação Legal das Contas de 2023, entendeu que deveria incluir o referido montante na Declaração de Responsabilidade que a AdTA subscreveu junto do ROC (como um ajustamento não material que não foi corrigido pela AdTA).
12. Foram ainda identificados outros ajustamentos ao nível da estimativa de IRC, associado ao tratamento dos benefícios fiscais (SIFIDE e benefícios fiscais decorrentes das elevadas variações nos gastos com a eletricidade), que embora sendo claramente insignificantes, recomendamos que para futuros exercícios, venham a ser reconhecidos, utilizando para o efeito uma estimativa, com base na melhor informação disponível para esse efeito.

7  
la  
fina

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2023  
DA ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas, da sociedade Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (AdTA), relativo ao ano de 2023.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdTA e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença da Comissão Executiva com os membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho Fiscal, emitiram em 07 de dezembro de 2023 e 11 de dezembro de 2023, respetivamente, os seus pareceres sobre a segunda versão do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 (PAO 2023), aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de novembro de 2023, o qual foi aprovado pela Tutela segundo o Despacho nº 623/2023-SET de 30 de dezembro de 2023, embora, com algumas limitações.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, tanto quanto lhe foi possível, deu cumprimento à alínea i) do nº1 do artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, relativo à emissão dos seus Pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (RTEO), faltando nesta data a emissão do quarto trimestre de 2023.
6. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente quanto à monitorização do cumprimento das seguintes orientações legais, das quais destacamos e damos nota sobre a sua avaliação:



